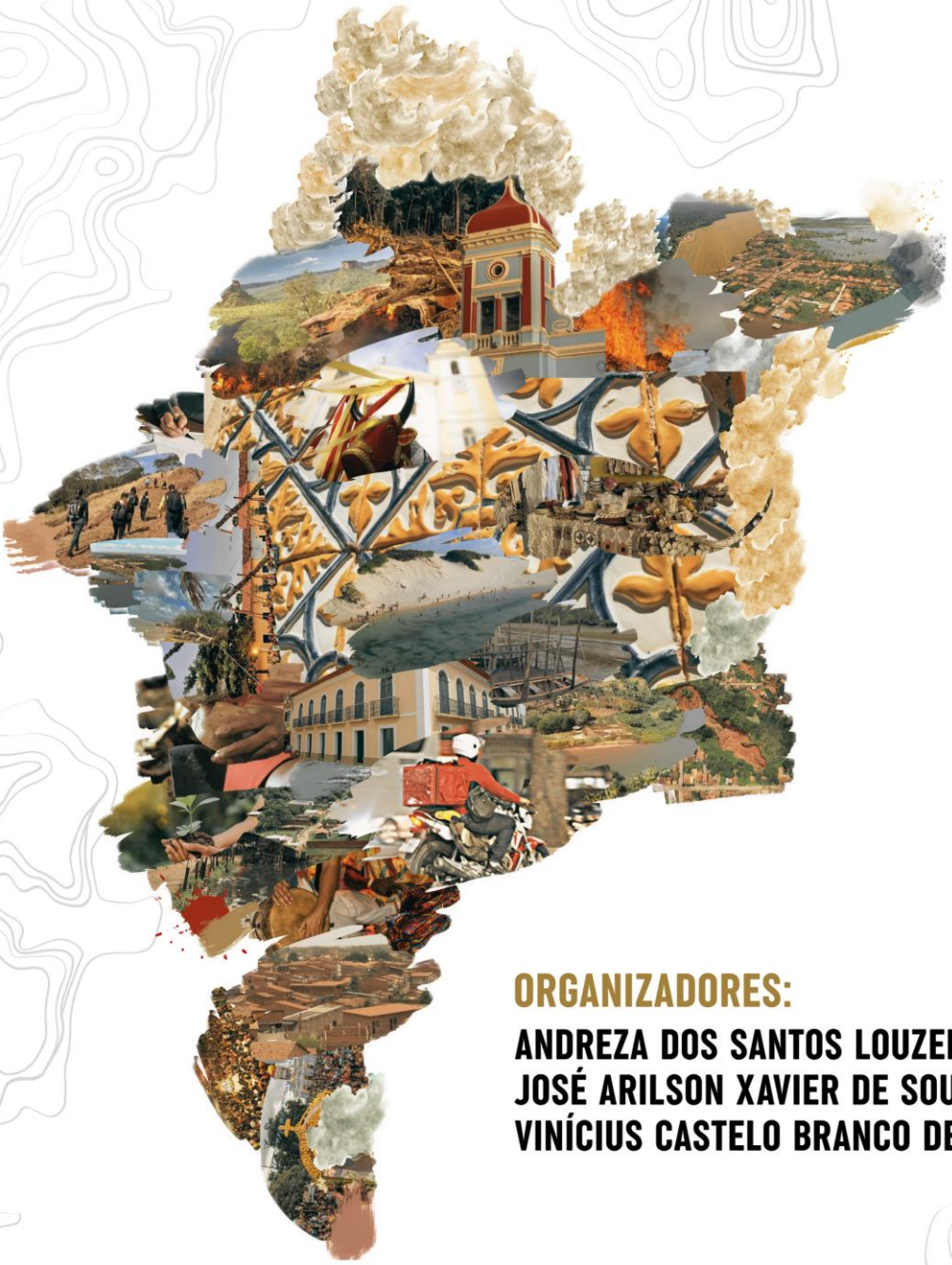
GEOGRAFIAS MARANHENSES

DINÂMICAS NATURAIS E SOCIOTERRITORIAIS



ORGANIZADORES:

ANDREZA DOS SANTOS LOUZEIRO
JOSÉ ARILSON XAVIER DE SOUZA
VINÍCIUS CASTELO BRANCO DE AGUIAR

Eduema

PPGEO UEMA

ORGANIZADORES:
ANDREZA DOS SANTOS LOUZEIRO
JOSÉ ARILSON XAVIER DE SOUZA
VINÍCIUS CASTELO BRANCO DE AGUIAR

GEOGRAFIAS MARANHENSES
DINÂMICAS NATURAIS E SOCIOTERRITORIAIS

GEOGRAFIAS MARANHENSES
DINÂMICAS NATURAIS
SOCIOTERRITORIAIS

© copyright 2026 by UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA UEMA.

GEOGRAFIAS MARANHENSES: DINÂMICAS NATURAIS E SOCIOTERRITORIAIS

EDITOR RESPONSÁVEL
Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

CONSELHO EDITORIAL
Ana Lucia Abreu Silva
Ana Lúcia Cunha Duarte
Cynthia Carvalho Martins
Eduardo Aurélio Barros Aguiar
Emanoel Cesar Pires de Assis
Denise Maia Pereira
Fabíola Hesketh de Oliveira
Helciane de Fátima Abreu Araújo
Helidacy Maria Muniz Corrêa
Jackson Ronie Sá da Silva
José Roberto Pereira de Sousa
José Sampaio de Mattos Jr
Luiz Carlos Araújo dos Santos
Marcos Aurélio Saquet
Maria Medianeira de Souza
Maria Claudene Barros
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Wilma Peres Costa
Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus

Capa e diagramação: Matheus Costa Araujo

Geografias Maranhenses: dinâmicas naturais e socioterritoriais [recurso eletrônico]./organizadores Andreza dos Santos Louzeiro, José Arilson Xavier de Souza, Vinícius Castelo Branco de Aguiar - São Luís, MA: EDUEMA, 2026.

281p.il.color.

ISBN: 978-85-8227-776-8

DOI: 10.18817/ 978-85-8227-776-8

1. Pesquisa em Geografia. 2. Natureza e sociedade. 3. Maranhão. I. Louzeiro, Andreza dos Santos[et.al]. II. Título.

CDU: 91(812.1)

Elaborado por Luciana de Araújo – CRB 13/445

EDITORA UEMA
Cidade Universitária Paulo VI - CP 09 Tiririical - CEP - 65055-970 São Luís – MA
www.editorauema.uema.br – editora@uema.br

Editora Uema

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alex da Silva Pereira
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Andreza dos Santos Louzeiro
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Antônio Jarbas Barros de Moraes
Secretaria Municipal da Educação de Sobral, Ceará – SME

Ariane Silva Costa
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Caroline Barros de Sales Medeiros
Universidade Federal do ABC – UFABC

Cristiane Mouzinho Costa Avelar
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Eduardo Celestino Cordeiro
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Fabiana Pereira Correia
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Fabricio Sousa da Silva
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Francisco de Oliveira Viana
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Gilberlene Serra Lisboa
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Jefferson Domingos Viana
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

José Arilson Xavier de Souza
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Maria José Matos Rodrigues Garcia
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Poliana dos Santos de Carvalho
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Sávio José Dias Rodrigues
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Vinícius Castelo Branco de Aguiar
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Vinnícius Vale Dionízio França
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Vitória Gleyce Sousa Ferreira
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita - UNESP Rio Claro

Walefe Lopes da Cruz
Universidade Federal do Pará – UFPA

Welton Paulo do Nascimento
Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC

PREFÁCIO

É com grande satisfação que realizo o prefácio desta obra coletiva, resultado das pesquisas construídas no XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGEO/Uema), realizado em dezembro de 2025, em São Luís, Maranhão.

Este livro não é apenas um registro da produção científica desenvolvida por pesquisadores, professores e estudantes vinculados ao Programa e à Graduação em Geografia. Constitui, também, um marco comemorativo dos 10 anos do PPGEO e dos 30 anos do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, reafirmando a relevância da Geografia como ciência indispensável à compreensão das múltiplas dimensões da realidade contemporânea.

Ao reunir vinte trabalhos que dialogam com os desafios, potencialidades e contradições do espaço geográfico maranhense, esta publicação expressa a maturidade acadêmica alcançada pelo curso e pelo Programa ao longo de suas trajetórias. Os capítulos exploram a diversidade temática e metodológica característica da ciência geográfica, revelando a capacidade de articular conhecimentos sobre os sistemas naturais e as dinâmicas socioterritoriais que conformam o nosso território.

Estruturado em dois grandes eixos, o livro contempla, inicialmente, estudos voltados às dinâmicas naturais, abordando questões relacionadas aos processos ambientais, aos riscos e desastres socioambientais, às vulnerabilidades territoriais, às transformações da paisagem e à gestão dos recursos naturais. Esses trabalhos demonstram que a compreensão dos fenômenos ambientais exige uma análise integrada entre natureza e sociedade, destacando os impactos decorrentes da ocupação e do uso inadequado dos territórios, bem como a necessidade de planejamento e governança para a mitigação de problemas que afetam diretamente a população.

Na segunda parte, dedicada às dinâmicas socioterritoriais, o leitor encontrará reflexões sobre patrimônio cultural, religiosidades, turismo, trabalho, questão agrária, conflitos socioambientais, territorialidades e regularização fundiária, temas que revelam a complexidade das relações sociais produzidas no espaço. Os estudos aqui reunidos mostram a pluralidade dos sujeitos, das práticas e das disputas que configuram os territórios maranhenses, ao mesmo tempo em que ressaltam formas de resistência, organização coletiva e valorização das identidades culturais.

Além de apresentar resultados de pesquisas, esta obra potencializa o debate científico sobre o Maranhão, oferecendo subsídios para o planejamento territorial, a formulação de políticas públicas e a ampliação do conhecimento a respeito das realidades locais e regionais. Os textos demonstram o compromisso dos pesquisadores com a produção de uma ciência crítica, socialmente referenciada e comprometida com a interpretação das transformações que atravessam o espaço geográfico.

Sob essa perspectiva, o livro reafirma o papel do PPGEO/Uema como um importante centro de formação e pesquisa, responsável por fomentar investigações que contribuem para a compreensão das questões físicas, ambientais, sociais, culturais e econômicas do Estado do Maranhão e de outras regiões do país. Ao celebrar uma década de existência do Programa, esta publicação simboliza também a continuidade de um projeto acadêmico pautado pela excelência, pela interdisciplinaridade e pelo compromisso com a sociedade.

Ao longo dessa década, o PPGeo experienciou um processo de amadurecimento institucional, ampliando sua produção científica, fortalecendo grupos de pesquisa e consolidando parcerias. Esse percurso de crescimento foi acompanhado pelo reconhecimento da qualidade de suas atividades acadêmicas. Inicialmente avaliado com conceito 4 pela CAPES, o Programa demonstrou capacidade de expansão e qualificação, o que possibilitou a aprovação de seu curso de Doutorado em 2023, expandindo significativamente seu alcance na formação de pesquisadores. O reconhecimento dessa trajetória ocorreu em 2026, quando o PPGeo alcançou nota 5 na Avaliação Quadrienal (2022-2025) da CAPES.

A obtenção da nota 5 representa, portanto, mais que um resultado quantitativo. Ela simboliza o reconhecimento do compromisso institucional da comunidade acadêmica do PPGeo com a excelência na pesquisa, no ensino e na produção do conhecimento geográfico.

Esperamos que as reflexões aqui apresentadas em cada um dos capítulos demonstrem que o investimento na pós-graduação pública de qualidade produz resultados concretos para a ciência, para a universidade e para a sociedade, além de fomentar diálogos e fortalecer a produção do conhecimento geográfico.

Aos autores, organizadores e leitores, desejamos uma profícua leitura, certos de que as páginas seguintes revelam a riqueza das múltiplas geografias que constituem o Maranhão e evidenciam a permanente atualidade e relevância da ciência geográfica.

São Luís -MA, 10 de julho de 2026.

Profª Drª **Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha**.

APRESENTAÇÃO

Esta obra reúne os trabalhos apresentados durante o XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), realizado em dezembro de 2025 no Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN), São Luís, MA. O evento, assim como este livro, celebrou os 10 anos do Programa e os 30 anos do Curso de Geografia, buscando iluminar a inevitável presença da geografia em nossas vidas.

Aproveitando o caráter das duas linhas de pesquisa do Programa, O XI Seminário reuniu estudos voltados tanto às dinâmicas da natureza quanto às dinâmicas socioterritoriais do espaço geográfico, focadas no Estado do Maranhão. Por isso, o livro estrutura-se em duas seções: a primeira traz 7 trabalhos mais alinhados às dinâmicas naturais do Maranhão; a segunda proporciona o conhecimento de 13 trabalhos com encaminhamentos mais inclinados às dinâmicas socioterritoriais do estado.

Os capítulos referentes à primeira seção – Dinâmicas Naturais – abordam processos ambientais, vulnerabilidades, riscos e desastres associados à ocupação e transformação dos territórios, evidenciando a complexidade das interações entre os sistemas naturais e as ações antrópicas.

Radyja Caroline Macau Lima e Andreza dos Santos Louzeiro iniciam essa discussão ao analisar a exposição físico-natural dos riscos de desastres nos bairros Vila Itamar e Recanto Verde. O estudo das características físicas intrínsecas ao ambiente evidencia cenários de risco diariamente acentuados pelas ações e ocupação antrópica. Segundo as autoras, tanto os processos de movimento de massa quanto os de inundação nos bairros associam-se diretamente à ausência de planejamento urbano, à precariedade da infraestrutura e às intervenções antrópicas inadequadas, como o despejo de resíduos, a construção irregular em encostas e a falta de saneamento básico.

Nessa mesma perspectiva, **Ana Carolina Gomes da Silva, Radyja Caroline Macau Lima** e **Andreza dos Santos Louzeiro** abordam um segundo aspecto relacionado aos estudos de riscos de desastres: a vulnerabilidade social, definida pela suscetibilidade da população, pela capacidade de resposta e pela adaptação da comunidade aos possíveis cenários de risco. Os resultados mostram que a vulnerabilidade local é resultado das desigualdades socioeconômicas, deficiências na infraestrutura urbana, precariedade dos serviços de saneamento, abastecimento de água e acesso a políticas públicas, somada à baixa renda e dependência da população de programas assistenciais.

Danyella Vale Barros França, Quésia Duarte da Silva e **José Fernando Rodrigues Bezerra** dão destaque aos riscos de alagamentos no bairro Cidade Olímpica, na capital maranhense, fenômeno ligado às alterações da paisagem e à ineficácia ou inexistência do sistema de drenagem urbana. Os resultados evidenciam que a alteração da paisagem neste bairro, somada aos totais pluviométricos e à ausência de um sistema de drenagem urbana, forma o conjunto de fatores que desencadeia os fenômenos de alagamento, causando um grave problema para a população residente.

Ainda na área dos desastres hidrológicos, **Cristiane Mouzinho Costa Avelar** e **Luiz Carlos Araújo dos Santos** lançam luz às inundações que ocorrem na Bacia Hidrográfica do rio Mearim, discutindo a convergência entre processos naturais e fatores antrópicos na gênese de desastres. Os autores concluem que as inundações no Mearim são fenômenos socio-hidrológicos que exigem uma governança integrada, pautada em sistemas de monitoramento robustos, educação ambiental e ordenamento territorial rigoroso.

Marcelo Avelar Lopes, por sua vez, analisa os cenários ambientais provenientes da ação antrópica na área de influência do bairro Araçagi, na região metropolitana de São Luís, a partir de interpretação cartográfica multitemporal, revisão bibliográfica e documental, e trabalho de campo. Os resultados evidenciam que, nas últimas duas décadas, o Araçagi deixou de ser um espaço predominantemente natural para se tornar um território intensamente pressionado pela urbanização, marcado pela valorização imobiliária, pela fragmentação territorial e pela insuficiência do planejamento urbano-ambiental.

Já **Ysllany Ellen Soares Sampaio** e **Luiz Carlos Araujo dos Santos** fazem uma caracterização econômica e ambiental dos municípios da Bacia Hidrográfica do rio Pindaré (MA), buscando compreender as dinâmicas de uso e ocupação do território e suas implicações para a conservação dos recursos naturais. O estudo indica que a área possui vasto potencial hídrico e que, na economia, destaca-se o setor primário, com predomínio de pequenas lavouras de subsistência, sobretudo nas áreas mais férteis e úmidas (geralmente próximas ao leito do rio).

Finalizando a seção inicial do livro, enveredando pela temática ambiental, **Zenilde Freitas Ferreira, Valderez Serra Pereira** e **Maria Ivone Silva Soares** versam sobre práticas sustentáveis desenvolvidas na ONG Arte Mojó, no município maranhense de Paço do Lumiar. Baseadas na educação ambiental, as autoras observaram o trabalho realizado e participaram de algumas atividades, o que lhes permitiu reconhecer a ONG como um espaço de formação socioambiental e sensibilização ecológica crítica que estimula a mudança de hábitos, a responsabilidade coletiva e o protagonismo comunitário na preservação do ambiente.

A segunda seção – Dinâmicas Socioterritoriais – por sua vez, trata do patrimônio e de manifestações culturais, de práticas religiosas, das articulações em torno do turismo, das múltiplas dimensões do trabalho em contextos rurais e urbanos, do planejamento territorial e socioambiental e das questões agrárias no Maranhão.

José Antonio Viana Lopes e **Edelson Leitão Maciel** discutem a elaboração de um Atlas do Patrimônio Cultural Maranhense a partir de um inventário produzido pelo pesquisador Raimundo Lopes da Cunha para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), entre 1939 e 1941. Os resultados revelam que esse inventário dialoga com o formalismo arquitetônico e o viés racial da "fase heróica" do SPHAN, mas transcende esses limites ao abarcar casas rurais e habitações indígenas, sítios, paisagens naturais, conjuntos urbanos e modos de vida, evidenciando uma visão de patrimônio mais inclusiva.

Lailton da Silva Freire, Celso Ferreira de Lima e **Saulo Ribeiro dos Santos** analisam a multidimensionalidade do agroturismo no Brasil sob as perspectivas econômica, social e política. A partir de uma revisão integrativa de literatura, os autores mobilizam as noções de agroturismo, desenvolvimento territorial, governança rural, capital social e sustentabilidade. Assim, concluem que o agroturismo no Brasil assume caráter multidimensional, o que exige articulação entre políticas públicas, governança participativa e estratégias socioeconômicas capazes de promover desenvolvimento territorial sustentável.

Por seu turno, **Vinícius Castelo Branco de Aguiar** discute os usos do território relativos à operação de empresas de plataformas do segmento de entrega de comida em São Luís. Ao tratar da economia política da cidade e dar voz aos trabalhadores, o pesquisador identifica que, apesar das situações de exploração, uma espécie de solidariedade orgânica é vivida no cotidiano pelos trabalhadores por plataformas, o que se distingue da solidariedade organizacional da empresa de plataforma de entrega investigada.

Poliana dos Santos de Carvalho encontra na comunidade Santo Antônio dos Pretos, em Codó (MA), um lugar sagrado: o território-terreiro do Terecô, religião de matriz africana de fortes expressões locais. A partir das contribuições da Geografia Cultural e da Geografia da Religião, o trabalho denota que o Terecô não se restringe à dimensão espiritual da vida, atuando também como força organizadora das relações sociais e das resistências diante da intolerância religiosa, sustentando a continuidade das ancestralidades negras em tais terras.

No âmbito das manifestações culturais, **Vanessa Regina Silva Cruz** e **Clara Beatriz Silva Durans** adentram o universo do Centro Histórico ludovicense para problematizá-lo como um lugar de encontros, um território usado. As autoras propõem a hipótese de que o Centro, embora se consolide como espaço de sociabilidade e produção de topofilia, encontra-se simultaneamente atravessado por racionalidades hegemônicas vinculadas ao planejamento urbano estratégico. Por fim, afirmam que o Centro é um espaço de disputas, no qual práticas culturais populares coexistem com estratégias de turismo e de mercantilização da cultura.

Deslocando o olhar para a figura da mulher, **Ilza de Souza Lima** e **Francisca Adriana Dias Cardoso de Oliveira** destacam a tradição e a resistência das quebradeiras de coco diante da expansão do agronegócio no município maranhense de Itapecuru-Mirim. O território e as territorialidades do assentamento rural Olho d'Água das Guaribas são as vias pelas quais se enxerga o fenômeno frente à lógica do capital, concluindo que a prática de quebra-coco se configura como estratégia contra hegemônica de resistência e de reafirmação do território camponês.

No capítulo seguinte, **Vanderson Viana Rodrigues, Francisco Kawan Rocha Bacelar** e **Ademir Terra** analisam a questão agrária no sul do Maranhão, com particular interesse pelo município de Balsas, um dos principais polos das ações de fronteira agrícola do MATOPIBA no Estado. Os autores destacam a modernização agrícola como vetor de consolidação da sojicultura empresarial no Maranhão, que intensifica processos de grilagem, desterritorialização de comunidades tradicionais e agravamento de conflitos fundiários e socioambientais. De maneira oposta, o estudo reforça o papel da resistência camponesa organizada em Balsas para o fortalecimento da reprodução social local por meio da agricultura familiar, extrativismo do Cerrado e educação do campo.

A expansão da fronteira agrícola no leste maranhense, tomando o município de Urbano Santos como estudo de caso no período de 2003 a 2024, é a principal reflexão de **Lyandra Ferreira Rabelo, Suenne Camylle Carliminda** e **Vanderson Viana Rodrigues**.

Os autores examinam como esse processo, impulsionado pela lógica do agronegócio e materializado por grandes corporações como a Suzano Papel e Celulose, desencadeia conflitos socioterritoriais e degradação socioambiental. Sob abordagem dialética, a pesquisa privilegia a compreensão dos fenômenos de uma parte da totalidade, marcada por contradições históricas e relações de poder, discutindo alternativas que visem a justiça socioambiental e a reprodução das comunidades no território em questão.

A patrimonialização do Festejo de São José de Ribamar é o tema central das reflexões propostas por **Hygor Castro da Silva, Matheus Torres Melo** e **José Arilson Xavier de Souza**, que discutem tal processo no contexto da valorização cultural, da preservação das tradições e no fortalecimento da identidade da cidade-santuário de São José de Ribamar-MA. Os pesquisadores abordam as dinâmicas devocionais, os bens patrimoniais e as relações entre peregrinação, romaria, turismo e espaço urbano. Assim, concluem que a designação do Festejo como Patrimônio Cultural Imaterial do Maranhão tende a proporcionar novas perspectivas para experiências religiosas, culturais e turísticas do lugar.

Juciana da Conceição Birino de Souza, Swanni Tatiana Alvarado e **Silas Nogueira de Melo** analisam, de forma qualiquantitativa, os conflitos e contradições socioambientais decorrentes das tensões entre dinâmicas econômicas regionais, processos de ocupação e proteção ambiental na Reserva Biológica do Gurupi. Os autores discutem como o desmatamento e as queimadas intensificam esses conflitos no interior da reserva, evocando um debate sobre a gestão da unidade de conservação e indicando os limites do preservacionismo na Amazônia Maranhense.

Laécio da Silva Dutra, Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha e **Rosany Maria Cunha Aranha** propõem um levantamento e um mapeamento da quantidade de títulos de terra e áreas regularizadas na Região Metropolitana da Grande São Luís, diferenciando Títulos Rurais, Urbanos e Reurb, entre 2022 a 2025, a partir de dados e cartografias do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA). Os autores discutem como os dados e mapeamentos contribuem para a celeridade no processo de planejamento e tomada de decisões na gestão de terras do Estado do Maranhão.

Ergson de Sousa Moraes e **Allison Bezerra Oliveira** analisam a pilhagem territorial e a superexploração do trabalho na Região Geográfica Imediata de Capitão Poço, no Pará, relacionando-as ao circuito madeireiro. A partir da discussão socioeconômica que envolve as relações de trabalho e produção no circuito espacial madeireiro da Amazônia Oriental,

marcado pela exploração e transformação primária da madeira, os autores dão destaque ao entendimento quanto à territorialização do capital madeireiro na região, que implica diretamente na precarização dos sujeitos envolvidos por esta estrutura produtiva e nas marcas socioespaciais herdadas que criam o desenvolvimento periférico.

Por último, **Kassimira Santos da Silva, Sávio José Dias Rodrigues** e **Suela Simone Corrêa Monteiro** discorrem sobre o trabalho escravo contemporâneo maranhense, a partir do caso "Gilrassic Park", no município de Santa Inês. Os pesquisadores analisam as práticas degradantes de exploração da força de trabalho, explicitando as condições precárias de moradia, alimentação, acesso à água e ausência de garantias trabalhistas básicas. O estudo enfatiza essas violações e busca compreender o trabalho escravo contemporâneo como expressão das contradições estruturais do sistema capitalista no campo brasileiro.

Os textos reunidos neste livro traduzem pesquisas realizadas com empenho e bem acolhidas pelo PPGeo/Uema, um Programa que comemora seus 10 anos e merece vida longa, por toda a contribuição que exerce para a problematização e a inteligibilidade das questões físicas e humanas do espaço geográfico maranhense.

Andreza dos Santos Louzeiro
José Arilson Xavier de Souza
Vinícius Castelo Branco de Aguiar

São Luís - MA, 20 de setembro de 2026.

SUMÁRIO

DINÂMICAS NATURAIS

ANÁLISE DA EXPOSIÇÃO FÍSICO-NATURAL AOS RISCOS AMBIENTAIS NOS BAIRROS VILA ITAMAR E RECANTO VERDE, SÃO LUÍS - MA..... 17
Radyja Caroline Macau Lima & Andreza dos Santos Louzeiro

ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIAL E EXPOSIÇÃO AO RISCO EM ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA: BAIRROS VILA ITAMAR E RECANTO VERDE, SÃO LUÍS – MA..... 29
Ana Carolina Gomes da Silva, Radyja Caroline Macau Lima & Andreza dos Santos Louzeiro

VULNERABILIDADE AMBIENTAL AOS ALAGAMENTOS NO BAIRRO CIDADE OLÍMPICA, EM SÃO LUÍS (MA)..... 44
Danyella Vale Barros França, Quésia Duarte da Silva & José Fernando Rodrigues Bezerra

DESASTRES AMBIENTAIS E SEUS IMPACTOS NAS CIDADES: ESTUDO DE CASO DAS INUNDAÇÕES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MEARIM, MARANHÃO..... 58
Cristiane Mouzinho Costa Avelar & Luiz Carlos Araújo dos Santos

ANÁLISE MULTITEMPORAL DO BAIRRO ARAÇAGI ENTRE OS ANOS 1999, 2010 E 2020 A PARTIR DO USO E OCUPAÇÃO DA TERRA..... 71
Marcelo Avelar Lopes

CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PINDARÉ/MA..... 81
Ysllany Ellen Soares Sampaio & Luiz Carlos Araujo dos Santos

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS VIVENCIADAS NA ONG ARTE MOJÓ EM PAÇO DO LUMIAR - MA..... 93
Zenilde Freitas Ferreira, Valderez Serra Pereira & Maria Ivone Silva Soares

DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS

ENTRE O SPHAN E O MUSEU NACIONAL: o Inventário de Raimundo Lopes da Cunha e uma visão ampliada do Patrimônio Cultural Maranhense (1939-1941)..... 104
José Antonio Viana Lopes & Edelson Leitão Maciel

ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DO AGROTURISMO SOB AS PERSPECTIVAS ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA NO BRASIL..... 116
Lailton da Silva Freire, Celso Ferreira de Lima Filho & Saulo Ribeiro dos Santos

OS TRABALHADORES POR PLATAFORMAS NA ECONOMIA POLÍTICA DA CIDADE: considerações acerca da plataformização dos serviços de entrega de comida em São Luís, MA..... 129
Vinícius Castelo Branco de Aguiar

LUGAR SAGRADO: no batuque dos tambores do Terecô em Santo Antônio dos Pretos, Codó/MA..... 143
Poliana dos Santos de Carvalho

O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS (MA) COMO LUGAR DE ENCONTRO DAS MANIFESTAÇÕES SOCIOCULTURAIS..... 155
Vanessa Regina Silva Cruz & Clara Beatriz Silva Durans

TRADIÇÃO, RESISTÊNCIA E TERRITORIALIDADES: as Quebradeiras de Coco diante da expansão do Agronegócio no município de Itapecuru Mirim - MA..... 166
Ilza de Souza Lima & Francisca Adriana Dias Cardoso de Oliveira

ARTICULAÇÕES SOCIAIS E RESISTÊNCIA CAMPONESA: da "colonização" ao confronto com o Agronegócio em Balsas (Maranhão - Brasil)..... 178
Vanderson Viana Rodrigues, Francisco Kawan Rocha Bacelar & Ademir Terra

A FRONTEIRA AGRÍCOLA NO LESTE MARANHENSE: conflitos por território e degradação socioambiental em Urbano Santos - MA (2003-2024)..... 191
Lyandra Ferreira Rabelo, Suenne Camylle Carliminda & Vanderson Viana Rodrigues

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, MARANHÃO: cidade, santo, festejo e patrimônio..... 205
Hygor Castro da Silva, Matheus Torres Melo & José Arilson Xavier de Souza

CONFLITOS E CONTRADIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA RESERVA BIOLÓGICA DO GURUPI, MARANHÃO, BRASIL..... 221
Juciana da Conceição Birino de Souza, Swanni Tatiana Alvarado & Silas Nogueira de Melo

ESPACIALIZAÇÃO DA TITULAÇÃO DE TERRAS DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUÍS (RMGSL), REFERENTE A ESCALA TEMPORAL DE 2022 A 2025..... 233
Laécio da Silva Dutra, Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha & Rosany Maria Cunha Aranha

PILHAGEM TERRITORIAL E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CAPITÃO POÇO, PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL..... 247
Ergson de Sousa Moraes & Allison Bezerra Oliveira

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO CAMPO MARANHENSE: uma análise do caso "Gilrassic Park"..... 262
Kassimira Santos da Silva, Sávio José Dias Rodrigues & Suela Simone Corrêa Monteiro

DINÂMICAS NATURAIS



ANÁLISE DA EXPOSIÇÃO FÍSICO-NATURAL AOS RISCOS AMBIENTAIS NOS BAIRROS VILA ITAMAR E RECANTO VERDE, SÃO LUÍS - MA

Radyja Caroline Macau Lima
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
radyjacarolinee@gmail.com

Andreza dos Santos Louzeiro
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
andreza_louzeiro@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O risco está ligado a ideias de incerteza, exposição ao perigo e possíveis perdas - sejam elas materiais, econômicas ou humanas - resultantes de processos naturais. No entanto, ele também pode surgir das próprias relações humanas (Castro, Peixoto e Rio, 2005). Dessa forma, o risco diz respeito à probabilidade de determinados processos ocorrerem e ao modo como afetam a vida das pessoas, podendo ser intensificados ou não pelas ações antrópicas. Assim, o que define a probabilidade de um evento é, sobretudo, o grau de exposição das populações envolvidas (Louzeiro, 2018).

Quando o risco se materializa, há uma "percepção do perigo ou uma ameaça potencial" (Veyret, 2007 *apud* Louzeiro, 2018, p. 28). O risco refere-se à probabilidade de o perigo ocorrer, enquanto o perigo diz respeito ao acontecimento iminente em si. Sendo assim, o risco de desastre associa-se à ocorrência de fenômenos físicos intensos aliada às condições de vulnerabilidade que favorecem ou facilitam o desastre quando acontece.

Neste sentido, a vulnerabilidade é definida como o conjunto de condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a suscetibilidade de uma comunidade ao impacto do perigo. Ela correlaciona-se aos processos sociais em áreas sujeitas a desastres e com a fragilidade, susceptibilidade ou falta de resiliência da população diante de ameaças (Louzeiro e Rodrigues, 2024; Louzeiro *et al.*, 2022).

O desastre caracteriza-se como uma grave perturbação do funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo perigo e destruição de seus serviços essenciais. Ele vem acompanhando perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais de grande extensão, cujos impactos excedem a capacidade da comunidade afetada de se recuperar com seus próprios recursos, demandando assistência externa (Louzeiro, 2018).

Observa-se que as consequências do desastre podem ser gravemente acentuadas pela ação antrópica. Além disso, a maior parte das situações de risco é intensificada pelo acelerado crescimento populacional e por processos de urbanização que afetam áreas outrora preservadas, descaracterizando a paisagem natural e exercendo forte pressão sobre a vegetação, o solo e os recursos hídricos (Louzeiro, 2018).

Assim, o risco associa-se estreitamente às condições socioeconômicas, visto que, quanto mais vulnerável financeiramente é a população, maiores são as chances de ocupação de locais inapropriados para moradia. Essa dinâmica expõe os moradores a eventos de ordem natural ou antrópica que possam atingir a áreas suscetíveis (Louzeiro *et al.*, 2022).

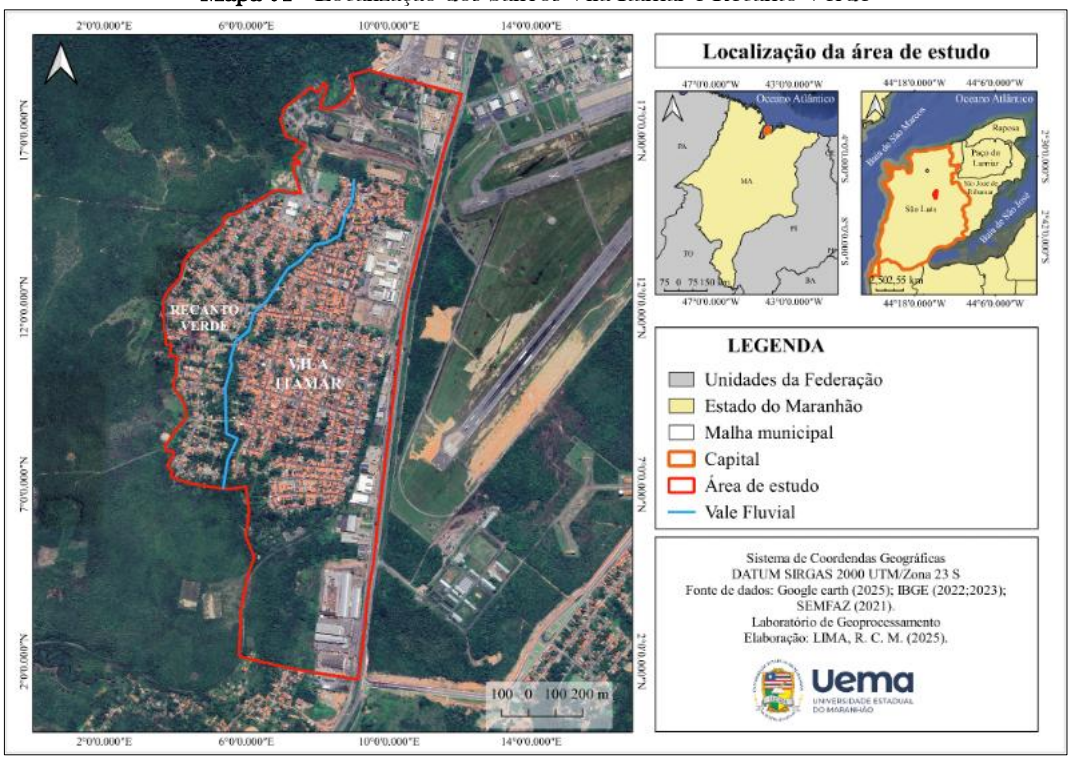
Nesta perspectiva, o crescimento urbano não planejado acentua os riscos, estando fortemente relacionado à vulnerabilidade e à degradação ambiental. É comum observar a

instalação de moradias em locais com infraestrutura e saneamento básico precários ou inexistentes, comprometendo fatores essenciais para a qualidade de vida urbana e bem-estar da população (Louzeiro *et al.*, 2022).

Os bairros Vila Itamar e Recanto Verde (Mapa 01), localizados no município de São Luís, Maranhão, próximo ao Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, enfrentam sérios problemas de saneamento e ausência de infraestrutura urbana. Nesses locais, observa-se a presença de lixo e queima de resíduos (apesar de haver coleta regular três vezes por semana), além de passagens abertas pelos próprios moradores. Soma-se a esse cenário a ausência de uma rede geral de esgoto no escoamento doméstico superficial dos efluentes e no uso de fossas rudimentares nas residências (Louzeiro, 2018).

Diante disso, esta pesquisa buscou analisar a exposição física aos riscos de movimento de massa nos bairros Vila Itamar e Recanto Verde, em São Luís - MA. Para tanto, definiram-se os seguintes objetivos específicos: entender os conceitos que envolvem os riscos de desastres; caracterizar os elementos físicos e naturais da área de estudo; identificar setores críticos de risco na área de estudo; e mapear a exposição física aos riscos ambientais da área de estudo.

Mapa 01 - Localização dos bairros Vila Itamar e Recanto Verde



Fonte: Elaborado por Radyja Lima (2025).

2. METODOLOGIA

A revisão bibliográfica foi o primeiro passo para a construção da pesquisa. Para isso, utilizaram-se ferramentas como o Google Acadêmico, realizando-se a busca por autores que possuem produção sobre: riscos de desastres; movimentos de massa; vulnerabilidade social; exposição física; e perigos e desastres.

Para a mensuração de exposição física, implementou-se a metodologia proposta por Louzeiro (2022) e Louzeiro *et al.* (2023), a qual traz um modelo estrutural que agrega características naturais intrínsecas (ambientais e físicas) e abrange elementos relacionados ao ambiente construído. Essa análise ocorre em escala microlocal, ou seja, na escala de bairro, considerando: Aspectos Físico-Naturais (fatores geológicos, geomorfológicos e pedológicos) e Aspectos Estruturais (infraestrutura e saneamento ambiental, densidade de ocupação e qualidade estrutural das residências).

Destaca-se que os resultados obtidos da pesquisa foram baseados nas fichas aplicadas e nas observações em campo, o que possibilitou o processo do cálculo final do Índice de Exposição Física. Para fins de organização metodológica, realizou-se um recorte nos bairros Vila Itamar e Recanto Verde, definindo-se três grandes setores. Estes foram subdivididos em 13 subsetores (sendo os setores 1 e 2 com quatro subsetores cada e o setor 3 com cinco subsetores), otimizando, assim, a aplicação das fichas de caracterização físico-natural e estrutural e de susceptibilidade à inundação.

A Tabela 01 apresenta o Índice de Exposição Física, tanto para o processo de movimentos de massa quanto para o de inundação, referente aos 13 setores analisados.

Tabela 01 - Índice de Exposição Física da área de estudo (Vila Itamar e Recanto Verde)

Índice de Exposição Física da Área de Estudo								
Setores	Categoria Físico-Natural	Categoria Estrutural	SOMA	Índice da Instabilidade da Área	Domicílios por setor	Exposição por setor (Instab. * Ds)	Índice de Exposição Física (Exposição/ Domicílios Total	Índice de Exposição Física (Normalizado)
Setor 1.1	0,724717335	0,729173635	1,45389097	0,726945485	22	15,99280067	0,072694549	0,429484450
Setor 1.2				0,75	12	9	0,053254438	0,160358588
Setor 1.3				0,75	14	10,5	0,062130178	0,283232947
Setor 1.4	0,724717335	0,729173635	1,45389097	0,726945485	17	12,35807325	0,05617306	0,200763535
Setor 2.1				0,875	22	19,25	0,113905325	1
Setor 2.2				0,8	14	11,2	0,066272189	0,340574301
Setor 2.3				0,8	10	8	0,047337278	0,078442348
Setor 2.4				0,8	23	18,4	0,10887574	0,930371210
Setor 3.1	0,724717335	0,803221254	1,527938589	0,763969295	12	9,167631534	0,041671052	0
Setor 3.2				0,65	27	17,55	0,103846154	0,860742407

Setor 3.3				0,825	21	17,325	0,102514793	0,842311253
Setor 3.4				0,85	16	13,6	0,080473373	0,537173275
Setor 3.5				0,775	10	0,75	0,045857988	0,057963288
Domicílios total (Dt) da área:					220			

Fonte: Resultados da pesquisa (2025) com base em Louzeiro (2022).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na área de estudo, os setores 1.1, 1.4 e 3.1 apresentaram risco para movimento de massa. Eles apresentam baixo nível de infraestrutura e saneamento básico, com presença de esgoto a céu aberto, superfícies excessivamente pavimentadas e moradias com fundação/alicerce de baixa qualidade. Ademais, essas residências estão localizadas próximas à encosta, com problemas estruturais devido ao movimento de massa, além de uma grande quantidade de lixo/entulho.

Nesses três setores, houve altos valores para o indicador "densidade/condições da ocupação", o que revela um alto número de pessoas extremamente expostas ao movimento de massa na área de estudo. É importante destacar o quanto essas casas estão próximas à encosta, com menos de 10 metros de distância (Foto 01), elemento considerado de muito alto nível de exposição.

Foto 01 - Casas próximas à encosta no setor 1.1 (Tv. Cinco - Vila Itamar)



Fonte: Acervo da pesquisa (2025).

Quanto menor a proximidade entre a moradia e o talude, maior o risco de que processos como deslizamentos, queda de blocos ou erosão afetem essas construções. Isso significa que os moradores vivem praticamente "na linha de impacto" dos processos naturais, às vezes, sem sequer perceber o grau de perigo que estão submetidos.

O contexto expressa dois problemas simultâneos: há um grande número de pessoas morando em áreas frágeis e as casas estão perto demais das encostas. Tal configuração propicia que processos de menor magnitude (como uma erosão, um deslizamento superficial ou a queda de pequenas porções de solo) possam transformar-se em desastres reais para quem reside ali.

Consequentemente, foi possível observar grande uma quantidade de lixo e entulho descartada tanto no topo quanto na base da encosta, exatamente nas áreas onde ocorrem processos de movimento de massa. Além disso, no setor 3.1, a situação é ainda mais preocupante devido à prática de queima do lixo acumulado sobre a área de erosão.

Observou-se, também, a ausência de estabilização da encosta em áreas nas quais existe necessidade de contenção. Esse fator favorece o surgimento de novos processos erosivos e intensifica os já existentes, ampliando o risco de movimentos de massa. No indicador "relevo", os setores apresentaram classificação de alta instabilidade devido à declividade extremamente acentuada, maior que 41°, onde a encosta possui uma altura superior a 4 metros (conforme a ficha de caracterização físico-natural e estrutural), ampliando ainda mais o potencial de escorregamentos, sobretudo em períodos chuvosos.

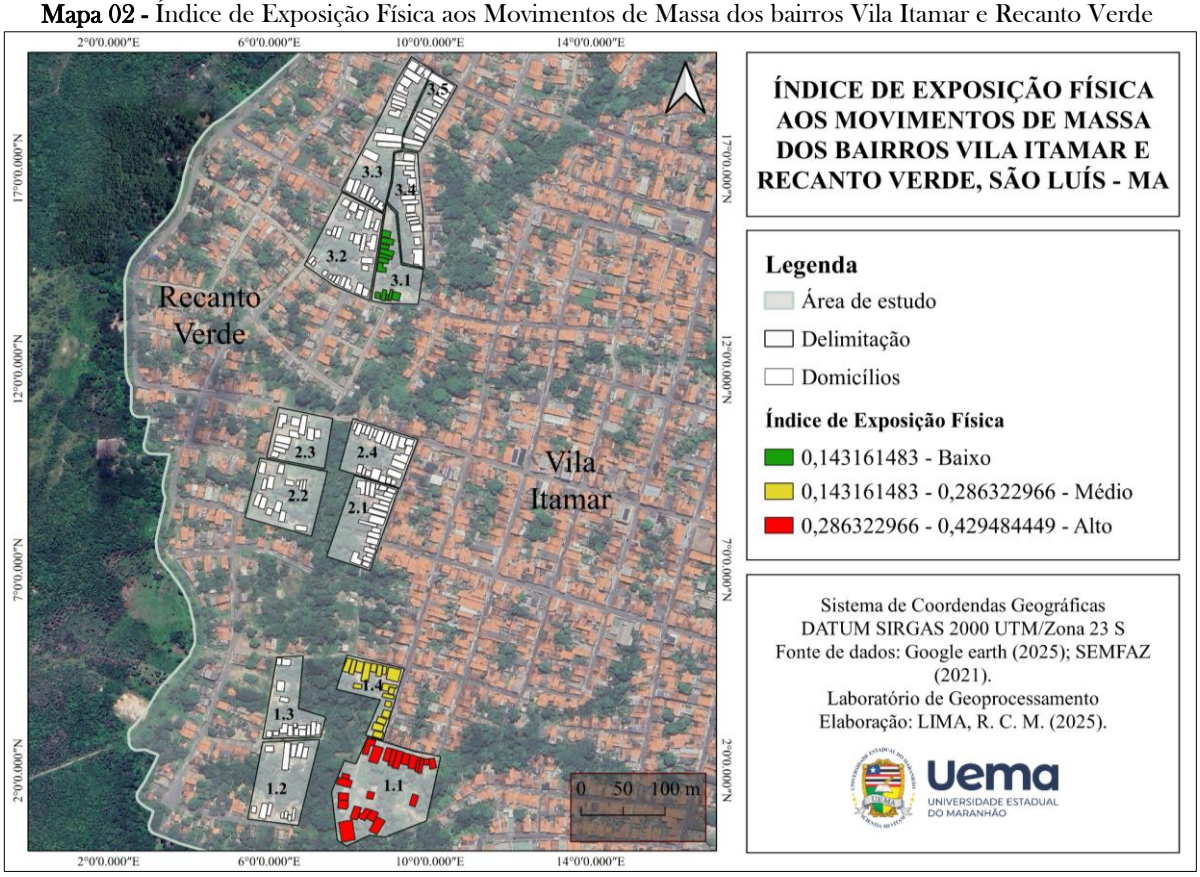
No indicador "qualidade estrutural dos equipamentos da área", os resultados revelam uma situação delicada. Notou-se que, em ambos os bairros, praticamente não existe rede de esgoto, predominando fossas, sem o devido isolamento. Adicionalmente, há valas a céu aberto que conduzem águas servidas, as quais escoam livremente pelo terreno. Existem também canaletas que direcionam esses efluentes diretamente para a encosta, o que contribui para o aumento da umidade e, consequentemente, maior instabilidade das áreas já vulneráveis.

Denota-se que a encosta do vale fluvial e o afluente do rio Bacanga passa entre os bairros Vila Itamar e Recanto Verde. Essa configuração torna os altos valores do indicador "qualidade estrutural dos equipamentos da área" ainda mais importantes para área de estudo, visto que o lixo descartado nas margens e nas encostas acaba sendo transportados diretamente para o curso d'água. Ou seja, a precariedade estrutural observada nos setores não impacta apenas o solo e as encostas, mas também compromete a qualidade da água do rio Bacanga, que, por sua vez, desemboca no Reservatório do Batatã.

Conforme observado durante aplicação das fichas, o setor 1.1 apresenta alta declividade e alta ocupação/densidade na encosta, atingindo nível 5 (máximo) na maioria das variáveis. O mesmo ocorreu no setor 3.1, que também registrou nível 5 (máximo) para a maioria das variáveis; no entanto, a diferença na quantidade de domicílios pode ter sido um fator preponderante para que este apresentasse um índice mais baixo.

Dessa forma, a análise do Índice de Exposição Física aos Movimentos de Massa evidencia que a área de estudo apresenta um cenário de vulnerabilidade bastante expressivo, influenciado tanto pelas características físico-naturais das encostas quanto pelas condições estruturais da área. Assim, o Mapa 02 traz o resultado das exposições físicas das categorias Físico-Naturais e categorias Estruturais associadas ao número de domicílios expostos na área estudada.

Mapa 02 - Índice de Exposição Física aos Movimentos de Massa dos bairros Vila Itamar e Recanto Verde



Fonte: Elaborado po Radyja Lima (2025).

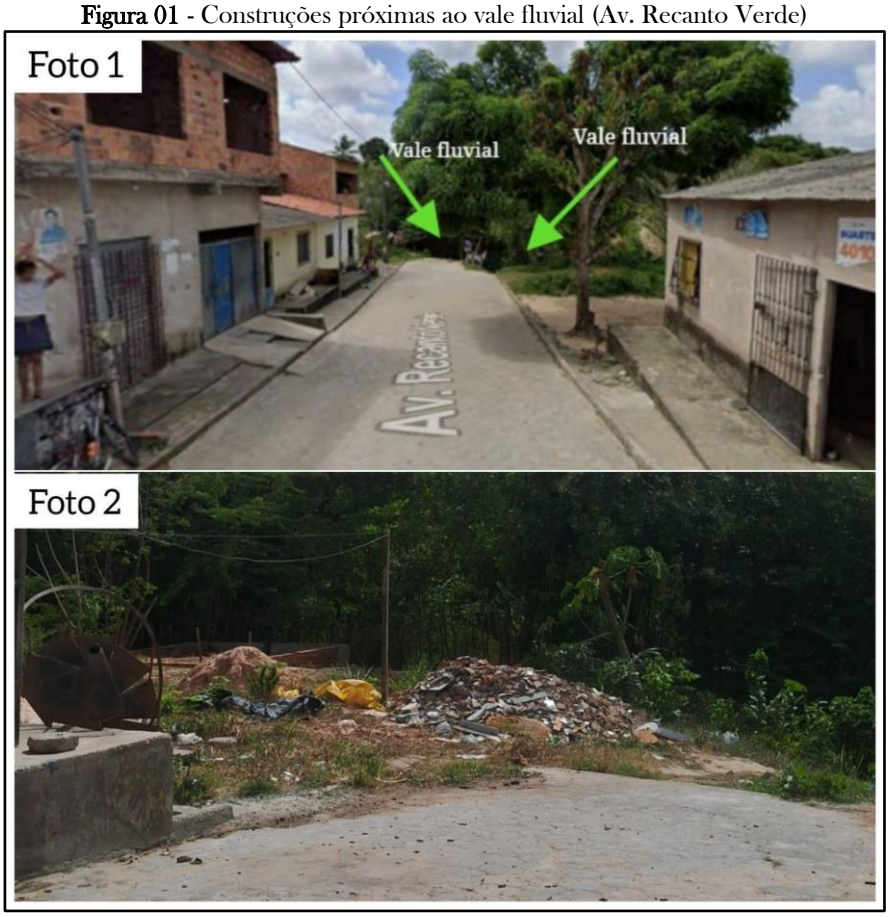
Durante o trabalho de campo, constatou-se que a maioria dos setores estão sob risco de inundação. Os setores mais críticos são aqueles onde há lançamento constante de detritos, presença de esgoto a céu aberto, redução da cobertura vegetal, assoreamento dos canais e

ausência de drenagem eficiente. O escoamento superficial é direcionado diretamente ao curso d'água, intensificando a instabilidade durante o período chuvoso.

Durante os campos realizados, observou-se, também, que a área de estudo vem sendo modificada pela ação humana, principalmente pela retirada da cobertura vegetal, o que, consequentemente, deixa o solo exposto. A ausência dessa vegetação protetora permite que a água da chuva atinja o solo diretamente, desagregando-o e facilitando seu transporte para o leito do afluente.

No setor 1.2, notou-se um cenário de ocupação bastante próximo à encosta. As moradias estão implantadas a poucos metros do talude, e durante o trabalho de campo verificou-se, inclusive, a construção de casa praticamente dentro da encosta (Figura 01). Esse tipo de implantação demonstra não apenas a proximidade física entre as residências e a área suscetível, mas também a pressão por espaço dentro do bairro, que leva os moradores a ocupar áreas naturalmente frágeis.

Figura 01 - Construções próximas ao vale fluvial (Av. Recanto Verde)



Fonte: Foto 1 - *Earth* (2025), adaptado pelas autoras; Foto 2 - Acervo da pesquisa (2025).

Nos 10 setores em risco de inundação, observou-se uma grande quantidade de lixo e entulho acumulados na encosta, o que contribui para o agravamento da instabilidade e para o

processo de impermeabilização das margens, que atinge valor elevado, chegando a quase 81% (como observado por meio da ficha de suscetibilidade à inundação).

Neste contexto, um aspecto importante a ser considerado é a percepção da própria comunidade em relação ao problema dos resíduos sólidos. Os moradores não assumem responsabilidade pelo descarte irregular: residentes do bairro Vila Itamar atribuem o acúmulo de resíduos aos moradores do bairro Recanto Verde e vice-versa. Esse jogo de acusações demonstra não apenas a ausência de uma gestão adequada dos resíduos sólidos, mas também uma sensação de descompromisso coletivo, onde o lixo se torna um problema "do outro".

Assim, o acúmulo de resíduos não é apenas um resultado da carência de serviços públicos eficientes, mas também da ausência de ações comunitárias compartilhadas que possam mitigar a questão. Em um cenário em que o espaço é naturalmente vulnerável à inundação e à erosão, esse comportamento reforça ainda mais a exposição física da área.

O setor 2.2, localizado na Rua Três (Recanto Verde), merece atenção especial devido ao conjunto de características que ampliam sua exposição ao risco. Esse setor encontra-se dentro do próprio canal de drenagem, ou seja, em uma área que naturalmente deveria funcionar como corredor de escoamento das águas pluviais. Os moradores utilizam o interior do canal como caminho de circulação, o que reforça a degradação do terreno. A passagem de pessoas compacta o solo e acelera processos erosivos, sobretudo porque o ambiente já apresenta fragilidades naturais. Essas moradias estão expostas a riscos associados à erosão, ao deslizamento de material e ao avanço do canal durante o período chuvoso.

Nesse setor, foi registrada a presença de fossas rudimentares, indicando a ausência de infraestrutura básica de saneamento, além de alto grau de assoreamento e solo exposto. As moradias são construídas em alvenaria, porém, com fundações e estruturas bastante deficientes, evidenciando que foram erguidas sem planejamento técnico adequado, direcionando o escoamento superficial diretamente para o curso d'água.

A ocupação dentro do canal, o uso do local como passagem, a presença de fossas improvisadas e o assoreamento acentuado fazem desse setor uma área de vulnerabilidade significativa, demandando intervenções urgentes para garantir a segurança dos moradores e a recuperação ambiental da drenagem. Já os setores 2.3 e 2.4 ficam localizados nas proximidades da ponte que conecta os bairros Vila Itamar e Recanto Verde, na Rua Tancredo Neves, uma área de circulação constante de moradores dos dois lados.

Especificamente, o setor 2.3 está situado no Recanto Verde, enquanto o setor 2.4 corresponde ao lado da Vila Itamar, separados pelo afluente do rio Bacanga. Esses setores

apresentam moradias construídas em alvenaria, porém com fundações e estruturas bastante deficientes. Constatou-se uma grande quantidade de lixo e entulho depositados nas margens da erosão, o que agrava o problema.

Observou-se, ainda, a presença de esgoto a céu aberto, direcionado ao afluente do rio Bacanga por meio de canaletas. Esse escoamento contínuo de efluentes não apenas compromete a qualidade da água, mas também enfraquece o solo das margens, contribuindo para processos erosivos acelerados. A água servida, ao infiltrar e se acumular no terreno, altera sua consistência e reduz sua capacidade de sustentação, afetando diretamente as casas que estão implantadas muito próximas à área de risco.

Quanto ao setor 3, de suas cinco subdivisões, os subsetores 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5 estão relacionados a dinâmicas de inundação. Os dados evidenciam que os níveis mais altos de instabilidade ocorrem nos setores 3.3 e 3.4, os quais concentram características que favorecem o acúmulo e a retenção de água durante o período chuvoso, como baixa cobertura vegetal, solo exposto, avanço da impermeabilização das margens e o assoreamento progressivo do afluente.

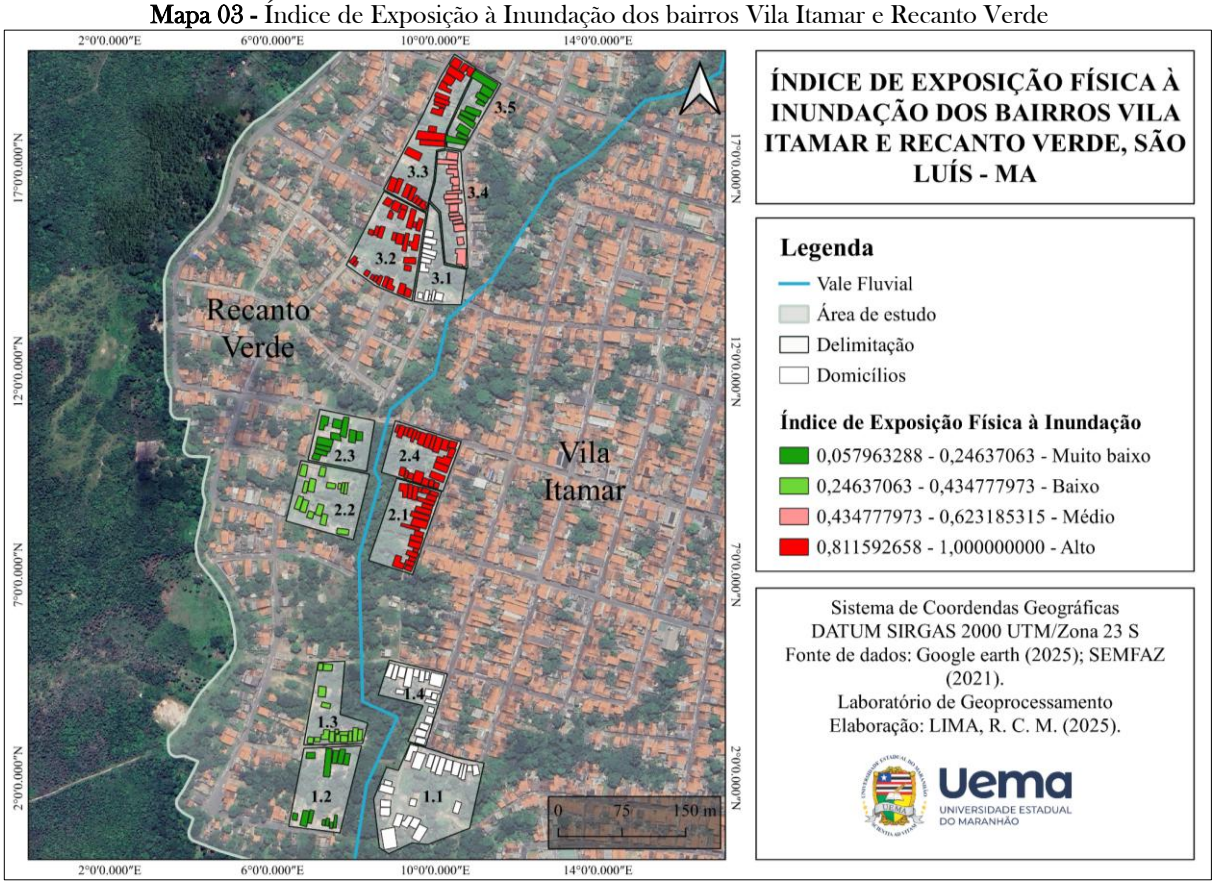
A análise desses setores mostra que o comportamento da inundação no setor 3 não é homogêneo: enquanto alguns trechos apresentam situações mais brandas, os setores 3.3 e 3.4 configuram áreas críticas, onde o conjunto de fatores ambientais e antrópicos se sobrepõe e intensifica o risco. Esses achados reforçam a necessidade de olhar o setor 3 de maneira segmentada, entendendo que cada subsetor possui uma dinâmica própria e níveis distintos de instabilidade.

O grau de assoreamento nessas áreas é muito alto e está diretamente relacionado à ocupação intensa das margens do afluente. No setor 3.3, a ocupação varia entre 60% e 81%, enquanto o setor 3.4 ultrapassa esse valor (conforme observado durante a aplicação da ficha). Isso demonstra que grande parte da faixa que deveria funcionar como área de amortecimento e escoamento da água encontra-se, atualmente, tomada por construções e superfícies impermeáveis.

Por fim, é importante destacar o setor 3.3, no qual observou-se o despejo de lixo/entulho por parte de mecânicos que utilizam a região da encosta como área de descarte de peças, restos de material automotivo e outros resíduos. Essa prática degrada o ambiente e contribui diretamente para o aumento do assoreamento e para o avanço da instabilidade do solo, visto que esses materiais se acumulam sobre a encosta, pesando e pressionando ainda mais um terreno que já é naturalmente frágil.

A área não possui estruturas de contenção ou estabilização, deixando o solo exposto e sujeito à erosão. Aliada a isso, a ausência de um sistema de esgotamento sanitário e de drenagem resulta no lançamento de águas servidas e pluviais sejam lançadas diretamente no curso d'água. Diante de toda análise, o Mapa 03 apresenta o resultado da Exposição Física à Inundação associadas ao número de domicílios expostos na área estudada.

Mapa 03 - Índice de Exposição à Inundação dos bairros Vila Itamar e Recanto Verde



Fonte: Elaborado por Radyja Lima (2025).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos riscos ambientais nos bairros Vila Itamar e Recanto Verde permitiu compreender como a dinâmica natural da área, somada às formas de ocupação urbana, resulta em cenários de elevada vulnerabilidade socioambiental. Os resultados obtidos na pesquisa evidenciam que tanto os processos de movimento de massa quanto os de inundação estão diretamente associados à ausência de planejamento urbano, à precariedade da infraestrutura e às intervenções antrópicas inadequadas, como despejo de resíduos, construção irregular em encostas e a falta de saneamento básico.

A análise histórica e espacial da área de estudo indica que os problemas atuais são resultado de décadas de expansão urbana sem controle, marcada pela ocupação de áreas ambientalmente frágeis e pela ausência de políticas públicas eficazes. A vulnerabilidade das populações residentes nesses setores não pode ser compreendida apenas como um fenômeno físico, mas como uma questão socioambiental, que envolve desigualdade, acesso limitado a serviços essenciais e falta de alternativas de moradia.

Diante disso, este estudo reafirma a importância de integrar ferramentas de geoprocessamento, análises de campo e indicadores de risco para subsidiar o planejamento urbano e a gestão territorial. Os resultados apresentados podem servir como instrumento para orientar ações da Defesa Civil, órgãos ambientais e gestores municipais, contribuindo para intervenções direcionadas e mais eficientes.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Cleber Marques de; PEIXOTO, Maria Naíse de Oliveira; PIRES DO RIO, Gisela Aquino. Riscos ambientais e geografia: conceituações, abordagens e escalas. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ,** v. 28, n. 2, p. 11-30, 2005. DOI: 10.11137/2005_2_11-30.

LOUZEIRO, Andreza dos Santos.; ALMEIDA, L. Q. de, OLIVEIRA, F. L. de S. **Understanding disaster risk indicators at the micro-local level:** A case study in Brazil. International Journal. Disaster Risk Reduction. 2023; 97:e104006. Disponível em: < https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2212420923004867 > Acesso em: 7 de out. 2025.

LOUZEIRO, Andreza dos Santos. **Avaliação de Risco de Movimento de Massa:** proposta de sistematização de Indicadores de Exposição Física em análise microlocal aplicada ao bairro Vila Embratel, São Luís – MA (Brasil). Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/50060.

LOUZEIRO, Andreza dos Santos. **Vulnerabilidade e Risco de Movimento de Massa no município de São Luís – MA (Brasil).** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte. Programa de Pós-graduação em Geografia. Natal, RN, 2018.

LOUZEIRO, Andreza dos Santos., MENDES, D. L. M., GOMES, E. J. da S., & ALMEIDA, L. Q de. **Exposição aos riscos de movimento de massa no Morro do Zé Bombom, bairro do Coroadinho - São Luís - MA (Brasil).** Paisagens &Amp; Geografias, v. 5, 2022.

LOUZEIRO, Andreza dos Santos.; RODRIGUES, W. J. O. **Análise dos riscos de desastres no bairro da Vila Embratel, São Luís – MA (Brasil).** XX SBGFA - Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, IV Encontro Luso-Afro-Americano de Geografia Física e Ambiente, Campina Grande: Realize Editora, 2024.

ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIAL E EXPOSIÇÃO AO RISCO EM ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA: BAIRROS VILA ITAMAR E RECANTO VERDE, SÃO LUÍS – MA

Ana Carolina Gomes da Silva
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
anacarolinagomes0998@gmail.com

Radyja Caroline Macau Lima
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
radyjacaroline@gmail.com

Andreza dos Santos Louzeiro
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
andreza_louzeiro@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

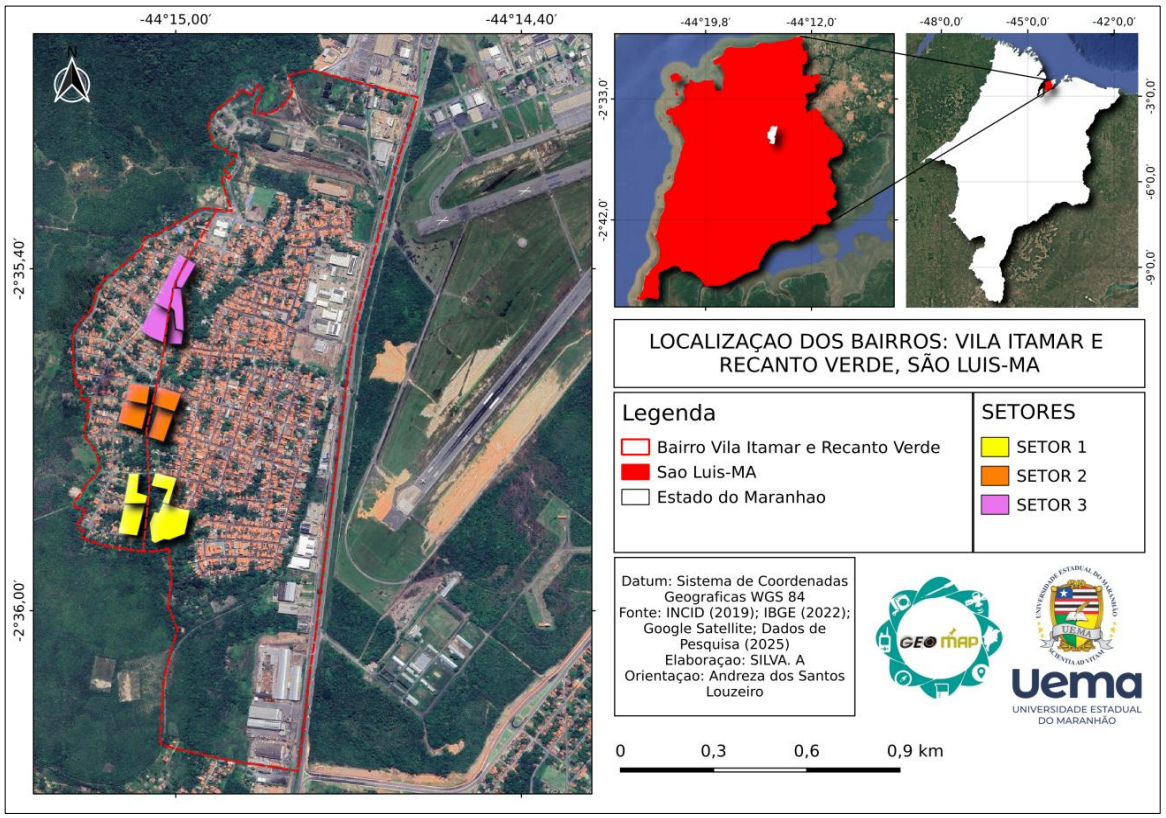
A análise de vulnerabilidade social tem se tornado uma abordagem importante nos estudos da Geografia, principalmente em contextos urbanos socialmente desiguais e pela ocupação urbana sem planejamento. O avanço dessa urbanização em áreas ambientalmente frágeis, aliado à escassez de infraestrutura e de planejamento, intensifica os riscos associados a processos naturais e antrópicos.

Sob essa perspectiva, compreender a relação entre o meio físico e as condições sociais das populações expostas é essencial para avaliar o grau de vulnerabilidade e formular estratégias de mitigação, adaptação, prevenção e enfrentamento de desastres. A área de estudo desta pesquisa compreende os bairros Vila Itamar e Recanto Verde, localizados na capital maranhense e abrangem uma área de aproximadamente 26,302m.

Essas áreas representam um cenário típico de expansão urbana recente, na qual o crescimento populacional ocorre com pouca intervenção do poder público no ordenamento territorial. Em decorrência disso, os moradores enfrentam graves problemas de saneamento e infraestrutura urbana, que vão desde a presença de lixo no entorno dos domicílios até a queima desses resíduos, mesmo havendo sistema de coleta três vezes por semana em alguns pontos.

Diante desse cenário, o risco está associado às condições sociais e econômicas da população. A vulnerabilidade financeira limita as opções de moradia segura, impulsionando a ocupação de encostas e várzeas e expondo a eventos de ordem natural e antrópica que possam atingir a área, como inundações e movimento de massa, por exemplo. O mapa 1 apresenta a localização da área de estudo, que delimita os setores analisados e evidencia sua inserção no contexto urbano de São Luís.

Mapa 1: Localização da área de estudo



Fonte: Elaborado por Ana Carolina Silva (2025).

Nesse sentido, a vulnerabilidade social é o principal elemento, sendo definida pela fragilidade estrutural, pela insuficiência ou até mesmo ausência de infraestrutura, bem como pela capacidade limitada de resposta e adaptação da comunidade. Dessa forma, as áreas de risco configuram-se pela sobreposição de perigos diversos atrelados à vulnerabilidade social e à exposição física ao risco.

Na percepção de Almeida (2011), o risco constitui um construto eminentemente social. Trata-se de uma percepção humana, individual ou coletiva, sobre a probabilidade de ocorrência de um evento potencialmente perigoso e causador de danos, cujas consequências variam em função da vulnerabilidade intrínseca dos sujeitos. No entanto, quando esse evento, acentuado ou não pelo homem, torna-se perigoso, tem-se a "percepção do perigo ou de uma ameaça potencial" (Veyret, 2007 apud Louzeiro, 2018, p. 28).

É neste contexto que frequentemente ocorre a sobreposição conceitual entre a noção de risco e a do próprio evento ameaçador, o que dificulta sua percepção e gestão. Assim, a noção de perigo relaciona-se à possibilidade de um evento causador de prejuízo (Almeida, 2011), isto é, "[...] quanto maior for o risco, maiores são as chances de ocorrência de um evento perigoso" (Louzeiro, 2018, p. 28-29).

No cenário brasileiro, o risco, em sua maioria, está associado às condições sociais e

econômicas, pois quanto mais vulnerável é a população, maiores são as chances de se instalarem em áreas de risco, onde a utilização de locais inapropriados para moradia, transformando esses territórios em áreas de risco para a sociedade cujo poder monetário é inferior ao necessário para se manter (Louzeiro, 2018).

Denota-se, portanto, que o risco de desastre não está associado apenas à ocorrência de fenômenos físicos intensos, mas também às condições que favorecem ou facilitam o desastre quando ocorre tal fenômeno. Nesse sentido, a vulnerabilidade relaciona-se aos processos sociais em áreas propensas a desastres, estando ligada à fragilidade, susceptibilidade ou falta de resiliência da população quando confrontados com diferentes perigos (Inter-American Development Bank, 2010; Louzeiro et al, 2022).

Outro fator importante, intimamente ligado à vulnerabilidade, ao risco e à exposição, refere-se aos aspectos geológicos e pedológicos. As áreas de estudo assentam-se sobre as Formações Barreiras e Itapecuru, unidades que concentram historicamente os setores de risco da capital maranhense (Louzeiro, 2018). A Formação Itapecuru, em especial, apresenta rochas sedimentares pouco litificadas, arenitos finos e argilosos com alto grau de intemperismo, o que confere ao substrato uma vulnerabilidade muito alta.

Segundo a CPRM (2007), essa fragilidade litológica é refletida na predominância de Argissolos e Neossolos Quartzarênicos, solos pouco evoluídos, porosos e dotados de alta erodibilidade e suscetibilidade à morfogênese. Ademais, nas zonas de fundo de vale e nas adjacências do riacho local, a presença de Gleissolos (solos hidromórficos constituídos por sedimentos finos e recentes) impõe sérias restrições físicas devido à sua forte dinâmica de encharcamento nos períodos de alta pluviosidade, Louzeiro (2018).

Do ponto de vista geomorfológico e morfométrico, as características do relevo atuam como severos fatores de instabilidade. Inserida em uma transição entre Superfícies Subtabulares e Dissecadas, a área apresenta processos topográficos (Louzeiro, 2018). Levantamentos de campo realizados por Lima et al. (2025) nos bairros identificaram declividades que variam entre 31° e 41°, valores que configuram forte inclinação do terreno. Além disso, a altura das encostas frequentemente supera os 4 metros, desenhando um cenário de risco agravado por intensas intervenções antrópicas.

Essa inclinação e a fragilidade do solo encontram-se diretamente associadas a processos erosivos ativos. A degradação ambiental manifesta-se visualmente na paisagem por meio de cicatrizes de deslizamentos pretéritos, ravinamentos acentuados, fendas, trincas e processos de voçorocamento (Lima et al., 2025). A dinâmica erosiva é acelerada pela supressão da cobertura

vegetal original, restando apenas uma vegetação rala em determinados setores ou, em casos mais graves, o solo completamente exposto às intempéries climáticas (Lima et al., 2025). No fundo do vale, o descarte irregular de resíduos sólidos e o lançamento superficial de efluentes domésticos, sem sistemas de drenagem ou esgoto adequados, saturam o solo.

2. METODOLOGIA

A análise adota uma abordagem quanti-qualitativa, combinando o levantamento bibliográfico sobre riscos, exposição e vulnerabilidade a desastres associados a movimentos de massa com a caracterização socioambiental dos bairros Vila Itamar e Recanto Verde. Foram considerados dados primários e secundários provenientes de estudos acadêmicos e informações disponibilizadas por órgãos públicos.

Para compreender a vulnerabilidade da população, utilizou-se a técnica de aplicação de questionário estruturado baseada no *DRIB Index*, metodologia apresentada por Louzeiro et al. (2023) e representada na Figura 1. O instrumento foi elaborado com perguntas fechadas, voltadas à identificação das condições socioeconômicas e habitacionais dos moradores.

Essa estrutura metodológica realiza uma análise em três dimensões inter-relacionadas: a Suscetibilidade, que avalia a fragilidade física e material antes do impacto (infraestrutura, habitação, nutrição e capacidade econômica); a Capacidade de Adaptação, que mensura o potencial de recuperação a longo prazo (educação, meio ambiente, financiamento e equidade de gênero); e a Capacidade de Lidar, que analisa a resposta imediata a desastres (governo, preparação, saúde e redes sociais).

Os dados obtidos foram normalizados e espacializados em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG) por meio do método de Quebras Naturais (*Jenks*), o qual permitiu classificar os setores em quatro níveis de vulnerabilidade: baixa, média, alta e muito alta.

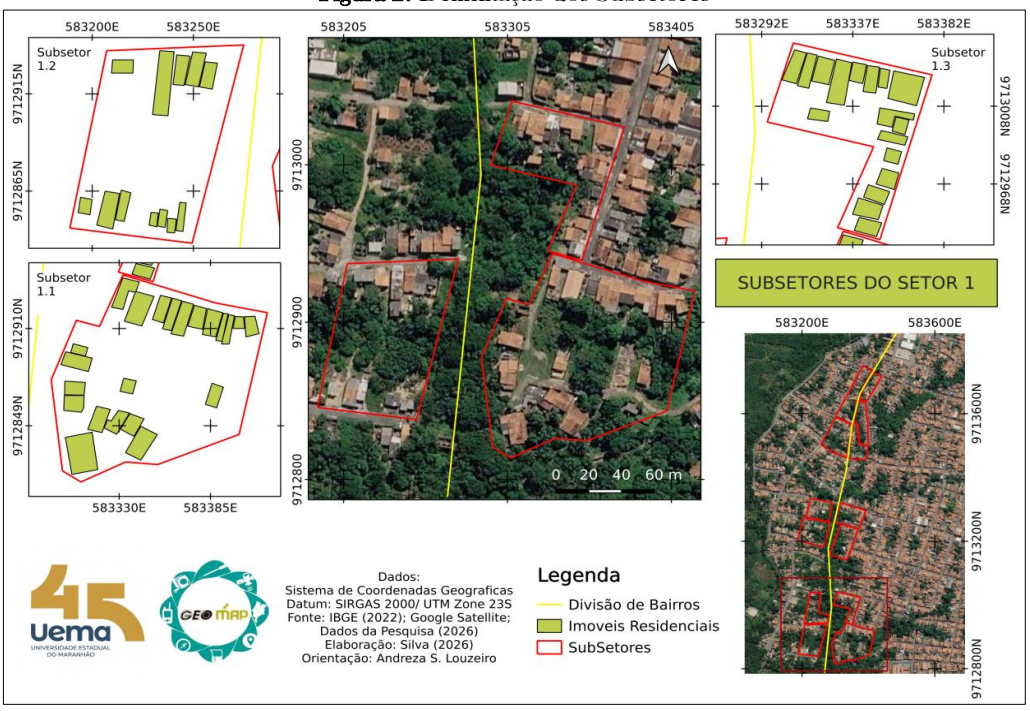
Figura 1: Esquema conceitual do DRIB Index no nível microlocal, destacando os domínios de exposição e vulnerabilidade.

ÍNDICE DRIB — NÍVEL MICRO-LOCAL				
EXPOSIÇÃO		**VULNERABILIDADE**		
DOMÍNIO DOS RISCOS NATURAIS		DOMÍNIO SOCIAL		
Aspectos Físico-Naturais	**Aspectos Estruturais**	**Suscetibilidade**	**Capacidade de Enfrentamento**	**Capacidade Adaptativa**
Características naturais e físicas intrínsecas ao ambiente	Características estruturais da infraestrutura local e habitacional	Probabilidade de sofrer danos em uma emergência	Capacidade de reduzir os impactos negativos em caso de emergência	Indicadores e critérios locais aplicáveis nos níveis subnacional, local e micro-local
Indicadores e critérios locais aplicáveis nos níveis subnacional, local e micro-local				

Fonte: Adaptado de Louzeiro *et al.* (2023)

O questionário foi planejado para obter informações sobre renda, emprego, infraestrutura, percepção de risco e estratégias de adaptação da população local. Embora a pesquisa abranja 3 grandes setores, este artigo dedica-se especificamente aos subsetores 1.1, 1.2 e 1.3 do Setor 1 (Figura 2).

Figura 2: Delimitação dos Subsetores



Fonte: Elaborado por Ana Carolina Silva (2026)

No total, foram aplicados 15 questionários estruturados diretamente nos setores,

garantindo maior proximidade com a realidade vivida (Figura 3), a fim de entender como as comunidades analisadas tendem a responder e se preparar para possíveis situações de desastre. Diante desse cenário, torna-se relevante analisar a localidade sob a ótica da Geografia do Risco, para compreender os fatores que condicionam a realidade da comunidade.

Figura 3: Bairros Vila Itamar e Recanto Verde



Fonte: Dados da Pesquisa

Ressalta-se, também, que este estudo constitui um ensaio metodológico para a aplicação futura desses instrumentos nos demais setores indicados dos bairros, ampliando o diagnóstico sobre as condições de vulnerabilidade e exposição das populações residentes em áreas suscetíveis. Além disso, este estudo integra um projeto de Iniciação Científica em fase inicial, voltado à análise de perigo, exposição e vulnerabilidade social em áreas urbanas de São Luís (MA).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da sistematização dos dados, realizou-se uma análise dos subindicadores de Suscetibilidade, Capacidade de Lidar e Capacidade de Adaptação. Os resultados indicam que os bairros possuem áreas de elevada suscetibilidade a movimentos de massa, principalmente em encostas ocupadas de forma irregular. Durante o período chuvoso, a instabilidade dos solos aumenta consideravelmente, elevando o risco de escorregamentos.

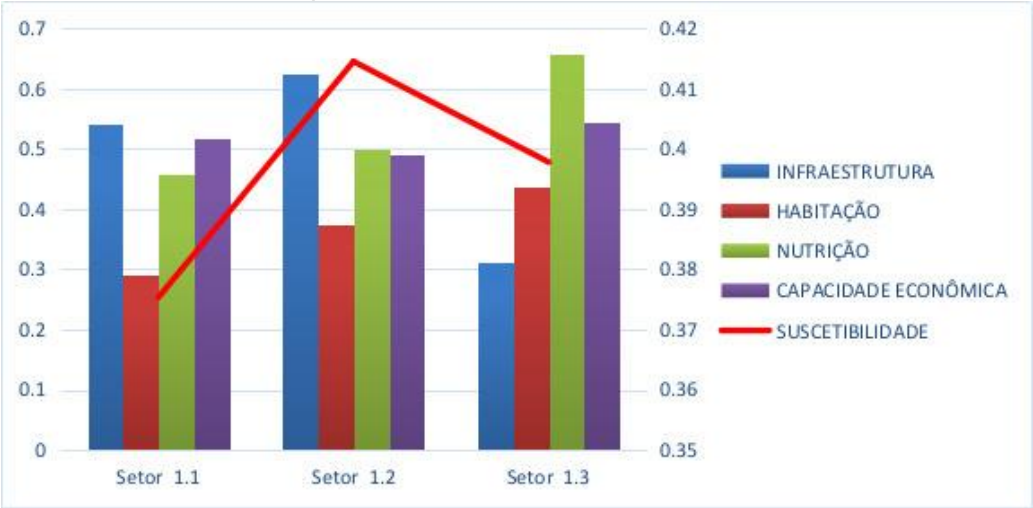
A significativa vulnerabilidade dos bairros a movimentos de massa resulta da interação entre fatores naturais e socioeconômicos. A exposição da população em áreas de risco, somada à precariedade habitacional e à ausência de políticas públicas efetivas, aumentam as chances de ocorrência de desastres. Os riscos nos bairros não decorrem apenas das características físicas

do terreno, mas também do contexto socioeconômico que condiciona a ocupação inadequada e a ausência de alternativas habitacionais seguras.

Nos gráficos é possível identificar a complexidade das desigualdades intraurbanas. Este tipo de representação é fundamental para entender que a vulnerabilidade é multidimensional, pois mostra que ela não está relacionada apenas à falta de renda, mas ao desequilíbrio entre diferentes eixos de suporte à vida.

Para a leitura dos subindicadores, cabe destacar que, quanto mais altas as barras do gráfico, maior é a vulnerabilidade; quanto mais baixas, maior é a resiliência. A Figura 4 representa o estado de fragilidade física e material das famílias antes de um impacto.

Figura 4: Subindicadores de Suscetibilidade

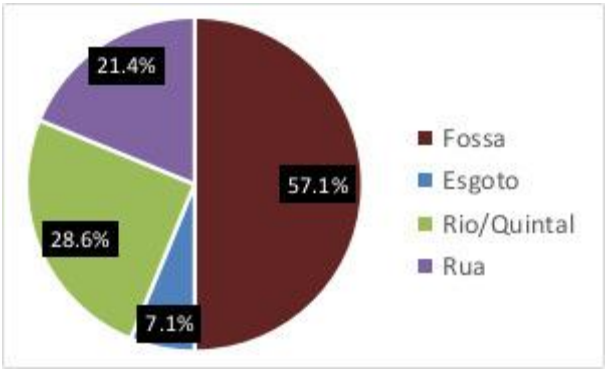


Fonte: Dados da Pesquisa 2026; Elaboração: Autores

O Subsetor 1.3 revela um paradoxo social: embora possua a melhor infraestrutura física (habitação e ruas), apresenta o pior indicador de Nutrição e Capacidade Econômica. As famílias residem em casas "melhores" (alvenaria), porém, comprometem mais da metade da renda com alimentação, restando pouco ou nenhuma margem financeira para manutenção preventiva ou reservas de emergência.

Por sua vez, o Subsetor 1.2 confirma a precariedade absoluta. Nele, concentram-se as piores condições de infraestrutura, materiais de construção frágeis e saneamento básico inexistente: 57% das moradias utilizam fossas, enquanto apenas 7% possuem ligação direta à rede da CAEMA, como é possível observar na Figura 5.

Figura 5: Destinação do esgoto sanitário

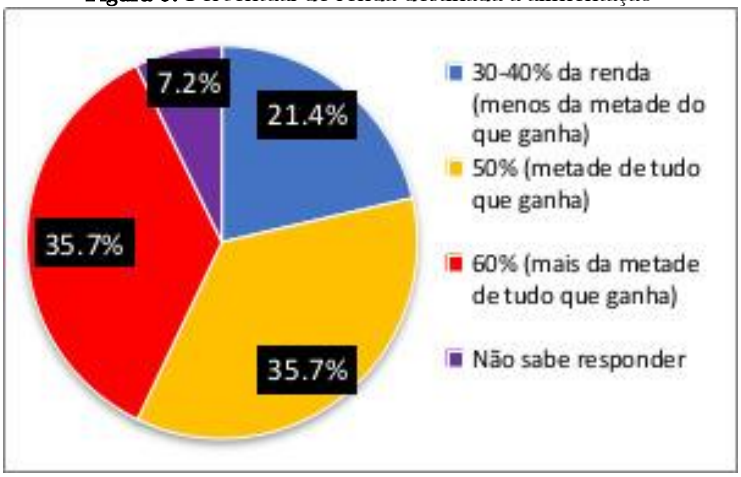


Fonte: Dados da Pesquisa 2026; Elaboração: Autores

Quanto ao abastecimento de água, embora 78% das residências analisadas sejam atendidas pela CAEMA, ainda há dependência de poços, com 14% dos domicílios recorrendo a carro-pipa e 7% utilizando água mineral para consumo. Essa realidade expõe limitações no acesso regular à água potável. Sobre a qualidade das ruas, 42% dos entrevistados consideraram-nas boas, mas 35% as avaliaram como péssimas. Esses indicadores revelam uma sobreposição de precariedades que amplifica a vulnerabilidade e o risco diante de desastres adversos.

Em relação à alimentação, os dados mostram que 64% dos entrevistados realizam quatro ou mais refeições por dia. Embora esses dados apontem para uma rotina alimentar estável, o número de refeições não necessariamente reflete a qualidade nutricional dos alimentos consumidos, sobretudo considerando o alto percentual da renda destinado à alimentação, conforme os dados levantados os moradores afirmaram gastar metade ou mais da metade da renda com alimentação (Figura 6).

Figura 6: Percentual de renda destinada à alimentação

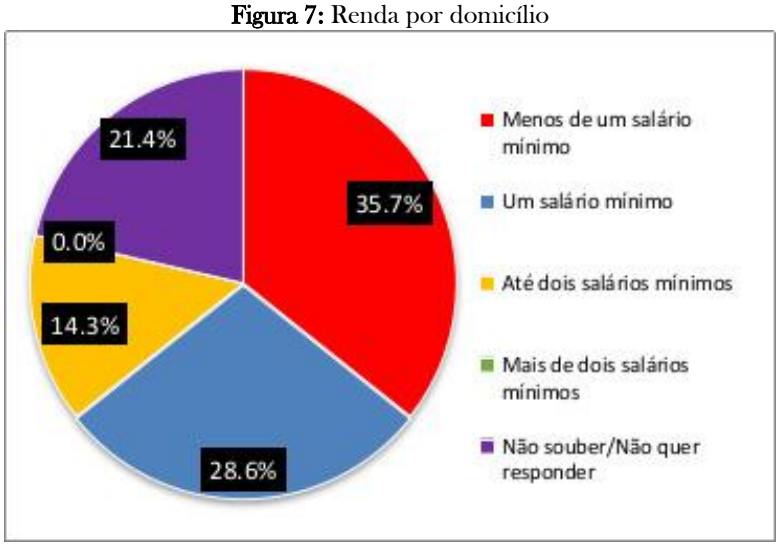


Fonte: Dados da Pesquisa 2026; Elaboração: Autores

Quanto à capacidade econômica geral dos moradores do Setor 1, a maior parte das

famílias possui baixa renda, recebendo menos de um salário mínimo (Figura 7). Apesar disso, 78% dos moradores entrevistados possuem casa própria.

Figura 7: Renda por domicílio



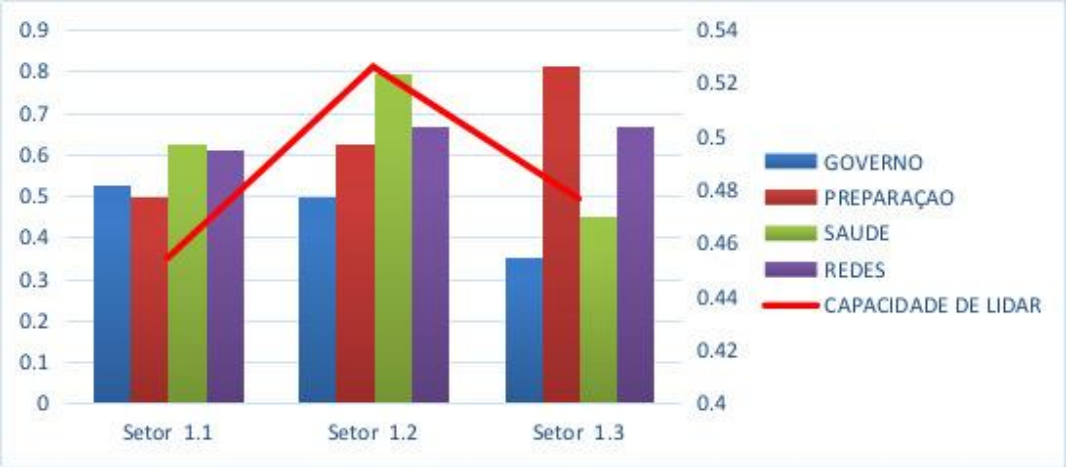
Fonte: Dados da Pesquisa 2026; Elaboração: Autores

Dito isso, mais de 71% dos entrevistados recebem algum tipo de auxílio do governo. Sob a perspectiva de gênero, nota-se que as mulheres são as mais vulneráveis no mercado de trabalho: apenas 42% possuem vínculo empregatício formal (carteira assinada) enquanto 57% estão sem carteira assinada ou encontram-se desempregadas. Em contrapartida, 50% dos homens trabalham de carteira assinada e, em média, apenas 39% destes estão desempregados ou sem carteira assinada.

Quanto aos eletrodomésticos e acesso à informação, 100% dos moradores entrevistados possuem geladeira, fogão e ventilador, confirmando o caráter essencial desses itens. Aparelhos de comunicação, como celular e televisor, também são bastante utilizados, sendo 78% possuem acesso à internet. Bens de maior valor, como computadores e veículos próprios, aparecem com menos frequência, o que corrobora o nível de renda predominantemente baixo.

No subindicador Capacidade de Lidar, que é a percepção dos moradores sobre o papel de governo, a preparação para desastres, cuidados com a saúde e redes sociais em casos de desastres, os dados da Figura 8 mensuram a capacidade imediata de resposta a um desastre, o suporte institucional, as redes de apoio e a presença do Estado.

Figura 8: Capacidade de Lidar



Fonte: Dados da Pesquisa 2026; Elaboração: Autores

A altura das barras no gráfico indica que o Setor 1.2 apresenta a menor capacidade de lidar, com deficiências críticas em quase todos os eixos. Observa-se, também, uma nítida disparidade na exposição ao risco entre os três grupos analisados, sendo o Setor 1.1 o que apresenta melhor cenário comparativo de resiliência. Apesar disso, mesmo no Subsetor 1.1, foi possível observar que quase não houve participação em decisões e de execução de obras por parte da prefeitura.

Somado a isso, aproximadamente 50% dos entrevistados consideram que há muita corrupção no município de São Luís, seguido de 35% que consideram o nível baixo. Esse panorama, aliado à falta de canais para participação nas decisões voltadas à realização de obras de infraestrutura, demonstra a insatisfação com a atuação do poder público e menor confiança institucional.

Outro ponto importante refere-se à existência de recursos próprios para situações de emergência e à presença de redes de apoio (família, amigos e vizinhos). Os dados demonstram que, nos subsetores 1.2 e 1.3, as famílias não possuem recursos para sustento nem contam com redes externas de apoio em casos de desastres. O oposto ocorre no subsetor 1.1, onde há famílias que possuem recursos e existem pessoas a quem recorrer em possíveis momentos de crises.

A desconfiança nas instâncias governamentais também reflete na avaliação dos serviços de saúde locais. No subsetor 1.2, 57% dos entrevistados consideram o Sistema Público de Saúde do bairro como regular, e 42% o avaliam como péssimo. No eixo das redes comunitárias, embora os três subsetores apresentem valores relativamente elevados, o Subsetor 1.2 registra o maior índice de vulnerabilidade, sugerindo que as redes de apoio social estão fragilizadas.

A Figura 9 ilustra o potencial de recuperação a longo prazo e a resiliência estrutural. Nessa perspectiva, avaliar a capacidade de adaptação em escala intraurbana é fundamental para compreender o potencial que as famílias têm de reduzir suas vulnerabilidades futuras.

Figura 9: Capacidade de Adaptação

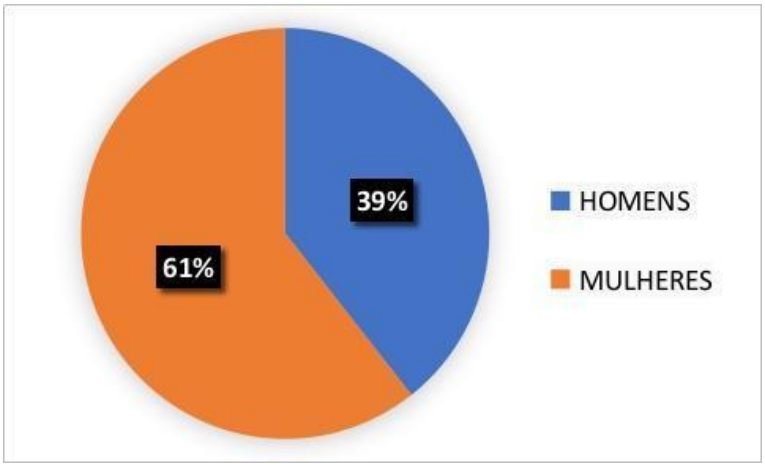


Fonte: Dados da Pesquisa 2026; Elaboração: Autores

Nesta análise, a capacidade de adaptação das famílias nos Setores 1.1, 1.2 e 1.3 foi mensurada a partir de quatro dimensões: Educação, Meio Ambiente, Financiamento e Equidade. Nesse modelo gráfico, é possível perceber que o subsetor 1.2, de forma sistemática, apresenta índices elevados que se traduzem em baixa capacidade de adaptação. O déficit na dimensão da Educação indica limitações no acesso à escolarização formal, o que restringe o acesso ao conhecimento que poderiam ampliar a capacidade de tomada de decisão em momentos de risco. No extremo oposto, o Subsetor 1.1 apresenta os melhores indicadores educacionais.

Analisando o panorama de todos os subsetores (Figura 10), os dados mostram que 61% das mulheres apresentam bom nível de escolaridade. Esse cenário difere do perfil masculino, no qual apenas 39% dos homens concluíram o Ensino Fundamental. Apesar desses indicadores, segundo reportagem do G1 (2025), essa vantagem educacional feminina não se traduz em igualdade salarial, pois mesmo com maior escolarização, as mulheres ainda ganham cerca de 20% a menos que os homens.

Figura 10: Comparativo de Educação



Fonte: Dados da Pesquisa 2026; Elaboração: Autores

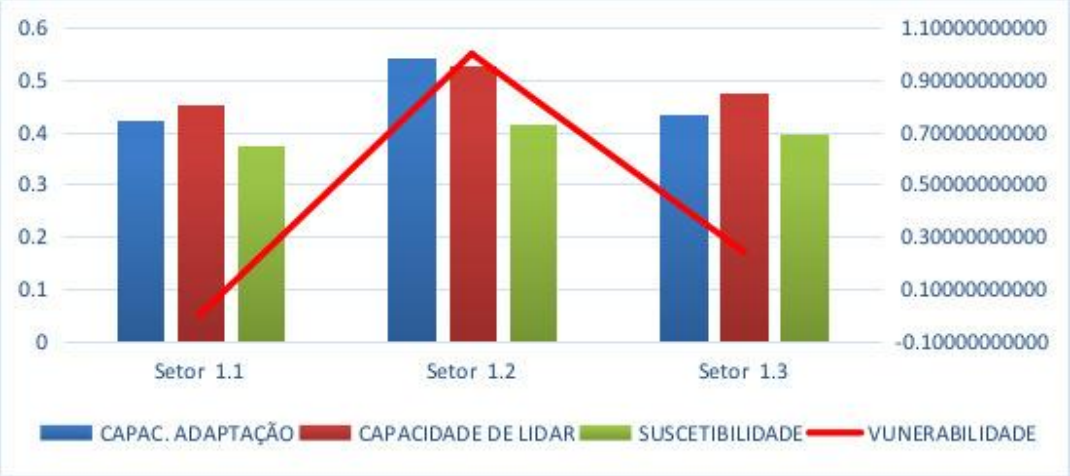
Esse contraste evidencia a persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, que não são explicadas apenas pelo nível de instrução, mas também por fatores estruturais, culturais e pela divisão sexual do trabalho.

Dessa forma, a baixa escolaridade (marcada por um forte recorte de gênero) e a ausência de reservas financeiras anulam a "capacidade de escolha" das famílias. Como a maior parte das famílias possui renda inferior a um salário mínimo, ou dependem de algum tipo de auxílio governamental e destina grande parcela do orçamento doméstico à alimentação, a permanência em áreas de risco torna-se uma imposição estrutural. Nesse aspecto, o Subsetor 1.2 registrou, novamente, o maior índice de vulnerabilidade.

No eixo Meio Ambiente, os subsetores 1.1 e 1.3 apresentaram elevada vulnerabilidade, indicando uma percepção limitada sobre os processos ambientais que afetam diretamente o território, como a erosão, a ocupação de encostas e a degradação ambiental. Sob a perspectiva educacional averiguada nos bairros a respeito da Área de Preservação Permanente, os moradores entrevistados demonstraram ter conhecimento relacionado ao tema.

Em relação à qualidade das áreas de encostas, constatou-se que as condições dos setores mapeados são avaliadas como péssimas. A percepção ambiental dos moradores demonstra um reconhecimento parcial das condições de risco existentes. Entretanto, embora haja certa familiaridade sobre Áreas de Preservação Permanente (APPs) - fator provavelmente associado à inserção dos bairros estarem inseridos dentro de uma Unidade de Conservação (UC), o Parque Estadual do Bacanga (PEB), parcela da população ainda demonstra dificuldade em compreender as causas e consequências diretas desses processos.

Figura 11: Índice de Vulnerabilidade



Fonte: Dados da Pesquisa 2026; Elaboração: Autores

A Figura 11 demonstra que o subsetor 1.2 é o mais vulnerável nos três eixos analisados. Esse resultado é coerente com todos os achados analíticos anteriores, nos quais esse Subsetor já se destacava como o território de maior fragilidade em praticamente todas as dimensões avaliadas, sobretudo nos indicadores de Educação, Financiamento e Saúde, Preparação para desastres. Por sua vez, o Subsetor 1.3 apresenta vulnerabilidade média, enquanto o Subsetor 1.1 registra a menor vulnerabilidade entre as áreas analisadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada no Setor 1 evidenciou que a vulnerabilidade local é resultado direto da combinação entre fragilidades estruturais, desigualdades socioeconômicas e deficiências na infraestrutura urbana. A precariedade dos serviços básicos, como saneamento, abastecimento de água e acesso a políticas públicas, somada à baixa renda e à dependência de programas assistenciais, intensifica a exposição das populações locais.

A espacialização dos indicadores por subsetor revelou padrões intraurbanos de vulnerabilidade que não seriam perceptíveis em análises agregadas, evidenciando a concentração de risco no Subsetor 1.2 e apontando para a necessidade urgente de intervenções territorialmente diferenciadas.

Constatou-se, ainda, que, embora a maioria dos moradores possuam moradia própria, as condições habitacionais e o entorno físico indicam alto grau de suscetibilidade a processos erosivos e movimentos de massa. Durante a pesquisa de campo, foram observadas casas abandonadas, residências à venda e estruturas com rachaduras, as quais servem como indicadores de movimento de massas. Nesse sentido, a vulnerabilidade é agravada pela limitada capacidade adaptativa das famílias, que contam com poucos recursos e baixo

envolvimento em decisões de planejamento urbano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de. **Por uma Ciência dos Riscos e Vulnerabilidades na Geografia.** Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 83-99, set./dez., 2011.

G1. **Mesmo mais escolarizadas, mulheres ganham quase 20% a menos que homens, diz o IBGE**. Rio de Janeiro: G1, 9 out. 2025.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. **Indicators for disaster risks and management:** program for Latin America and Caribbean: Barbados, 2010.

LOUZEIRO, Andreza dos Santos., MENDES, D. L. M., GOMES, E. J. da S., & ALMEIDA, L. Q de. **Exposição aos riscos de movimento de massa no Morro do Zé Bombom, bairro do Coroadinho - São Luís - MA (Brasil).** Paisagens &Amp; Geografias, v. 5, 2022.

LOUZEIRO, Andreza dos Santos. **Vulnerabilidade e Risco de Movimento de Massa no município de São Luís – MA (Brasil)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte. Programa de Pós-graduação em Geografia. Natal, RN, 2018.

LOUZEIRO, Andreza dos Santos.; ALMEIDA, Lutiane Queiroz de.; OLIVEIRA, Francisca Leiliane Sousa. Understanding disaster risk indicators at the micro-local level-A case study in Brazil. **International journal of disaster risk reduction**, v. 97, p. 104006, 2023.

VULNERABILIDADE AMBIENTAL AOS ALAGAMENTOS NO BAIRRO CIDADE OLÍMPICA, EM SÃO LUÍS (MA)

Danyella Vale Barros França
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
danyellabarros-geo@hotmail.com

Quésia Duarte da Silva
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
quesiasilva@professor.uema.br

José Fernando Rodrigues Bezerra
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
fernangeo@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A alteração da paisagem por meio dos agentes produtores do espaço urbano promove a apropriação dos compartimentos do relevo mais estáveis para indivíduos que possuem maior poder aquisitivo, enquanto áreas isntáveis do ponto de vista ambiental são direcionadas para pessoas de baixa renda (França, 2020).

Essa dinâmica resulta em modificações na morfodinâmica dos ambientes, os quais respondem com processos geomorfológicos intensos, sobretudo nas áreas ambientalmente frágeis. Paralelamente, a urbanização não planejada tem elevado a vulnerabilidade social, dadas as condições econômicas e sociais da atualidade.

> O processo de urbanização brasileira, caracterizado pela apropriação do mercado imobiliário das melhores áreas das cidades e pela ausência, quase completa, de áreas urbanizadas destinadas à moradia popular, levou a população de baixa renda a buscar alternativas de moradia, ocupando áreas desprezadas pelo mercado imobiliário. A precariedade da ocupação - aterros instáveis, taludes de corte em encostas íngremes, palafitas, ausência de redes de abastecimento de água e coleta de esgoto – aumenta a vulnerabilidade das áreas já naturalmente frágeis (Jorge, 2011, p. 119).

Considerando o quadro esboçado por Jorge (2011) e França (2020), observa-se, uma expansão em torno das temáticas de riscos, desastres e vulnerabilidade, na tentativa de contribuir com as populações diretamente afetadas. Nesse debate, a vulnerabilidade ambiental vem sendo discutida por diversos autores. Para Tagliani (2003), ela corresponde ao "grau de exposição que determinado ambiente está sujeito a diferentes fatores que podem acarretar efeitos diversos", sendo os impactos e/ou riscos gerados, derivados ou não das atividades socioeconômicas. Figueiredo *et. al.* (2007) afirmam que ela está "relacionada com a susceptibilidade de uma área em sofrer prejuízos quando submetida a uma determinada ação antropogênica".

Em complemento, Costa *et. al.* (2007) explicam que a vulnerabilidade ambiental pode ser compreendida como a possibilidade de degradação do ambiente natural, relacionada à erosão do solo, perda de biodiversidade, assoreamento, contaminação do solo e da água, entre outros. Essa degradação, segundo os autores, pode ser agravada por fatores antropogênicos.

No presente estudo, adota-se a perspectiva de que a vulnerabilidade ambiental é indissociável da sociedade e da atividade humana. Defende-se, portanto, que a vulnerabilidade só se materializa a partir da presença do ser humano, expressa aqui pelo uso da terra e pelas alterações da paisagem oriundas sobretudo da urbanização. Em consonância com essa discussão, destaca-se também o conceito de resiliência urbana, compreendido como a capacidade das cidades e das populações de resistirem, adaptarem-se e recuperarem-se diante de eventos adversos, como os alagamentos.

Contudo, em contextos marcados pela precariedade urbana, a ausência de infraestrutura reduz significativamente essa capacidade de resposta. Assim, a falta de drenagem urbana eficiente, saneamento básico, coleta adequada de resíduos sólidos e planejamento territorial compromete a resiliência das áreas urbanas, tornando determinados grupos sociais mais suscetíveis aos impactos ambientais.

A alteração da paisagem associada à falta de infraestrutura urbana reflete um quadro que se repete em várias cidades brasileiras, caracterizado pela produção de um espaço urbano sem a infraestrutura necessária para que a população ocupante tenha qualidade de vida. Assim, a morfodinâmica decorrente das formas de apropriação do relevo associada a inexistência de infraestrutura urbana, torna a população vulnerável aos eventos que podem ocorrer em áreas urbanas, como é o caso dos alagamentos.

Estes fenômenos não têm relação com o canal fluvial, mas às alterações da paisagem e à ineficácia ou inexistência do sistema de drenagem urbana. No Brasil, os episódios de alagamentos durante o período chuvoso são recorrentes e amplamente divulgados pelos meios de comunicação em massa. Esse quadro também é refletido na Ilha do Maranhão, território composto por diversas bacias hidrográficas e por um crescimento populacional acelerado. A busca por novos espaços habitacionais na região, compostas pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, tem resultado em alterações diversas na paisagem e tem apresentado nos últimos 10 anos diversos casos de pessoas afetadas por fenômenos de alagamentos.

Considerando que esta é uma realidade que se repete anualmente na Ilha do Maranhão e que diversas comunidades são afetadas, esta pesquisa pretende analisar a vulnerabilidade ambiental a processos de alagamentos no bairro Cidade Olímpica, em São Luís, localidade marcada por constantes registros dessa natureza ao longo dos anos. Para a sistematização do objetivo geral, definiram-se como objetivos específicos: identificar os aspectos da paisagem da área em estudo; caracterizar as alterações no modelado em virtude da urbanização; e mapear os pontos críticos de alagamento no bairro em questão.

2. METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos, realizou-se um levantamento cartográfico, mapeamento temático e trabalhos de campo. O levantamento cartográfico se deu a partir de bases como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Geoportal do Exército Brasileiro, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Agência Nacional de Águas (portal Geonetwork), Atlas Pluviométrico do Brasil no portal do Serviço Geológico do

Brasil (CPRM) e Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa (BDMEP) do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET).

Elaboraram-se mapas temáticos relacionados à paisagem da área de estudo como unidades de relevo, hipsometria, declividade, curvatura do terreno e uso e cobertura da terra. Todo o mapeamento foi realizado no *Software ArcGis for Desktop Advanced,* versão 10.2, sob licença pertencente ao Grupo de Pesquisa em Geomorfologia e Mapeamento (GEOMAP), vinculado ao curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão.

O mapeamento da vulnerabilidade a alagamentos para a área de estudo fundamentou-se a partir das concepções dos meios morfodinâmicos de Tricart (1977), bem como nos estudos desenvolvidos por Ross (1990, 1992, 1994) e Crepani *et. al* (2001). É importante ressaltar que grande parte dos trabalhos pautados nessa fundamentação teórica volta-se ao estudo da vulnerabilidade ambiental, da perda de solos ou dos processos morfodinâmicos ligados à Pedologia. Por esta razão, realizaram-se adaptações metodológicas partindo das ideias propostas pelos autores anteriormente citados, a fim de atender à realidade da área e do fenômeno em estudo, não se restringindo à aplicação rígida de um único método.

Desta forma, para o mapeamento da vulnerabilidade, utilizaram-se as seguintes variáveis: unidades de relevo; declividade; curvatura da superfície; uso e cobertura da terra; impermeabilidade dos solos; e precipitação. A cada um desses parâmetros, foram atribuídos pesos variando de 1 a 3 (Quadro 01 e Tabela 01), conforme modelo adaptado por França (2020).

Quadro 01 – Avaliação da estabilidade das categorias morfodinâmicas com adaptações para o espaço urbano

CATEGORIA MORFODINÂMICA	RELAÇÃO NATUREZA/SOCIEDADE	VALOR
Estável	Atividade humana reduzida, características do ambiente natural predominantes com baixa fragilidade.	1
Intermediária	Alterações humanas planejadas, levando em consideração os limites naturais. Equilíbrio entre o antrópico e o natural. Características do ambiente natural intermediárias – média fragilidade.	2
Instável	Atividade humana intensa, com desconfiguração dos sistemas naturais, prevalecendo as atividades humanas e características do ambiente natural favoráveis para a ocorrência de desajustes urbanos – alta fragilidade.	3

Fonte: França (2020).

Tabela 01 – Pesos atribuídas para a análise da vulnerabilidade ambiental a alagamentos

Categorias	Características	Pesos	%
Declividade	> 12 %	1	15%
	12 – 2 %	2	
	< 2%	3	
Unidades de relevo	Planície fluvial	1	15%
	Colinas esparsas	2	
	Tabuleiros com topos planos	3	
Curvatura da superfície	Convexa	1	15%
	Retilínea	2	
	Côncava	3	
Impermeabilidade dos solos	Permeável	1	20%
	Impermeável	3	
Uso e cobertura	Vegetação secundária	1	15%
	Área urbanizada	3	
Precipitação	1.777 mm – 1.779 mm	3	20%
	1.780 mm – 1,781 mm		
	1.782 mm – 1.785 mm		

Fonte: França (2020).

Além do cruzamento das variáveis ambientais, analisaram-se variáveis sociais, utilizando os dados dos setores censitários do Censo Demográfico do IBGE (2010)[1]. Para esta análise, realizou-se a compilação dos dados do Censo que resultou na seleção de 8 variáveis: população total por setor censitário; chefe de família com rendimento mensal de até um salário mínimo; chefes alfabetizados(as) por setor censitário; domicílios com lixo queimado, jogado em terreno baldio, logradouro ou rios; domicílios sem esgotamento sanitário/com esgotamento a céu aberto; setores com ausência de bueiros diversos e galerias; e domicílios com lixo acumulado no logradouro e domicílios com fossa séptica (Quadro 02).

Quadro 02: Variáveis censitárias utilizadas para a caracterização social da área de estudo

MAPA	Variáveis censitárias	Arquivo de onde foi extraído
População total por setor censitário.	V002 – Moradores em domicílios particulares permanentes ou população residente em domicílios particulares permanentes.	Arquivo Básico (Planilha Básico_MA.xls)
Chefe de família com rendimento mensal	V001 - Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de até 1/2 salário mínimo;	Arquivo Renda da Pessoa Responsável

[1]Este trabalho é um recorte dos resultados alcançados por França (2020) em sua dissertação intitulada "Vulnerabilidade ambiental a alagamentos no alto curso da bacia hidrográfica do Santo Antônio, Ilha do Maranhão". Considerando que a pesquisa foi publicada em 2020, os dados sociais disponíveis analisados são do Censo 2010. Não foi realizada a atualização dos dados para a publicação deste trabalho, considerando os dados do Censo 2022.

até um salário mínimo.	V002 - Pessoas responsáveis com rendimento nominal mensal de mais de 1/2 a 1 salário mínimo; V010 - Pessoas responsáveis sem rendimento nominal mensal.	(Planilha Responsável Renda_UF.xls)
Chefes alfabetizados(as) por setor censitário.	V078 - Responsáveis alfabetizados(as) com 10 ou mais anos de idade em domicílios particulares; V080 - Filhos(as) ou enteados(as) alfabetizados(as) com 10 ou mais anos de idade em domicílios particulares.	Arquivo Alfabetização Total (Planilha Pesso01_UF.xls)
Domicílios com lixo queimado, jogado em terreno baldio, logradouro ou rios.	V038 - Domicílios particulares permanentes com lixo queimado na propriedade; V039 - Domicílios particulares permanentes com lixo enterrado na propriedade; V040 - Domicílios particulares permanentes com lixo jogado em terreno baldio ou logradouro; V041 - Domicílios particulares permanentes com lixo jogado em rio, lago ou mar; V042 - Domicílios particulares permanentes com outro destino do lixo.	Arquivo Domicílios, Características Gerais (Planilha Domicílio01_UF.xls)
Domicílios sem esgotamento sanitário/ com esgotamento a céu aberto.	V050 - Domicílios particulares permanentes próprios – Existe esgoto a céu aberto; V052 - Domicílios particulares permanentes alugados – Existe esgoto a céu aberto; V054 - Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe esgoto a céu aberto.	Arquivo Entorno 01 (Planilha Entorno01_UF.xls)
Setores com ausência de bueiros diversos e galerias.	V033 - Domicílios particulares permanentes próprios – Não existe bueiro/boca-de-lobo; V035 - Domicílios particulares permanentes alugados – Não existe bueiro/boca-de-lobo; V037 - Domicílios particulares permanentes cedidos – Não existe bueiro/boca-de-lobo.	Arquivo Entorno 01 (Planilha Entorno01_UF.xls)
Domicílios com lixo acumulado no logradouro.	V056 - Domicílios particulares permanentes próprios – Existe lixo acumulado nos logradouros; V058 - Domicílios particulares permanentes alugados – Existe lixo acumulado nos logradouros; V060 - Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe lixo acumulado nos logradouros.	Arquivo Entorno 01 (Planilha Entorno01_UF.xls)
Domicílios com fossa séptica.	V152 - Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário de fossa séptica – existe esgoto a céu aberto; V153 - Domicílios particulares permanentes que tinham banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário de fossa séptica – não existe esgoto a céu aberto.	Arquivo Entorno 01 (Planilha Entorno01_UF.xls)

Fonte: IBGE (2011) organização França (2020).

Após a finalização dos mapeamentos e análises de variáveis em gabinete, foram realizados trabalhos de campo com o objetivo de validar as informações geradas, bem como registrar os fenômenos de alagamento. Esse procedimento permitiu a observação direta da realidade vivenciada pela população residente em dias de eventos pluviométricos acentuados.

Cabe ressaltar que este estudo integra os resultados da pesquisa de mestrado de França (2020), que analisou a vulnerabilidade ambiental a alagamentos no alto curso da bacia hidrográfica do Rio Santo Antônio, na Ilha do Maranhão, compreendendo um espaço-temporal de análise entre 2009 e 2019.

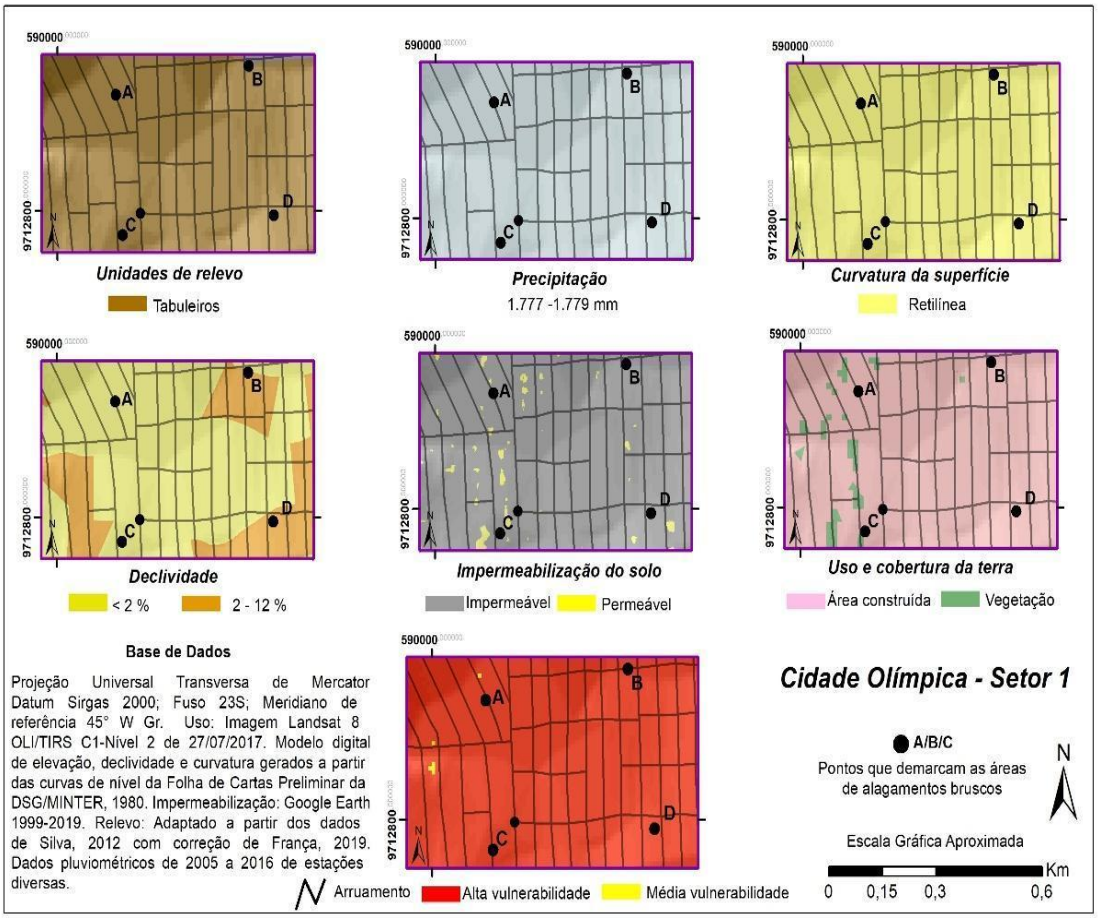
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo França (2020), os alagamentos são fenômenos que não estão associados ao canal fluvial, mas às alterações da paisagem e à ineficácia ou inexistência do sistema de drenagem urbana. Esse cenário é vivenciado no bairro Cidade Olímpica, gerando ao longo da última década muitos problemas para a população residente e culminando, em alguns casos, em um quadro desastroso. Compreende-se que a recorrência de alagamentos na área de estudo está diretamente associada às alterações no modelado, à inexistência de infraestrutura urbana, ao perfil social da população e a chuvas intensas.

Em relação à dinâmica geoambiental da área, a paisagem é constituída por tabuleiros de 40 a 60 metros e vertentes retilíneas com declividades inferiores a 12%. O setor apresenta uso urbano consolidado, caracterizado pela predominância de áreas comerciais e residenciais, com terrenos impermeabilizados, sobretudo por pavimentação asfáltica (Figura 01).

Devido ao processo de urbanização, houve uma alteração significativa na morfodinâmica da paisagem, em que as superfícies dos tabuleiros e vertentes foram impermeabilizadas e a declividade do terreno foi reduzida (Figura 02). As águas pluviais que anteriormente infiltravam nos tabuleiros e eram fundamentais na recarga dos aquíferos, agora, com a capacidade de infiltração reduzida pela camada asfáltica que é impermeável, escoam superficialmente de maneira acelerada, a qual deveria desaguar em um dos componentes do sistema de drenagem urbana, como galerias e/ou bueiros.

Figura 01 – Aspectos da paisagem no bairro Cidade Olímpica, São Luís – MA



Fonte: França (2020)

Embora mais de 50% das vias sejam pavimentadas, o sistema de drenagem urbana é ineficiente. Bueiros, galerias e sarjetas começaram a ser construídos, bem como os demais componentes superficiais e subsuperficiais do sistema de drenagem, mas as obras não foram finalizadas. As obras inacabadas contribuem com a ocorrência dos alagamentos no bairro em questão (Figura 03), pois a quantidade de materiais úrbicos nos canais e nos bueiros iniciados dificulta a passagem das águas. Além disso, dejetos líquidos são lançados diretamente no canal fluvial, evidenciando a inexistência de saneamento básico (Figura 04).

Figura 02 – Vertente impermeabilizada no bairro Cidade Olímpica, São Luís – MA



Fonte: França (2020).

A elevada vulnerabilidade ambiental aos alagamentos no bairro Cidade Olímpica não resulta apenas de fatores físicos/naturais, mas também da associação entre precariedades de infraestrutura urbana, baixa renda da população e deficiência histórica no saneamento básico. A análise das variáveis ambientais e sociais demonstra que a vulnerabilidade existente não decorre apenas de fatores naturais, mas principalmente das desigualdades socioespaciais que estruturam o espaço urbano.

Os dados de alfabetização indicam que os setores censitários do bairro apresentam entre 88% e 95% de habitantes alfabetizados, demonstrando um nível relativamente elevado de acesso à educação formal. Entretanto, essa variável, se analisada isoladamente, não é suficiente para garantir melhores condições de vida ou capacidade de enfrentamento aos eventos ambientais extremos. A persistência de problemas estruturais demonstra que a vulnerabilidade social do bairro está ligada às limitações econômicas e à ausência de investimentos públicos adequados em infraestrutura urbana.

Figura 03 – Obras do sistema de drenagem inacabadas na Cidade Olímpica, São Luís – MA



Fonte: França (2020).

Nesse contexto, destaca-se o perfil econômico da população local, uma vez que entre 48% e 71% dos responsáveis pelos domicílios possuem rendimento mensal de até um salário mínimo. Esse cenário denota a predominância de famílias em condição de baixa renda, fator que reduz a capacidade de adaptação e resposta diante dos impactos dos alagamentos. Populações economicamente vulneráveis tendem a ocupar áreas mais suscetíveis aos riscos ambientais, principalmente locais com infraestrutura insuficiente, drenagem precária e ausência de planejamento urbano eficiente.

Os indicadores de saneamento básico reforçam a condição de vulnerabilidade ambiental da região. A presença de esgoto a céu aberto atinge entre 85% e 100% dos domicílios, revelando a severa precariedade sanitária e que potencializa os riscos à saúde pública, sobretudo em períodos chuvosos. Durante os alagamentos, o contato da população com águas contaminadas eleva a disseminação de doenças de veiculação hídrica, como leptospirose, hepatites virais, diarreias infecciosas e doenças parasitárias. Além disso, a presença predominante de fossas sépticas, registrada em 68% a 100% dos domicílios, indica a ausência de uma rede pública eficiente de coleta e tratamento de esgoto.

Figura 04 – Obras do sistema de drenagem inacabadas na Cidade Olímpica, São Luís – MA



Fonte: França (2020).

O manejo inadequado dos resíduos sólidos constitui um outro aspecto crítico do problema. Embora apenas 6% dos domicílios apresentam lixo acumulado nos logradouros, os dados apontam que de 34% a 67% dos domicílios realizam o descarte de resíduos em terrenos baldios e em rios, ou realizam a queima desses materiais. Essa prática contribui para a obstrução dos canais naturais de drenagem e para o entupimento de áreas de escoamento superficial, intensificando os alagamentos. O descarte irregular do lixo denuncia tanto as limitações nos serviços de coleta pública, quanto a ausência de políticas efetivas de educação ambiental e gestão integrada de resíduos.

A problemática é agravada diante da deficiência do sistema de drenagem urbana. Entre 79% e 100% dos setores censitários analisados não possuem galerias pluviais ou bueiros capazes de promover o adequado escoamento das águas das chuvas. A condição favorece o acúmulo de água nas vias e áreas residenciais, ampliando os impactos dos eventos pluviométricos intensos.

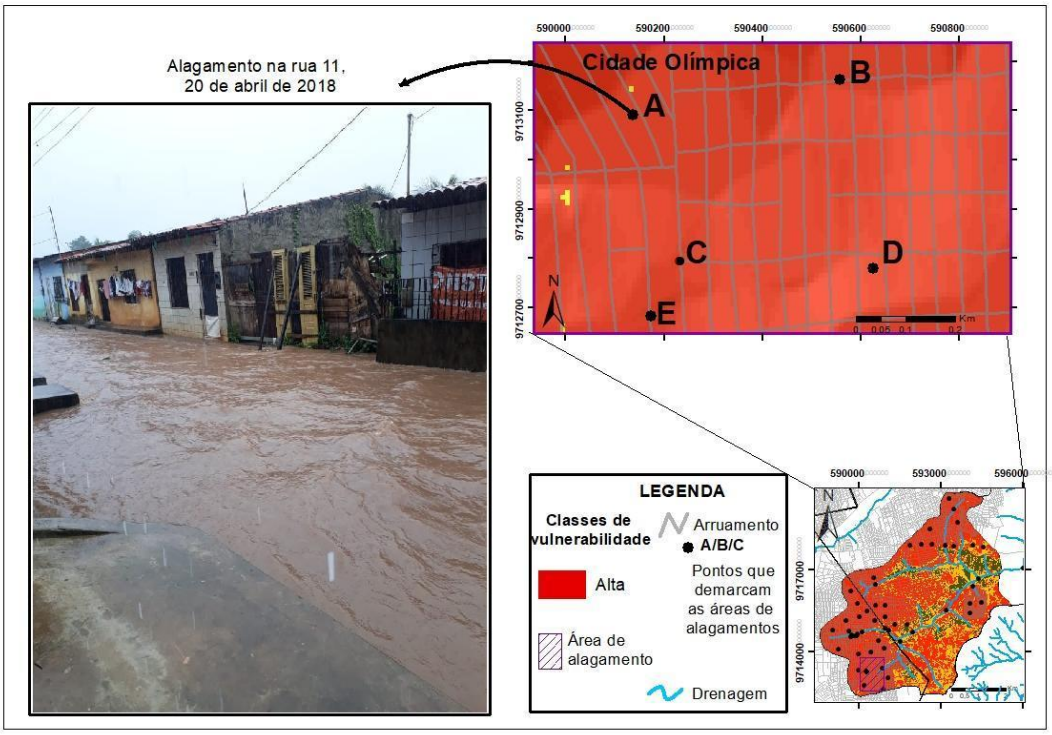
Durante a pesquisa de campo, os moradores relataram que em dias de precipitação, normalmente, as águas escoam com rapidez. Entretanto, em dias de grandes volumes pluviométricos, elas escoam em direção ao canal fluvial. Este, por estar cheio de materiais úrbicos em seu leito, não comporta a vazão e dificulta o escoamento.

A partir da análise da morfodinâmica atual da paisagem e da correlação dos aspectos ambientais e sociais já descritos, identificou-se que o bairro Cidade Olímpica

apresenta alta vulnerabilidade ambiental a alagamentos. Esse cenário é justificado pela inexistência de um sistema de drenagem urbana, bem como as alterações realizadas na paisagem.

Como exemplo dessa realidade, no dia 20 de abril de 2018 (Figura 05), ocorreu uma precipitação de 90 mm na Ilha do Maranhão (INMET, 2019), o que causou transtornos diversos, afetando diretamente os moradores do bairro Cidade Olímpica, caracterizado nesta pesquisa. De acordo com os veículos de comunicação, o volume acumulado naquele mês excedeu a média prevista para o período, estimativa comprovada tanto pelos noticiários quanto durante a pesquisa de campo.

Figura 05 – Vulnerabilidade ambiental a alagamentos no bairro Cidade Olímpica, São Luís



Fonte: França (2020).

Desta forma, analisou-se o conjunto de fatores que tornam o bairro Cidade Olímpica com alta vulnerabilidade aos alagamentos. Nesta relação, associam-se índices pluviométricos, impermeabilização do solo, alteração morfodinâmica da paisagem, ausência de sistema de drenagem urbana ou ineficiência do sistema existente, capacidade insuficiente de escoamento, ocupação de áreas ambientalmente frágeis, assoreamento, obstrução de canais de drenagem e de galerias, além do perfil socioeconômico da população residente. Todo esse cenário contribui para que, anualmente, os fenômenos de alagamentos alcançam dezenas de pessoas que sofrem com perdas materiais significativas

e exponha os demais problemas sociais relacionados à saúde e transmissão de doenças de veiculação hídrica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recorrência de eventos como movimentos de massa, enchentes, inundações e alagamentos no contexto urbano contemporâneo reflete as formas de apropriação do modelado, a expansão urbana, o uso do solo e os sistemas político-globais. Estudar sobre essa temática, os riscos e as vulnerabilidades das localidades afetadas são fundamentais para que haja um olhar resolutivo. As populações afetadas por eventos dessa natureza demandam não apenas de assistência no momento do desastre, mas da implementação de políticas públicas que estejam voltadas para as etapas iniciais relacionadas à prevenção, à mitigação e à preparação.

Os moradores do bairro Cidade Olímpica são afetados anualmente pelos fenômenos de alagamentos, e nos últimos anos, essa problemática tem se agravado, gerando perdas materiais significativas. A alteração da paisagem neste bairro, associada aos totais pluviométricos e a inexistência de um sistema de drenagem urbana têm formado o conjunto de fatores que desencadeiam os fenômenos de alagamento, tornando-se um grave problema para a população residente. Contudo, reitera-se que a alta vulnerabilidade ambiental aos alagamentos na Cidade Olímpica não pode ser compreendida apenas sob a perspectiva física ou climática; deve ser considerada também como expressão das desigualdades sociais e da precarização urbana.

As variáveis sociais analisadas neste estudo evidenciam que os fenômenos vêm atingindo majoritariamente as populações de baixa renda e residentes em áreas carentes de infraestrutura. Portanto, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas integradas voltadas ao saneamento básico, drenagem urbana, educação ambiental, gestão de resíduos sólidos e melhoria das condições socioeconômicas da população, para, de fato, reduzir os impactos socioambientais e promover maior resiliência urbana no bairro.

REFERÊNCIAS

COSTA, Thomaz Corrêa e Castro da; UZEDA, Mariella Camardelli; FIDALGO, Elaine Cristina Cardoso; LUMBRERAS, José Francisco; ZARONI, Maria José; NAIME, Uebi Jorge; GUIMARÃES, Saulo Pedrinha. Vulnerabilidade ambiental em sub-bacias hidrográficas do estado do Rio de Janeiro por meio de integração temática da perda do solo (USLE), variáveis morfométricas e o uso/cobertura da terra. Florianópolis. In: **Anais do XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto,** Santa Catarina, p. 2493-2500, 2007.

CREPANI, Edison; MEDEIROS, José Simeão de; HERNANDEZ FILHO, Pedro; FLORENZANO, Teresa Gallotti; DUARTE, Valdete; BARBOSA, Cláudio Clemente Faria. **Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados ao zoneamento ecológico-econômico e ao ordenamento territorial**. São José dos Campos: INPE, 2001.

FIGUEIRÊDO, Maria Cléa Brito de; TEIXEIRA, Adunias dos Santos; ARAÚJO, Lúcia de Fátima Pereira; ROSA, Maria Fátima; PAULINO, Wandick Da Silva; MOTA, Francisco Suetônio Bastos; ARAÚJO, José Carlos de. Avaliação da vulnerabilidade ambiental de reservatórios à eutrofização. Rio de Janeiro**: Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, vol. 12, n. 4, p. 399-409, 2007.

FRANÇA, Danyella Vale Barros. **Vulnerabilidade ambiental a alagamentos no alto curso da bacia hidrográfica do Santo Antônio, Ilha do Maranhão**. 2020. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, 2020.

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. Tempo. **Gráficos**. 2019. Disponível em: http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=tempo/graficos . Acesso em: 26 jan. 2020.

JORGE, Maria do Carmo Oliveira. Geomorfologia urbana: conceitos, métodos e teorias. In: GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). **Geomorfologia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 117-145.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: FFLCH/USP, n. 8, p. 63-74, 1994.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 1990.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. O registro cartográfico dos fatos geomórficos e a questão da taxonomia do relevo. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 6. FFLCH-USP, 1992. p. 17-29.

TAGLIANI, Armanini. RONEY, Carlos. Técnica para avaliação da vulnerabilidade ambiental de ambientes costeiros utilizando um sistema geográfico de informações. Belo Horizonte. **Anais... XI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Minas Gerais: SBSR, 2003. Disponível em: http://www.fatorgis.com.br. Acesso em novembro de 2025.

TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

DESASTRES AMBIENTAIS E SEUS IMPACTOS NAS CIDADES: ESTUDO DE CASO DAS INUNDAÇÕES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MEARIM, MARANHÃO

Cristiane Mouzinho Costa Avelar
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
cristianemouzinho@hotmail.com

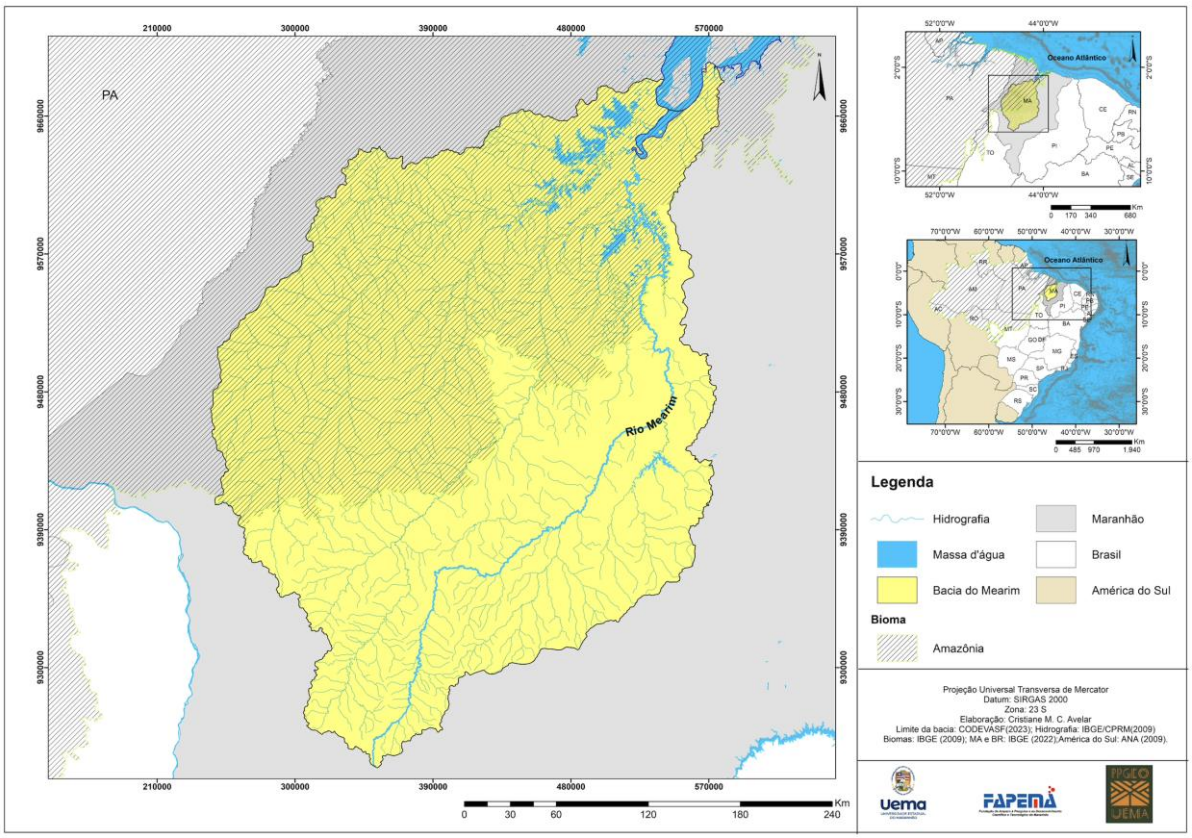
Luiz Carlos Araújo dos Santos
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
luizcarlos.uema@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os desastres ambientais, principalmente aqueles relacionados a inundações, constituem um dos principais desafios enfrentados pelas cidades brasileiras, impactando a dinâmica territorial e intensificando vulnerabilidades socioambientais. Embora as inundações sejam processos naturais e integrantes do ciclo hidrológico, a ocupação humana ao longo da história ampliou seus efeitos sobre o ambiente urbano.

Desde a antiguidade as populações perceberam a importância da água para a sobrevivência, e estabeleceram suas habitações próximas aos cursos d'água. Em muitos territórios, o rio consolidou-se como eixo de ocupação, circulação e escoamento de produção, como ocorreu com o Rio Mearim. A bacia hidrográfica do Rio Mearim (BHM), localizada na porção centro-noroeste do Maranhão, destaca-se por seu papel histórico e estratégico no estado. Trata-se de um rio genuinamente maranhense, que corta o território no sentido sul–norte e abrange uma extensa área da região central (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização da Bacia Hidrográfica do Rio Mearim, MA



Fonte: Os autores (2025).

Sua localização geográfica, na faixa que delimita o limite oriental da floresta amazônica (Santos, 1965), confere-lhe um regime hidrológico marcado por duas estações bem definidas: o período de cheias, entre fevereiro e maio, e a fase de vazante, entre agosto e novembro. Nos períodos mencionados, fenômenos hidrológicos como enchentes e secas são recorrentes na bacia (Porto et al., 2019), reforçando sua relevância para estudos sobre riscos e desastres.

No processo de formação territorial, o Rio Mearim consolidou-se como uma das principais vias naturais de circulação e escoamento de riquezas no Maranhão. Santos (1965) já destacava, na década de 1960, a expressiva importância econômica e estratégica entre os grandes rios maranhenses. Entretanto, é também nesse período que se intensifica a abertura de estradas e a expansão de novas frentes urbanas, mudanças que se somaram às dinâmicas naturais do rio e ampliaram os impactos ambientais e urbanos decorrentes das inundações.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos socioambientais das inundações históricas ocorridas na bacia hidrográfica do Rio Mearim. Discute-se como os processos naturais, associados a fatores históricos, socioeconômicos e territoriais, influenciam a ocorrência de desastres ambientais e afetam diretamente as cidades inseridas na bacia. Ao compreender essas relações, busca-se contribuir para o aprimoramento do planejamento urbano e da gestão de riscos na região.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo foi estruturada em cinco etapas interdependentes, concebidas para garantir a sistematização das informações e a consistência das análises sobre as inundações na Bacia Hidrográfica do Rio Mearim: levantamento bibliográfico; coleta de registros jornalísticos e notícias; levantamento de dados oficiais sobre desastres; elaboração cartográfica; e análise e discussão dos dados, detalhados a seguir.

a) Levantamento bibliográfico

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre aspectos socioambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Mearim. Essa etapa permitiu a construção do referencial teórico e a compreensão das dinâmicas naturais e antrópicas que influenciam a ocorrência de cheias e inundações.

b) Coleta de registros jornalísticos e notícias

Em seguida, procedeu-se à coleta de notícias, reportagens e registros históricos referentes aos eventos de cheia e inundação no Rio Mearim. As informações foram obtidas em portais de notícias, jornais online e bases digitais, visando identificar a cronologia dos eventos, sua magnitude e os municípios afetados.

c) Levantamento de dados oficiais sobre desastres

A terceira etapa consistiu na obtenção de dados oficiais sobre os impactos dos desastres associados às inundações. Foram coletadas informações referentes a óbitos, desabrigados, desalojados, população diretamente afetada, danos materiais, bem como prejuízos públicos e privados. Os dados foram extraídos do Atlas Digital de Desastres no Brasil (Brasil, 2025), cuja série histórica compreende o período de 1991 a 2024, disponibilizados pela plataforma Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres (S2ID) da Defesa Civil Nacional.

d) Elaboração cartográfica

O mapa de localização da BHM foi elaborado no software *ArcMap* 10.2 (versão de avaliação). Para a estruturação dos dados geográficos, utilizaram-se as bases de dados da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF, 2023) para a delimitação da bacia hidrográfica. Os dados relativos às sedes municipais (2016), aos limites municipais e estaduais (2021; 2022) e à rede de drenagem (2022) foram obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2022).

e) Análise e discussão dos dados

Nesta etapa final, todos os dados textuais, estatísticos e espaciais foram integrados para a realização da análise e discussão. Esse procedimento permitiu identificar padrões, tendências históricas, vulnerabilidades e possíveis relações entre fatores ambientais e socioeconômicos que influenciam a ocorrência de inundações na bacia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados nesta seção revelam a dinâmica complexa da BHM, marcada por processos geoambientais que condicionam um regime hidrológico propenso a inundações recorrentes, com impactos significativos sobre as populações ribeirinhas. Diante disso, o tópico apresenta, primeiramente, o contexto geoambiental da bacia abrangendo geologia, geomorfologia, hidrografia, clima e solos. Na sequência, apresentam-se as inundações

históricas, mapeadas desde o século XVIII por meio de relatos locais conforme Batalha (2002) e dados oficiais de Maranhão (2018), destacando eventos de grande magnitude e os efeitos socioeconômicos a partir dos dados de Brasil (2025).

3.1 Contexto geoambiental da área de estudo

A BHM, geologicamente, é dominada por rochas sedimentares meso-cenozóicas, cuja evolução morfoestrutural foi condicionada por antigos sistemas de falhas, posteriormente modelados por extensa pediplanação, o que gerou a divisão em três domínios geomorfológicos: Alto, Médio e Baixo Mearim (Porto et al., 2019).

Os autores mencionados apontam que no Alto Mearim localizam-se as nascentes, com destaque para os divisores de água com relevo mais elevado, oscilando entre 690m e 330m, fruto do processo de pediplanação. No Médio Mearim predominam planaltos dissecados de forma tabular, esculpidos sobre rochas sedimentares. Por fim, no Baixo Mearim, o relevo é plano a suavemente ondulado, composto por litotipos sedimentares variados, sujeito a inundações constantes durante a estação chuvosa, formando lagos extensos conectados por uma rede de canais com calhas fluviais bem marcadas, algumas delas associadas a sistemas estruturais de falhas.

A hipsometria da bacia evidencia essa variação altimétrica ao longo do curso do rio. No Alto Mearim, as altitudes são mais elevadas, variando entre 690m a 250m, enquanto no Baixo Mearim, a elevação diminui significativamente, decaindo de 150m até 5m ou menos, o que favorece a formação de planícies inundáveis. Essa baixa declividade próxima à desembocadura reflete um perfil de energia reduzida, que limita a capacidade de erosão ativa e favorece a acumulação de sedimentos (Lima, 2013).

Quanto à hidrografia, a bacia possui uma vasta rede de drenagem e de alta complexidade, com diversos afluentes e canais interligados, principalmente nas planícies de inundação. Os principais afluentes do Rio Mearim na margem direita são os rios Corda e Flores; e pela margem esquerda os rios Pindaré e Grajaú.

No que se refere ao clima, a bacia do Mearim é tipicamente tropical, com períodos bem marcados de chuvas intensas e outra fase mais seca (Porto et al., 2019). Durante o período chuvoso, a bacia inunda amplas áreas, dando origem a lagos interconectados, enquanto no período de estiagem a água escoa de forma mais dispersa. Esse regime hídrico periódico, com enchentes significativas, é influenciado pela topografia de baixa declividade e pela forma aplainada da planície.

Em relação aos solos, predominam Latossolos, Plintossolos e Argissolos, cobrindo mais de 76% da área da bacia, segundo Porto et al. (2019). Os Latossolos são profundos, bem drenados ou moderadamente drenados, mas possuem baixa fertilidade natural e são suscetíveis à compactação e erosão se não forem manejados corretamente. Os Plintossolos acumulam ferro e alumínio e têm drenagem variável, enquanto os Argissolos, embora com alguma coesão, também são vulneráveis à erosão. Além disso, há presença de Neossolos litólicos e Gleissolos em áreas de várzea próximas à foz, caracterizados por drenagem deficiente a muito deficiente.

3.2 Inundações Históricas na Bacia Hidrográfica do Rio Mearim

As inundações históricas do rio Mearim são relatadas pela população desde o século XVIII. Em suas pesquisas sobre o município de Arari, Batalha (2002) relata que a comunidade da região e as cidades de Pedreiras e Bacabal, sempre foram castigados em toda a história das cheias do Mearim. Nos relatos coletados pelo autor, os anos de 1789, 1914, 1924, 1934, 1944, 1954, 1964, 1974, 1984 e 1987 destacam-se como as maiores inundações constatadas. A seguir, é possível observar grandes registros das cheias de 1974 e 1984 no município pedreirense (Figura 2).

Figura 2 – Casa atingida pela cheia do rio Mearim em 1974 (A); Rua da Floresta coberta pela cheia em 1984 (B); Conjunto Primavera inundado, ano desconhecido (C); Caminhão auxiliando no resgate de pessoas na cheia de 1974, Pedreiras – MA.



Fonte: Página Pedreiras - MA Grandes Relíquias de uma Geração no Facebook.

Além dos relatos apresentados, o Relatório Síntese do Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Mearim (Maranhão, 2018) aponta inundações de grande magnitude nos anos de 1971, 1972, 1985, 1986, 1996, 2008 e 2009. A partir desses dados, construiu-se a linha do tempo apresentada na Figura 3. A magnitude das inundações é socialmente diferente, algumas historicamente implicando em deslocamentos de um grande quantitativo populacional, como as ocorridas em 1924, 1934, 1964 e 1974, quando milhares de famílias foram obrigadas a buscar abrigo em estruturas elevadas (jiraus).

Figura 3 - Linha do tempo das inundações históricas na B.H.M.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de Batalha (2002) e Maranhão (2018).

Para além do caráter físico e social das inundações, esses fenômenos refletem um conjunto de fatores hidrológicos. O regime pluvial do rio Mearim, assim como toda porção do litoral Norte do Maranhão, é influenciado pela Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) e por fenômenos climáticos regionais, o que ocasiona períodos de chuvas intensas no primeiro semestre de cada ano. Os elevados índices pluviométricos na região são intensificados por fatores topográficos, incluindo as marés, que afetam o rio até cerca de 170 km da foz, potencializando os efeitos de retorno das águas em áreas ribeirinhas e em várzeas extensas (Cerqueira et al. 2024).

A configuração atual da BHM é resultado de ciclos geomorfológicos profundos. A região foi moldada por três ciclos principais: o Sul-Americano (formação de chapadas lateríticas), o Velhas (dissecação do relevo e formação de grandes vales) e o Paraguaçu. Este último, atuante do Pleistoceno Médio ao Holoceno, foi determinante para o estabelecimento das vastas planícies aluviais e lagoas marginais que caracterizam o baixo curso do rio (Lima, 2013).

Dessa forma, os ciclos geomorfológicos de formação da BHM, somada à baixa declividade e ao perfil de energia reduzida do rio, favorecem o aluviamento e o extravasamento lateral das águas. Além disso, o regime pluvial, influenciado pela Zona de Convergência

Intertropical (ZCIT) impõe uma periodicidade hidrológica que, historicamente, apresenta um padrão de retorno de aproximadamente dez anos. Assim, a "cheia" não é uma anomalia, mas uma manifestação funcional de um sistema fluvial em equilíbrio dinâmico.

No entanto, a distribuição espacial dos impactos das inundações no Mearim é desigual, uma vez que reflete diferenças na exposição, na vulnerabilidade social e nas condições econômicas. Municípios como Bacabal, Trizidela do Vale, Vitória do Mearim, Arari e Pedreiras apresentam consequências mais severas, demonstradas por elevados números de desalojados[2], desabrigados[3], óbitos e prejuízos[4] financeiros significativos.

Na série histórica compreendida entre 1993 e 2024, Bacabal registrou o maior número de desalojados (11.110), enquanto Trizidela do Vale apresentou a maior quantidade de óbitos (6) e casos de enfermidade relacionados às inundações (2.799). Já a cidade de Vitória do Mearim reuniu o maior número de pessoas afetadas[5] no total (10.327).

Apesar de os dados do Atlas de Desastres Naturais não apresentem relatos das tipologias das enfermidades, estudos do Observatório do Clima e Saúde (Fiocruz, 2025) e Castro e Calheiros (2002) apontam que no primeiro momento após o desastre, os traumas agudos e ataques por animais peçonhentos são mais comuns. Após alguns dias, predominam as doenças de veiculação hídrica, como leptospirose, gastroenterites e infecções respiratórias agudas, que se caracterizam como indicadores de forte impacto sobre a saúde pública local.

Do ponto de vista econômico, os custos das inundações são elevados e distribuem-se conforme a capacidade produtiva e infraestrutura de cada município. Arari apresentou o maior prejuízo material, estimado em R$34,9 milhões, seguido por Pedreiras, com danos[6] avaliados

[2] Pessoas que precisam sair de suas casas temporariamente e ficam hospedadas em casas de parentes, amigos ou conhecidos (Defesa Civil PE, 2019).

[3] Pessoas que perdem a moradia ou não podem retornar, e necessitam de abrigo público fornecido pelo poder público (Defesa Civil PE, 2019).

[4] Perda relacionada com o valor econômico, social e patrimonial de um determinado bem, em circunstâncias de desastre (Defesa Civil PE, 2019).

[5] Qualquer pessoa que tenha sido atingida ou prejudicada por desastre (desalojado, desabrigado, ferido, etc.) (Defesa Civil PE, 2019).

[6] Resultado das perdas humanas, materiais ou ambientais infligidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e ecossistemas como consequência de um desastre. Corresponde à medida que define a severidade ou intensidade da lesão resultante de um acidente ou evento adverso (Defesa Civil PE, 2019).

em R$29,4 milhões e o segundo maior contingente de desabrigados (4.641). Os prejuízos somados da Bacia Hidrográfica do Rio Mearim atingem R$383 milhões dirigidos ao setor privado e R$103 milhões em prejuízos públicos, dados que confirmam o impacto financeiro e institucional destes fenômenos e a necessidade de políticas de prevenção adequadas.

Na Bacia do Rio Mearim, além da ocupação devido ao processo histórico nas margens do rio, há a ocupação das populações de menor poder aquisitivo, que residem em áreas de maior risco, enquanto os grupos mais favorecidos ocupam áreas mais elevadas e seguras. Além disso, a dinâmica hidrológica do Rio Mearim é potencializada pelos efeitos da mudança climática, que intensifica episódios extremos tanto de chuva quanto de períodos prolongados de seca, afetando o equilíbrio hídrico da região.

O posicionamento da ZCIT e oscilações climáticas regionais podem aumentar a frequência e a severidade das inundações, conforme observado em fenômenos recentes de grande impacto social, como a cheia de 2009, que afetou cerca de 400 mil pessoas. Isso torna imperativo o desenvolvimento e a implementação de modelos hidrológicos e climáticos para previsão e manejo de riscos, integrando dados meteorológicos, hidrológicos e socioeconômicos (Cerqueira et al. 2024).

3.3 Memória Histórica e a Banalização do Risco na Bacia do Rio Mearim

A análise dos desastres ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Mearim (BHM) revela um paradoxo estrutural: a coexistência de uma ciclicidade hidrológica previsível com um processo de ocupação urbana que ignora sistematicamente os limites impostos pela natureza. Este fenômeno, central para a compreensão da vulnerabilidade maranhense, fundamenta-se na tensão entre a memória histórica dos eventos extremos e a banalização do risco, um mecanismo social de apagamento do risco que perpetua a exposição das populações às inundações recorrentes.

A BHM apresenta um regime de cheias que, historicamente, manifesta eventos de grande magnitude em intervalos aproximados de dez anos. Teoricamente, esse intervalo atua como um limiar psicológico e social crítico. Conforme discutido por Valencio et al. (2009), o tempo decorrido entre os desastres é suficientemente longo para que a memória coletiva traumática se dilua, abrindo espaço para que o mercado imobiliário e a pressão por habitação reocupem as planícies de inundação.

Os municípios mais atingidos pelas inundações na BHM são socialmente vulneráveis e negligenciados no período de estiagem e o risco de ocupação é banalizado. Esse esquecimento

não se dá de forma passiva, mas constitui um processo ativo de desconsideração dos limites geofísicos a favor de interesses imediatistas.

No Médio e Baixo Mearim, a baixa declividade do terreno favorece a formação de extensas várzeas que, durante o período de vazante, assemelham-se a terrenos estáveis para construção. A ausência de marcos visuais permanentes do nível das águas contribui para que novos moradores, frequentemente migrantes, desconheçam a dinâmica fluvial, estabelecendo-se em áreas que o rio retomará ciclicamente (Lima, 2013).

A ocupação das margens do Rio Mearim reflete a herança histórica dos séculos XVIII e XIX, quando o curso d'água era o principal eixo de circulação e escoamento de riquezas (Santos, 1965). Contudo, na contemporaneidade, essa proximidade transformou-se em um vetor de risco desigual. Enquanto as elites locais tendem a ocupar as cotas altimétricas mais elevadas e seguras, as populações de menor poder aquisitivo são empurradas para as zonas de sacrifício ambiental.

Em municípios como Trizidela do Vale e Bacabal, a reincidência de milhares de desalojados demonstra que a vulnerabilidade é retroalimentada: a perda de bens em uma inundação impede a capitalização dessas famílias, impedindo a mudança para áreas seguras, e forçando-as a retornar ao mesmo local de risco após a descida das águas.

Como apontam Cunico e Lucena (2022), o desastre não é um evento natural, mas o desfecho de uma vulnerabilidade socioambiental construída pela negligência histórica do ordenamento territorial. Nesse sentido, as inundações do Rio Mearim representam um fenômeno agravado por muitos fatores, que envolve aspectos hidrológicos complexos, vulnerabilidades socioeconômicas profundas e desafios políticos para uma governança eficiente de riscos.

A Bacia do Rio Mearim no Maranhão, por sua dimensão e complexidade tanto ambiental quanto social, configura-se como uma das bacias hidrográficas com os casos mais críticos no Estado em termos de desastres ambientais, requerendo políticas públicas integradas que abranjam prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, visando a redução dos impactos humanos, econômicos e ambientais associados às inundações recorrentes.

O contexto político do Maranhão evidencia que, apesar dos crescentes investimentos em monitoramento e controle de desastres, como ações do Governo do Maranhão e de órgãos federais que intensificam o monitoramento das áreas de risco, a gestão integrada ainda enfrenta grandes desafios.

Faz-se necessária uma abordagem institucional coordenada que inclua órgãos municipais, estaduais e federais e promova a participação comunitária para fortalecer a resiliência local. Programas educativos, planos de contingência e políticas urbanas que previnam a ocupação de áreas sujeitas a inundações e que incentivam veisveis na bacia são essenciais para mitigar os efeitos das inundações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados e análises apresentadas, conclui-se que as inundações na Bacia Hidrográfica do Rio Mearim constituem uma ocorrência natural recorrente e de grande impacto para a região maranhense. A periodicidade quase decenal das inundações, aliada à magnitude de seus efeitos sociais, econômicos e ambientais, expressa a vulnerabilidade estrutural dos municípios inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Mearim, principalmente nas cidades de Bacabal, Pedreiras, Arari, Trizidela do Vale e Vitória do Mearim.

Os impactos humanos são particularmente expressivos: os milhares de desalojados e desabrigados, além de óbitos e enfermidades originados diretamente das cheias, reflete as condições precárias de infraestrutura urbana e a ocupação irregular das áreas de várzea. Do ponto de vista econômico, os prejuízos materiais, que chegam a centenas de milhões de reais, comprometem o desenvolvimento local e pressionam os orçamentos públicos, agravando as desigualdades sociais regionais.

Os aspectos hidrológicos, influenciados pelas variações climáticas e pela dinâmica da Zona de Convergência Intertropical, associados à topografia e às condições ambientais da bacia, afetam a frequência e severidade das cheias. Contudo, o que amplia os efeitos destrutivos desses fenômenos são as vulnerabilidades sociais e a insuficiência de políticas públicas integradas para prevenção, mitigação e adaptação.

Portanto, a gestão do risco de desastres no Maranhão requer uma dinâmica multidisciplinar, com a implementação de sistema de monitoramento, de programas de educação ambiental contínuos, ordenamento territorial rigoroso e investimentos em infraestrutura resiliente. Por meio de ações governamentais articuladas que promovam a inclusão social e que fortaleçam a governança local, será possível reduzir a exposição da população aos riscos e melhorar a capacidade de resposta e recuperação após os desastres.

REFERÊNCIAS

BATALHA, João Francisco. **Navegadores do Mearim e os marítimos do Arari**. Arari (MA): Academia Arariense-Vitoriense de Letras, 2002.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria de Proteção e Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. **Atlas Digital de Desastres no Brasil**. Brasília: MIDR, 2025.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de; CALHEIROS, Lélio Bringel de. **Manual de medicina de desastres volume 1**. - Antônio Luiz Coimbra de Castro Lélio Bringel Calheiros. Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2002.

CERQUEIRA, Andréa Helena Machado dos Santos et. al. A influência da precipitação pluviométrica nos níveis do Rio Mearim-MA, Brasil, e seus impactos sociais em 2009. **Revista DELOS: Desarrollo Local Sostenible**, Curitiba, v. 17, n. 55, p. 01-23, 2024.

CODEVASF - **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**. NASCIMENTO, R. L. X. Mearim. 2021. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/area-de-atuacao/bacia-hidrografica/mearim. Acesso em 08 out. 2024.

CUNICO, Camila; LUCENA, Daisy Beserra. **Vulnerabilidade socioambiental, riscos e os desastres ambientais**: cenários para o estado da Paraíba. [s.l.]: [s.n.], 2022. Disponível em: https://doi.org/10.35260/67960968-2022.

DEFESA CIVIL PE. **Manual Técnico de Defesa Civil – Para gestão de riscos e desastres relacionados a intensas precipitações pluviométricas.** Pernambuco: Defesa Civil - PE, 2019.

FIO CRUZ. **As inundações no Rio Grande do Sul, impactos imediatos e suas possíveis consequências sobre a saúde da população**. Rio de Janeiro: Observatório de Clima e Saúde/ Fundação Osvaldo Cruz, 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malhas municipais, 2021.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html. Acesso em: jun. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malhas municipais, 2022**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html. Acesso em: jun. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sedes municipais, 2016**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html. Acesso em: jun. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bacias de Divisões Hidrográficas do Brasil, 2022**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html. Acesso em: out. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Alex de Sousa. **Análise geomorfológica da Bacia Hidrográfica do Rio Mearim a partir do quadro geológico regional**. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. 142f.

MARANHÃO. Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano. **Plano Diretor de Drenagem da Bacia Hidrográfica do Mearim**. Relatório Síntese. São Luís: Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID, 2018. Disponível em: https://secid.ma.gov.br/programas-ou-campanhas/projetos-especias. Acesso em: dez. 2025.

PEDREIRAS- MA **Relíquias de uma Geração.** Disponível em: https://www.facebook.com/p/Pedreiras-Ma-Grandes-Rel%C3%ADquias-De-Uma-Gera%C3%A7%C3%A3o-100064495247991/. Acesso em: 06 maio 2026.

PORTO, Luciano Lopes Martins de Almeida; MOTTA, Eduardo José de Oliveira; SOUZA, Carlos César de. (org.). **Plano Nascente Mearim:** plano de preservação e recuperação de nascentes da bacia hidrográfica do rio Mearim. Brasília: Codevasf, 2019.

SANTOS. Antônio Inácio Pereira dos. **Breves considerações sobre o vale do Mearim**. Belém: Instituto de Pesquisas e experimentações agropecuárias do Norte – IPEAN, 1965.

VALENCIO, Norma. et al. **Sociologia dos desastres**: uma crítica à gestão de riscos no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. Disponível em: https://defesacivil.es.gov.br/Media/DefesaCivil/Publicacoes/Outros/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf. Acesso em: fev. 2026.

ANÁLISE MULTITEMPORAL DO BAIRRO ARAÇAGI ENTRE OS ANOS 1999, 2010 E 2020 A PARTIR DO USO E OCUPAÇÃO DA TERRA

Marcelo Avelar Lopes
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
marceloadv7@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A urbanização das cidades costeiras brasileiras tem apresentado, nas últimas décadas, um cenário marcado pela superposição de pressões imobiliárias, interesses econômicos e ocupações irregulares sobre territórios ambientalmente sensíveis. Na Ilha do Maranhão, esse processo intensifica-se em áreas onde ecossistemas frágeis, como restingas e manguezais, coexistem com dinâmicas territoriais diversas e com forte expansão de empreendimentos residenciais.

O Bairro Araçagi constitui um dos espaços mais representativos dessa realidade, tornando-se um laboratório empírico privilegiado para compreender como os processos de urbanização informal ou planejada impactam diretamente a paisagem natural, os sistemas ecológicos e as condições de vida da população.

O avanço desordenado da urbanização no Araçagi não ocorre de maneira isolada, mas guarda relação estreita com a valorização econômica da proximidade ao mar, com a especulação imobiliária, com o aumento da densidade populacional na região metropolitana de São Luís e com a fragilidade do planejamento territorial. Esse conjunto de processos modifica de maneira abrupta as relações entre sociedade e natureza, transformando os cenários ambientais e gerando conflitos de uso e ocupação do solo.

Esta pesquisa, portanto, emerge da necessidade de compreender os efeitos da ação humana sobre o meio físico e sobre os ecossistemas associados. A análise dos cenários ambientais do Araçagi permite não apenas diagnosticar danos e identificar tendências de degradação, mas também contribuir para um debate mais amplo sobre desenvolvimento urbano sustentável, justiça ambiental e política socioespacial.

Ao escolher esse recorte espacial, o presente estudo busca conectar a realidade do Araçagi às discussões teóricas sobre produção do espaço, dinâmica costeira, vulnerabilidade socioambiental e conflitos territoriais, com base em uma abordagem interdisciplinar. Para tanto, o texto está organizado em: fundamentação teórica, metodologia, resultados e discussão - com destaque às imagens registradas em campo- e considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise dos cenários socioambientais do Araçagi exige uma base teórica que integre contribuições da Geografia Urbana, crítica socioespacial, ecologia costeira e análise das políticas territoriais. Essa articulação permite compreender o espaço em sua totalidade, ou seja, como produto das ações humanas e das dinâmicas naturais.

2.1 O espaço como produção social

Conforme as formulações de Lefebvre (2001), é fundamental compreender que o espaço não é dado, mas produzido socialmente. No Araçagi, a coexistência entre condomínios de alto padrão, ocupações populares e áreas protegidas reflete diferentes lógicas de produção espacial. Dessa forma, o espaço concebido (planejado), o espaço percebido (usado) e o espaço vivido (experienciado) entram em constante tensão.

Santos (1996) amplia essa perspectiva ao definir território como resultado indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. No Araçagi, os objetos (como vias, edifícios, drenagens e canais) articulam-se às ações humanas (ocupações, desmatamento, aterros, expansão imobiliária), produzindo um território heterogêneo e frequentemente desigual.

2.2 Agentes produtores e conflitos socioespaciais

Conforme aponta Corrêa (1995), a produção do espaço urbano envolve agentes como o Estado, o mercado imobiliário e a população em suas diversas formas de organização. No Araçagi, esses agentes se confrontam: o mercado avança sobre áreas de manguezal, o Estado carece de instrumentos efetivos de fiscalização e a população ocupa áreas vulneráveis pela força da necessidade social. Carlos (2011) complementa a discussão ao enfatizar que o espaço urbano é campo de disputas e apropriações, marcado por conflitos entre usos e valores.

2.3 Urbanização desigual e direito à cidade

Segundo Harvey (2012), o capitalismo molda a produção do espaço, orientando-o por lógicas de acumulação que resultam, inevitavelmente, em urbanização desigual. No Araçagi, a proximidade ao mar cria valor econômico, controlado por agentes específicos e excluindo parte da população. Por sua vez, Jacobs (2000) e Villaça (2001) abordam a relação entre forma urbana, planejamento e qualidade da vida cotidiana. Os autores destacam como a urbanização sem integração entre infraestrutura e ambiente compromete a sustentabilidade urbana.

2.4 Ecossistemas costeiros e manguezal

Literaturas voltadas à ecologia costeira reforçam que o manguezal desempenha funções como: proteção contra erosão; retenção de sedimentos; abrigo para fauna; regulação hídrica; e berçário de espécies marinhas. A degradação desse ecossistema compromete a estabilidade de todo o sistema costeiro, tornando a urbanização acelerada uma ameaça significativa.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada nos pressupostos metodológicos de Maria Cecília de Souza Minayo e Uwe Flick, ao possibilitar a interpretação de fenômenos socioambientais complexos, sobretudo aqueles relacionados à interação entre sociedade e natureza em áreas costeiras submetidas a intensos processos de urbanização. Essa perspectiva permite compreender o espaço geográfico não apenas como suporte físico, mas como resultado de relações históricas, sociais e territoriais que se manifestam na organização do uso e ocupação do solo.

O estudo foi desenvolvido a partir da combinação de diferentes procedimentos metodológicos, organizados em quatro etapas principais: revisão bibliográfica e documental; análise cartográfica multitemporal; trabalho de campo; e integração interpretativa dos dados.

A revisão bibliográfica buscou fundamentar teoricamente a pesquisa, ao reunir contribuições da Geografia Crítica, estudos sobre urbanização costeira, produção do espaço e impactos ambientais em manguezais. Paralelamente, foram analisados documentos institucionais e legislações ambientais e urbanísticas, permitindo compreender os instrumentos normativos que orientam o planejamento territorial e a proteção dos ecossistemas costeiros.

A análise cartográfica assumiu a centralidade da investigação, sendo realizada por meio da interpretação de imagens de satélite Landsat referentes aos anos de 1999, 2010 e 2020. As imagens foram submetidas a procedimentos de classificação supervisionada, o que possibilitou a identificação de classes de uso e cobertura do solo, como áreas urbanizadas, vegetação natural, manguezais e corpos d'água. Essa análise multitemporal permitiu identificar padrões de expansão urbana, supressão vegetal e transformações na paisagem da área de estudo ao longo das últimas décadas.

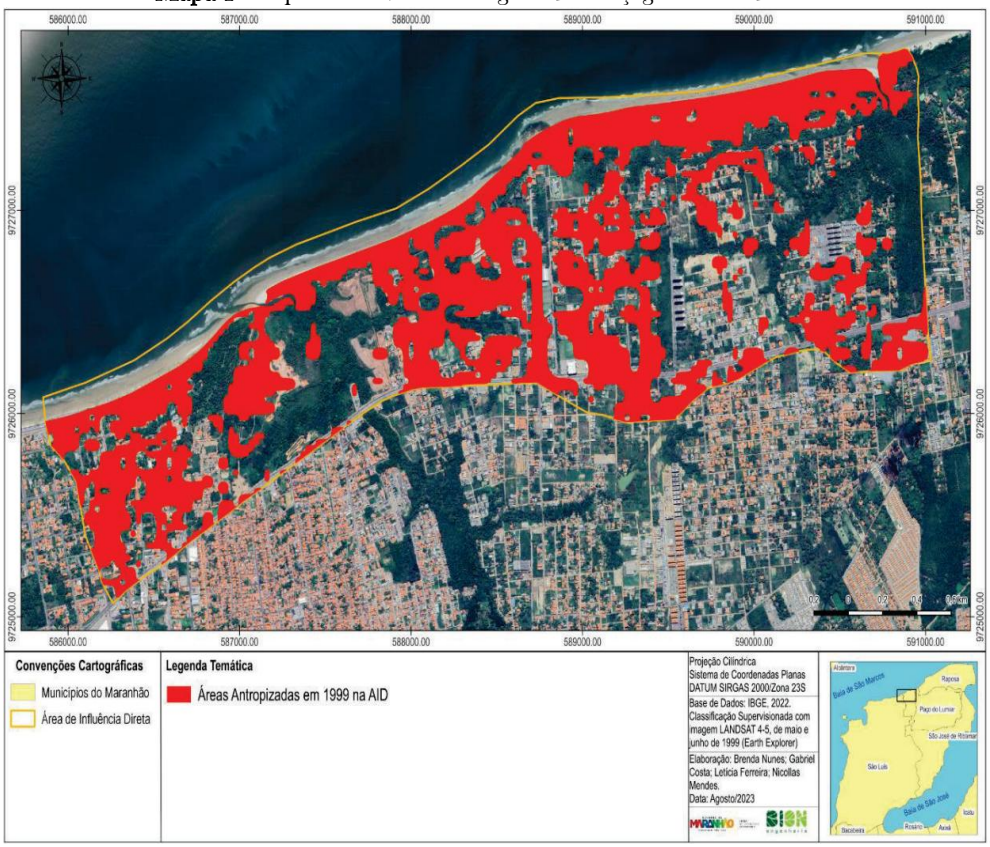
O trabalho de campo foi realizado por meio de caminhadas sistemáticas no bairro Araçagi para a observação direta das condições ambientais e das formas de ocupação do território. Durante essa etapa, foram realizados registros fotográficos e anotações em diário de campo, com o objetivo de documentar evidências empíricas das transformações socioambientais verificadas, complementando as informações obtidas por meio da análise cartográfica.

Por fim, os dados provenientes das diferentes etapas metodológicas foram integrados por meio de uma análise interpretativa, ao articular informações espaciais, observações empíricas e referenciais teóricos da Geografia. Essa integração permitiu construir um diagnóstico dos cenários ambientais resultantes da expansão urbana na área costeira investigada, contribuindo para compreender os impactos da ação antrópica sobre os ecossistemas naturais e subsidiar reflexões sobre planejamento territorial e gestão ambiental.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos registros cartográficos relativos à expansão urbana na região do Araçagi nos anos de 1999, 2010 e 2020, demonstra um processo intenso de antropização, marcado pela ocupação contínua da faixa costeira e pela fragmentação dos remanescentes naturais. O padrão espacial identificado em 1999 (Mapa 1) caracteriza-se por núcleos urbanos fragmentados, presença expressiva de cobertura vegetal e ocupações concentradas ao longo de eixos viários estruturantes. Trata-se de um momento em que o espaço ainda apresenta relativa resiliência ambiental, apesar das pressões antrópicas já existentes.

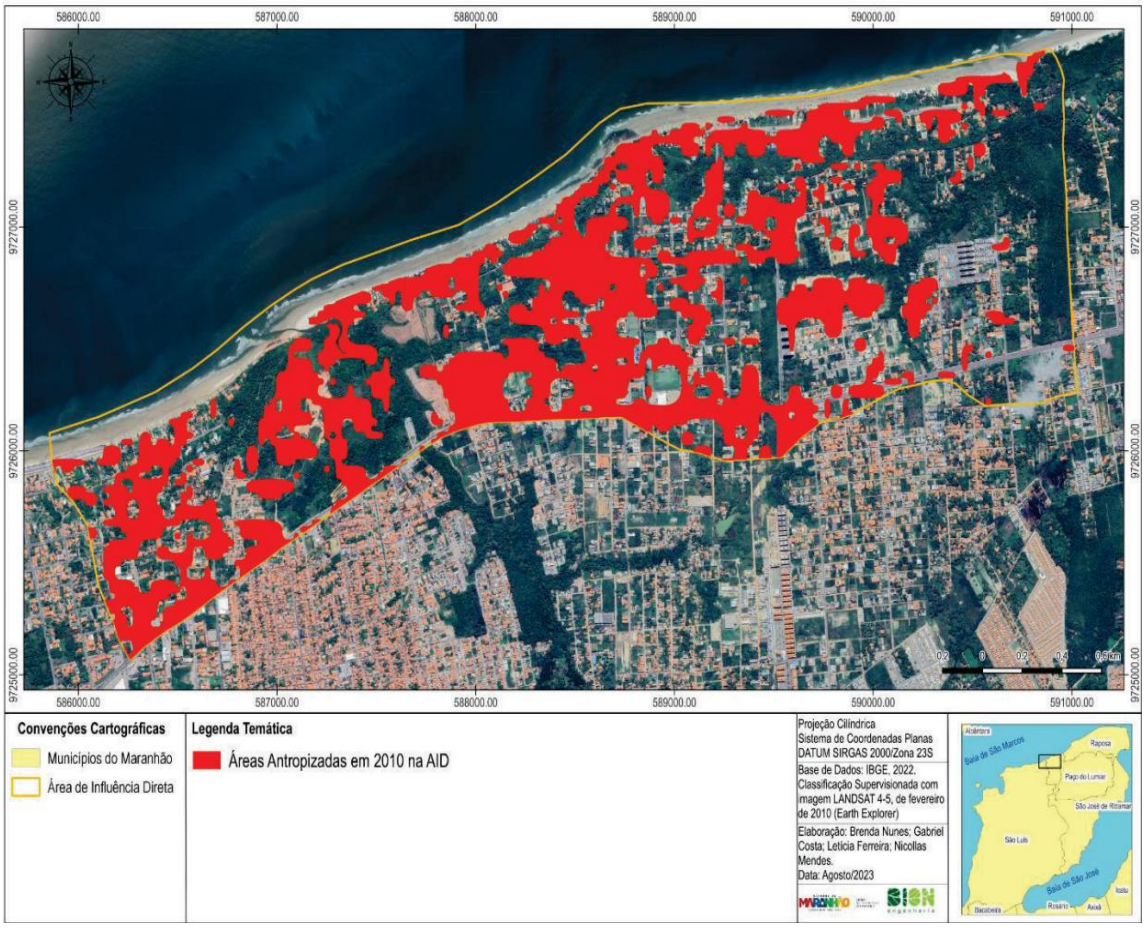
Mapa 1 - Expansão urbana na região do Araçagi no ano de 1999.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do LANDASAT4-5(2010); IBGE (2022).

O mapa de 2010 (Mapa 2) evidencia um avanço significativo das áreas antropizadas, com maior continuidade espacial da mancha urbana, redução de áreas naturais e ocupação progressiva de zonas ambientalmente frágeis. Observa-se, também, a transição de uma urbanização difusa para uma urbanização mais estruturada, embora ainda marcada por lacunas de planejamento territorial.

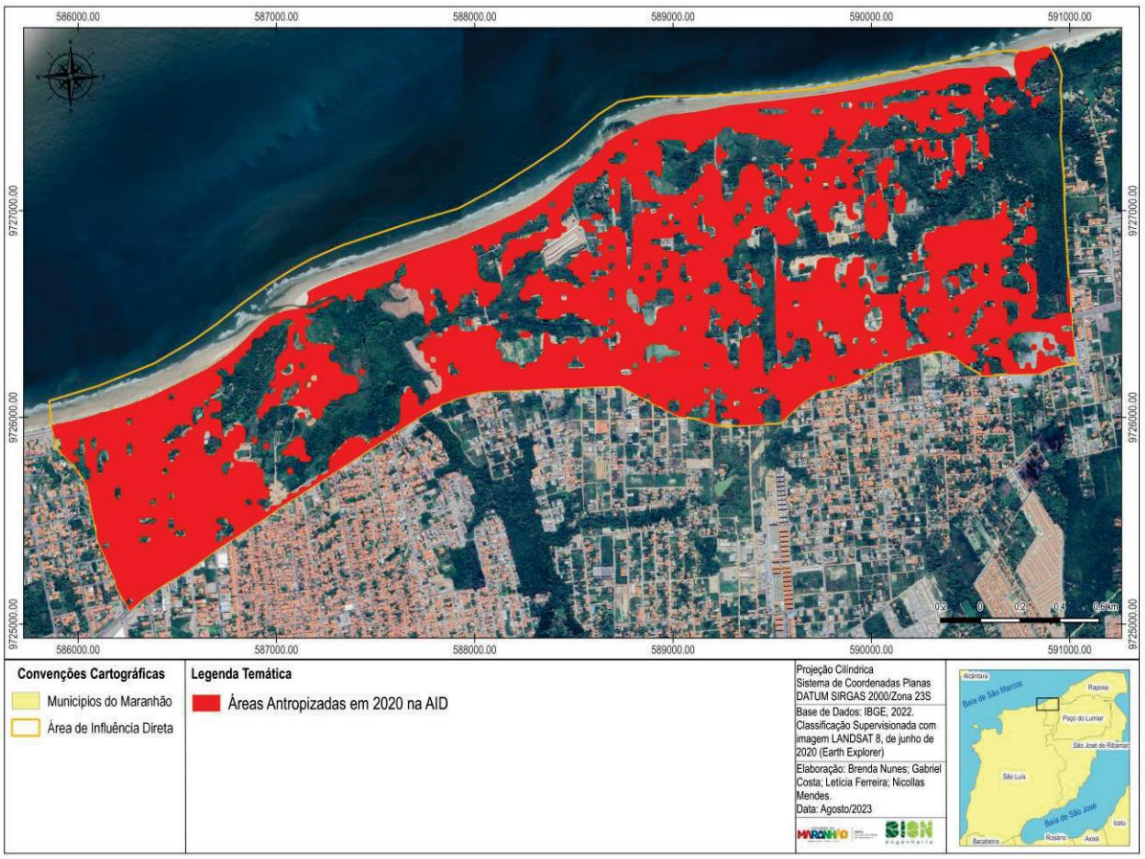
Mapa 2 - Expansão urbana na região do Araçagi no ano de 2010.



Fonte: Elaborado a partir dos dados do LANDASAT4-5(2010); IBGE (2022).

O mapa referente ao ano de 2020 (Mapa 3) revela um salto qualitativo e quantitativo no processo de antropização, o que configura a fase de consolidação urbana avançada da área do Araçagi. Diferentemente dos períodos anteriores, as áreas antropizadas passam a apresentar alta densidade, maior continuidade espacial e redução expressiva dos remanescentes naturais no interior do bairro. Esse produto cartográfico ultrapassa a descrição espacial, pois revela as contradições da urbanização contemporânea e reforça a importância da Geografia como ciência crítica na leitura e interpretação do território.

Mapa 3 - Expansão urbana na região do Araçagi no ano de 2020



Fonte: Elaborado a partir dos dados do LANDASAT4-5(2020); IBGE (2022).

A análise conjunta dos mapas permite identificar três fases distintas do processo de urbanização: em 1999, a urbanização incipiente e fragmentada, tendo o predomínio de áreas naturais, com ocupação pontual e dispersa; em 2010, a expansão acelerada e integração espacial com crescimento da mancha urbana, redução dos vazios ambientais e maior conectividade das áreas antropizadas; e em 2020, a consolidação urbana e pressão socioambiental máxima, definida pela continuidade quase total das áreas antropizadas, caracterizando um território fortemente artificializado.

Do ponto de vista geográfico, essa evolução expressa a transformação do espaço natural em espaço técnico-científico-informacional (Santos, 1996), no qual o meio ambiente passa a ser subordinado às exigências da reprodução urbana e econômica. Para Ab'Sáber (2003), a ocupação inadequada de áreas costeiras compromete a estabilidade ambiental e amplia a vulnerabilidade socioambiental das populações residentes, cenário claramente evidenciado na área estudada e conforme tabela a seguir.

Tabela 1 - Padrão espacial predominante, Grau de antropização e Características principais da área de estudo entre os anos de 1999, 2010 e 2020

Ano	Padrão espacial predominante	Grau de antropização	Características principais
1999	Urbanização fragmentada e incipiente	Baixo a médio	Núcleos urbanos dispersos; forte presença de vegetação; ocupação associada a eixos viários; elevada conectividade ecológica
2010	Expansão acelerada e integração da mancha urbana	Médio a alto	Crescimento contínuo da área construída; redução significativa da cobertura vegetal; ocupação de áreas ambientalmente sensíveis
2020	Consolidação urbana e saturação territorial	Alto	Mancha urbana quase contínua; elevada impermeabilização do solo; forte pressão sobre dunas, restingas e áreas costeiras

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados indicam que o bairro Araçagi passou por intensas transformações socioespaciais nas últimas décadas, impulsionadas principalmente pela expansão urbana e pela valorização imobiliária. A análise cartográfica e as observações de campo demonstram a substituição progressiva de áreas naturais por empreendimentos residenciais e infraestrutura urbana, processo que tem provocado alterações significativas no uso e ocupação do solo.

Entre os principais efeitos observados, destacam-se a impermeabilização do solo, mudanças no padrão de drenagem natural e a ocorrência de alagamentos recorrentes, fatores que evidenciam a crescente fragilidade ambiental do território. Essas transformações impactam diretamente os ecossistemas de manguezal, cuja supressão parcial compromete funções ambientais essenciais, como a regulação hídrica, a proteção costeira e a manutenção da biodiversidade.

Do ponto de vista socioespacial, verifica-se também a intensificação de desigualdades urbanas, uma vez que a valorização imobiliária promove a coexistência entre empreendimentos de alto padrão e ocupações precárias, expondo populações mais vulneráveis a riscos ambientais. Esse cenário corrobora com a interpretação de Harvey (2005) sobre a urbanização orientada pelo capital, na qual o espaço urbano se transforma em mercadoria e instrumento de reprodução das desigualdades sociais.

Os registros de campo evidenciam, ainda, processos de assoreamento em canais naturais e áreas de manguezal (Figuras 1 e 2), resultado da supressão da vegetação, de aterros irregulares e da intensificação da erosão do solo. Os impactos alteram a dinâmica hidrológica e comprometem a qualidade ambiental do sistema costeiro, reforçando o diagnóstico de que a expansão urbana tem ocorrido de forma pouco integrada aos limites ambientais do território.

Nesse sentido, os resultados corroboram com a concepção de Milton Santos (1996) de que o espaço geográfico é produto das relações sociais e econômicas que moldam a produção desigual do território. Assim, observa-se a necessidade de políticas públicas de planejamento

territorial e gestão ambiental capazes de conciliar desenvolvimento urbano e preservação dos ecossistemas costeiros.

Figuras 1 e 2 - Indícios de assoreamento e deposição sedimentar no canal



Fonte: Lopes (2025).

Os registros acima apresentados mostram de forma nítida a perda de solo e a instabilidade das margens, fenômenos diretamente associados à remoção da cobertura vegetal nativa. A ausência do sistema radicular, responsável pela fixação e estabilização do solo, compromete a coesão dos sedimentos. O resultado é o colapso progressivo das margens e o avanço de sulcos erosivos ao longo dos canais e áreas adjacentes.

Esse processo erosivo é intensificado pela exposição direta do solo às chuvas intensas e à ação das marés, características do ambiente costeiro, aumentando o carreamento de sedimentos para os corpos hídricos próximos. Como consequência, observa-se não apenas a degradação física do terreno, mas também a ampliação dos impactos hidrossedimentológicos, com reflexos negativos sobre a dinâmica hídrica local e a qualidade ambiental do ecossistema.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise cartográfica temporal (1999, 2010 e 2020) demonstra que o Araçagi passou de uma área predominantemente natural para um território fortemente urbanizado, marcado pela expansão imobiliária e pela fragilidade do planejamento territorial. Esse processo resultou em alterações significativas nos sistemas ambientais costeiros, especialmente no ecossistema de manguezal, com ocorrência de impactos como assoreamento, erosão, impermeabilização do solo e mudanças na dinâmica hídrica, ampliando os riscos socioambientais e reduzindo a resiliência ambiental da área.

Os resultados também indicam que esses impactos se distribuem de maneira desigual no território, expondo populações socialmente vulneráveis a maiores riscos ambientais, enquanto áreas economicamente valorizadas concentram infraestrutura e investimentos. Essa dinâmica confirma a interpretação de Santos (1996) sobre a produção desigual do espaço urbano e dialoga com a noção de injustiça ambiental discutida por Acselrad (2004) e Villaça (2001).

Diante desse cenário, o estudo destaca a necessidade de fortalecer o planejamento urbano e a gestão ambiental, com políticas públicas integradas voltadas à proteção dos manguezais, ao ordenamento territorial e à promoção da justiça socioambiental. Assim, conclui-se que compreender as transformações socioespaciais do Araçagi é fundamental para orientar estratégias de desenvolvimento urbano mais equilibradas, sustentáveis e socialmente justas.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** Rio de Janeiro: Ática, 1995.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base cartográfica e imagens de satélite.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PINDARÉ/MA

Ysllany Ellen Soares Sampaio
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
e-mail: ysllanysampaio26@gmail.com

Luiz Carlos Araujo dos Santos
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
e-mail: luizcarlos.uema@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Analisar a bacia hidrográfica leva, inevitavelmente, à discussão acerca da água, o maior recurso natural e de significado ímpar. A água é um elemento essencial para a existência do ser vivo, para o desenvolvimento das atividades humanas como a agricultura, sistemas de produção, abastecimento humano, auxilia na execução de serviços domésticos, turismo, recreação e paisagismo. Trata-se, contudo, de um recurso finito que precisa ser preservado, tornando fundamental o estudo dos recursos hídricos e sua gestão para uma eficiente utilização.

Atualmente, tem sido desafiador preservar as nascentes e conservar os recursos hídricos brasileiros, mesmo que haja uma estrutura legislativa para a governança das fontes de água. Nesse sentido, a Lei Federal n°. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), afirmando ser fundamental a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Para promover a gestão dos recursos hídricos, foi criado o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), responsável por planejar, regular e controlar o uso, a preservação, conservação e a recuperação dos corpos hídricos.

Compõem esse arranjo institucional o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), o qual passou a complementar as atividades já desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS) cujas atividades foram encerradas no ano de 2023, além dos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados (CERH), os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) e Órgãos dos Poderes Públicos. (ANA, 2012)

Entretanto, no contexto do Maranhão, o marco regulatório para a gestão das águas consolidou-se com a promulgação da Lei Estadual nº. 8.149, de 15 de junho de 2004. Esse dispositivo legal fomentou o interesse na realização de estudos sobre recursos hídricos superficiais e subterrâneos, bem como a identificação e a delimitação das bacias hidrográficas do Estado, cujos dados foram trabalhados pelo Núcleo Geoambiental (NUGEO, 2016). A partir desse movimento, o poder público e a sociedade civil adquiriram maior capacidade para avaliar, formular e direcionar políticas devidamente ajustadas com o planejamento e com a gestão territorial (NUGEO, 2016, p.12).

Como unidade de planejamento do território, as bacias hidrográficas constituem-se em uma superfície terrestre que drena água, sedimentos e materiais dissolvidos para uma saída comum, localizada num determinado ponto do curso do rio principal denominada de foz (Guerra; Cunha, 1994 apud Arruda, 2015, p. 212). Ao longo de sua extensão, adquire valor ambiental, social, cultural, político e econômico para as populações que estão sob sua área de abrangência.

A Bacia Hidrográfica do Rio Pindaré (BHRP) é genuinamente maranhense. Afluente da margem direita do Rio Mearim, o Pindaré deságua na baía de São Marcos. Seus afluentes são: os rios Buriticupu, Negro, Paragominas, Zutiua, Timbira, Água Preta e Santa Rita e faz parte da Amazônia legal do estado do Maranhão. (Abreu, 2013).

Em seu percurso, o rio Pindaré é cortado por dezenas de estradas (vicinais e rodovias), pela Estrada de Ferro Carajás, margeia terra indígena e unidades de conservação, além de atravessar municípios, áreas dedicadas à pecuária, e à agriculturas (lavouras permanentes, temporárias e silviculturas). Suas águas são utilizadas como hidrovia, abastecimento urbano, irrigação e dessedentação de animais. Devido a essa multifuncionalidade, o rio é fundamental para as centenas de milhares de pessoas que vivem nos municípios.

No alto curso, há superfícies alongadas, retilíneas e de pouca declividade, sobretudo por ser a borda norte da Depressão do Rio Tocantins, localizada ao sul da BHRP. Contudo, é possível notar algumas áreas pontuais mais declivosas, caracterizadas por serem serras alongadas e morros baixos, além de algumas mesas e mesetas que se caracterizam pelo topo aplainado e bordas escarpadas.

No médio curso da bacia, manifesta-se um relevo tabular de topos planos, mas que ocorrem entalhamentos do relevo, resultados de intensos processos erosivos ao longo do período Neógeno até aos dias atuais (características de uso do solo e do próprio solo da região, profundo e altamente intemperizado, como os Latossolos).

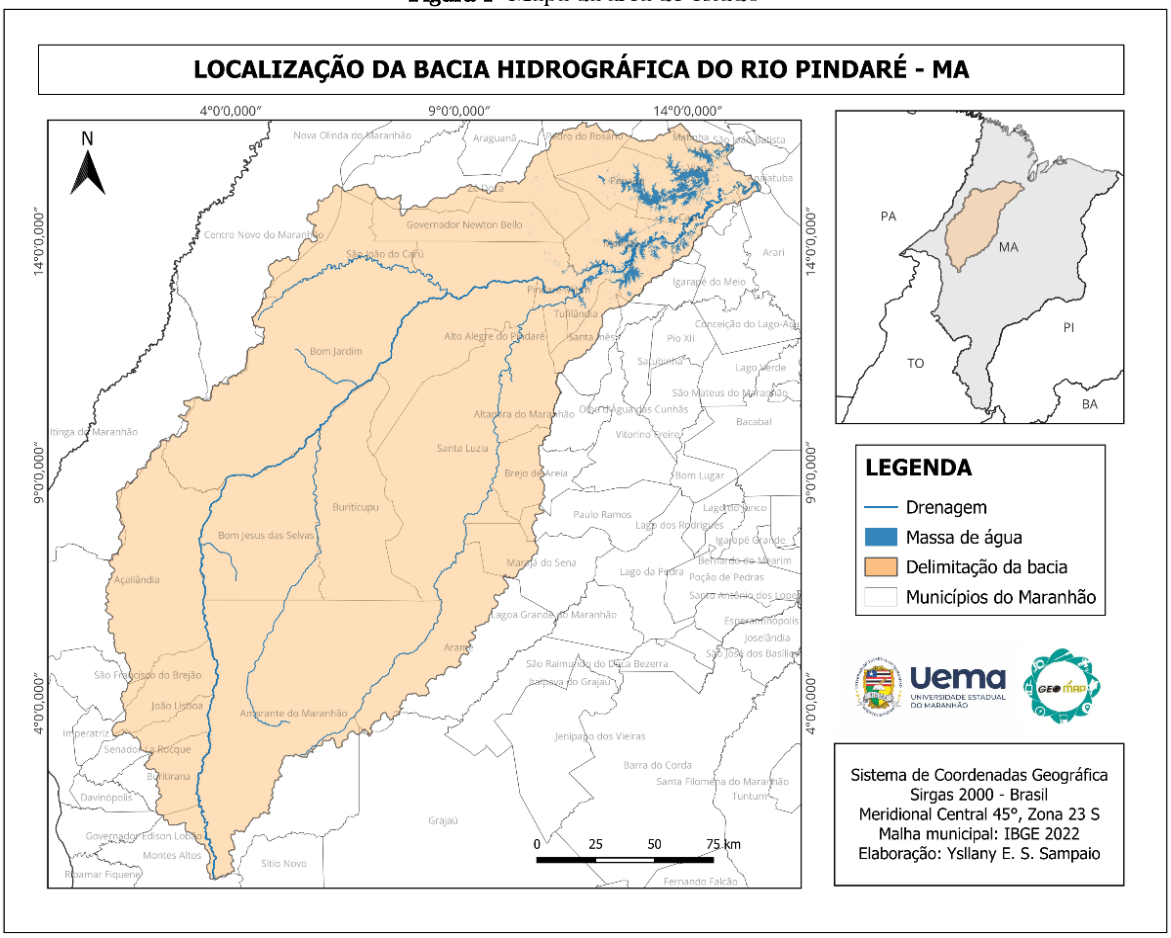
No baixo curso, a BHRP assume características de planície, com áreas extremamente aplainadas, rampas alongadas e superfícies retilíneas, forte influência marinha, com aspectos fluviolacustres, fluviais e não necessariamente vinculados a mananciais hídricos, como é o caso da Planície da Baixada Maranhense. (Medeiros; Santos, 2024)

A dinâmica climática da bacia do rio Pindaré caracteriza-se por chuva sazonal, constituída por períodos de grandes volumes de água e fases de secas regulares durante o ano. A bacia apresenta predominantemente dois climas: Equatorial Quente Úmido, caracterizado por 3 meses secos; e o clima Tropical da Zona Equatorial Quente Semiúmido, com 4 a 5 meses secos (IBGE, 1978 apud Santos 2024, p. 90). Estes fatores influenciam na dinâmica da temperatura e umidade da região, além de impactar o relevo e a vegetação.

A relação do clima com as ações antrópicas do homem tende a acelerar os processos erosivos no solo. Além disso, nos períodos de seca, a navegabilidade é afetada negativamente pela dificuldade no transporte de mercadorias e pessoas. Quanto à cobertura vegetal natural predominante, a bacia abriga domínios da Floresta Amazônica e Floresta Ombrófila Densa,

que vem sendo substituída por modificações antrópicas, com áreas muito degradadas, não mais apresentando características originais desse bioma em sua maioria (CODEVASF, 2019). Conforme apresentado na Imagem 1, a bacia estende-se na direção sul-sudoeste a norte-nordeste, limitando-se a oeste com a bacia do rio Gurupi e a Leste com a bacia do rio Grajaú. (Abreu, 2013, p.3).

Figura 1- Mapa da área de estudo



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Para a realização do estudo, foram utilizados 32 municípios maranhenses que estão inseridos na BHRP, sendo eles: Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Amarante do Maranhão, Arame, Arari, Bela Vista do Maranhão, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Brejo de Areia, Buriticupu, Buritirana, Cajari, Centro Novo do Maranhão, Governador Edison Lobão, Governador Newton Bello, João Lisboa, Marajá do Sena, Matinha, Monção, Montes Altos, Paulo Ramos, Pedro do Rosário, Penalva, Pindaré-Mirim, Santa Inês, Santa Luzia, São Francisco do Brejão, São João do Carú, Senador La Rocque, Tufilândia, Viana e Zé Doca.

Diante disso, caracterizar os aspectos econômicos e ambientais dos municípios inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Pindaré, visa compreender as dinâmicas de uso e ocupação do

território, bem como as implicações para a conservação dos recursos naturais. Essa caracterização ocorre por meio da análise de indicadores socioeconômicos e ambientais.

Dessa forma, o estudo contribui para a geração de informações que podem subsidiar o planejamento territorial, a gestão dos recursos hídricos e a formulação de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida da população residente nos municípios, além de auxiliar na elaboração de planos e projetos para preservar e conservar os recursos naturais.

2. METODOLOGIA

O desenvolvimento desta pesquisa apoiou-se, inicialmente, em um levantamento bibliográfico similar ao objetivo do trabalho e da área de estudo. Em relação às informações de natureza econômica, as pesquisas foram feitas nos sites dos principais órgãos de informações desse âmbito, dentre os quais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados provenientes do Censo demográfico 2022 e Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

A base cartográfica e os mapas derivados deste trabalho foram projetados em sistema de coordenada Universal Transversa de Mercator (UTM) segundo o Datum SIRGAS 2000 – Zona 23 Sul. Utilizou-se o software QGIS, cujas malhas do Brasil e Maranhão foram extraídas do IBGE (2022), além do Sistemas de Informações Geográficas e escalas de 1:100.000 até 1:1.000.000.

Para a delimitação vetorial da bacia hidrográfica, extraíram-se os dados da Agência Nacional de Águas (ANA). A delimitação foi verificada com base no Modelo Digital de Elevação (MDE), utilizando dados do SRTM, com resoluções espaciais de 30 e 12,5 metros, respectivamente, obtidos na plataforma Earth Explorer (NASA).

O procedimento para a elaboração dos mapas de uso e ocupação da terra referentes aos anos de 2010 e 2023, foram obtidos a partir dos dados da *Coleção 9* do site MapBiomas (Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso da Terra no Brasil), plataforma baseada em imagens do satélite Landsat, com resolução espacial de 30 metros. O MapBiomas disponibiliza dados matriciais do uso e cobertura da terra para todo o território brasileiro de 1985 a 2023.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise comparativa entre os Censos Demográficos de 2010 e 2022 revela um decréscimo de 7% da população residente nos municípios inseridos na bacia hidrográfica do rio Pindaré. A estimativa para o ano de 2024 aponta para a continuidade desse processo de diminuição populacional. Ainda com base na análise comparativa entre os Censos Demográficos já mencionados, também foi possível observar a expansão urbana sobre a zona rural.

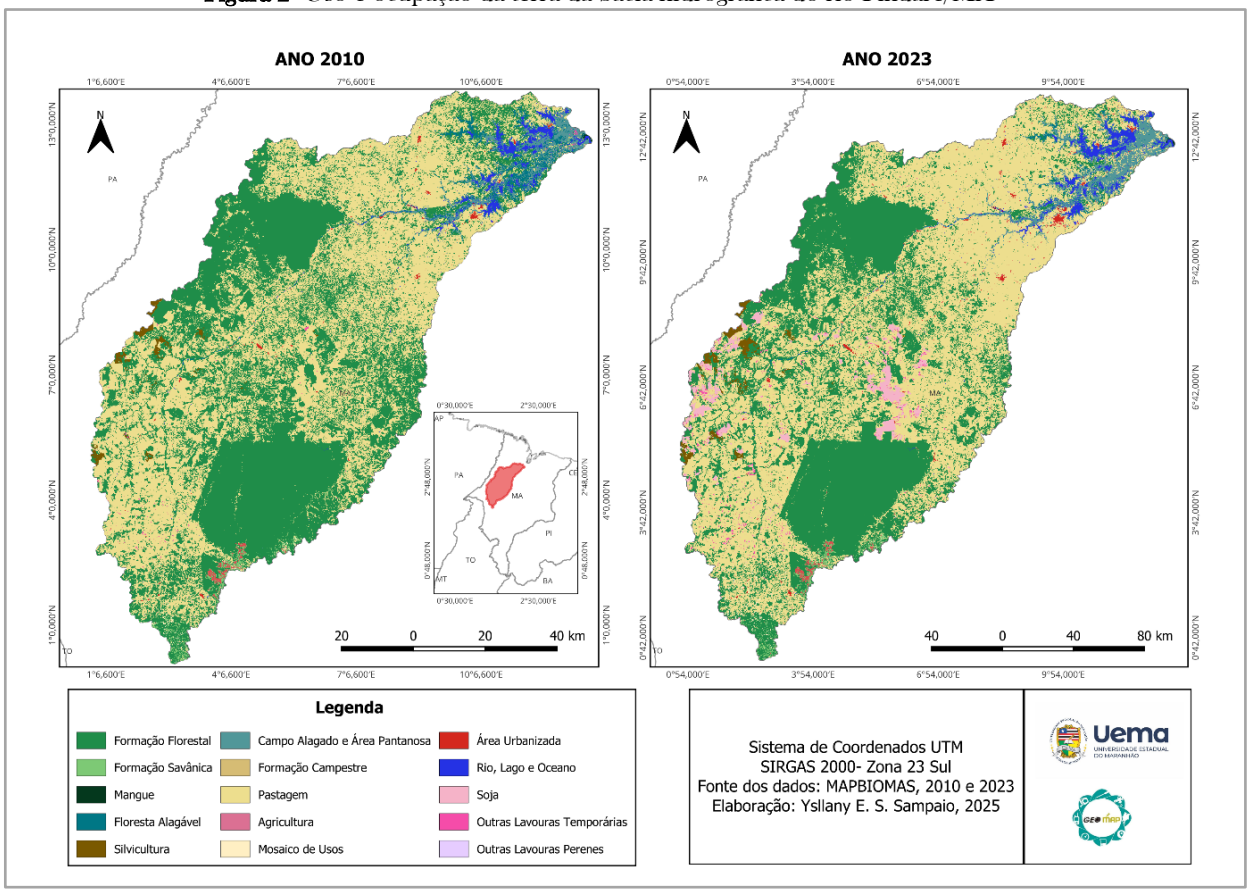
O município de Açailândia ilustra de forma pontual essa transição: a população residente no espaço urbano é maior em comparação com o espaço rural (em 11,23%). De acordo com o IMESC (2019), a expansão urbana é caracterizada como êxodo rural, decorrente da implantação de grandes fazendas produtoras de eucalipto no município, o que induziu o aumento da população na cidade. Outro aspecto observado na área de abrangência da bacia hidrográfica é a predominância de fazendas agropecuárias, enquanto as zonas urbanas mais próximas das margens do rio concentram-se nos municípios de Alto Alegre do Pindaré, Santa Inês e Pindaré-Mirim. (Abreu, 2013).

A região possui vasto potencial hídrico e, na economia, destaca-se o setor primário. Esse cenário possibilita o desenvolvimento de culturas, em que predominam pequenas lavouras de subsistência – principalmente nas áreas mais férteis e úmidas (geralmente próximas ao leito do rio). Observa-se que o modelo econômico vigente no oeste do Maranhão vincula-se ao avanço das monoculturas de soja e de eucalipto e a atividade pecuária (Medeiros, Santos 2024).

> A principal atividade econômica da região é a agropecuária. A vegetação da bacia hidrográfica avaliada é em sua maior parte antropizada, apresentando vestígios de vegetação e floresta ombrófila densa. A vegetação ciliar marginal apresenta baixos índices de conservação, predominantemente nas cidades que se desenvolveram às margens do rio, sendo a ocupação antrópica a principal causa da erosão das margens e assoreamento do rio (Abreu 2013 apud Ferreira, 2023, p. 66)

Com uma extensão territorial de 40.401,95km², a BHRP exibe dinâmicas de ocupação do solo. A tabela 1 apresenta a área das classes de uso e ocupação do solo nos anos de 2010 e 2023 (Figura 2), além do percentual de crescimento e decrescimento dessas áreas. Por estar localizada em uma área rural, a bacia favorece significativamente a predominância das intervenções humanas sobre os sistemas ambientais naturais.

Figura 2- Uso e ocupação da terra da bacia hidrográfica do rio Pindaré/MA



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

De acordo com os dados do MapBiomas, nos anos de 2010 e 2023, é possível realizar a análise de uso e ocupação do solo na BHRP. As classes de Formação Florestal, Formação Savânica, Mangue, Floresta Alagável e Formação Campestre sofreram redução em suas áreas, ao passo que Campo Alagado e Área Pantanosa apresentaram um aumento percentual de 37,44%. Na *tabela-1* a seguir elucida a descrição realizada.

Tabela 1- Área das classes de uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica rio Pindaré/ MA

Classe	Área km² (2010)	Área km² (2023)	Percentual de acréscimo e /ou decréscimo.
Formação Florestal	18.407,77	14.742,52	-19,91
Formação Savânica	248,67	219,68	-11,66
Mangue	6,61	4,34	-34,34
Floresta Alagável	639,64	226,86	-64,53
Silvicultura	191,95	282,72	47,29
Campo Alagado e Área Pantanosa	754,24	1.036,61	37,44
Formação Campestre	50,23	7,52	-85,03
Pastagem/ Agricultura e Pecuária	19.383,00	21.984,81	13,42
Mosaico de Usos/ Agricultura	70,23	111,82	59,22
Área Urbanizada	83,9	106,44	26,87

Outras Áreas não vegetadas	83,01	157,37	89,58
Mineração	3,89	4,41	13,37
Apicum	0,02	0,01	-50,00
Rio, Lago e Oceano	441,57	544,71	23,36
Soja	1,39	797,35	57263,31
Outras Lavouras Temporárias	35,79	174,75	388,26

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Em última análise, os eixos de conservação do solo que mais cresceram em área por km² foram o cultivo de soja, outras lavouras temporárias e outras áreas não vegetadas, expondo a expansão das atividades agropecuárias e o avanço do desmatamento sobre a vegetação natural.

Nesse sentido, os impactos ambientais existentes na bacia do rio Pindaré estão intimamente ligados ao uso e ocupação do solo, uma vez que eles são resultados das ações antrópicas do homem sobre os elementos naturais. Na área do Zutiua, afluente do rio Pindaré, boa parte dos municípios possuem criação de gado, culturas temporárias e permanentes e alguns ainda produzem lenha e carvão (Tannús, 2012).

Na pecuária prevalece a criação de bovinos de corte em caráter extensivo, com a implantação de pastagens em extensas áreas. Entre os dez municípios maranhenses com maior efetivo bovino, sete estão inseridos na bacia hidrográfica do rio Pindaré, com destaque para: Açailândia (1º), Amarante do Maranhão (2º), Santa Luzia (3º), Bom Jardim (5º), Arame (6º), Buriticupu (8º) e Bom Jesus das Selvas (9º). Esse cenário evidencia a relevância da pecuária na dinâmica econômica regional e seus possíveis impactos sobre o uso e ocupação da terra na bacia. (SAGRIMA, 2022)

Sobre a pressão exercida no bioma Amazônico maranhense, cujo BHRP está inserido, afirma-se que

> As pressões de uso são fatores substanciais para a conversão das coberturas nativas em paisagens alteradas pelas atividades em curso, como a pecuária, a silvicultura, a agricultura mecanizada e tecnificada, a agricultura itinerante e os grandes projetos industriais e silvícolas implantados na região (COSTA, 2022, p. 43).

Nesta perspectiva, ao longo do curso do rio, são identificadas as principais perturbações sobre os aspectos naturais: desmatamento, queimadas, agricultura (lavouras permanentes e temporárias), pecuária (com a prevalência da criação bovina para corte em caráter extensivo, com a implantação de pastagens em extensas áreas.

Somam-se a isso o extrativismo vegetal, sobretudo para exploração da palmeira do babaçu, a silvicultura e a expansão da urbanização, principalmente construção de casas em Áreas de Proteção Permanente (APP), terras indígenas, na Reserva do Gurupi e na APA da

Baixada Maranhense. Segundo Medeiros e Santos (2024, p. 197), na Baixada Maranhense, existem muitas mineradoras legais e ilegais.

Grande parte da característica nativa da região encontra-se totalmente descaracterizada pela ação antrópica, em função, principalmente, da exploração madeireira e da supressão de vegetação para uso agrícola, pecuário e plantio de florestas exóticas. Com vegetação predominante do bioma Amazônico, as áreas de abrangência do rio encontram-se muito degradadas, não apresentando as características originais do bioma. Sendo, na grande maioria, áreas totalmente fragmentadas com abundância de espécies pioneiras (CODEVASF 2019, p.68).

Essa intensa ação humana nas margens do rio tornou nítida a perda da cobertura vegetal e das matas ciliares em vários trechos da bacia. A perda dessa barreira potencializa o escoamento superficial da água no período chuvoso, onde os sedimentos tendem a parar nas águas dos rios. A deposição e transporte dos sedimentos reduz qualidade da água, intensificando a sua turbidez, afetando a preservação dos ecossistemas aquáticos, reduzindo as reações químicas e interferindo nos níveis de oxigênio dissolvido cruciais para peixes, invertebrados e plantas aquáticas (Medeiros, Santos; 2024).

Segundo Ferreira (2023), as dinâmicas socioambientais da bacia podem ser compreendidas a partir de macro categorias denominadas "unidades de pressão de uso", que abrangem a Cobertura Vegetal; Territórios Protegidos; Agropecuária e de Monossilvicultura; Uso Urbano e Corpos Hídricos. Dessa forma, a *tabela 2* sintetiza as principais unidades de pressões de uso e seus impactos ambientais e sociais na área de abrangência da bacia hidrográfica.

Tabela 2- Análise das unidades de pressões de uso e os impactos socioambiental na bacia hidrográfica do rio Pindaré.

Unidades de Pressões de Uso	Pressões Ambientais	Impactos Ambientais	Impactos Sociais
Cobertura vegetal	Desmatamento, queimadas, agricultura, pecuária e pastagem.	Perda da cobertura vegetal, erosão do solo, voçorocas, perda da biodiversidade e degradação da paisagem.	Perda de meios de subsistência, conflitos por recursos naturais, deslocamento populacional, vulnerabilidade a eventos climáticos e erosivos, prejuízo à saúde, perda de conhecimentos tradicionais.
Terras Indígenas e Unidades de Conservação	Desmatamento, queimadas, agricultura, pecuária, pastagem, posse ilegal de terras, garimpo e mineração	Perda de cobertura vegetal, erosão do solo, poluição do solo e corpos hídricos por produtos químicos e	Conflitos no campo, riscos à segurança alimentar e hídrica, interferência na cultura e organização social, violência, vulnerabilidade a doenças.

		perda da biodiversidade.	
Agropecuária	Desmatamento, queimadas, agricultura (lavouras temporárias e lavouras permanentes), Silvicultura e pecuária	Compactação do solo, erosão do solo, emissões de gases de efeito estufa (pecuária), perda de nutrientes do solo e desertificação.	Expansão do espaço urbano sobre os elementos naturais, êxodo rural, grandes concentrações de terras em latifúndios, desigualdade social.
Uso Urbana	Desmatamento, queimadas, poluição.	Compactação do solo, degradação do solo, desertificação do solo, poluição dos corpos hídricos (superficiais e subterrâneas).	Construção de habitações em local impróprio em Área de Preservação Permanente (APP), falta de saneamento básico, vulnerabilidade a enchentes e alagamentos. Poluição dos corpos hídricos.
Corpos Hídricos	Desmatamento, agricultura, pecuária assoreamento do rio e abastecimento humano	Qualidade da água, diminuição da vazão, poluição, eutrofização, alteração no ciclo hidrológico, perda da biodiversidade e perda de espécies aquáticas.	Vulnerabilidade a enchentes e alagamentos, prejuízos à saúde, redução da navegabilidade, redução e/ou abstenção da pesca, piscicultura e aquicultura, perda de tradição e cultura, segurança alimentar e hídrica (principalmente para as comunidades ribeirinhas).

Fonte: Ferreira (2023), elaborado pela autora (2025)

Segundo Prates e Bacha (2010), essa região passou por modificações antrópicas significativas, com destaque para a retirada da vegetação nativa, para o advento da pecuária, agricultura, urbanização, extrativismo da madeira e mineração, para atender as necessidades humanas. Em contrapartida, esse processo fomentou a pobreza, violência, degradação ambiental e inúmeras outras transformações socioambientais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais atividades econômicas desenvolvidas na região da BHRP estão diretamente relacionadas ao uso dos recursos hídricos e à dinâmica de uso e ocupação do solo, o que reforça a importância do manejo adequado desses elementos. Quando as práticas de uso e manejo do solo são inadequadas, podem resultar em diversos impactos ambientais, como degradação e empobrecimento do solo, redução da biodiversidade, assoreamento dos cursos d'água, contaminação de aquíferos e corpos hídricos superficiais, além do desabastecimento das comunidades ribeirinhas, dificultando a navegação e reduzindo significativamente a atividade pesqueira.

Em virtude de sua dimensão, a administração dos corpos hídricos torna-se desafiador e complexo, sendo necessária a integração de instituições das três esferas do poder público para

desenvolver ações para preservar e conservar os recursos hídricos e os demais elementos naturais.

Nesse sentido, as ações governamentais, implementadas por órgãos como a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA/MA) e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pindaré, desempenham papel central no monitoramento, regulação e fiscalização das atividades econômicas.

Tais instituições são responsáveis por promover o planejamento integrado, incentivar práticas sustentáveis e assegurar que o desenvolvimento regional ocorra de forma equilibrada, preservando os recursos hídricos e garantindo a manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais para as presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ABREU, Beatriz Ventura. **Estudos Hidrológicos Da Bacia Do Rio Pindaré-Mirim**; UFRJ / Escola Politécnica, Curso de Engenharia Civil, Rio de Janeiro, 2013, 102 p.

Agência Nacional das Águas – ANA, **Carta de Serviços Agência Nacional das Águas**, Ministério do Meio Ambiente, Distrito Federal/ DF, 2012, 36 p.

ARRUDA, Gilmar. **Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades**. Revista de História Regional, v. 20, n. 2, 2015.

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- CODEVASF, **PLANO NASCENTE MEARIM – Plano de preservação e recuperação de nascentes da bacia do rio Mearim**, Organizadores: Porto. L. L. da M. A.; Motta. E. J. de O.; DE Souza. C. C., 2ª edição, Brasília/DF, p. 190, 2019.

COSTA, Allana Pereira. **Pressões de uso da terra no bioma amazônico maranhense**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís/MA, 2022.

DA SILVA NETTO, Joviniano Pereira. **Panorama da gestão dos recursos hídricos no Brasil**. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, v. 11, n. 2, p. 241-258, 2022.

FERREIRA, Débora Frazão. **Análise multitemporal do uso e cobertura da terra e as pressões exercidas sobre a Bacia hidrográfica do rio Pindaré-MA**. Monografia (Graduação em Geografia Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís/MA, 2023, 113p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)- **Censo Demográfico 2022.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama. Acessado em: 05/02/2025.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC), **Relatório Técnico de Limnologia do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão (ZEE) - Etapa Bioma Amazônico.** SANTOS J. de R. C. dos; DIAS L. J. B. da S.; CATUNDA. P. H. de A. (coordenadores). São Luís: IMESC, 2019, 238 p.

MEDEIROS, Rafael Brugnolli.; DOS SANTOS, Luiz. Carlos. Araújo dos. **As geoformas como uma primeira aproximação na cartografia dos geossistemas da bacia hidrográfica do rio Pindaré– Amazônia Maranhense/Brasil**. Finisterra, v. 59, n. 125 (AOP), 2024.

MEDEIROS, Rafael Brugnolli; DOS SANTOS, Luiz Carlos Araujo. **Qualidade das águas, uso e cobertura da terra: subsídios para a gestão de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Pindaré**, Maranhão, Brasil. Agua y territorio= Water and Landscape, n. 24, p. 11, 2024.

Núcleo Geoambiental – NUGEO. **Bacias hidrográficas e climatologia no Maranhão** Universidade Estadual do Maranhão, Centro de Ciências Agrárias. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís/MA, 2016. 165 p.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. **Análise da relação entre desmatamento e bem-estar da população da Amazônia Legal**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 48, p. 165-193, 2010.

SANTOS, Gabriel Irvine Ferreira Alves dos. Dos. **Análise dos parâmetros morfométricos na bacia hidrográfica do Rio Pindaré – MA**, Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís (MA), 2024. 126p.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – SAGRIMA, **Boletim: Perfil da Agropecuária Maranhense 2021-2022, Produção Agrícola Municipal – PAM 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021)**, São Luís- MA, p.65, 2022. Disponível em: https://sigite.sagrima.ma.gov.br/perfil-da-agricultura-ma/ Acesso:28 de jun. 2025

TANNÚS, Ricardo Madeira. **Planejamento Ambiental da Sub-bacia Zutiua, Pindaré, Região PréAmazônica, Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistemas), Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012.

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS VIVENCIADAS NA ONG ARTE MOJÓ EM PAÇO DO LUMIAR - MA

Zenilde Freitas Ferreira
Universidade Estadual do Maranhão-UEMA
zenildefreitas31@gmail.com

Valderez Serra Pereira
Universidade Estadual do Maranhão-UEMA
valderezpereira011@gmail.com

Maria Ivone Silva Soares
Universidade Estadual do Maranhão-UEMA
maria-ivone@live.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui uma atividade desenvolvida na disciplina Relação Campo-Cidade, do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão

(UEMA). O objetivo deste relato é descrever uma experiência de educação ambiental desenvolvida na ONG Arte Mojó, localizada no município de Paço do Lumiar (MA).

As Práticas Sustentáveis têm sido amplamente debatidas no contexto atual. Tornou-se uma preocupação global preservar o ambiente para as próximas gerações. Atualmente, enfrentam processos severos de degradação a favor do desenvolvimento e dos altos lucros, para atender a demanda da sociedade que está cada vez mais consumista; cuja atenção se concentra no tempo presente, negligenciando as consequências do desgaste ecológico a longo prazo.

Nesse cenário, conferências ambientais a nível mundial têm sido realizadas na intenção de buscar alternativas para o desenvolvimento sustentável. Entre os principais marcos históricos destacam-se: a Conferência de Estocolmo (1972); a Eco-92 (1992); o Protocolo de Kioto (1997); e a COP-30 (2025), sediada no Brasil. Nesta última, o ponto central das discussões foram as mudanças climáticas, reunindo representantes de mais de 170 países ao longo de 11 dias de debates intensos.

Conforme Maciel (2024), as comunidades de Mojó e Tendal situam-se em um espaço de conflitos entre o urbano e o rural, no qual as pressões ambientais revelam a fragilidade do ecossistema do manguezal, e, simultaneamente, revelam a força da resistência da comunidade tradicional.

A ONG Arte Mojó foi fundada em 2004 pela professora Graça Maria Oliveira Soares, graduada em Educação Artística pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A iniciativa teve suas origens em 1996, quando a educadora realizou na comunidade a pesquisa para sua monografia intitulada "Fibras Naturais no Processo Criativo da Arte-Educação". Durante a investigação, desenvolveu-se uma ação social com as crianças locais utilizando os recursos naturais da própria região, iniciando um trabalho pautado na valorização do contexto socioambiental e cultural ludovicense e luminense.

Atualmente, a ONG desenvolve atividades voltadas à conservação e educação ambiental, e recebe a apoio de diversos Órgãos e Instituições, entre eles: a Vara de Interesses Difusos e Coletivos, a Associação de Mulheres Artesãs de Mojó, a Orla Viva, o Tambor Brinquedo de Mojó, a Associação de Trabalhadores Rurais de Mojó e a Quinta do Azulejador.

Os principais projetos que ela desenvolve são: o Movimento Mangue sem Lixo, que é realizado de forma voluntária uma vez ao mês, em parceria com estudantes universitários, membros da ONG e pessoas da comunidade; e o Cine Mangue, um cinema a céu aberto que utiliza as filmagens de catação dos resíduos sólidos extraídos do mangue, a fim de promover a conscientização e a educação ambiental.

O espaço também promove oficinas de artesanato, fazendo uso do reaproveitamento da folha da bananeira, produzindo peças artesanais e mobilizando a economia local. O trabalho realizado teve a presença de integrantes da ONG, professores, alunos universitários, crianças e pais que residem na comunidade. Na oportunidade, foram mencionados os conceitos dos 5 Rs (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar), os quais tratam da política da sustentabilidade ambiental, que visa reduzir a geração de resíduos no nosso planeta, estimulando a mudança de comportamento individual diante do consumo e do descarte de resíduos gerados.

Partindo da importância dos projetos e atividades desenvolvidos na comunidade do Mojó, sobretudo quando relacionados às dinâmicas de conservação da natureza e a perspectivas dos 5 Rs, este trabalho tem como objetivo incentivar a conservação ambiental por meio da reutilização de materiais, que seriam descartados na natureza, mitigando impactos ambientais negativos por seu longo tempo de decomposição.

Além disso, busca-se promover a criatividade por meio da arte, transformando objetos sem utilidade em itens aplicáveis ao cotidiano, bem como ensinar, de forma prática, ações de cuidado com o meio ambiente.

2. METODOLOGIA

2.1 Natureza da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e fundamentada em levantamento bibliográfico. A investigação foi desenvolvida na disciplina Relação Campo-Cidade, na qual se estruturou um microprojeto focado nas temáticas de educação ambiental e sustentabilidade prática.

2.2 Área de estudo

O trabalho foi realizado na comunidade do Mojó, em Paço do Lumiar/MA, com atuação da ONG Arte Mojó. Essa região se caracteriza por apresentar desafios sociais e ambientais, além de uma forte identidade cultural e comunitária. Suas atividades têm sido fundamentais para promover iniciativas voltadas à educação, arte, sustentabilidade e valorização das tradições locais, fortalecendo o protagonismo da comunidade e contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da área.

2.3 Trabalho de campo

Realizado no segundo semestre de 2025, o trabalho de campo foi desenvolvido em duas etapas:

- 1ª visita (28/09/2025): para conhecer o espaço da ONG, e os projetos que são desenvolvidos na comunidade;
- 2ª visita (19/10/2025): aplicação da atividade prática com a comunidade.

2.4 Desenvolvimento da atividade e Avaliação

A intervenção prática dos discentes iniciou-se com a confecção de lixeiras ecológicas. O processo envolveu a limpeza completa de pneus coletados em oficinas mecânicas locais para a remoção de poeira, óleo e graxa. Em seguida, procedeu-se ao corte das laterais, ou à inversão do pneu, dependendo do modelo a ser confeccionado, de modo a facilitar o encaixe, fixação e a estabilidade da peça.

Para as lixeiras, foram feitos furos na parte inferior, com o objetivo de drenar a água da chuva e evitar o acúmulo de líquidos que poderiam se tornar criadouros de mosquitos. Depois desta etapa estrutural, os pneus foram pintados de acordo com as categorias definidas no projeto, sendo: vermelho para plástico, amarelo para rejeitos e verde para resíduos orgânicos. O balanço segue o mesmo processo inicial de limpeza e preparo. Após a higienização, foi aplicada uma fita de proteção ao redor do pneu, garantindo segurança, e evitando atrito, ou possíveis machucados durante o uso pelas crianças.

As vivências das práticas sustentáveis contaram com a presença das professoras Dra. Ana Rosa Marques, do curso de Geografia da UEMA, e Graça Maria Soares (ex-presidente da ONG), somando um total de 20 pessoas, entre elas crianças e residentes da comunidade.

Foram preparados slides para melhor compreensão do tema a ser apresentado, mas devido a problemas na projeção, não foi possível utilizá-los. Utilizou-se, então, as lixeiras previamente confeccionadas e materiais plásticos do cotidiano (sacolas, copos, garrafas PET) para ilustrar a aplicação prática dos 5 Rs. Foi promovida a interação com as crianças por meio de perguntas sobre a separação adequada do lixo, momento bem dinâmico e participativo.

Para finalizar a atividade, identificou-se nos recipientes os nomes: Rejeitos, Orgânico e Plástico. A proposta original previa que as próprias crianças fizessem as pinturas nas lixeiras, mas, devido a um problema relacionado à tinta utilizada, os próprios discentes fizeram esse processo. Após a secagem, as lixeiras foram instaladas em pontos estratégicos da sede da ONG. Ao término da ação, foi servido um lanche coletivo com restrição total ao uso de materiais descartáveis.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sustentabilidade pode ser entendida como a utilização dos recursos naturais de forma responsável, garantindo sua preservação para as gerações futuras. Conforme aponta Silveira (2017), a sustentabilidade é a possibilidade de continuidade das atividades humanas ao longo do tempo, transcendendo gerações. Ele enfatiza a importância de buscar conexões entre as dimensões econômica, social e ambiental formando o pilar da sustentabilidade.

A conservação, por sua vez, busca promover a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação do meio ambiente, incentivando práticas que minimizem os impactos ambientais. Além disso, a educação ambiental possui um papel fundamental na construção de atitudes e valores sustentáveis. De acordo com Loureiro (2012, p. 28), a educação ambiental deve contribuir criticamente a realidade e atuar na transformação, tornando cidadãos conscientes e responsáveis pela proteção ambiental.

A partir dessas concepções, as práticas sustentáveis desenvolvidas na ONG Arte Mojó, alinham-se a esses pressupostos, mostrando-se essenciais para promover a educação ambiental de forma criativa, participativa e humanizada. A instituição utiliza a arte como meio de diálogo com a comunidade, incentivando a reflexão sobre o consumo consciente, o reaproveitamento de materiais e a preservação dos recursos naturais.

Os projetos da ONG concentram-se na redução da poluição e da degradação dos manguezais por resíduos sólidos. Sua criação foi uma resposta da comunidade local às grandes quantidades de lixo acumuladas, principalmente plástico, isopor, redes de pesca e outros resíduos, que prejudicam o bioma e as atividades de pesca e mariscagem.

Desde seu início em 2019, o Movimento Mangue Sem Lixo já retirou mais de 4 toneladas de resíduos sólidos. A maioria são garrafas PET e de vidro, descartadas por banhistas, frequentadores das praias vizinhas, e transportadas pelas correntes marítimas até se fixarem nas áreas de mangue, trazendo grandes impactos à flora e à fauna daquela localidade.

Durante a vivência, foi possível observar que as ações da ONG se baseiam em princípios de sustentabilidade social e ambiental, articulando valores como solidariedade, respeito ao ambiente e valorização cultural. De acordo com o autor, o engajamento entre comunidade, Instituição de Ensino e o poder público, contribuem na Educação Ambiental e Sustentabilidade:

> Quanto mais pessoas envolvidas e engajadas no enraizamento de Educação Ambiental as chances de sucesso serão bem maiores. E no sentido de gestão compartilhada entre os sistemas de ensino e de meio ambiente, criou-se os chamados Coletivos Educadores que têm o papel de articular as instituições que já atuam com processos formativos no município, com o intuito de desenvolver um

> processo continuado de formação de educadores ambientais e auxiliar na implementação de políticas públicas e as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com Vidas) que por sua vez, estimulam o diálogo escola/comunidade com foco na Educação Ambiental, articulando saberes e ações que a modernidade, com suas instituições disciplinares, fragmentou e dissociou (Oliveira 2016, p. 47).

A partir dessa perspectiva, as oficinas de arte com materiais recicláveis, as campanhas de limpeza comunitária e as exposições de arte sustentável transformam o espaço da ONG em um verdadeiro laboratório de práticas educativas e criativas.

Segundo Gadotti (2009), a educação ambiental deve ser compreendida como um processo contínuo que visa à formação de cidadãos conscientes, capazes de intervir na realidade de forma responsável e ética. Essa concepção se reflete nas ações da Arte Mojó, que buscam despertar a sensibilidade ecológica e o senso de pertencimento nos participantes, principalmente entre crianças e jovens.

As atividades da ONG também dialogam com a perspectiva de Loureiro (2012), que entende a educação ambiental como um processo emancipatório e crítico, capaz de transformar a relação do ser humano com a natureza e com a sociedade. Nesse sentido, ela ensina não apenas práticas de reciclagem, mas estimula a autonomia e o protagonismo dos participantes, permitindo que cada um se torne agente multiplicador de atitudes sustentáveis.

O movimento é uma iniciativa voluntária e colaborativa, articulada por organizações e grupos locais, como: ONG Arte-Mojó, a principal articuladora e fundadora do movimento; Associação de Produtores Rurais de Mojó e Montanha Russa; Sítio Jiboia; Associação Ambiental Orla Viva; Cooperativa de Materiais Recicláveis do Paço do Lumiar (COOPCAR); Núcleo de Gestão Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA); e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAP).

O Cine Mangue, por sua vez, conecta a sétima arte às ações socioambientais, especialmente com iniciativas de proteção do manguezal que fazem parte da vida cultural local. No Festival Cine Mangue, promovido no povoado do Mojó, exibições cinematográficas foram combinadas a mutirões de limpeza no manguezal do Rio Paciência. Esse festival incluía não apenas exibições de filmes, mas também oficinas, rodas de conversa com pescadores e marisqueiras, e intervenções artísticas com resíduos coletados no mangue, consolidando o cinema como meio cultural de transformação social.

Essas iniciativas reúnem voluntários da comunidade e parceiros para ações de limpeza, educação ambiental e replantio da vegetação de mangue. A programação do festival baseou-se em atividades como criação de esculturas com resíduos retirados da vegetação, oficinas para crianças e rodas de diálogo com comunidades tradicionais locais. Essas atividades mostram que

o Cine Mangue foi pensado para além de sessões de filmes, funcionando como um espaço de educação, consciência ambiental e fortalecimento comunitário.

Assim, as práticas sustentáveis vivenciadas na ONG Arte Mojó revelam que a educação ambiental, quando aliada à arte e à participação comunitária, é capaz de gerar transformações concretas no comportamento e na visão de mundo das pessoas. O trabalho desenvolvido pela instituição demonstra que pequenas ações coletivas podem promover grandes mudanças na construção de uma sociedade mais justa, criativa e ambientalmente consciente.

A imagem apresentada na Figura 1 representa o momento em que o grupo explicou o conceito de sustentabilidade, os tipos de resíduos sólidos e a importância da separação correta do lixo, demonstrando atenção e participação ativa das crianças.

Figura 1 - Apresentação sobre sustentabilidade



Fonte: Arquivos da pesquisa (2025).

Após a fundamentação conceitual, os participantes realizaram a instalação prática das lixeiras estruturadas com pneus reaproveitados (Figuras 2 e 3). Esse momento demonstrou que a reutilização de resíduos pode gerar benefícios funcionais, estéticos e de convivência, reforçando valores de cuidado com o espaço coletivo e de valorização de práticas sustentáveis.

Figura 2 - Identificação das lixeiras



Fonte: Arquivos da pesquisa (2025).

Figura 3 - Instalação das lixeiras



Fonte: Arquivos da pesquisa (2025).

Outro momento importante baseou-se na instalação do Balanço (Figura 4), produzido com pneu reutilizado. Sua presença no ambiente tornou-se um símbolo da atividade realizada, fortalecendo a relação entre a educação ambiental e vivências práticas.

Figura 4 - Instalação do balanço



Fonte: Arquivos da pesquisa (2025).

Além disso, os discentes puderam prestigiar a produção artesanal desenvolvida por colaboradoras da própria instituição, com destaque para peças confeccionadas a partir da fibra de bananeira e da pele de peixe (Figura 5), evidenciando o potencial bioeconômico local. A Figura 6 registra a equipe de trabalho reunida em frente à sede da instituição ao término das intervenções.

Figura 5 - Exposição dos artesanatos



Fonte: Arquivos da pesquisa (2025).

Figura 6 - Equipe em frente a ONG



Fonte: Arquivos da pesquisa (2025).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada na ONG Arte Mojó demonstrou que as práticas sustentáveis, quando integradas à educação ambiental, e à participação da comunidade, contribuem para que haja uma motivação na transformação social e ambiental.

Os resultados evidenciaram que a abordagem prática e interativa contribuiu significativamente para a compreensão das crianças sobre sustentabilidade, coleta seletiva e reutilização de materiais, permitindo que os participantes relacionassem os conteúdos trabalhados com situações do cotidiano.

Esta pesquisa qualitativa cumpriu seus objetivos ao analisar e validar o impacto das intervenções ecológicas na área de estudo. Os resultados demonstram que a ONG Arte Mojó constitui um polo de Educação Ambiental transformadora, utilizando a arte e a cultura como ferramentas centrais. Iniciativas como o projeto Cine Mangue e o Movimento Mangue Sem Lixo revelaram um impacto significativo na preservação do ecossistema e promovem a formação comunitária, integrando pescadores e marisqueiras em arranjos produtivos sustentáveis que geram renda e reforçam a identidade territorial.

A partir da metodologia, validou-se a eficácia dessas práticas a partir do olhar da própria comunidade, reforçando que a sustentabilidade é um processo co-construído. Sugere-se a ampliação dessas ações para outras comunidades costeiras do Maranhão, e a continuidade de pesquisas que avaliem o impacto de longo prazo dessas iniciativas na resiliência socioambiental da região.

Recomenda-se, por fim, a expansão desse modelo de microprojetos para outras comunidades tradicionais da zona costeira do Maranhão, bem como o adensamento de pesquisas científicas voltadas a monitorar a sustentabilidade dessas ações ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Educação e sustentabilidade**: um novo paradigma educacional. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012.

MACIEL, Edelson Leitão Estudos sobre a dinâmica da paisagem nas comunidades de Mojó e Tendal em Paço do Lumiar/MA. – São Luís, MA, 2024. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) – Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

MARANHÃO. Governo do Estado do Maranhão. **AGEM participa de ação Mojó, Lixo Zero**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente.
Disponível em: https://homol.ma.gov.br/noticias/agem-participa-de-acao-mojo-lixo-zero. Acesso em: 11 out. 2025.

OLIVEIRA, Francisco Adjedam Gomes. A educação ambiental como meio para a sustentabilidade. **Revista Brasileira de Educação**. Revbea, São Paulo, V. 11, N. 5: 39-52, 2016.

SILVEIRA, José Henrique Porto. Sustentabilidade: conceitos e conexões. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 21, n. 1, p. 1-15, 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA. **Ação ambiental recolhe mais de 400 kg de lixo em manguezal de Paço do Lumiar**.
Disponível em: https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/504548/acao-ambiental-recolhe-400kg-de-lixo-em-manguezal. Acesso em: 11 out. 2025.

DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS



ENTRE O SPHAN E O MUSEU NACIONAL: o Inventário de Raimundo Lopes da Cunha e uma visão ampliada do Patrimônio Cultural Maranhense (1939-1941)

José Antonio Viana Lopes
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Centro Universitário UNDB
joseantonioarq@gmail.com

Edelson Leitão Maciel
Laboratório do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia (LabPNCSA/UEMA)
eddemaciel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No Maranhão, o trabalho de identificar e reconhecer o patrimônio cultural foi realizado desde a primeira década do século XX, por intelectuais locais que se utilizaram de estratégias e instrumentos diversos, mas que não chegaram a elaborar nenhum inventário abrangente deste patrimônio, concentrando esforços em São Luís e sua história urbana, construindo seu reconhecimento como cidade colonial ao tempo em que o Estado Novo a reconfigurava como uma capital moderna (Lopes, 2013).

No entanto, o Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Rio de Janeiro guarda registros e materiais produzidos pelo pesquisador maranhense Raimundo Lopes da Cunha, entre os anos de 1939 e 1941, catalogados de forma fragmentária em diferentes acervos (processos de tombamentos, documentação textual e acervo iconográfico), que podem ser lidos como um "levantamento do patrimônio histórico e artístico do Estado do Maranhão" (Brasil, 1946, p.12).

Seguindo essas indicações, identifica-se um "Esboço do Plano de Trabalhos a Realizar no Estado do Maranhão" (Lopes, 1939a), datilografado e assinado por Raimundo Lopes; um documento identificado como "Notas Preliminares para o estudo das possibilidades de estudo, tombamento e restauração dos monumentos históricos e artísticos do Maranhão" (Lopes, 1939c); uma bibliografia comentada das principais referências sobre a história do Maranhão (Lopes, 1939b); e centenas de fotografias de bens culturais materiais (móveis e imóveis), com as informações básicas de autor, lugar e data incluindo algumas fotografias que registravam os trabalhos de campo do pesquisador maranhense (Brasil, 2013).

Este estudo propõe bases teórico-metodológicas para uma pesquisa sobre o trabalho de Raimundo Lopes. Para tanto, problematiza-se o contexto de época, a partir da reconstituição da malha político-administrativa histórica do Maranhão em 1940, tomada como mapa-base; define-se um recorte analítico baseado em uma concepção ampliada de patrimônio cultural; constroem-se hipóteses que orientem a pesquisa; e propõe-se um plano metodológico-operacional, ao mesmo tempo em que já apresenta seus primeiros avanços.

2. METODOLOGIA

Situada no campo interdisciplinar que articula História, Geografia e Antropologia e focada no tema do patrimônio cultural, a pesquisa possui caráter qualitativo, com abordagem histórico-documental e interpretativa, organizada em três fases de trabalho: a contextualização histórica, a análise documental e a produção e análise da cartografia.

A contextualização histórica baseia-se em revisão bibliográfica sobre a criação do SPHAN e sobre as políticas patrimoniais no Brasil durante o Estado Novo. A análise documental concentra-se nos registros produzidos por Raimundo Lopes e preservados nos acervos do IPHAN.

O *corpus* documental inclui relatórios técnicos, fotografias e registros cartográficos relacionados ao levantamento realizado por Lopes. Para a interpretação desses materiais são aplicadas técnicas de análise de conteúdo baseadas em Bardin (2015), com apoio de ferramentas digitais.

A organização das informações permite a construção de um banco de dados integrado contendo referências documentais, espaciais e temporais. Com base nesse banco de dados são elaborados mapas temáticos utilizando Sistemas de Informação Geográfica (SIG), possibilitando classificar os bens culturais (bens materiais móveis e imóveis) por suas tipologias, analisar os critérios de seleção dos bens registrados e os padrões de distribuição espacial, reconstituindo criticamente a configuração territorial do patrimônio cultural maranhense proposta pelo pesquisador.

3. O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MARANHÃO DE RAIMUNDO LOPES DA CUNHA

Um entendimento abrangente do trabalho de Raimundo Lopes passa por considerar tanto o contexto institucional em que se desenvolveu quanto os procedimentos adotados pelo pesquisador em suas atividades de campo. Os resultados apresentados neste artigo correspondem a uma etapa inicial de sistematização dos dados disponíveis.

3.1 O Museu Nacional, o SPHAN e as visões do patrimônio cultural

A institucionalização da proteção ao patrimônio histórico e cultural no Brasil ocorreu com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN)[7] ligada ao Museu Nacional, fundado ainda no período imperial. Em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)[8], que estabeleceu e estruturou o sistema e as primeiras ações de

[7] Criada através do Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934. Apenas Minas Gerais, Bahia e Pernambuco criaram inspetorias estaduais.
[8] O SPHAN foi criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.

preservação abrangentes no país, estabelecendo os fundamentos do sistema de tombamento[9], que viria a ser o principal instrumento de atuação do órgão até a ampliação do conceito de patrimônio cultural pela Constituição Federal de 1988.

Nas primeiras décadas de atuação do SPHAN, conhecida como sua "fase heroica" (Fonseca, 1997), o órgão patrocinou trabalhos de identificação do patrimônio cultural em alguns estados[10], como o inventário de bens imóveis e móveis no estado do Ceará executado pelo artista plástico carioca João José Rescala em 1941, e o inventário da cidade de Ouro Preto (MG), coordenado pelo arquiteto mineiro Sylvio Vasconcellos em 1948 (Nascimento, 2014).

Esses esforços estavam orientados para a construção de uma identidade nacional fundamentada na ideologia do Estado Novo e na linguagem modernista defendida por intelectuais e artistas naquele momento, privilegiando sobretudo valores históricos e artísticos, com viés colonialista e racial que desconsiderou as contribuições indígenas e negras na nossa herança cultural edificada, colocando em papel central as contribuições da cultura ocidental, branca, europeia, personificada nos mestres de obras portugueses (Tavares, 2022). Desde essa época, a visão sobre o patrimônio cultural mudou.

Neste estudo, o patrimônio cultural não é compreendido apenas como um conjunto de bens excepcionais consagrados pelas políticas de preservação, mas como um campo social e histórico de atribuição de valores, no qual, objetos, edificações, paisagens, práticas, saberes e modos de vida tornam-se referências de memória, identidade e pertencimento (Fonseca, 1997). Nessa perspectiva, o patrimônio cultural é entendido como uma construção social (Canclini, 1999) territorialmente situada, que articula materialidade e subjetividades (Gonçalves, 2005) e é atravessada por disputas de reconhecimento (Smith, 2006), o que permite analisar o inventário de Raimundo Lopes para além do viés monumental e artístico predominante na fase inicial do SPHAN evidenciando a sua abertura para dimensões etnográficas, paisagísticas e culturais mais amplas.

3.2 O Inventário de Raimundo Lopes

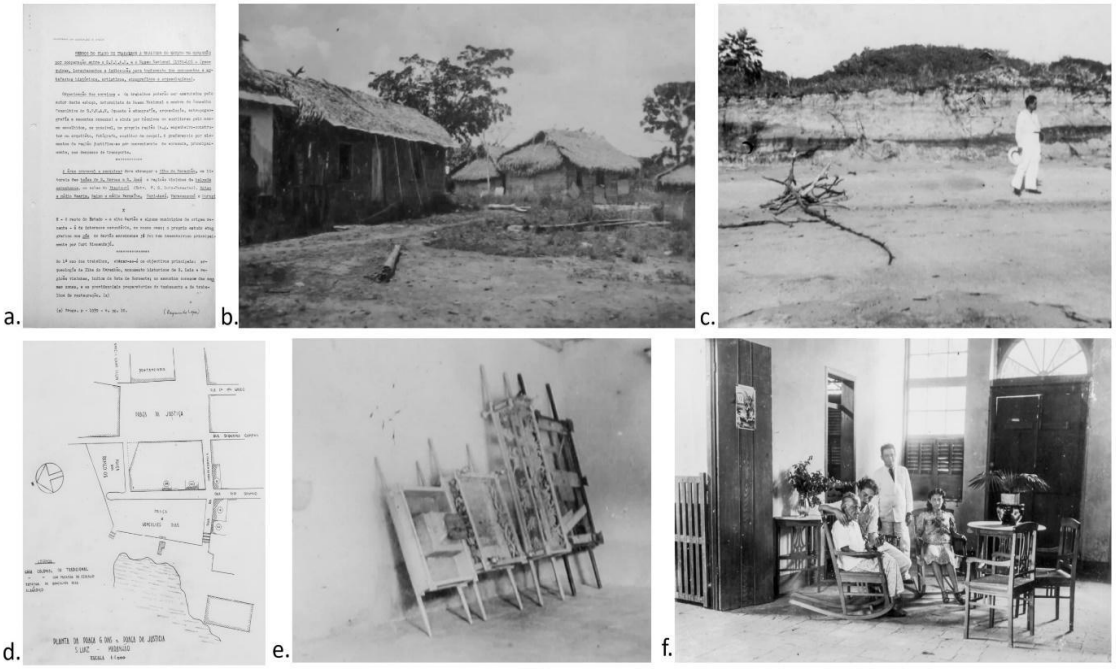
No Museu Nacional, Raimundo Lopes da Cunha (1894-1941), já reconhecido nacionalmente pelos estudos arqueológicos das populações do litoral maranhense, desenvolveu intensa pesquisa nas áreas de etnografia, etnologia e história. Nessa condição, representou a

[9] Através do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.
[10] Só a partir de 2009, o IPHAN passa a contar com Superintendências em todos os estados do país.

instituição no Conselho Consultivo do SPHAN recém-criado. Ademais, as evidências deste estudo indicam que o pesquisador maranhense foi um dos colaboradores contratados para realizar o trabalho de reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro na primeira fase de atuação do SPHAN.

Em excursões técnicas realizadas sob demanda do órgão, a partir de 1939, Raimundo Lopes percorreu várias cidades do estado, tomando notas e fotografando objetos, edifícios, pessoas e paisagens (Figura 1), com a missão de identificar "o patrimônio histórico e artístico do Estado do Maranhão" (Brasil, 1946, p.12). No seu Plano de Trabalho (Figura 1a), Raimundo Lopes (1939a) indica a necessidade de contratar auxiliares para a pesquisa. Em uma evidência de que o trabalho foi financiado pelo órgão federal, há registros de participação de um fotógrafo profissional (Clodomir Pantoja) e de um arquiteto ou profissional de desenho técnico, capaz de produzir as plantas baixas e plantas de localização e implantação específicas para o inventário (Figura 1d).

Figura 1 - Documentos produzidos por Raimundo Lopes: (a) relatório: plano de trabalho; (b) fotografia: "Casas do Posto Indígena Gonçalves Dias", em Pindaré-mirim; (c) fotografia: paisagem da ilha do Livramento; (d) desenho: planta da praça Gonçalves Dias. (e) fotografia: palanquins antigos; (f) fotografia: Raimundo Lopes com herdeiros do Sítio Paraíso



Fonte: Editado pelos autores a partir de Brasil, 2013.

De acordo com os carimbos nos versos das fotografias, o trabalho de catalogação das imagens produzidas por Raimundo Lopes foi realizado pelo DPHAN[11] (portanto, após o falecimento do pesquisador), na Divisão de Estudos e Tombamentos, que foi dirigida pelo arquiteto Lúcio Costa de 1937 a 1972.

A partir de 2013, as imagens digitalizadas no Arquivo Central do IPHAN foram disponibilizadas no repositório Rede de Arquivos IPHAN, organizado com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No entanto, os documentos escritos por Raimundo Lopes continuam em arquivos físicos (não foram digitalizados) e dispersos sob uma catalogação genérica, não relacionada com essa iconografia.

A elaboração de um atlas possibilitará uma visão integrada e totalizante do trabalho de Raimundo Lopes para o SPHAN e está embasada na hipótese de que, dada sua estratégia, escala territorial e identitária, esse material constituiu um inventário abrangente do patrimônio cultural maranhense, provavelmente o primeiro, contribuindo para a constituição do campo do patrimônio e para a construção da identidade moderna do Maranhão.

Outra hipótese extraída desta contextualização e norteadora da pesquisa é a de que neste campo institucional tensionado, a atuação de Raimundo Lopes, pesquisador interessado na geografia, etnografia e arqueologia, e ligado ao Museu Nacional, pode ser vista como um contraponto à tendência ao formalismo, focada nas qualidades estéticas e na excepcionalidade dos bens, adotada pelas esferas de direção do SPHAN, nas primeiras décadas do órgão.

O levantamento realizado por Lopes não se restringiu aos edifícios monumentais ou à arquitetura luso-brasileira dos centros urbanos (Lopes, 2023). Suas fotografias registram também habitações rurais e habitações dos povos originários (Figura 1b), paisagens naturais (Figura 1c), técnicas construtivas tradicionais e objetos associados a práticas cotidianas (Figura 1e), indicando uma concepção ampliada de patrimônio cultural. Além de registrar edificações e conjuntos urbanos (Figura 1d), o pesquisador documentou práticas culturais e contextos sociais relacionados ao modo de vida das populações locais (Figura 1f) e bens relacionados a processos históricos e referências culturais do estado, a exemplo da balaiada e dos escritores da "Atenas Brasileira". Esse conjunto de registros sugere uma abordagem que articula dimensões arquitetônicas, históricas e antropológicas.

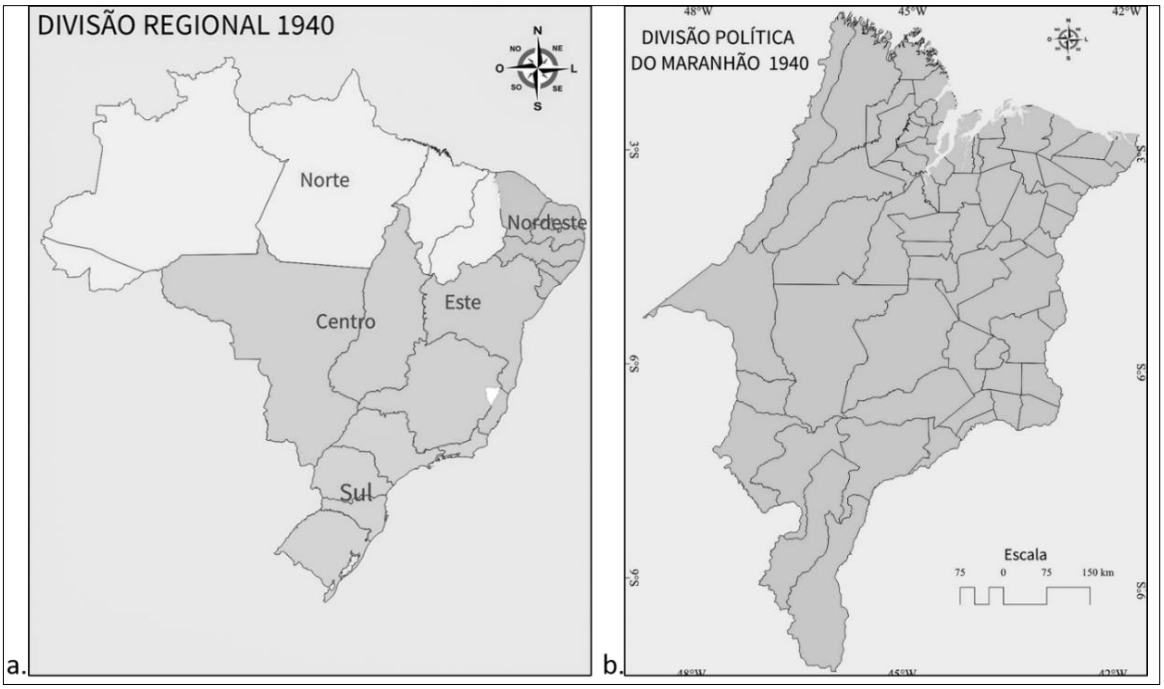
[11] Entre 1946 e 1970, o SPHAN tornou-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), com gabinete do diretor-geral e duas divisões: Estudos e Tombamento; e Conservação e Restauração.

3.3 O recorte territorial do inventário

De uma perspectiva política e territorial mais ampla, o trabalho de Raimundo Lopes transcorreu e contribuiu com o momento de consolidação do moderno estado brasileiro, na Era Vargas, em processos de centralização do poder, com a criação de órgãos nacionais como o SPHAN e, ao mesmo tempo, com a consolidação de identidades culturais regionais, como a "invenção" do Nordeste, em curso desde a segunda década do século XX, segundo Albuquerque Jr (1999).

Vale lembrar que o Maranhão da época de Raimundo Lopes, onde prevalecia uma economia rural baseada na agricultura de subsistência e em laços de compadrio, encontrava-se na região Norte (Figura 2), que alcançava o Piauí e incluía ainda, o Pará, o Amazonas e o território do Acre (Figura 2a), de acordo com uma regionalização baseada no conceito de 'regiões naturais' proposta em 1940 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Contel, 2014; Benedicto; Marli, 2017).

Figura 2 - Mapas da (a) divisão regional e política do Brasil e do (b) Maranhão, em 1940



Fonte: IBGE, adaptado pelos autores.

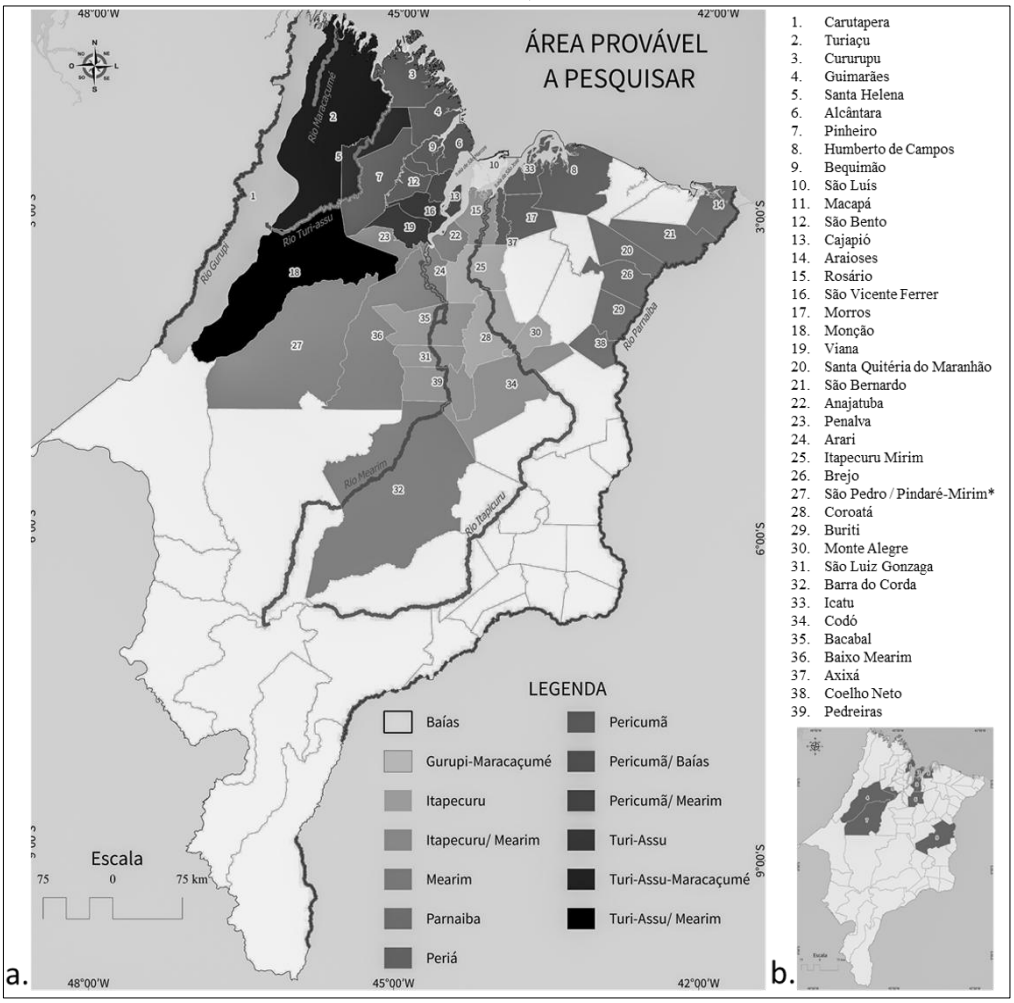
Para a definição do mapa-base da pesquisa, o tratamento cartográfico adotou um recorte e uma interpretação da malha municipal histórica do estado do Maranhão a partir de contribuições de IBGE (Brasil, 1945), Cardoso (2001), e Matias e Soares (2024). De modo complementar, o estudo considera e informa alterações administrativas e toponímicas, como

no caso do município de São Pedro, de onde se originou o município de Pindaré-Mirim, citado na catalogação do material, pelo então DPHAN.

A partir do levantamento de informações históricas, portanto, configurou-se como base cartográfica do atlas proposto a divisão político-administrativa do Maranhão de 1940, organizada no sistema de referência SIRGAS 2000, em coordenadas geográficas, o que garante compatibilidade e precisão espacial (Figura 2b). Para a representação cartográfica dos dados, adotou-se o método corocromático, com diferenciação qualitativa das áreas de interesse.

No seu Plano de Trabalho, Lopes (1939a) indicou uma "área provável a pesquisar", com regiões de interesse que cobrem uma boa parte do território do estado, mas não todo o território (Figura 3). A delimitação de áreas prioritárias demonstra a estratégia de organização espacial da pesquisa patrimonial, em função do conhecimento do pesquisador sobre o território, que se utiliza de critérios hidrográficos como elementos estruturantes.

Figura 3 - Mapas da (a) "Área Provável a Pesquisar" e (b) dos municípios visitados por Raimundo Lopes (1939-1941)



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

No mapa e na descrição dessa primeira representação espacial da proposta de Lopes, percebe-se a importância dos rios na abordagem do pesquisador maranhense:

> "[...] a Ilha do Maranhão, os litorais das baías de S. Marcos e S. José e regiões vizinhas da baixada maranhense, os vales do [rio] Itapicuru (Estr. F. S. Luiz-Terezina). Baixo e médio [rio] Mearim, Baixo e médio [rio] Parnaíba, Turi-Assú, Maracassumé e Gurupi" (Lopes, 1939a).

No mapa, os municípios foram classificados segundo sua inserção predominante ou compartilhada em bacias hidrográficas, reconhecendo áreas de transição hidrográficas por meio de categorias compostas (Figura 3a). Segundo o pesquisador, era "de interesse secundário" o "alto Sertão e alguns municípios de origem recente" (Lopes, 1939a), ou seja, municípios que não possuíam edificações antigas ou relacionadas a momentos históricos do estado. Portanto, pode-se inferir que o critério de antiguidade do povoamento, ou ancianidade, foi preponderante para a definição do recorte territorial adotado no inventário proposto.

A partir deste planejamento inicial, o pesquisador realizou expedições e deixou registros fotográficos nos arquivos do SPHAN de, pelo menos, 9 municípios: Alcântara, Caxias, Icatu, Itapecuru-Mirim, Monção, Penalva, Pindaré-Mirim, Rosário e São Luís (Figura 3b). Uma primeira sistematização dos dados permite visualizar lacunas (Figura 4).

Figura 4 - Municípios citados no plano, visitados e com bens tombados

Inventário de Raimundo Lopes			Municípios com bens tombados por IPHAN ou DPHAP (1940 - 2025)
Municípios descritos no Plano de Trabalho	**Municípios com registros fotográficos**	**Nº de registros fotográficos**	
Alcântara	Alcântara	99	Alcântara
-	-	-	Barreirinhas
Brejo	-	-	-
-	-	-	Buriti
-	-	-	Carolina
Caxias	Caxias	12	Caxias
Icatu	Icatu	10	-
Itapecuru-Mirim	Itapecuru-Mirim	38	Itapecuru-Mirim
Monção	Monção	2	-
Paço do Lumiar	-	-	Paço do Lumiar
Pastos Bons	-	-	-
Penalva/Viana	Penalva/Viana	4	Viana
Picos	-	-	-
S. Pedro/Pindaré-Mirim	Pindaré-Mirim	10	Pindaré-Mirim
Pinheiro	-	-	-
Rosário	Rosário	1	Rosário
São José de Ribamar	-	-	-
São Luís	São Luís	108	São Luís
Turi-Assú	-	-	-
Tutóia	-	-	-
18 municípios	**09 municípios**	**284 fotografias**	**11 municípios**

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Ademais, nas "Notas Preliminares..." (1939c), Raimundo Lopes elabora uma prospecção preliminar dos bens culturais presentes em 18 municípios citados no documento e coloca como "objetivos principais" do primeiro ano de trabalho, a "arqueologia da Ilha do Maranhão, monumentos historicos de S. Luiz e regiões vizinhas, indios da Mata do Noroeste; os assuntos conexos das mesmas zonas, e as providencias preparatórias do tombamento [...]" (Lopes, 1939c).

Entre estes municípios com bens culturais visitados e registrados por Lopes, Alcântara e São Luís representam os territórios priorizados, a considerar o número e variedade de fotografias produzidas sobre cada um (Figura 4). Atualmente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN possui bens tombados ou manifestações registradas nos municípios maranhenses de São Luís, Alcântara, Caxias, Rosário, Paço do Lumiar e Pindaré-Mirim.

A instância de governança estadual do patrimônio, estruturada na Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), por meio da Superintendência de Patrimônio Cultural (SPC) e do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP-MA), possui bens tombados como Patrimônio Estadual em 11 municípios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos iniciais para a construção do atlas do patrimônio cultural maranhense a partir do trabalho de Raimundo Lopes, já indicam que a seleção dos bens identificados pelo naturalista está alinhada com as orientações e diretrizes estabelecidas no arcabouço legal e teórico que embasava os serviços do SPHAN, mas que essa seleção também está carregada do olhar do seu autor, com sua história pessoal e formação, incluindo temas como a "arqueologia da Ilha" e os "indios da Mata do Noroeste", por exemplo.

A organização preliminar dos dados da pesquisa indica novos caminhos a explorar e temas a problematizar, como a visão geográfica de ocupação do território do estado que embasou a proposta de Raimundo Lopes, com ênfase nos rios e bacias hidrográficas.

O interesse de Raimundo Lopes da Cunha por uma Geografia Humana que, para o intelectual, abrangia da etnologia ao urbanismo, e pelos aspectos antropológicos da cultura, configuram uma visão ampliada do patrimônio cultural, mais abrangente do que os critérios que orientavam a atuação do SPHAN naquele período, fortemente influenciada por Lucio Costa, e um alcance territorial maior e mais inclusivo do que a atual política de preservação do patrimônio cultural implementada pelos governos federal e estadual, no Maranhão.

A pesquisa coloca em evidência ainda a interação do SPHAN com seus colaboradores maranhenses, que se mostrou um fator determinante na seleção dos bens patrimoniais que foram protegidos no estado. Não apenas neste primeiro momento de criação e atuação do órgão, mas é possível rastrear as indicações de Raimundo Lopes como base para outros colaboradores que atuaram para o IPHAN posteriormente, com desdobramentos como a instituição da cidade de Alcântara como Monumento Nacional, em 1948.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa-PT: Edições 70, 2015.

BENEDICTO, Marcelo; MARLI, Mônica. Cinco faces do Brasil. **Revista Retratos**. n.06. Rio de Janeiro: IBGE, dez 2017. p. 8-12.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão territorial do Brasil**: quadro da divisão administrativa regional decretada, nos termos da lei n. 311, de 2 de março de 1938, para vigorar de 1944 a 1948. IBGE, 1945.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Rede de Arquivos do IPHAN**. (recurso digital) Rio de Janeiro: IPHAN, ago. 2013. Disponível em: https://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/ Acesso em 10 nov. 2025.

BRASIL. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ata da 11ª reunião do Conselho Consultivo do SPHAN**. Rio de Janeiro: SPHAN, 17 de julho de 1946.

CANCLINI, Nestor García. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación (coord.). **Patrimonio etnológico**: nuevas perspectivas de estudio. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1999. p. 16-33.

CARDOSO, Manoel Frazão. **O Maranhão por dentro**. São Luís: Lithograf, 2001.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis** [*Online*], 3 | 2014, posto online no dia 26 de agosto 2014, consultado em 18 de dezembro 2025. URL: http://journals.openedition.org/terrabrasilis/990

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 1997

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

LOPES, José Antonio Viana. O Primeiro inventário da herança luso-brasileira no Maranhão: Raimundo Lopes, do Museu Nacional, a serviço do SPHAN (1937-1940). In: AMOROSO,

M. R.; BOGÉA, K.; FONSECA, H.; BESO, M. (Orgs.). **Patrimônio arquitetônico Brasil - Portugal**. São Luís: Editora UEMA, 2023. p. 557 - 567.

LOPES, José Antonio Viana. **São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial**: Antonio Lopes da Cunha e a preservação do patrimônio cultural ludovicense. São Luís, MA: Fundação Municipal de Cultura, 2013.

LOPES, José Antonio Viana; RODRIGUES, Hugo Calheiros; SILVA, Paulo Henrique C. **Ciência, Cidade e Poesia**: Raimundo Lopes na Pacotilha (1912-1926). São Luís: Gráfica e Editora Sete Cores, 2017. 92p.

LOPES, Raimundo. **Esboço do Plano de Trabalhos a Realizar no Estado do Maranhão por cooperação entre o SPHAN e o Museu Nacional (1939-1940)**: pesquizas, levantamentos e indicações para tombamento dos monumentos e artefactos históricos, artísticos, etnográficos e arqueológicos. (mimeo). Rio de Janeiro: SPHAN, 1939a. 01p.

LOPES, Raimundo. **Índice** [bibliografia comentada]. (mimeo). Rio de Janeiro: SPHAN, 1939b. 44p.

LOPES, Raimundo. **Notas Preliminares**: para o estudo das possibilidades de estudo, tombamento e restauração dos monumentos históricos e artísticos do Maranhão. (mimeo). Rio de Janeiro: SPHAN, 1939c. 10p.

MATIAS, Lindon Fonseca, SOARES, Danilo. Cartografia histórica da divisão política-administrativa do Maranhão**. XXXII Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP**. Campinas-SP: UNICAMP, 06 a 08 nov. 2024.

NASCIMENTO, José Clewton. Rescala no Ceará (1941): apontamentos sobre a arquitetura tradicional cearense. In. SOARES, I. de M.; SILVA, Í. B. M. da (Org.). **Cultura, política e identidades**: Ceará em perspectiva. Fortaleza: Iphan, 2014. v.1, p. 415-439.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. London/New York: Routledge, 2006.

TAVARES, Paulo. **Lucio Costa era racista?** Notas sobre raça, colonialismo e arquitetura moderna brasileira. São Paulo: n-1 edições, 2022.

ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DO AGROTURISMO SOB AS PERSPECTIVAS ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA NO BRASIL

Lailton da Silva Freire
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
lailton.f@hotmail.com

Celso Ferreira de Lima Filho
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
celso_filho20@hotmail.com

Saulo Ribeiro dos Santos
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
saulo.ribeiro@ufma.br

1. INTRODUÇÃO

A produção científica sobre agroturismo no Brasil revela um campo em expansão. Enquanto parte da literatura concentra-se em experiências e inovação produtiva, outra vertente dedica-se a avaliar impactos sociais e processos de governança local. Estudos realizados revelam que o empreendedorismo rural, redes de cooperação e capital social são recorrentes e centrais para entender como o agroturismo se transforma em estratégia de desenvolvimento territorial (Schmidt; Biesdorf; Daga Cielo, 2025; Rocha, Vinhaes, 2024; Guzzatti; Gelbcke; Cazella, 2024).

A consolidação de arranjos locais provenientes do agroturismo ocorre por meio das cooperativas, das redes de produtores e das iniciativas de turismo de base comunitária. Essas perspectivas demonstram multidimensões nas abordagens científicas e empíricas refletidas no fortalecimento do setor do agroturismo no Brasil (Peixoto; Ribeta 2022; Guzzatti; Gelbcke; Cazella, 2024; Basta; Meirelles; Sambiase, 2022).

Na dimensão econômica, a literatura destaca as principais tendências para o agroturismo, como a diversificação de renda nas propriedades rurais e a emergência de arranjos de mercado voltados para produtos locais e experiências, conceituada como "economia da experiência" (Lopes, 2025). O fortalecimento do empreendedorismo nesse setor registra a inovação de produtos, a agregação de valor e as estratégias de cooperação para acesso a mercados que, quando combinados com políticas públicas adequadas, ampliam o potencial de geração de renda local (Massi; Vilela, 2024). Contudo, é importante considerar potenciais riscos econômicos como a dependência excessiva de demanda turística sazonal e concentração de ganhos em atores externos, o que reforça a necessidade de gestão participativa (Petroneto *et al.*, 2024).

Sob a dimensão social, investigações empíricas apontam que o agroturismo desempenha papel relevante na manutenção e geração de capital social (Basta; Meirelles; Sambiase, 2023). Esse efeito depende, no entanto, de processos de inclusão e de gestão participativa. A dinâmica é evidenciada por meio das experiências em municípios no qual o agroturismo se mostra com um forte envolvimento familiar e comunitário nas atividades turísticas, favorecendo a reprodução de saberes e práticas locais (Petroneto *et al.*, 2024). A literatura indica que o agroturismo pode reforçar coesão social e identidade cultural quando as iniciativas são construídas de forma coletiva e articuladas com políticas de capacitação e comercialização (Dessanti, 2023).

Na dimensão política, observa-se um cenário de dualidade: se, por um lado, há iniciativas governamentais e de agências de apoio que reconhecem o potencial do agroturismo, por outro, há carência de normas específicas, formação técnica e articulação intersetorial que permitam ao setor consolidar-se de modo sustentável (Basta *et al.*, 2023; Lacerda; Endres; Tomazzoni, (2024).

Investigações sobre a governança local evidenciam que arranjos participativos facilitam o acesso a recursos, orientam práticas de comercialização e fortalecem as capacidades de advocacia das comunidades. Nessas situações, percebe-se que o agroturismo exige instrumentos de política pública coesos e sensíveis aplicados às potencialidades locais.

Diante das considerações apresentadas, o presente trabalho tem como objetivo analisar como o agroturismo se reproduz em suas várias dimensões econômica, social e política, com base em pesquisas teórico-empíricas realizadas em território brasileiro.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa de literatura, de caráter qualitativo e analítico, fundamentada nos pressupostos da pesquisa bibliográfica. A revisão integrativa permite sintetizar diferentes perspectivas teóricas e empíricas sobre um mesmo fenômeno, articulando múltiplas dimensões de análise (Whittemore; Knafl, 2005).

Para a busca sistematizada dos trabalhos utilizados nesta pesquisa, a coleta de dados foi realizada entre outubro e novembro de 2025, utilizando as bases de dados *Scielo*, *Redalyc*, *Scopus* e *Google Scholar*, além de repositórios de teses e dissertações das Universidade Brasileiras. Os descritores aplicados para a busca nas bases de dados em português e inglês, foram: “agroturismo” “turismo rural”; “turismo de base comunitária”; “economia da experiência”; “governança territorial”; “sustentabilidade rural”; e “*rural tourism Brazil*”.

Após a aplicação dos filtros, os trabalhos científicos selecionados compuseram o *corpus* principal de análise. Em seguida, foi realizada a categorização das evidências, utilizando-se o método de análise de conteúdo temático (Bardin, 2011), com o objetivo de agrupar as produções por núcleos de sentido que representassem as dimensões investigadas.

A análise foi organizada em três eixos interpretativos, indo de encontro ao objetivo da pesquisa, denominados de dimensões: a dimensão econômica relaciona a diversificação

produtiva, agregação de valor e economia da experiência; a dimensão social aborda o agroturismo como capital social, inclusão, redes de cooperação e dinâmicas familiares; e a dimensão política contempla a questão da governança local, políticas públicas e instrumentos institucionais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3. 1 Dimensão Social

A dimensão social do agroturismo é fortemente vinculada ao capital social local, às redes de confiança, à reciprocidade e à cooperação entre agricultores que sustentam o desenvolvimento de iniciativas turísticas rurais. Silva *et al.*, (2021) argumentam que, na Amazônia Legal, o capital social age como instrumento para gerar autonomia produtiva e social por meio de práticas cooperativas e solidárias no agroturismo.

Nesse sentido, o capital social é essencial para a emergência e consolidação do agroturismo: desenho de roteiros integrados, a partilha de infraestruturas físicas e a estruturação de ofertas coletivas. Estudos evidenciam que localidades com maior densidade associativa conseguem articular melhor a comercialização de experiências, ampliar o alcance de turistas e promover distribuição mais equitativa de benefícios (Rocha; Vinhaes, 2024; Silva *et al.*, 2021; Basta; Meirelles; Sambiase, 2023).

Conforme Mattos *et al.* (2020), essa articulação social atinge maior maturidade quando organizada em redes formais, a exemplo da rede "Altos da Serramar", no estado do Rio de Janeiro, que reúne diversos produtores rurais para oferecer experiências turísticas, o que fortalece a coesão comunitária e cria oportunidades conjuntas de renda para famílias locais.

As redes de cooperação surgem como mecanismos práticos de operacionalização desse capital social por meio dos circuitos temáticos, associações de turismo rural e arranjos de comercialização conjunta que potencializam o acesso a mercados e reduzem custos de promoção e gestão.

Pesquisas em polos consolidados (Venda Nova do Imigrante e Urubici) mostram que iniciativas coletivas, desde a oferta articulada de roteiros até a montagem de cestas de bens territoriais, incrementam a visibilidade do destino e a resiliência frente a choques (Peixoto; Ribeta 2022; Guzzatti; Gelbcke; Cazella *et al.*, 2024). Nesse sentido, a

cooperação se revela tanto instrumento de *marketing* territorial quanto infraestrutura social essencial para a sustentabilidade do setor.

No que se refere à inclusão social, a bibliografia brasileira recente aponta possibilidades e limites: o agroturismo tem potencial para promover inclusão econômica (renda complementar, geração de trabalho) e sociocultural (reconhecimento de saberes locais), mas os efeitos positivos dependem de programas de capacitação, acesso a financiamento e políticas públicas sensíveis às desigualdades de gênero e geração.

Pesquisas sobre protagonismo feminino e gestão participativa destacam que, embora mulheres e jovens assumam a centralidade na hospitalidade, gastronomia e gestão das iniciativas, permanecem sub-representadas em instâncias decisórias, o que evidencia a necessidade de medidas afirmativas e formação direcionada (Schmidt; Biesdorf; Daga Cielo, 2025; Herrera, 2015).

As dinâmicas familiares permeiam a maior parte das iniciativas de agroturismo no Brasil. As propriedades familiares frequentemente integram hospedagem, experiências práticas e comercialização direta, fundindo o trabalho produtivo a atividades turísticas. Estudos mostram que, apesar de esse arranjo fortalecer a permanência no campo e a transmissão intergeracional de saberes, também impõe desafios, como sobrecarga de trabalho, conflitos sucessórios e necessidade de planejamento profissional (Klein, 2021; Carnielli; Peixoto; Ribeta, 2024). A sucessão familiar e os processos de profissionalização aparecem, portanto, como determinantes para a maturidade e continuidade das ofertas agroturísticas no território.

Integrando essas perspectivas, a agenda de pesquisa e de política pública para o eixo social do agroturismo no Brasil precisa priorizar e fomentar: redes e associações locais como estratégia de construção de capital social; programas de formação e financiamento com recortes de gênero e juventude que promovam inclusão real; mecanismos de governança que assegurem a participação e a distribuição equitativas de benefícios; e instrumentos de apoio à sucessão e profissionalização das unidades familiares.

Estudos de indicadores socioeconômicos e avaliações longitudinais são recomendados para monitorar impactos sociais e orientar políticas públicas que articulem desenvolvimento comunitário com sustentabilidade territorial (Basta *et al.*, 2023; Mtur, 2023).

A sucessão familiar e a continuidade do agroturismo são essenciais para a sustentabilidade social desses negócios. Nas unidades familiares, a governança aliada à capacitação é exigida para manter a competitividade econômica, enquanto a inovação e a diversificação regional fortalecem a agricultura familiar e estimulam redes de cooperação. Já a roteirização e a memória local favorecem o engajamento comunitário e o fortalecimento de redes rurais."

3.2 Dimensão Econômica

Sob a ótica econômica, o agroturismo é frequentemente compreendido como uma estratégia de diversificação de renda e de agregação de valor às atividades agrícolas. Estudos demonstram que propriedades que integram produção rural e oferta turística conseguem ampliar sua margem de lucro e reduzir a dependência exclusiva da venda de produtos agropecuários. No município capixaba de Venda Nova do Imigrante (ES), por exemplo, Peixoto e Ribeta (2022) destacaram que muitos proprietários rurais utilizam o agroturismo para complementar sua renda tradicional, suavizando os riscos inerentes à produção agrícola exclusiva.

O agroturismo contribui, nesse contexto, para dinamizar economias rurais, ao criar cadeias curtas de comercialização, fortalecer mercados locais e estimular o empreendedorismo familiar. Valduga *et al.*, (2023) mostraram que experiências turísticas em ambientes rurais estimulam a criação de novos produtos, fortalecem a marca territorial e ampliam o fluxo financeiro local, principalmente quando articuladas a circuitos gastronômicos e práticas agroecológicas.

Além disso, Silva, Pereira e Moraes (2023) destacaram que iniciativas agroturísticas geram incremento direto na renda das famílias, impulsionam pequenas empresas rurais e estimulam investimentos em infraestrutura, equipamentos e qualificação profissional. A geração de renda pelo agroturismo está ligada também à agregação de valor dos produtos locais. Isso significa que itens produzidos nas propriedades rurais como frutas, vegetais, artesanato e alimentos processados, ganham sobrepreço quando associados à experiência turística, uma vez que os visitantes valorizam a origem e a identidade do produto.

Lopes (2025) destaca que o turismo rural contribui para a geração de riqueza no campo ao promover a gastronomia local e produtos diferenciados, o que pode elevar a

rentabilidade dessas atividades. Outra dimensão econômica significativa é o empreendedorismo no setor agroturístico.

O agroturismo assume, assim, não apenas uma extensão da agricultura, mas um negócio turístico autônomo, exigindo habilidades empreendedoras para desenvolver rotas, gestão de hospedagem e experiências de consumo. Massi e Vilela (2024), em pesquisas com agricultores realizadas em Paty do Alferes-RJ, revelaram que muitos começaram a empreender no turismo rural, transformando sua propriedade em negócio turístico, com hospedagem e experiências para visitantes, o que aumentou sua renda e valorizou sua produção agrícola.

Nogueira (2009) mostra que os produtores rurais passam a criar novas ofertas turísticas (visitas à lavoura, oficinas de colheita, hospedagem temática) para atrair turistas, agregando valor à produção tradicional e diferenciando-se no mercado. A inovação de produto no agroturismo também se destaca como fator de competitividade econômica. As propriedades rurais vêm lançando novas experiências turísticas como agroflorestas, oficinas de colheitas e hospedagem temática para diferenciar sua oferta no mercado turístico e agregar valor.

Ademais, estratégias de cooperação entre produtores rurais são comuns para ampliar a escala econômica e reduzir custos. Ao unir esforços, agricultores podem criar roteiros compartilhados, cooperativas de venda de produtos turísticos e campanhas promocionais conjuntas. Essas redes cooperativas promovem sinergias que beneficiam tanto a produção quanto o turismo, ao facilitar a comercialização de produtos e serviços locais para visitantes. De acordo com Dessanti (2023), o cooperativismo no turismo rural permite aos pequenos produtores unir esforços para receber visitas, compartilhar infraestrutura e elaborar roteiros turísticos, ampliando a escala econômica do agroturismo e fortalecendo a economia local.

Nesse sentido, a sustentabilidade econômica do agroturismo depende fortemente de planejamento estratégico e de políticas de apoio. Para que a diversificação de renda se mantenha, é necessário que os atores rurais invistam em capacitação, infraestrutura, *marketing* e gestão de experiências.

Sob a perspectiva de sustentabilidade econômica, Zandonadi e Freire (2016) argumentaram que o agroturismo promove valor agregado cultural e territorial: a identidade rural, as tradições e os saberes locais são convertidos em produtos turísticos,

o que proporciona aos agricultores uma forma de monetizar seu patrimônio cultural e permanecer economicamente viáveis no campo.

Em última análise, a expansão do turismo rural requer suporte institucional e infraestrutura adequada para gerar emprego e renda. Dessa forma, o desenvolvimento local consolida-se a partir da integração público-privadas, uma vez que o agroturismo fomenta a diversificação econômica e a articulação entre diversos atores da sociedade. Essa atividade ressignifica e apoia as redes locais, agregando valor simbólico e ambiental ao ampliar as oportunidades de negócios e de emprego a partir da geração de renda e inclusão produtiva. Esses impactos econômicos auxiliam na redução do êxodo rural.

3. 3 Dimensão Política

Sob a concepção política, o agroturismo tem sido amplamente analisado a partir das dinâmicas de governança local**,** considerando a articulação entre instituições públicas, agricultores e organizações comunitárias. Esse movimento demanda instâncias de governança territorial, uma vez que a sustentabilidade do agroturismo depende de articulações entre governo, comunidade e atores privados.

As instâncias oficiais não apenas legitimam o agroturismo, mas contribuem para o acesso a programas de financiamento e convênios com ministérios de turismo e desenvolvimento agrário. Guzzatti, Gelbcke e Cazella (2024), em análise sobre a experiência de Urubici (SC), demonstram que o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) possui função indispensável na coordenação de políticas públicas, mediação de interesses e legitimação de projetos turísticos. Os autores concluíram que a governança institucionalizada contribui para a continuidade das ações e para o fortalecimento da identidade territorial.

Por sua vez, a cooperação em redes políticas emerge como um desafio para a inclusão social no planejamento do turismo rural. O estudo de Lacerda, Endres e Tomazzoni (2024), em Petrolândia (PE) revela que, embora existam redes formais de políticas públicas, a informalidade baseada em confiança entre comunitários é mais eficaz na implementação de ações turísticas locais.

Os autores destacaram, ainda, que a governança baseada na confiança interpessoal pode superar a burocracia estatal e permitir que os agricultores e moradores participem de decisões estratégicas, dando mais voz à comunidade rural na construção de uma política de agroturismo sustentável.

Outro vetor político do agroturismo é a elaboração de políticas públicas nacionais de turismo, especialmente estratégias articuladas com programas de infraestrutura. O Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), ao exigir contrapartidas institucionais, diagnósticos socioambientais e planejamento integrado, fortaleceu as capacidades técnicas municipais e alavancou o padrão de infraestrutura de destinações interioranas. Estudos aplicados no Pará mostram que o programa amplia transparência, governança e controle social, criando as condições estruturais necessárias para expansão de atividades como o agroturismo (Secretaria de Turismo do Pará, 2022).

No âmbito dos fomentos técnicos institucionais, a atuação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) mostra-se importante para a conversão de sítios agrícolas em microempresas de hospitalidade. Exemplo disso são as iniciativas promovidas pelo SEBRAE que têm contribuído e impactado positivamente na transformação de propriedades rurais em empreendimentos turísticos. Em Venda Nova do Imigrante (ES), referência nacional em turismo rural, o SEBRAE desenvolveu ações de capacitação e assistência técnica que resultaram na consolidação da Rota do Agroturismo.

Segundo relatório da instituição, essas parcerias fortalecem o empreendedorismo, a agregação de valor e a governança comunitária (SEBRAE, 2022). A mesma estratégia está sendo desenvolvida pelo SEBRAE (MA) e pela Instância de Governança do Polo São Luís (IGR São Luís) na Grande Ilha do Maranhão. Por meio do fortalecimento do Circuito Agroturístico SLZ, que compõe um total de onze propriedades rurais nos municípios de Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar.

Outro componente do eixo político diz respeito às políticas de crédito rural. Pesquisas sobre municípios como Nova Veneza (SC) e São José dos Ausentes (RS) indicam que linhas como PRONAF Agroindústria e PRONAF Mais Alimentos ampliam a capacidade das famílias rurais de investir em infraestrutura receptiva, qualificação do espaço produtivo e melhoria das experiências turísticas. Estudos vinculam a expansão do agroturismo à ampliação dessas linhas de crédito, que viabilizam inovação e diversificação econômica (BNDES, 2023; Banco do Brasil, 2024).

De maneira integrada, as evidências mostram que o fortalecimento do agroturismo no Brasil depende da coexistência entre governança local ativa, políticas públicas coerentes e instrumentos institucionais adequados. Municípios como Urubici (SC), Petrolândia (PE) e Venda Nova do Imigrante (ES) exemplificam que a articulação entre políticas de crédito, capacitação e governança democrática produz um ambiente

político mais favorável para a consolidação do setor, transformando-o em estratégia efetiva de desenvolvimento territorial.

Assim, considera-se que estratégias de políticas públicas rurais como programas federais e estaduais são decisivas para o fortalecimento da governança rural. Para isso, é imprescindível a cooperação institucional por meio de Parcerias entre o SEBRAE e municípios para a sustentação do desenvolvimento territorial.

A ausência de governança participativa limita a expansão sustentável no setor do agroturismo, uma vez que a atividade exige governança territorial e cooperação multissetorial. Dessa forma, sob o setor político, a efetividade do agroturismo depende das políticas públicas, das instituições, do poder privado e do envolvimento da comunidade local.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências apresentadas nesta revisão confirmam que o agroturismo no Brasil constitui um campo complexo e multissetorial, cujo desenvolvimento depende da articulação equilibrada de suas dimensões econômica, social e política. A literatura revela que o setor pode ser compreendido como alternativa de renda complementar e expressão territorial que integra práticas produtivas, relações sociais, identidades locais e dinâmicas institucionais.

Desse modo, o agroturismo amplia a compreensão sobre a ruralidade contemporânea, provando que o espaço rural não se reduz à produção agropecuária, mas incorpora experiências, patrimônios simbólicos e formas específicas de organização social. Do ponto de vista econômico, observou-se o papel estratégico do agroturismo na diversificação produtiva, na agregação de valor e na dinamização dos mercados locais.

No entanto, os estudos também alertam para fragilidades estruturais como a dependência de sazonalidade, a desigual distribuição de benefícios e a necessidade de profissionalização da gestão. Essas limitações reforçam a importância de políticas públicas, financiamento adequado e capacitação continuada para que a atividade gere efeitos duradouros e inclusivos sobre as economias rurais.

A dimensão social se destaca pela centralidade do capital social, das redes de cooperação e das dinâmicas familiares, elementos que sustentam grande parte das iniciativas em território brasileiro. As experiências demonstraram que o agroturismo fortalece vínculos comunitários, preserva saberes tradicionais e estimula novas formas de

protagonismo social, especialmente entre mulheres e jovens. Contudo, tais benefícios dependem de governança participativa, ações formativas e mecanismos que reduzam desigualdades internas às comunidades rurais.

Por fim, o setor do agroturismo exige ambientes políticos estruturados, instrumentos institucionais eficazes e políticas públicas sensíveis às particularidades territoriais. Nesse sentido, a governança local, o acesso ao crédito e as ações de apoio técnico revelaram-se decisivos para transformar iniciativas em processos sustentáveis.

A consolidação do agroturismo no Brasil condiciona-se, portanto, à integração multissetorial, ao planejamento territorial e à valorização das identidades rurais, permitindo que a atividade avance como estratégia de desenvolvimento sustentável e fortalecimento das ruralidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

BANCO DO BRASIL. PRONAF **Agroindústria: Investimento.** 2024. Disponível em: https://www.bb.com.br/site/agronegocios/investimentos/pronaf-agroindustria-investimento/. Acesso em: 17 nov. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011. (obra base para técnica de análise de conteúdo) Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291

BASTA, Flavio.; MEIRELLES, Dimária Silva e.; SAMBIASE, Marta Fabiano. Impactos da pandemia de Covid -19 no Agroturismo e Turismo Rural: A Scoping Review. **Ateliê Geográfico.** v.17, n.1, 2023, p.24– 49

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).** 2023. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf . Acesso em: 17 nov. 2025.

CARNIELLI, Gabriele Fraga Baptista.; PEIXOTO, Daniel Lanna.; RIBETA, Paola Brusco. Impactos do processo sucessório gerencial na oferta agroturística em Venda Nova do Imigrante-ES. **Tur.,Visão e Ação**, v.26, p.01-21, 2024.

DESSANTI, Jucé Marcos. **Evaluation of potential for implementation of an enterprise focusing on agritourism in rural properties in the municipalities of Cascavel and Braganey in the State of Paraná.** 2023. Dissertation (Degree in of Master of Science in Administration).Western Paraná State University, 2023.

GUZZATTI, Thaise Costa.; GELBCKE, Daniele Lima.; CAZELLA, Ademir Antônio. Interfaces do agroturismo com o enfoque da cesta de bens e serviços territoriais. **Desenvolv. em Questão**, v.22, n.61, 2024.

HERRERA, Karolyna Marin. **Da invisibilidade ao reconhecimento: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola.** 2015. Dissertação (Metrado em sociologia política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

KLEIN, Luciana Cristina. **Turismo rural e agroindústria: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Ubiratã/PR**. 2021. Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2021.

LACERDA, Paulo Henrique Ferreira.; ENDRES, Ana Valéria.; TOMAZZONI, Edegar Luis. Cooperação em redes políticas públicas de turismo com base na confiança interpessoal: evidência do caso de Petrolândia/PE. **Revista de Turismo Contemporâneo**, */S. l./*, v.12, n.2, p.343–369, 2024.

LOPES, Maurício.Antonio. **O turismo rural como gerador de renda e riqueza no campo.** Estudos socioeconômicos e ambientais. Embrapa. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de- noticias/-/noticia/19430061/artigo---o-turismo-rural-como-gerador-de-renda-e-riqueza-no- campo. Acesso em: 17 nov 2025.

MASSI, Juliana Alves.; VILLELA, Luciana Bittencourt. **O Agroturismo como atividade de complementação de renda e redução do êxodo rural: Um estudo de caso sobre o Programa de Agroturismo de Paty do Alferes–RJ. 2024**. Trabalho de conclusão de cursos. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2024.

MATTOS, Cristiane et al. Rede de agroturismo Altos da Serramar: uma alternativa de desenvolvimento local sustentável na bacia do rio Macaé, RJ, Brasil. **Revista Vértices**, */S. l./*, v.22, n.3, p.517–533, 2020.

MTUR. Ministério do Turismo. **Experiências do turismo rural**. Boletim de Inteligência do Mercado do Turismo. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/rede-inteligencia-mercado/Boletim_Turismo_Rural_compressed.pdf. Acesso em: 17 nov 2025.

NOGUEIRA, Maria Francisca Magalhães. **O turismo rural de Goiás: contextos imaginários.** 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

PEIXOTO, Daniel Lanna.; RIBETA, Paola Brusco. Agroturismo em Venda Nova do Imigrante (ES) e seus fatores condicionantes: um estudo baseado em publicações locais. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, Brasil, v.33, n.1, p.135–152, 2022.

PETRONETO, Nicoly Saick.; PEITOSO, Daniel Lanna.; RIBETA, Paola Brusco.; COLODETTE, Vitor. Desenvolvimento do agroturismo em Venda Nova do Imigrante-ES sob a lente de empreendedores locais. **Revista FACES**, v.23, n.3, 2024.

ROCHA, Tamires Regina.; VINHAES, Alan da Silva. A contribuição do turismo rural para a reprodução social de agricultores: uma investigação em rotas turísticas

nos municípios de Jundiaí e são roque – estado de São Paulo. In **VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos e Geografas**. 07 a 12 de julho de 2024, São Paulo. Disponível em: https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1724173386_ARQUIVO_6af27f 0c5193dc568de674c32d61be84.pdf acesso em: 17 nov 2025.

SCHMIDT, Carla Maria.; BIESDORF, Patrícia; DAGA CIELO, Ivanete. Empoderamento de mulheres do campo: uma análise de empreendedoras de turismo rural da região de Toledo–Paraná, Brasil. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v.23, n.4, p.1219–1234, 2025.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio a micro e pequenas empresas. **Agroturismo no Brasil: vivências únicas.** 2025. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/agroturismo-no-brasil-vivencias-unicas,d1cfda71a0122810VgnVCM100000d701210aRCRD. Acesso em: 17 nov 2025.

SECRETARIA DE TURISMO DO PARÁ. **Manual de Gestão Socioambiental do PRODETUR.** Belém, 2022. Disponível em: https://setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/manual_de_gestao_socioambiental.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.

SILVA, Sylvana Kelly Marques da.; LAIBIDA, Luiz Demetrio Janz.; BRUSSIO, Jocimar Chaves. Caminhos do agroturismo: novos rumos com o capital social e possibilidades na Amazônia Legal. **Revista Turismo & Cidades,** v. 3, n. 6, p. 10–34, 2021.

VALDUGA, Manoela Carrillo.; OLIVEIRA, Romário Loffredo de.; SILVA, Marllon Santos da.; TAVARES, Beatriz Carvalho. Inovação e empreendedorismo no turismo rural: limites e potencialidades de novas tendências no cenário brasileiro. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo,** v.15, n.3, 2021, p. 25-51.

ZANDONADI, Beatriz Mauro.; FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Agroturismo: cultura e identidade agregando renda no espaço rural. **Revista de Turismo Contemporâneo**, */S. l./*, v.4, n.1, 2016.

WHITTEMORE, Robin.; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing, v.** 52, n. 5, p. 546-553, 2005. DOI: 10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x. Disponível em: https://libguides.utoledo.edu/es/integrative libguides.utoledo.edu+1

OS TRABALHADORES POR PLATAFORMAS NA ECONOMIA POLÍTICA DA CIDADE: considerações acerca da plataformização dos serviços de entrega de comida em São Luís, MA

Vinícius Castelo Branco de Aguiar
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
vinicius.casteloaguiar@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, as dinâmicas da economia política das cidades incorporam novos conteúdos, entre os quais se destacam o fenômeno da plataformização, compreendido como uma feição da difusão do meio técnico-científico-informacional cunhado por Milton Santos (1996). O período atual é marcado pelo capitalismo de plataforma, como definiram Srnicek (2018) e Langley e Leyshon (2017). Composto por grandes empresas de plataformas de tecnologia globais e nacionais, esse novo modo de ação no território pode ser explicitado, entre outros, pela expansão das empresas de plataforma de entrega de comida, a exemplo do *iFood*.

O processo de globalização vigente (Santos, 2019 [2000]) condiciona empresas como o *iFood* a uma ampliação contínua e hegemônica de suas escalas de ação nas cidades, sobretudo, em contextos urbanos. Nesta pesquisa, analisa-se o contexto brasileiro a partir de situações geográficas de São Luís (Maranhão), acerca da atuação de empresas de entrega de comida por plataformas. A visível hegemonia do *iFood* mobiliza outras empresas, que surgem como alternativas ou mesmo como partícipes da mesma operação.

De tal maneira, justifica-se a relevância de compreender a organização interna da cidade de São Luís no movimento da totalidade, considerando o contexto das plataformas que operam no segmento de entrega de comida. O trabalho buscou enfatizar e discutir a operação do *iFood* em São Luís, mediante a atuação de entregadores e estabelecimentos locais cadastrados nessa plataforma.

Nesta perspectiva, para explorar o fenômeno da plataformização dos serviços de entrega de comida em São Luís, demonstram-se os dinamismos inscritos na economia política da cidade, "que visa compreender, justamente, como o meio construído se organiza face à produção e como os agentes encontram seu lugar no tecido urbano e na divisão do trabalho" (Montenegro, 2022, p. 26). Toma-se a cidade não por ela mesma, mas como parte de um movimento de método que contemple a análise da totalidade concreta do fenômeno (Kosik, 1976).

Considerando que o crescimento do capitalismo de plataforma supõe novos nexos territoriais no contexto da cidade, procurou-se debater como o *iFood* impõe ao centro urbano novos arranjos e reorganizações dos sistemas de relações sociais e econômicas por meio da extração da mais-valia. Nesta pesquisa, há um interesse direcionado ao trabalho realizado pelos entregadores cadastrados na plataforma *iFood* e outras empresas.

É oportuno realçar que, segundo Tozi (2020, p. 491), "essas empresas não são apenas plataformas digitais, mas plataformas territoriais, pois é o território que se apresenta, ao mesmo tempo, como fundamento da tomada de decisão e recurso diferencial de rendimento", contexto no qual "haveria uma produtividade espacial, ou geográfica, para as plataformas digitais".

Diante dessas considerações, a pesquisa propõe a compreensão dos usos corporativos e hegemônicos do território pelo *iFood* em São Luís, na conformação da economia política da cidade. O interesse no *iFood* justifica-se por ser a maior plataforma de entrega de comida e de compras de supermercado que opera no território brasileiro, sendo destaque também na América Latina.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa parte das proposições teóricas e empíricas da dissertação de Mestrado intitulada "Economia Política de Cidade e digitalização em São Luís: a plataformização dos serviços de entrega de comida" (Aguiar, 2024), a fim de apresentar alguns aspectos da teoria e do método que ampararam as discussões críticas, assim como os procedimentos metodológicos construídos no trabalho.

Quanto aos aspectos empíricos, para alcançar respostas aos objetivos propostos, recorreu-se ao uso de procedimentos metodológicos mistos de coleta de dados diretos com abordagem qualitativa, a partir de técnicas/instrumentos para a obtenção de dados/informações em campo, como: observação, entrevista e questionário.

A pesquisa de campo realizada entre os meses de maio e junho de 2023 consistiu na aplicação de questionários e realização de entrevistas com entregadores selecionados aleatoriamente, em diferentes "áreas de concentração" de espera por solicitações de entrega na cidade de São Luís. Indagou-se, entre outros aspectos, sobre os motivos de escolha dos locais para aguardar os chamados, os estabelecimentos que geram maior volume de pedidos e os bairros que mais recebem as entregas.

Nesta primeira etapa, recorremos às amostragens não probabilísticas do tipo intencional que, de acordo com Pessôa e Ramires (2013, p. 122), "consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população". Dessa forma, delimitou-se os esforços às "áreas de concentração de entregadores", abordando sujeitos com um perfil específico: entregador por plataforma.

Optou-se pela aplicação de questionários e pela realização de entrevistas presenciais. Foram realizadas 40 entrevistas em duas áreas de concentração, 31 delas realizadas no Shopping da Ilha (bairro Maranhão Novo) e 9 delas realizadas na praça do Parque Ambiental do Itapiracó. É importante sublinhar que houve algumas recusas por parte de alguns profissionais, majoritariamente na localidade do Parque Itapiracó, cujas justificativas não foram explicitadas.

O questionário consistiu em 20 perguntas, aplicadas em tempo médio de cinco minutos. Esse modelo mais enxuto se deu em razão de ser um momento de se apresentar aos sujeitos de interesse da pesquisa, uma vez que questionários longos poderiam gerar resistência e cansaço nos entrevistados. Além disso, com os entregadores que demonstraram ter mais disponibilidade de tempo, foram realizadas perguntas pontuais não contempladas no questionário.

As áreas foram definidas a partir das observações realizadas ao trafegar pela cidade em ônibus coletivo, exercitando um "olhar espacial" (Hissa, 2002, p. 185), que busca "apreender dimensões de uma realidade em múltiplos movimentos: a espacialidade da existência das coisas e dos seres, da história e do tempo". Nesse contexto, a presença física do pesquisador em campo viabilizou a consistência metodológica necessária para as abordagens face a face.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos geográficos que tratam da economia política da cidade apresentam grande complexidade, tendo em vista a infinidade de variáveis que potencialmente podem compor a análise. Neste estudo, recorre-se a uma das chaves para decifrar a organização interna da cidade: os usos do território e a espacialidade dos trabalhadores.

A categoria de análise "território usado" (Santos,1999) foi fundamental para a compreensão da plataformização em São Luís, situando-se entre a materialização dos propósitos do *iFood* na cidade e as tensões estabelecidas em torno da expansão dos domínios da plataformização da economia, especificamente do segmento de entrega por plataformas.

Diante disso, a economia política da cidade foi acionada como um pressuposto de método para compreender de que maneira as parcelas da cidade acolhem e resistem à alienação territorial (Ribeiro, 2005), que "é formada, portanto, por uma construção ideológica tecnicamente sofisticada, que abstrai a co-presença e conduz à acomodação

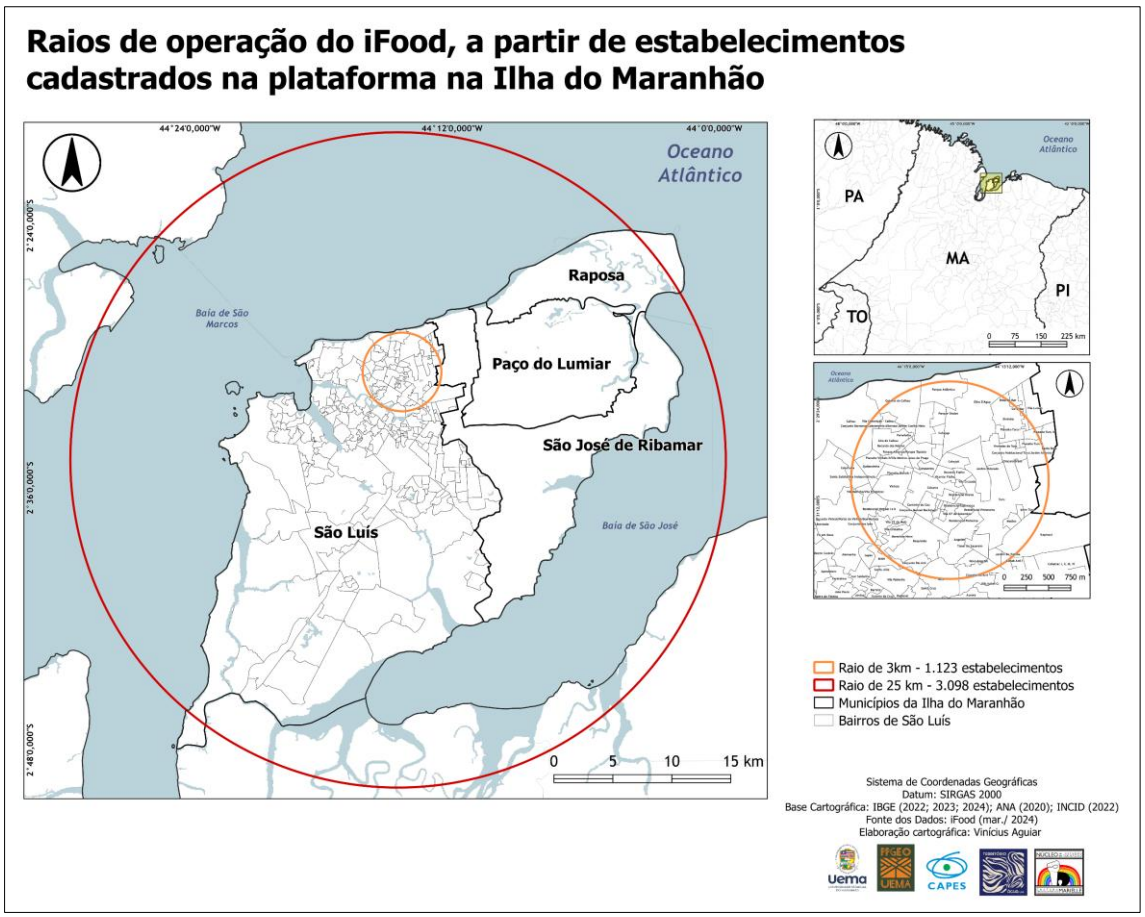
incondicional aos objetivos da ação hegemônica, a única considerada racional" (Ribeiro, 2005, p. 267).

No contexto do capitalismo de plataformas, corroborando para isso, Muellerleile (2020, p. 322-323, tradução nossa) ressalta que "as 'infraestruturas' das plataformas acumulam riqueza não produzindo nada em si, mas extraindo renda ao coordenar e rastrear a circulação por meio de redes digitais". Portanto, segundo o autor, as empresas de plataforma não usam o território da cidade para a produção; ao contrário, alienam o território, valendo-se das materialidades herdadas, extraindo a mais-valia local.

Na pesquisa, constatou-se que a atuação do *iFood* em São Luís se assemelha a um monopólio, configurando uma hegemonia constituída na cidade por meio do exercício do poder de mercado. Consequentemente, o processo de plataformização imposto em São Luís pelo *iFood* constitui-se enquanto trocas desiguais entre a empresa proprietária da plataforma, os donos de estabelecimentos comerciais, os entregadores e os usuários consumidores, cenário no qual o *iFood* atua como o regente das ações.

A fim de dar um enfoque empírico às afirmativas, buscou-se na Figura 1 justificar a escolha de uma parte da cidade de São Luís que condensa uma enorme parcela da operação do *iFood* a partir de estabelecimentos cadastrados na plataforma dessa empresa. Compreendem-se como estabelecimentos os locais voltados à comercialização de alimentos e bebidas, tais como restaurantes, lanchonetes, bares, docerias, padarias e açaiterias.

Figura 1 - Raios de operação do *iFood*, a partir de estabelecimentos cadastrados na plataforma na Ilha do Maranhão



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Na Figura 1, para efeitos comparativos, apresentam-se dois raios: um de 25km, que conforma todas as áreas urbanas da Ilha do Maranhão com 3.098 estabelecimentos; e outro de 3km, com 1.123 estabelecimentos, que compreende a área de estudo deste trabalho. Este último raio abrange os bairros: Cohama, Cohajap I, Cohajap II, Vicente Fialho, Olho d'Água, Chácara Brasil, Turu, Vivendas do Turu, entre outros. Essa área de 3km concentra cerca de 36,2% dos estabelecimentos cadastrados na Ilha do Maranhão, fator determinante para a escolha desta porção da cidade na investigação.

A referida hegemonia do *iFood* fica aparente em relação aos 40 entrevistados em campo, a partir de questionário: todos (100%) declararam trabalhar com o *iFood*, o que ratifica essa empresa enquanto ação hegemônica na cidade. Desses, 4 declararam que também trabalham com a *Bee Delivery*. Apenas um dos entrevistados trabalha para outras empresas de entrega como Uber *Flash*, Giross, Ryd, 99, Shipp, C&P *Delivery* e Elite Express. O maior número de menções, implicou em que, nessa pesquisa, o foco é direcionado ao *iFood*.

Apesar de operarem com o serviço de entrega de comida, entre outros segmentos, as demais empresas citadas possuem uma característica diferente, pois não funcionam como plataformas digitais de pedido *online* que realizam entregas como o *iFood*. São exclusivamente empresas de logística, que operam para outras empresas. No caso da *Bee Delivery*, é o estabelecimento que solicita o entregador para a empresa e informa o bairro de entrega do produto. Acentua-se que o *iFood* também atua como uma empresa de operação logística, embora se autodeclare estritamente uma "empresa de tecnologia".

Sob outros moldes, o *iFood* pratica atividade de operador logístico no formato de comércio digital, fazendo o intermédio entre estabelecimentos comerciais e usuários consumidores, que se concretiza com as entregas realizadas pela atuação dos entregadores cadastrados na plataforma. Muellerleile (2020), ressalta isso,

> os mercados baseados em plataformas são únicos porque são bilaterais ou multilaterais, o que significa que nenhuma das partes de uma possível troca é capaz de encontrar a(s) outra(s) sem a plataforma. Dessa forma, a plataforma, independentemente da forma institucional que assuma, é um mediador necessário para a troca (Muellerleile, 2020, p. 320, tradução nossa).

Desse modo, entende-se que o *iFood* possuir uma plataforma digital não necessariamente significa que é uma empresa de tecnologia, visto que seu núcleo de negócios reside na intermediação dos serviços de entregas e não na provisão de tecnologias.

Muellerleile (2020, p. 323, tradução nossa), acrescenta que as plataformas "trabalham ativamente para internalizar os benefícios da infraestrutura comum da *Internet*, ao mesmo tempo em que externalizam os custos (como emprego precário ou salários mais baixos) de volta para as instituições coletivas da sociedade".

Por outro lado, o *iFood* opera com duas modalidades de entrega: Nuvem e OL (Operador Logístico). Na modalidade Nuvem, o entregador trabalha diretamente para a plataforma mediante cadastro e aguarda as solicitações de entrega. Segundo o *iFood* (2023, n.p.), "o entregador nuvem é independente. Tem liberdade para realizar suas entregas como, quando e onde quiser". Contudo, os dados de campo revelam distorções nessa premissa, com relatos frequentes de bloqueios e restrições punitivas aos profissionais que não cumprem os parâmetros de produtividade implícitos da plataforma.

A empresa estruturou formas sofisticadas de controle algorítmico, a exemplo do sistema de *Score* adotado no final de 2022. Trata-se de um mecanismo que indica "em que nível você está no app *iFood* para Entregadores. Ele vai do 1 ao 3 e é calculado com base

nos indicadores das [...] entregas do ciclo (últimos 28 dias). Quanto mais alto o nível, maior a prioridade na distribuição de pedidos" (*iFood*, 2023, n.p.).

O entrevistado E9, que atua como OL, reforça essa engrenagem de controle: *"Aí agora como tá esse negócio de score, [...] tipo, eu sou um OL nível 1 (um), caí pra 1 (um), aí só que não tá chamando tanto. O dele é 2 (dois) [apontando para outro entregador], aí o dele já chama mais que o meu. [...] [Nível] 3 (três) bomba, meu irmão"*. O relato remete às ideias de Dardot e Laval (2016, p. 327), sobre o princípio da competição no sistema capitalista, induzindo que os entregadores "[devem] maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos".

A modalidade OL, por sua vez, consiste em "uma empresa especializada em entregas rápidas que têm parceria comercial com o *iFood*. Por meio dessa parceria, o OL cadastra sua equipe de entregadores na plataforma do *iFood*, permitindo que recebam pedidos de entrega por meio do aplicativo" (*iFood*, 2023, n.p.).

Trata-se de uma estratégia de terceirização de serviços. "Há quem diga que esse modelo proporcione uma renda maior aos entregadores, mas críticos e outros trabalhadores enxergam o OL como uma forma de aumentar o controle sobre o trabalho" (UOL, 2020, n.p.). Em São Luís, identificou-se a atuação de duas empresas principais como Operadoras Logísticas do iFood: a Duas Rodas e a Flash.

Dos 40 (quarenta) entrevistados que trabalham na plataforma *iFood*, 37 (trinta e sete) afirmaram trabalhar como Nuvem e 3 (três) como OL. Esse dado afirma uma resistência dos entregadores na capital maranhense em relação ao trabalho como OL.

Os relatos foram incisivos quando os entregadores foram indagados sobre trabalharem com as modalidades Nuvem ou OL: "*Nuvem, graças a Deus, eu não sou escravo (risos)"* (E21). O entrevistado E26 afirmou: *"Nuvem. No dia que eu ser pau mandado, eu vou ser empregado (risos)"*. Outro entregador, ao ser questionado sobre os Operadores Logísticos que atuam em São Luís, respondeu:

> *Eu não sei te dizer, porque eu nunca trabalhei como OL, não faço questão nem de saber (risos). [...] Porque tipo, na OL, o meu ponto de vista, né. O serviço de motoboy, eu que faço. Eu trabalho pra mim. [...] Eu vou num OL, eu vou fazer o meu serviço, sendo que ele [gerente do OL] vai ganhar pelo tempo que eu tô trabalhando. Vou tá dando dinheiro pro cara, sendo que o esforço é só meu* (E22, 2023).

Esse é um discurso que apesar de discordante da modalidade OL, mostra-se nutrido pela crença de ser um empreendedor de si (Laval, 2022) ou "pessoas como

empresas" (Slee, 2017, p. 187). Outro relato reforça a assertiva de oposição ao trabalho como OL:

> *porque assim, OL é tipo uma empresa, tipo, tu tá escravo desses cara. Tu num pode desligar [o aplicativo], tem que ficar todo tempo online. E nós não, qualquer coisa nós, [...] tem alguma coisa ali, tu pode desligar. Muito melhor. E aqui quando o dia tá bom tu tira cento e cinquenta, cento e sessenta, duzentos [reais]. Tu for fazer uma diária por aí é cinquenta, sessenta "conto", passa do dia todinho. [...] Depende das entrega também, tem dia que é bom, tem dia que é ruim, tem dia que é fraco. Tem dia que tu faz cem, tem dia que faz noventa, faz setenta [reais], depende. Mas em compensação é bom, porque assim, tu tá trabalhando pra ti mermo* (E31, 2023).

Nesse sentido, os entrevistados afirmaram que os entregadores OL precisam retornar à praça para que possam realizar novas corridas. O entregador E21 realça que é: "*como se tivesse trabalhando fixo de um restaurante. [...] Mas se a pessoa fica ouvindo esse tipo de coisa, te cobrando alguma coisa, mais antes trabalhar de carteira assinada*". E22 reforçou: "*sem contar que OL, ele não pode trabalhar antes das uma [13h] e nem depois das dez [22h]*".

Sobre o relato de prioridade em relação ao recebimento das corridas pelos entregadores OL, os entrevistados afirmaram que de fato existe, mas E22 fez ressalvas:

> *Por exemplo, a maior parte das "corrida" é corrida pequenininha e tal, pra ficar na praça. Aí vai, cai pra eles [entregador OL], enquanto os "cara" faz três, quatro "corrida" aí, de seis conto [reais] aí, eu pego uma corrida de vinte e cinco [reais]. [...] De vinte [reais], vou, chega lá já toca outra voltando [...]* (E22, 2023).

E9, que trabalha como OL, afirmou: *"Agora eu tô OL, eu quero voltar pra Nuvem"*. O questionamos sobre a possibilidade de trabalhar nas duas modalidades de forma simultânea, ele afirmou não ser possível:

> *Porque é como se eu trabalhasse numa empresa, tem um pessoal que controla a hora que eu vou ficar disponível. Tipo, eu entro onze [11h]. São três turnos, das onze [11h] às duas [14h]; das duas [14h] às dezoito [18h]; das dezoito [18h] às vinte duas [22h]. [...] Aí vai até... vinte e duas horas, a OL morreu, Nuvem não, meu irmão, tu vai até uma, duas horas da manhã rodando, entendeu? [...] O Nuvem trabalha mais* (E9, 2023).

Desse modo, reafirma-se que o OL é uma modalidade com pouca adesão entre os entregadores. No entanto, o OL foi criado pelo *iFood* assim como o Nuvem; as diferenças residem nos graus de extração da mais-valia do trabalhador, sendo assim, não existem perdas para o *iFood*, pois ambas estão em seu domínio. A empresa afirma que 75% dos entregadores cadastrados na sua plataforma são Nuvem.

Para fins de debate acerca das denominadas "áreas de concentração de entregadores" em São Luís, parte-se da noção elaborada por Jean Gottmann (2012), segundo a qual o território pode ser usado tanto como abrigo quanto como recurso. Diante desse par dialético, a cidade seria usada desigualmente, exclusivamente como recurso pelo *iFood* para extração de mais-valia local e como abrigo pelos estabelecimentos locais e entregadores, em suas dinâmicas cotidianas.

Em nossa perspectiva, essas áreas figuram em "situações geográficas" (Silveira, 1999, p. 26), pois nelas se cristaliza "uma dada divisão territorial do trabalho". Conforme observado, as "áreas de concentração de entregadores" identificadas em São Luís conformam a porção nordeste e norte da cidade.

A Figura 2 demonstra três áreas utilizadas pelos entregadores por plataformas para aguardar as chamadas, reforçando o que aponta Corrêa (2018, p. 291), "absoluta, cada localização é simultaneamente relativa, isto é, situa-se em um contexto no qual a acessibilidade desempenha papel essencial". A localização, desse modo, possui um atributo relacional, visto que as pressões impostas pelo processo de urbanização corporativo e fragmentado condicionam esse caráter.

Figura 2 - Áreas utilizadas pelos entregadores por plataformas para aguardar as chamadas em São Luís



Fonte: Google Street View. (a) Elevado da Cohama e (b) Proximidades do *Drive Thru* McDonald's, Jardim Renascença (2022); Autoria própria. (c) e (d) Proximidades do Shopping da Ilha, Maranhão Novo (jun. 2023).

Com esse entendimento, propõe-se a análise de duas "áreas de concentração de entregadores" contempladas neste estudo na porção nordeste e norte da cidade de São Luís: o Shopping da Ilha (Maranhão Novo) e a praça no Parque Ambiental do Itapiracó. Compreende-se essas áreas a partir de sua perspectiva existencial, não apenas como um recorte, pois "a ideia é captar a vida que está nas formas, e não apenas as formas" (Silveira, 2006, p. 89), portanto, na qualidade de território como abrigo para os entregadores.

Acerca do questionamento a respeito do local para esperar as solicitações de entrega, dentre os motivos citados pelos entrevistados nas duas áreas de concentração, o que se destaca é a "maior demanda". Ademais, chama atenção citarem os laços afetivos constituídos entre eles, a segurança[12] e uma relativa comodidade em relação a outros locais da cidade.

Por fim, concorda-se com Santos (2012 [1994], p. 125), ao explicitar que "cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho a cada aglomeração não lhe é diferente". Entende-se que a implicação do fenômeno da plataformização do trabalho evidencia uma dialética em relação aos usos do território na cidade.

Ao mesmo tempo em que essas áreas de concentração são induzidas aos entregadores pelo fato de estarem próximas a estabelecimentos como restaurantes, lanchonetes e bares que operam com o *iFood*, os entregadores as ressignificam a partir dos laços que são construídos entre eles.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou discutir a economia política na situação geográfica de São Luís, considerando a atuação de empresas de plataforma do segmento de entrega de comida. Para tanto, a partir de situações geográficas que contemplaram a porção nordeste e norte da cidade, procurou-se entender como as implicações da atuação de plataformas do segmento de entrega de comida mobilizam e conformam uma organização interna da cidade.

[12]Alguns entregadores relataram que já sofreram assaltos durante o trabalho, e que algumas áreas da cidade representam maior risco em relação a outras, a exemplo da Estrada da Mata, via de acesso entre São Luís e São José de Ribamar. *"Vários aqui [entregadores], quase todo mundo aqui já foi roubado, siô, a maioria"* (E11, 2023).

Em outras palavras, como se dão os usos do território da cidade de São Luís por empresas de plataforma de entrega de comida, representado em grande medida pelo *iFood* em sua condição hegemônica. Não somente os usos corporativos, mas, também, buscou-se lançar luz sobre as contradições da economia local com os serviços realizados pelos entregadores, sendo esses atinentes ao lugar, conhecedores da cidade.

Constatou-se, a partir da pesquisa de campo em situações geográficas de São Luís, um perfil geral dos entregadores. Quantificar a modalidade de entrega na plataforma do *iFood* foi de grande relevância na pesquisa, à medida que 37 entrevistados trabalhavam como Nuvem e 3 como Operador Logístico (OL). Observou-se, ainda, que o modelo OL é visto com bastante resistência pelos entregadores.

Por fim, em outra direção, para além dos dados quantitativos, este estudo se mostrou importante ao analisar qualitativamente tanto as lógicas de operação da plataforma *iFood* no segmento de entrega de comida em São Luís, ao utilizar o território como recurso, quanto as distintas maneiras de constituição de um território como abrigo no espaço urbano por parte dos trabalhadores por plataformas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vinícius Castelo Branco de. **Economia Política da Cidade e Digitalização em São Luís**: a plataformização dos serviços de entrega de comida. / Vinícius Castelo Branco de Aguiar. – São Luís, MA, 2024. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) – Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. A espacialidade como o olhar do geógrafo. In: **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Editora UNESP, 2018. p. 289-297.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de Território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, 2012 [1975]. p. 523-545. ISSN: 2236-3637. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2458. Acesso em: 28 set. 2022. Doi: 10.54446/bcg.v2i3.86.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras:** inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

IFOOD. **Como o Score *iFood* é calculado?** Disponível em: https://news.ifood.com.br/ol-e-nuvem-como-entregadores-trabalham-no-app-do-ifood/. Acesso em: 2 mai. 2023.

IFOOD. **OL e nuvem: como entregadores trabalham no app do *iFood*?** Disponível em: https://news.ifood.com.br/ol-e-nuvem-como-entregadores-trabalham-no-app-do-ifood/. Acesso em: 2 mai. 2023.

IFOOD. **Quem entrega o pedido: o iFood ou o restaurante? [2023]**. Disponível em: https://institucional.ifood.com.br/clientes/quem-entrega-o-pedido/. Acesso em: 03 mar. 2024.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANGLEY, Paul; LEYSHON, Andrew. Platform capitalism: the intermediation and capitalization of digital economic circulation. **Finance and Society**, Inglaterra, 2(1), 2017. p. 11-31. ISSN: 2059-5999. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/finance-and-society/article/platform-capitalism-the-intermediation-and-capitalisation-of-digital-economic-circulation/8DA262AC62FF66F97154F6CF5F77870C. Acesso em: 26 fev. 2024. Doi: 10.2218/finsoc.v3i1.1936.

LAVAL, Christian. Do empreendedor de si ao inimigo de si: neoliberalismo e conflito intrassubjetivo. In: SILVA, Silvana Cristina; RAMOS, Tatiana; RODRIGUES, Glauco. (Orgs.). **Espaço Urbano, Pobreza e Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022. p. 19-28.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Usos do território e as cidades em transformação. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos. **Unisinos**, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, vol. 20, n. 341, 2022. ISSN: 2448-0304. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/341cadernosihuideias.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

MUELLERLEILE, Chris. Platforms, merchants and market space. In: BERNDT, Christian; PECK, Jamie; RANTISI, Norma. **Market/Place:** Exploring Spaces of Exchange. Newcastle, UK: Agenda Publishing, 2020.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RAMIRES, Julio Cesar Lima. Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica. In: MARAFON, Glaucio José, *et al.* (orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia:** reflexões teórico-conceituais e aplicadas [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Outros territórios, outros mapas. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v.6, n.16, 2005. p. 263-272.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade**: o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012 [1994].

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 29ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019 [2000].

SANTOS. Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR Rio de Janeiro**, ano XIII, n.2, p.15-26, 1999.

SILVEIRA, María Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, (19), 2006, 81-91. ISSN: 2179-0892. Disponível em: https://revistas.usp.br/geousp/article/view/73991. Acesso em: 08 ago. 2023. Doi: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2006.73991.

SILVEIRA, María Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista TERRITÓRIO**, v. IV, n. 6, p. 21-28, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5703428/mod_resource/content/0/Texto6a_%20Maria%20Laura%20situa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 04 ago. 2023.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires Caja Negra, 2018.

TOZI, Fábio. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **Geousp – Espaço e Tempo** (On-line), São Paulo, v. 24, n. 3, p. 487-507, dez. 2020. ISSN: 2179-0892. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/168573. Acesso em: 03 jun. 2022. Doi: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.168573.

UOL. **A rotina de ameaças e expulsões dos entregadores terceirizados do *iFood***. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/07/24/rotina-de-ameacas-e-expulsoes-dos-entregadores-terceirizados-do-ifood.htm. Acesso em: 03 nov. 2022.

LUGAR SAGRADO: no batuque dos tambores do Terecô em Santo Antônio dos Pretos, Codó/MA

Poliana dos Santos de Carvalho
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
poli.geo94@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No percurso desafiador da trajetória acadêmica, a decisão de pesquisar as religiões de matriz africana, em especial o Terecô no município maranhense de Codó, também nasce das inquietações construídas ainda durante o Mestrado, quando desenvolvi a pesquisa intitulada *Território de benzimentos e cura do Povoado Km 17, Codó-MA: uma análise Geocultural*.

Ao longo das experiências em campo, tornou-se necessário ampliar o olhar para além do próprio povoado, chegando até Codó e buscando compreender o seu contexto cultural mais amplo, que aparece de forma muito ligada ao Km 17 por meio das práticas religiosas.

A escolha por Santo Antônio dos Pretos não ocorre de forma aleatória, fundamenta-se no entendimento de que se trata de um dos principais territórios de origem e consolidação do Terecô, a partir da qual a prática se expande e se reconfigura em diferentes localidades do Maranhão.

O Terecô, como outras religiões de matriz africana presentes no Maranhão, constitui mais do que um conjunto de rituais: produz modos de sentir, de se relacionar e de viver o espaço. No município maranhense, essa religião não manifesta-se apenas em celebrações formais, mas nos caminhos percorridos pela mata, no batuque dos tambores e nas práticas cotidianas que entrelaçam espiritualidade e vida comunitária.

A partir das contribuições da Geografia Cultural e da Geografia da Religião, principalmente nos diálogos com Rosendahl (2002; 2003) e Claval (1999), compreende-se que o sagrado se territorializa, produzindo marcas simbólicas e afetivas no espaço. Nesse sentido, Santo Antônio dos Pretos não é apenas um recorte geográfico, mas um território-terreiro, onde memórias africanas, mitos e experiências ancestrais são continuamente reatualizados, conforme argumenta Corrêa (2013). O lugar, portanto, é vivido e significado a partir das práticas religiosas que o estruturam.

Nesse processo, o território deixa de ser apenas suporte físico e passa a ser compreendido como construção social e simbólica, moldada pelas relações que ali se estabelecem. No caso do Terecô, essa premissa torna-se ainda mais evidente, pois o espaço, além de ocupado, é também interpretado e sacralizado a partir das vivências religiosas. As práticas rituais, os caminhos percorridos, os pontos de encontro e as narrativas compartilhadas contribuem para a formação de um espaço carregado de sentidos que não podem ser dissociados da experiência dos sujeitos que o vivenciam.

Além disso, a ideia de território-terreiro ajuda a compreender como o sagrado não se limita aos momentos ritualísticos, estendendo-se ao cotidiano da comunidade. O que se experiencia nas festas, nos toques e nas celebrações reflete-se nas formas de relação com o lugar, nos vínculos entre as pessoas e na maneira como a própria comunidade se reconhece enquanto grupo. Assim, o território vai sendo continuamente produzido e reproduzido a partir dessas interações, que unem as dimensões material e simbólica de forma inseparável.

É nesse atravessamento entre vida cotidiana, práticas religiosas e construção do espaço, que se torna possível compreender a própria formação histórica de Santo Antônio dos Pretos, visto que o modo como o território é vivido hoje está diretamente ligado ao processo de ocupação e resistência que marca sua origem.

Santo Antônio dos Pretos é uma comunidade remanescente de quilombo, cuja localização na mata dos cocais historicamente ofereceu proteção a grupos escravizados em fuga e às práticas religiosas ali desenvolvidas. O Terecô nasce nesse contexto de resistência, transmitido inicialmente pela oralidade entre os escravizados e posteriormente difundido por Codó e regiões próximas. Sua trajetória é inseparável da trajetória do lugar: ambos se constituem na experiência da fuga, da resistência e da reinvenção cultural.

Diante da interdependência entre religiosidade, território e memória, esta pesquisa parte da seguinte problemática: como o Terecô produz, organiza e sustenta um lugar sagrado em Santo Antônio dos Pretos, e de que modo esse processo estrutura territorialidades, pertencimentos e formas de resistência ao longo do tempo? O Terecô não atua apenas como expressão religiosa, mas como força organizadora das relações sociais, dos modos de pertencimento e da própria experiência espacial.

Compreender esse processo implica observar como elementos simbólicos, práticas rituais e ancestralidade se articulam na constituição do território-terreiro, ultrapassando a dimensão física para alcançar sentidos de memória, proteção e continuidade cultural. Para avançar na compreensão, este trabalho adota o seguinte objetivo geral: Compreender como o Terecô produz e sustenta Santo Antônio dos Pretos como lugar sagrado, articulando territorialidade, memória, ancestralidade e resistência.

Nesse percurso, destaca-se a compreensão de que o Terecô não pode ser separado das experiências vividas pelas pessoas que fazem parte dessa tradição. São essas vivências, construídas no cotidiano, que dão sentido ao território e conduzem ao seu reconhecimento não apenas como espaço físico, mas como lugar carregado de memória, fé e pertencimento.

Também é importante considerar que a pesquisa se apoia em uma perspectiva que valoriza o vivido, o simbólico e o cultural, entendendo que o sagrado não está distante da vida comum, mas faz parte dela. Em Santo Antônio dos Pretos, essa articulação manifesta-se muito expressivamente nas práticas religiosas, nos encontros coletivos e na relação direta com a mata e com os espaços de celebração.

Dessa forma, o estudo busca analisar o Terecô não como algo isolado, mas como uma prática que se constrói no território e ao mesmo tempo ajuda a construir esse território. É nessa relação entre fé, espaço e memória que se forma o lugar sagrado, sendo constantemente recriado pelas pessoas que o vivem no cotidiano.

2. METODOLOGIA

Para compreender o fenômeno religioso do Terecô, esta pesquisa adota uma abordagem de aproximação fenomenológica que, conforme Besse (2006), amplia o olhar geográfico ao considerar percepções, experiências e modos de vivenciar o espaço. Nessa perspectiva, o fenômeno religioso é entendido a partir dos sentidos atribuídos pelos próprios praticantes, permitindo aproximar-se de suas territorialidades, rituais e formas de pertencimento.

O percurso metodológico estrutura-se em três eixos principais: levantamento bibliográfico, trabalhos de campo e reflexões contínuas em espaços acadêmicos. O levantamento bibliográfico embasou-se em obras que fundamentam teoricamente o objeto de estudo.

O trabalho de campo, sendo realizado em Codó e em Santo Antônio dos Pretos, configura-se como uma experimentação direta da realidade, conforme Hissa (2017). Para isso, utilizou-se a observação participante e a realização de entrevistas com pais, mães e filhos de santo, bem como outros representantes locais envolvidos com o Terecô.

As entrevistas não foram tratadas como simples coleta de informações, mas como encontros entre sujeitos que compartilham experiências, saberes e modos de compreender o mundo. Conforme Hissa (2017, p. 131), a entrevista deve ser entendida como um "diálogo com sujeitos do mundo", e não mera extração de dados.

Heidrich (2016) reforça que essa prática envolve escuta, registro e troca, aproximando-se, quando possível, do formato de grupo focal, algo que emergiu espontaneamente no campo, especialmente em conversas realizadas em varandas, cozinhas e espaços de convivência comunitária.

Assim, o percurso metodológico não seguirá um modelo pré-definido, se moldará às exigências do campo. Pesquisar o Terecô significa respeitar recusas, acompanhar ritmos próprios, ouvir pausas, silêncios e memórias, reconhecendo que o saber se constrói na relação. Como observa Marandola Jr. (2024, p. 92), "caminhar é pensar. Como caminhar não apresenta sempre um fim definido, ele é também deriva, podendo redundar no não-caminhar. O lugar se doa ao caminhante, pela paisagem".

Nesse sentido, o campo não é apenas espaço de obtenção de informações, mas território vivido, atravessado e compartilhado, no qual o pesquisador também é afetado. Bonnemaison (2012, p. 302) lembra que "não basta viajar em torno do território, é preciso realmente invadi-lo", no sentido de mergulhar na vida que nele pulsa.

Nesse processo, o campo deixa de ser um recorte metodológico e passa a compreender-se como experiência de envolvimento. Cada ida ao território não se repete da mesma forma, pois o lugar também muda, se reorganiza e revela novas camadas de sentido a depender do momento, das pessoas presentes e das próprias situações vividas no espaço. Por isso, a pesquisa não se sustenta apenas na observação fixa, mas na abertura ao inesperado, ao que surge no encontro e no cotidiano das práticas religiosas.

Além disso, esse modo de aproximação exige do pesquisador uma postura de escuta atenta e de disponibilidade para lidar com o que não é dito diretamente. No contexto do Terecô, muitos conhecimentos são transmitidos de maneira sutil, por gestos, referências indiretas e pela própria vivência coletiva, o que torna o trabalho de campo uma experiência que vai além da técnica, envolvendo também sensibilidade e percepção do espaço vivido.

Compreender o Terecô a partir dessa perspectiva metodológica é reconhecer que o conhecimento não se produz de forma distante ou neutra, mas na convivência, no contato e na imersão com o território. O campo, assim, não é apenas fonte de dados, mas lugar de construção de sentidos, onde teoria e vivência se cruzam constantemente e produzem novas formas de interpretar o fenômeno religioso.

3. A CONSTRUÇÃO DO LUGAR SAGRADO DO TERECÔ EM SANTO ANTÔNIO DOS PRETOS

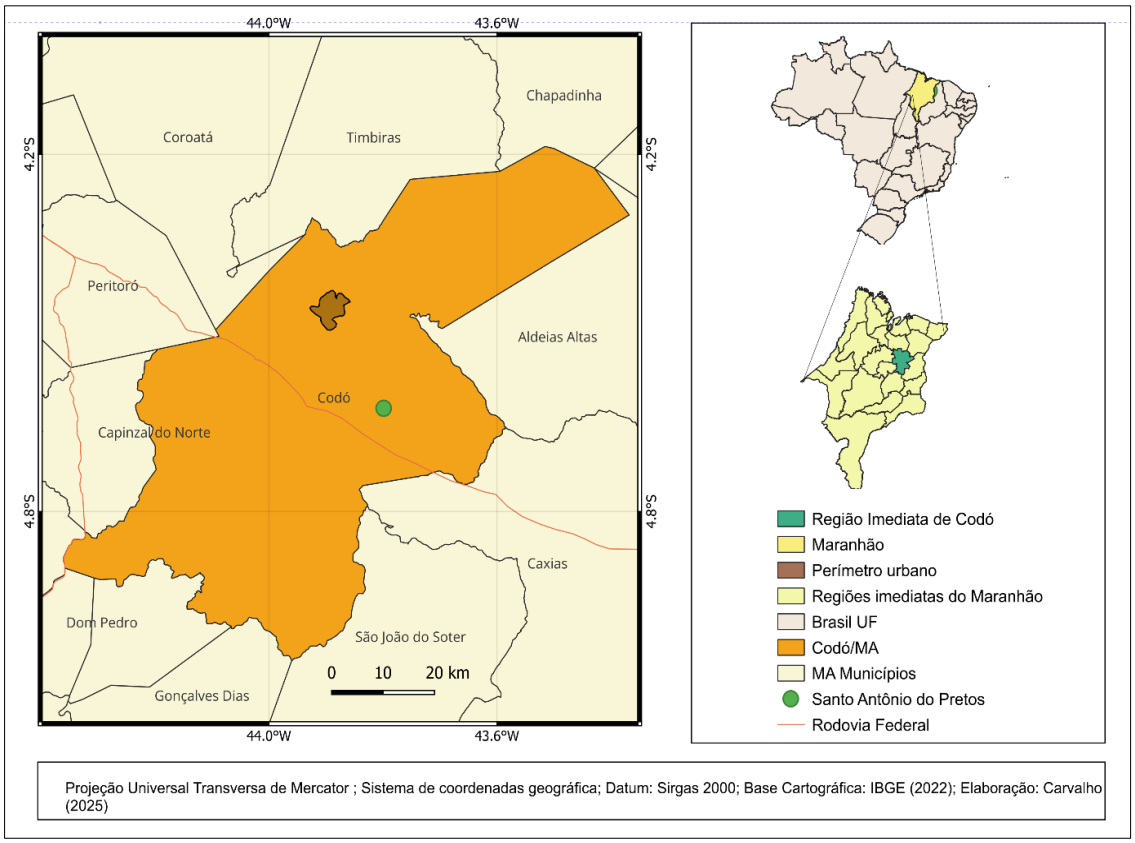
Analisar o Terecô em Santo Antônio dos Pretos exige, antes de tudo, aprender como esse território foi sendo vivido e transformado em lugar sagrado ao longo do tempo. Não trata-se apenas de localizar uma prática religiosa, mas de entender como a relação

entre as pessoas, a mata e os rituais foi dando sentido a esse espaço, que hoje carrega marcas profundas de ancestralidade, memória e resistência.

O Terecô tem suas origens nas matas do povoado Santo Antônio dos Pretos, em Codó (MA), onde, a partir das práticas trazidas pelos negros escravizados, consolidou-se como uma expressão religiosa autêntica e distinta no cenário das religiões afro-brasileiras. É nesse território que a tradição foi moldada, em diálogo com elementos africanos, indígenas e locais, dando forma a uma religiosidade profundamente enraizada no cotidiano das comunidades.

O povoado (Figura 1), localiza-se a cerca de 40 km da sede municipal de Codó, e sua posição geográfica, inserida na mata dos cocais, ajuda a compreender a forma como o Terecô historicamente se estruturou. Não é apenas um dado espacial, mas um elemento que dialoga diretamente com a organização da religião no território. Os primeiros rituais aconteciam entre babaçuais, aonde os praticantes chegavam por caminhos distintos, apagavam vestígios de passagem e mudavam constantemente o local, como observa Centriny (2015).

Figura 1 - Mapa de localização geográfica, Santo Antônio dos Pretos - Codó/MA



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Terecô é uma manifestação religiosa afro-brasileira presente, sobretudo, no interior do Maranhão, resultado de diferentes influências culturais que, ao longo do tempo, contribuíram para a construção de uma religiosidade própria Lamy e Ahlert (2018). Conforme destaca Ferretti (2000), embora apresente provável origem banto, o Terecô também incorpora elementos jeje-nagô, evidenciando os diversos saberes que compõem essa tradição religiosa.

De acordo com Oliveira e Silva (2018), essa comunidade é fundamental na formação cultural de Codó, principalmente na preservação das crenças e práticas religiosas construídas a partir de saberes ancestrais. Trata-se de um espaço que guarda memória e mantém viva uma tradição que se transmite pela oralidade, pelos rituais e pelas experiências coletivas.

Ao longo do tempo, as práticas religiosas foram se consolidando em um contexto marcado por perseguições e estigmatizações. A mata, nesse período, assumiu também a função de proteção, permitindo que os rituais fossem realizados longe da vigilância e das acusações dirigidas aos praticantes, frequentemente associadas à feitiçaria e curandeirismo (Oliveira, 2018).

Esse contexto contribuiu para que o Terecô se estruturasse como uma forma de manutenção da fé e da identidade, articulando práticas religiosas e modos de resistência que se expressam no cotidiano da comunidade. Ao longo do tempo, essa religião não desapareceu, foi se transformando junto às mudanças sociais e espaciais da região. Na contemporaneidade, o território sagrado do Terecô passa a se organizar também em barracões e tendas, que assumem o papel de centros de convivência e continuidade das práticas religiosas.

Os barracões são espaços construídos e organizados pelas próprias comunidades religiosas, onde acontecem os rituais, as festas, os toques de tambor e os encontros entre os praticantes, funcionando como lugar de vivência do sagrado e fortalecimento dos vínculos entre os membros da religião. É nesses espaços que a tradição continua sendo atualizada, fortalecendo os vínculos entre os praticantes e reafirmando a presença do Terecô no cotidiano.

O toque dos tambores, os cânticos e as danças permanecem como elementos principais dessas vivências, mantendo viva a ligação com a ancestralidade e com o mundo espiritual. As festas e homenagens, que reúnem diferentes casas e famílias de santo, tornam-

se momentos de encontro e reafirmação coletiva. Como destaca Claval (1999), a celebração rompe com o cotidiano e instaura um espaço-tempo próprio do sagrado, onde corpo, memória e emoção se entrelaçam.

Dentro dessas vivências, a dimensão espiritual ganha profundidade com a presença dos encantados, que fortalecem a ligação entre o mundo visível e o invisível na experiência religiosa. Entre os elementos centrais do Terecô estão os encantados da mata, entidades compreendidas como pessoas que viveram entre os homens, mas que desapareceram sem passar pela experiência da morte, passando a habitar a Encantaria (Ferretti, 2001). Essa compreensão expressa a ligação direta entre religiosidade, ancestralidade e território, especialmente com a mata, que não representa apenas o espaço de origem da prática, mas também um lugar carregado de significados simbólicos.

Nesse sentido, os encantados ajudam a compreender que o território do Terecô vai além do espaço físico dos rituais, envolvendo dimensões simbólicas e invisíveis que estruturam a experiência religiosa. As matas, os caminhos, os barracões e os espaços de celebração se articulam como lugares de memória e continuidade. Essa relação evidencia que a mata não é apenas cenário, é também origem e morada simbólica desses seres, reforçando a ligação entre natureza, espiritualidade e ancestralidade. Desse modo, o território do Terecô ultrapassa seus limites físicos e se estende para uma dimensão invisível, onde se mantêm vivos os vínculos entre praticantes e entidades espirituais.

A partir dessas vivências materiais e imateriais, o lugar sagrado vai sendo construído e ressignificado pelos sujeitos que participam dos rituais e compartilham a experiência religiosa. Nesse conjunto de experiências, os símbolos ganham densidade e papel fundamental na construção do território-terreiro. Segundo Rosendahl (2018), o lugar sagrado se constitui a partir do significado cultural atribuído ao espaço vivido, onde memórias, crenças e identidades são continuamente reafirmadas.

Assim, os tambores, as vestes, os pontos riscados, as imagens e os objetos de cura ultrapassam a função de serem elementos rituais, constituindo marcas materiais de uma experiência coletiva que territorializa o sagrado. É na prática ritual e na vivência compartilhada que o lugar se consolida, pois o sagrado não é apenas representado, mas vivido e inscrito no território.

A definição do lugar sagrado deriva tanto de sua materialidade e delimitação física quanto da intensidade da vivência que ali se realiza e da identidade religiosa que nele se reconhece. Trata-se de um espaço qualificado pela experiência coletiva, onde memória,

cultura e espiritualidade se entrelaçam, produzindo territorialidades que sustentam a continuidade do Terecô em Santo Antônio dos Pretos.

3.1 O Terecô como espaço de resistência, reexistência e afirmação identitária

A compreensão desse espaço simbólico permite perceber que o Terecô também se adapta e se afirma diante das transformações contemporâneas. Em meio às tensões sociais que ainda marcam as religiões de matriz africana, as práticas terecozeiras revelam novas expressões de resistência.

Mesmo enfrentando preconceitos e tentativas de deslegitimação, o Terecô se mantém como forma de reexistência, termo que evidencia a capacidade de resistir, de permanecer criando, recriando e ocupando o território com seus próprios sentidos.

Essa persistência ganha ainda mais relevância ao considerar que, historicamente, a intolerância religiosa continua a se projetar sobre grupos que buscam afirmar sua identidade cultural, como aponta Rosendahl (2002, p. 15) ao destacar que:

> Ódios religiosos históricos continuam a atormentar o homem neste século. Apesar de a distinção religiosa ser apenas um elemento de diferenciação cultural é, em alguns casos, a raiz de conflitos dentro de Estados que buscam uma identidade nacional, com base em outras características culturais homogêneas (Rosendahl, 2002, p.15).

As reflexões de Rosendahl demonstram como os conflitos ligados à religião muitas vezes fazem parte de disputas maiores dentro da sociedade, onde determinadas formas de fé acabam sendo vistas a partir de uma lógica de exclusão e padronização cultural.

No caso das religiões de matriz africana, essa dinâmica manifesta-se de forma bem clara, uma vez que muitas dessas práticas foram, e ainda são atravessadas por processos históricos de racismo e de tentativa de apagamento cultural. Ao longo do tempo, esse cenário contribuiu para que essas expressões fossem colocadas à margem, mesmo sendo parte importante da formação cultural do Maranhão e do Brasil.

Apesar disso, o Terecô segue se mantendo como uma força viva no território maranhense. Como aponta Sodré (2017), essa resistência não acontece apenas como oposição direta, mas principalmente como afirmação de outras formas de viver, de pensar e de dar sentido ao mundo. É justamente aí que o Terecô se fortalece, porque ele continua existindo a partir do seu próprio modo de organizar a fé, a cultura e a vida.

Nesse sentido, os terreiros também podem ser compreendidos como espaços que carregam uma memória histórica de perseguição e resistência, desde o período colonial, funcionando não apenas como lugares de prática religiosa, mas também como territórios

de saberes, identidades e formas de enfrentamento diante das violências históricas sofridas pelas religiões de matriz africana (Rufino; Miranda, 2019).

Esta leitura permite compreender que tais espaços, além de heranças do passado, são também resultados de um processo histórico de reorganização contínua, em que práticas religiosas foram sendo mantidas e ressignificadas mesmo diante de diferentes formas de repressão. No caso do Terecô, isso se expressa na forma como a religiosidade se reestrutura ao longo do tempo, sem perder seus vínculos com a ancestralidade e com os sentidos que sustentam sua existência.

No cotidiano das tendas e dos barracões, essa dimensão histórica se materializa nas práticas vividas, que dão concretude ao que muitas vezes aparece como memória ou conceito. Os toques de tambor, as festas, os encontros e as vivências coletivas reafirmam e dão continuidade do modo de vida construído no território. Mesmo diante das dificuldades e do preconceito ainda presente, essas práticas seguem sustentando a presença do Terecô no cotidiano da comunidade.

Assim, passado e presente não aparecem como dimensões separadas, mas articulam-se continuamente na experiência vivida. Cada ritual, oferenda e celebração mobiliza memórias, relações e pertencimentos que reforçam o vínculo entre território e religiosidade. Desse modo, o Terecô afirma-se como forma de existência, em que território, fé e memória se entrelaçam e se recriam no cotidiano das pessoas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do Terecô em Santo Antônio dos Pretos evidencia que o lugar sagrado não se reduz a uma delimitação física nem a um conjunto de práticas ritualísticas isoladas. Ao longo da pesquisa, torna-se visível que o sagrado constitui-se na articulação entre memória, ancestralidade, territorialidade e resistência, configurando o território-terreiro como espaço vivido, significado e continuamente atualizado pela experiência coletiva.

O Terecô transforma Santo Antônio dos Pretos em referência identitária e cultural, onde o passado da resistência quilombola dialoga com as práticas contemporâneas de fé. Os tambores, as festas, os rituais e os objetos simbólicos além de expressar religiosidade, também territorializam o sagrado, consolidando um espaço de pertencimento que reafirma a presença negra no Maranhão. O lugar sagrado sustenta-se, portanto, na vivência

compartilhada e na capacidade da comunidade de reinscrever, no espaço, suas memórias e valores.

Mesmo diante da intolerância religiosa e das pressões históricas que incidem sobre as religiões de matriz africana, o Terecô revela-se como prática de reexistência. Sua permanência não se explica apenas pela resistência à opressão, mas pela contínua produção de sentidos, vínculos e identidades que mantêm viva a ancestralidade. Ao territorializar o sagrado, a comunidade reafirma seu direito de existir, celebrar e produzir cultura.

Desse modo, o Terecô ultrapassa a dimensão estritamente espiritual e se afirma como elemento estruturante da vida coletiva em Santo Antônio dos Pretos. O lugar sagrado emerge como campo de memória, afirmação identitária e luta simbólica, demonstrando que o sagrado, quando vivido e compartilhado, torna-se fundamento da continuidade histórica e cultural da comunidade.

REFERÊNCIAS

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Tradução de Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) **Geografia cultural**: uma antologia I. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

CENTRINY, Cicero. **Terecô de Codó:** uma religião a ser descoberta. São Luís: Zona V Fotografias Ltda, 2015.

CLAVAL, Paul. O tema da religião nos estudos geográficos. **Revista Espaço e Cultura**, UERJ: Rio de Janeiro, n. 7, 1999.

CORRÊA, Aureanice de Mello. "Não acredito em deuses que não saibam dançar": a festa do candomblé, território encarnador da cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) **Geografia cultural:** uma antologia, v. 2, 2013. p. 203-218.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **Encantaria de "Barba Soeira"**: Codó, capital da magia negra? São Paulo: Ed Siciliano, 2001.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade Álvaro Luiz Heidrich In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; PIRES, Cláudia Luisa Zeferino (Org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Trabalho de campo: experimentação intencional de mundos. In: HISSA, Cassio Eduardo Viana (Org.). **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 129-137.

LAMY, Marcos Carvalho; AHLERT, Martina. Música, agência e força no Terecô em Codó (Maranhão). **Revista de Antropologia e arte**, v. 8, n. 2, 2018.

MARANDOLA JR, Eduardo. **Ensinar-aprender fenomenologia:** trilhas de um pensar e de um fazer pela experiência. 1ª ed. Teresina: Cancioneiro, 2024

OLIVEIRA, Davi Benvindo de; SILVA, Márcio Douglas Carvalho e. O Terecô na Comunidade Santo Antônio dos Pretos (Codó-MA): pertencimento religioso e resistência. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 209, 2018.

ROSENDAHL, Zeny. "Espaço, cultura e religião: dimensões de análise". In CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

ROSENDAHL, Zeny. **Uma Procissão na Geografia**. Rio de Janeiro. UERJ, NEPEC, 2018.

RUFINO, Luiz; MIRANDA, Marina Santos de. Racismo religioso: política, terrorismo, trauma colonial – outras leituras sobre o problema. **PROBLEMATA**: Revista Internacional de Filosofia, v. 10, n. 2, p. 229-242, 2019.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS (MA) COMO LUGAR DE ENCONTRO DAS MANIFESTAÇÕES SOCIOCULTURAIS

Vanessa Regina Silva Cruz
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
cruzvanessa718@gmail.com

Clara Beatriz Silva Durans
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
claraduranspos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Adotado como alternativa de lazer e consolidação de uma identidade da cidade ludovicense, o circuito cultural é capaz de revelar as situações cotidianas dos sujeitos que dinamizam a cidade de São Luís. Desse modo, entende-se o reggae, o hip-hop, o samba e diversas outras expressões artísticas culturais como sendo um conjunto de manifestações sociopolíticas que aproximam a vida dos sujeitos e dos praticantes da cultura popular (Chauí, 1994), em especial, nos bairros do Centro, do Desterro e da Madre Deus, porção denominada neste trabalho como área central da capital.

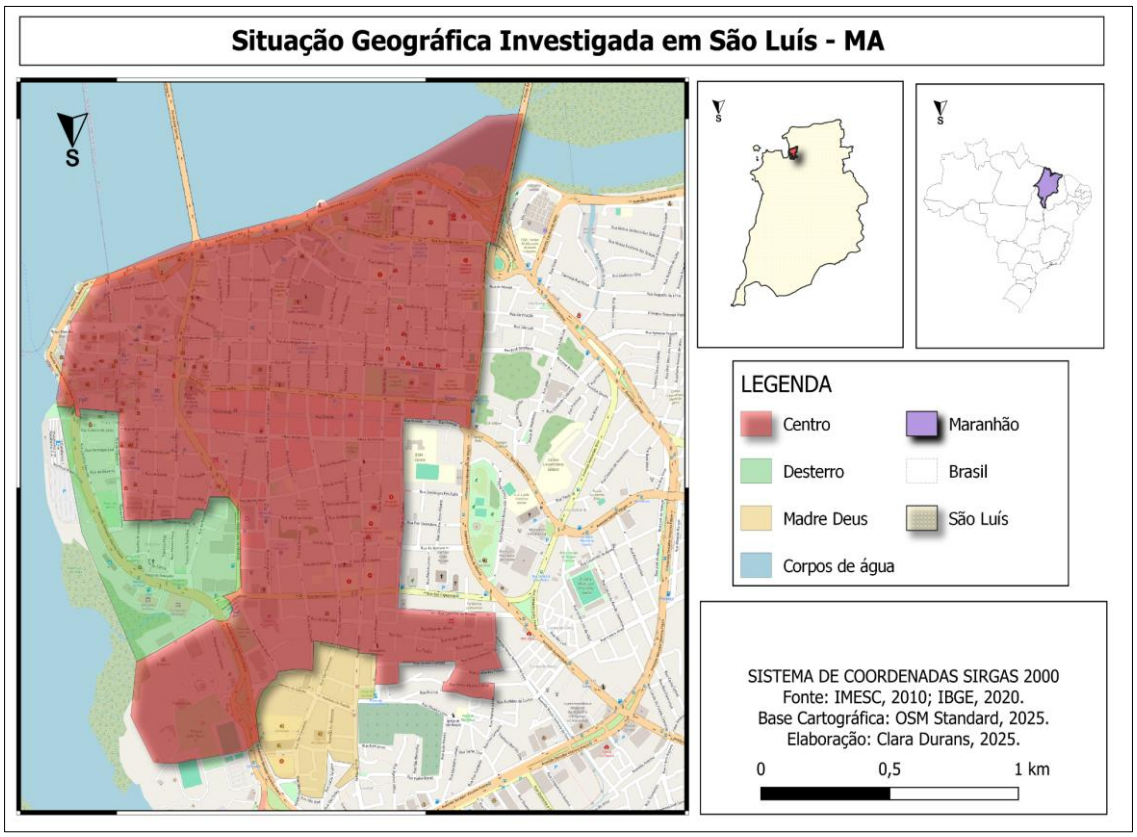
A área central pode ser lida como um ponto de parada, de encontro e de sociabilidade entre famílias, amigos e companheiros de trabalho que se destinam a esta área de lazer. Configura-se, assim, aquilo que Tuan (1980) denomina como topofilia, o vínculo afetivo construído com lugares, ou seja, trata-se da relação subjetiva construída a partir das relações e experiências dos sujeitos no lugar.

Entretanto, a centralidade cultural desse espaço não pode ser compreendida apenas como expressão espontânea da vida urbana. Ela se insere em um contexto mais amplo de modernizações de áreas centrais, no qual políticas públicas e estratégias de planejamento urbano municipal e estadual passam a incorporar a cultura como uma ferramenta de dinamização econômica.

Nessa perspectiva, o Centro Histórico torna-se simultaneamente lugar de encontro, mercado cultural e objeto de intervenções orientadas pela lógica da turistificação. Diante disso, este artigo busca refletir o seguinte ponto: como a área central de São Luís, se constitui, ao mesmo tempo, como lugar de produção de topofilias e um território atravessado por racionalidades hegemônicas vinculadas ao planejamento urbano e à mercantilização da cultura?

Assim, baseados na noção de território usado (Santos e Silveira, 2001), fundamento reflexivo e prático a nos colocar frente à concretude dos processos técnicos e sociais, das cooperações e conflitos abrigados nos lugares, propõe-se uma interpretação espacial do fenômeno na área central da capital maranhense, destacando os bairros do Centro, do Desterro e da Madre Deus (Figura 1) e ressaltando a necessidade de uma leitura geográfica acerca da temática.

Figura 1 - Situação Geográfica Estudada, São Luís-MA



Fonte: Elaborado por Durans (2025).

Parte-se da noção de lugar (Tuan, 1980; 1983) para interpretar como o território analisado é usado e reconfigurado a partir das diferentes intencionalidades (Santos; Silveira, 2001) e dinâmicas, aqui destacadas as culturais, que se materializam nesses bairros, como é possível observar na Figura 1. Desse modo, objetiva-se: (i) Analisar as tipologias e topologias, eventos culturais e políticas públicas nesses espaços; e (ii) Discutir a relação entre as políticas públicas para com as manifestações alocadas nesses lugares.

Argumenta-se que tais manifestações socioculturais ali realizadas são capazes de produzir identidades, memórias e pertencimento, sem deixar de se articular a mercados e políticas públicas que tencionam o uso do território urbano ludovicense.

Desta maneira, o texto está estruturado em quatro partes. Inicialmente, apresenta-se o percurso metodológico adotado; em seguida, desenvolvem-se duas seções de discussão: (i) o Centro de São Luís como lugar de memórias afetivas e culturais; e (ii) Por uma tipologia e topologia das manifestações socioculturais; e finaliza com as considerações finais sobre a temática.

2. METODOLOGIA

Efetivando uma análise acerca do circuito cultural (Alves, 2014) no Centro de São Luís, mais precisamente nos bairros do Centro, Desterro e Madre Deus, propiciado pela "minúcia do território em compasso com a economia política da cidade" (Alves, 2014, p. 5), realizaram-se levantamentos bibliográficos e documentais acerca da temática em arquivos escritos e digitais, alicerçados em uma série de trabalhos de campo a partir de pesquisas de iniciação científica (realizados entre os anos de 2019 e 2025).

Desse modo, objetivando uma pesquisa exploratória e qualitativa, foram necessárias: (i) visitas técnicas, realizadas junto aos espaços e lugares contemporâneos do circuito, nos atentando para os sistemas de objetos e ações (Santos, 1997) implicados na temática; (ii) entrevistas semiestruturadas e presenciais, constituindo diálogos junto aos agentes implicados na dinâmica, tais como músicos, comerciantes e aficionados sonoros; e (iii) acionamento de interlocutores por meio de mídias sociais.

3. O CENTRO DE SÃO LUÍS COMO *LUGAR* DE MEMÓRIAS AFETIVAS E CULTURAIS

A busca pela análise da área central de São Luís como lugar requer tentar ultrapassar a dimensão patrimonial para reconhecê-lo como espaço vivido, apropriado e (re)significado pelos diferentes sujeitos e usos ao longo do tempo. Para Tuan (1983), o lugar constitui-se quando o espaço é experimentado, humanizado e dotado de valor simbólico.

Não se trata apenas de localização geográfica, mas de experiência, de vínculo e de memória. O lugar é, portanto, resultado das relações afetivas construídas entre sujeitos e espacialidades, relação essa que se renova continuamente nas práticas cotidianas.

No caso do Centro Histórico, essa dimensão manifesta-se na recorrência de encontros, celebrações e práticas culturais que consolidam vínculos coletivos. Famílias, grupos de amigos, trabalhadores, artistas e frequentadores transformam ruas, praças e largos em cenários de convivência, convertendo a materialidade urbana em suporte de experiências compartilhadas.

A centralidade cultural, além do reconhecimento institucional como o título concedido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO em 1997, deriva também da apropriação social que o modifica

permanentemente no cotidiano da cidade. Nesse sentido, os eventos culturais desempenham um papel fundamental na produção do lugar.

Assim, as festas populares, apresentações musicais e manifestações religiosas operam como marcos temporais que, ao se repetirem periodicamente, estruturam a memória coletiva. Esses são momentos em que o tempo se materializa no espaço (Santos, 1997), conferindo uma densidade histórica às formas urbanas. A cada edição de um festejo, o espaço não é apenas ocupado: ele é reatualizado simbolicamente, reinscrito na experiência dos sujeitos e reafirmado como território de pertencimento de diferentes grupos sociais.

Ainda que não permanentes, produzem efeitos duradouros ao fortalecer redes de sociabilidade. Os encontros mediados pela música, pela dança ou pela celebração religiosa permitem que o Centro se converta em ponto de convergência de trajetórias diversas, especialmente de populações oriundas de bairros periféricos da Ilha do Maranhão. Assim, o lugar se constrói na repetição dos usos, na circulação de corpos, sons e símbolos, configurando uma espacialidade marcada pela pluralidade cultural.

Contudo, reconhecer o Centro como lugar de memórias afetivas não significa ignorar as tensões que atravessam sua produção. À luz da noção de território usado (Santos; Silveira, 2001), o lugar é também ponto de encontro de lógicas distintas e, por vezes, conflitantes.

Os mesmos eventos que produzem topofilia podem ser incorporados a estratégias de valorização turística e dinamização econômica. Desse modo, o tempo festivo e o tempo do mercado coexistem, revelando que a produção do lugar ocorre na articulação entre afetividade, técnica e política.

Assim, a área central de São Luís constitui-se como lugar na medida em que abriga experiências compartilhadas, memórias e identidades em permanente construção. Seus eventos culturais operam como ferramentas temporais que atualizam o passado e projetam futuros possíveis, materializando sociabilidades que conferem sentido nesse espaço urbano. O lugar, portanto, não é dado, sendo continuamente usado nas práticas e disputas que o atravessam. Nesse viés, para Santos (1997, p. 06):

> A mundialização do planeta unifica a natureza [...] uma lógica mundial que nesse nível guia os investimentos, a circulação das riquezas, a distribuição das mercadorias. Cada lugar, porém, é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho.

Os eventos que ali ocorrem para além de materializam o tempo no espaço (Santos 1997) refletem a atual lógica de atrair um crescente número de pessoas, em especial dos turistas, para determinados espaços da cidade, prioritariamente áreas turísticas, como zonas da situação geográfica aqui analisada.

Seja periodicamente, como o uso de determinado espaço na celebração de dado evento realizado ou permanentemente como a melhoria da estrutura utilizada, a exemplo de praças, acarretando uma malha de dinâmicas espaciais e sociais a partir de uma diversidade de manifestações, como poderá ser observada no tópico seguinte.

3.1 Por uma tipologia e topologia das manifestações socioculturais

A sistematização das manifestações apresentadas no Quadro 1 permite compreender que os eventos culturais na área central não se distribuem de forma aleatória, mas obedecem a determinadas lógicas temporais e espaciais. A tipologia evidencia periodicidades distintas, sejam elas semanais, sazonais, comemorativas e religiosas.

Tal relação entre tempo e espaço demonstra que o Centro Histórico funciona como suporte técnico e simbólico das dinâmicas culturais. Os eventos semanais, concentrados sobretudo em bares e casas de espetáculo, expressam circuitos culturais mais contínuos, vinculados à economia da noite e às redes juvenis. Já as manifestações religiosas e comemorativas, ao ocuparem ruas e praças, ampliam a escala de apropriação do espaço público.

Quadro 1 - Manifestações no Centro, São Luís-MA

Tipologias	Função	Manifestação
Semanais	Bares ou casas de show	Dj´s, festas universitárias, concursos de dança, festivais de moda, festivais musicais
Concursos	Bares, casas de show, praças, teatro, museus	Batalhas de dança, batalhas de MC, manifestações folclóricas, peças,
Religiosos	Praças, ruas e igrejas	Procissão, Missas, festejos
Comemorativos	Comemorações de aniversários ou outras datas comemorativas	Aniversário da cidade, Carnaval, São João

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A análise topológica permite observar que determinadas áreas concentram maior densidade de eventos, consolidando-se como nós culturais da cidade. Praças como a Benedito Leite e os largos situados nos bairros do Centro, Desterro e Madre Deus tornam-se pontos estratégicos de articulação entre fluxos locais e metropolitanos, especialmente no contexto da conurbação da Ilha do Maranhão. Nesse sentido, a centralidade cultural também se expressa como centralidade territorial.

Entretanto, essas manifestações não se restringem à dimensão simbólica. Elas fomentam mercados específicos sonoros, gastronômicos, artesanais e turísticos que passam a integrar o circuito econômico urbano. A difusão por meio de redes sociais digitais amplia o alcance dos eventos, produzindo novas territorialidades mediadas pela técnica e pela informação, conforme explica Santos (1997).

O território usado revela-se, assim, como síntese entre sistemas de objetos (infraestruturas, equipamentos, palcos, iluminação) e sistemas de ações (práticas culturais, políticas públicas, estratégias mercadológicas), enquanto a topologia revela sua materialização em equipamentos urbanos específicos como bares, casas de show, praças, ruas, igrejas e museus.

Nesse sentido, torna-se necessário a análise das tipologias dos eventos, para se compreender como se dá a organização das dinâmicas territoriais desses espaços, e portanto, seus usos, de forma que os planejamentos estejam de acordo com as reais necessidades.

A exemplo, têm-se no Quadro 2 alguns projetos implantados pela prefeitura de São Luís e pelo governo do Estado do Maranhão:

Quadro 2 - Alguns projetos de cunho turístico implementados no Centro de São Luís

Projeto	Descrição	Vigência e Responsabilidade
Mais Cultura e Turismo	Busca democratizar o acesso à cultura, valorizar a diversidade cultural maranhense e interiorizar e ampliar as atividades culturais, levando sua programação para diversas cidades do estado.	Criado em 2015 e vinculado à Secretária de Cultura do Maranhão (SECMA). Vale ressaltar que esse projeto foi implementado também em outros municípios do Maranhão

Feirinha São Luís	O principal objetivo é fomentar a agricultura familiar e se consolidar como ponto de encontro, lazer e compras no Centro Histórico, na Praça Benedito Leite.	Projeto iniciado em 2017 e vinculado à Prefeitura de São Luís
REVIVA Centro	Ocorre nos meses de julho e dezembro com o objetivo de dar vida ao centro histórico da cidade e oferecer mais uma opção de lazer para a população e aos turistas.	Implementado em 2017 e vinculado à Secretária Municipal de Turismo (SETUR)
Circuito Vem Pro Centro	Busca "revitalizar" e "valorizar" as tradições culturais do Carnaval maranhense, incluindo ritmos como blocos afro, samba, reggae e tambor de crioula. Propõe ainda atrair tanto moradores quanto turistas.	Implementado em 2025 e vinculado ao Governo do Estado do Maranhão

Fonte: Secretária Municipal de Turismo e Secretaria de Turismo do Maranhão (2025).

À medida em que o Centro Histórico é valorizado como ponto turístico e passa a atrair um elevado número de turistas, para além dos moradores que o tem como uma opção plural de lazer, esse espaço se constitui como um mercado ainda com grande potencial de expansão, passando a ser foco de projetos turísticos conduzidos, sobretudo pelos poderes estadual e municipal.

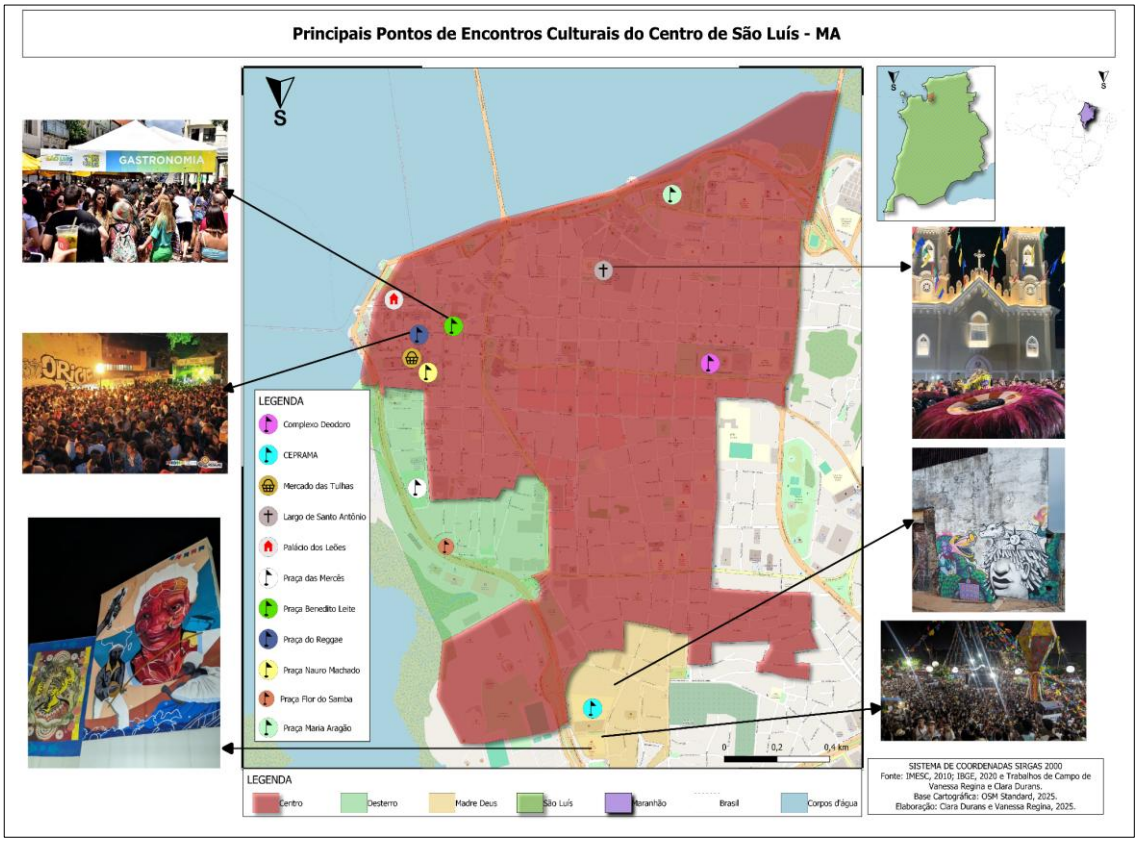
Ao analisar os projetos elencados no Quadro 2, observa-se que parte significativa dessas manifestações passa a ser incorporada ao planejamento estratégico municipal e estadual. Iniciativas como a Feirinha São Luís, o Reviva Centro e o Circuito Vem Pro Centro evidenciam também uma racionalidade que busca associar cultura, turismo e dinamização econômica.

O que se apresenta como valorização cultural também constitui estratégia de requalificação urbana e de atração de fluxos turísticos. Desse modo, a tipologia das manifestações revela não apenas diversidade cultural, mas também diferentes escalas de articulação econômica e política.

Sendo assim, ao observar o quadro 2, nos remetemos à Ribeiro (2012) quando essa nos lembra que as políticas públicas têm sido traçadas em função do território. Trata-se de um planejamento estratégico que pode ser observado no centro histórico de São Luís, efetiva por meio de projetos que tem por objetivo o fomento do turismo na capital.

Assim, apresentam-se novas formas de propiciar o lazer, transformando-se em um meio de complementar a renda dos trabalhadores da cidade, cumprindo, nesse viés, uma discussão acerca do modo como melhor espraiar tal incremento.

Figura 2 - Espacialização das Manifestações



Fonte: Dados da pesquisa (2025). Elaborado pelas autoras (2025).

A área central configura-se como espaço de convergência entre sociabilidades populares e racionalidades hegemônicas, nas quais a cultura é simultaneamente expressão identitária e recurso econômico. É nesse entrelaçamento que emergem tensões relativas ao uso do espaço público, à seletividade das intervenções e à priorização de determinadas agendas culturais em detrimento de outras.

Na Figura 2, é possível observar como algumas dessas manifestações ocorrem ao longo do território, sendo materializada nas paisagens urbanas, podendo representar a cultura de um grupo, bem como uma classe social, podendo ser visualizada a partir de cada símbolo expressado de maneira a revelar a dinâmica cultural do lugar (Pereira, 2023).

Assim, a análise tipológica e topológica permite compreender que o fenômeno não é apenas cultural, mas territorial. Trata-se de um processo em que tempo, técnica, mercado

e memória se atravessam, produzindo um espaço urbano dinâmico, disputado e permanentemente reconfigurado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu analisar a área central de São Luís como lugar produzido na articulação entre memória, sociabilidade e planejamento urbano. Partiu-se da hipótese de que a área central constitui-se simultaneamente como espaço de produção de topofilias e como território atravessado por racionalidades hegemônicas vinculadas à mercantilização da cultura. Os resultados confirmam essa dupla condição.

Enquanto lugar, o Centro consolida-se por meio da repetição de práticas culturais que materializam o tempo no espaço e fortalecem redes de pertencimento. Os eventos culturais produzem efeitos duradouros na construção de identidades coletivas e na sedimentação de memórias urbanas. É na circulação de corpos, sons e símbolos que o espaço se humaniza e adquire significado.

Entretanto, à luz da categoria território usado (Santos; Silveira, 2001), observa-se que essas práticas não se desenvolvem em um vazio político. Elas são progressivamente incorporadas a estratégias de planejamento orientadas pela valorização turística e pela dinamização econômica. A cultura, nesse contexto, torna-se simultaneamente expressão simbólica e ativo territorial.

Dessa forma, o Centro não pode ser compreendido apenas como patrimônio arquitetônico ou palco festivo, mas como território em disputa, onde se entrelaçam afetividade, técnica e mercado. Reconhecer essa complexidade é fundamental para a formulação de políticas públicas que não reduzam a cultura como instrumento de valorização econômica, mas que considerem sua dimensão como prática social produtora de sentidos e direitos urbanos.

Por fim, a pesquisa aponta para a necessidade de aprofundar investigações sobre os impactos dessas políticas na permanência de grupos culturais tradicionais e nas dinâmicas socioespaciais da área central. Em tempos de intensificação das estratégias de requalificação urbana, compreender o Centro Histórico de São Luís como lugar vivido e território usado torna-se condição indispensável para pensar em um planejamento urbano mais atento às múltiplas racionalidades que coexistem na cidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cristiano Nunes. **Os circuitos e as cenas da música na cidade do Recife**: o lugar e a errância sonora. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CARVALHO, Gardênia Baffi de; RISSO, Cristina Luciene. Considerações teóricas sobre a paisagem à luz da nova geografia cultural. In: **ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**, 15., 2015, Havana. Por uma América Latina unida y sustentable. Havana: [s.n.], 2015. p. 1-9.

CATAIA, Márcio; RIBEIRO, Luís Henrique Leandro. Análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em Geografia. **Revista da Anpege**, [s.l.], v. 11, n. 15, p. 9-30, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. Novos rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PEREIRA, Alex da Silva. **Paisagem religiosa e festiva de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Juçatuba, São José de Ribamar/MA**: um território quilombola. São Luís, 2023.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. v. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TRADIÇÃO, RESISTÊNCIA E TERRITORIALIDADES: as Quebradeiras de Coco diante da expansão do Agronegócio no município de Itapecuru Mirim - MA

Ilza de Souza Lima
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
limailza174@gmail.com

Francisca Adriana Dias Cardoso de Oliveira
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
adricaoliveira16@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A expansão do agronegócio no Maranhão tem intensificado transformações profundas nos territórios camponeses, sobretudo naqueles ocupados historicamente pelas quebradeiras de coco babaçu. Esse cenário está relacionado à "concentração da propriedade, [...] que ampliou a desigualdade no campo brasileiro, ao permitir que os grandes proprietários se apropriassem de mais terras e de mais riqueza em detrimento dos trabalhadores rurais, dentre os quais avançou a proletarização" (Rodrigues, 2014, p. 146).

O modo de vida camponês das quebradeiras de coco babaçu estrutura-se a partir da relação histórica e coletiva com os babaçuais, configurando uma forma própria de organização social, econômica e cultural. A atividade da quebra do coco ultrapassa a dimensão produtiva, constituindo-se como prática cotidiana que articula trabalho familiar, saberes tradicionais e uso comum da terra.

Conforme destacam Viana e Prieto (2021), esse modo de vida é sustentado por redes de solidariedade, cooperação e resistência, nas quais as mulheres são fundamentais na reprodução social das comunidades, assegurando não apenas a subsistência das famílias, mas também a continuidade de identidades e territorialidades camponesas frente às pressões externas. Além disso, a experiência das quebradeiras de coco revela a indissociabilidade entre trabalho produtivo, reprodução da vida e processos educativos informais, transmitidos entre gerações por meio da prática cotidiana.

De acordo de Dias *et al.* (2025), os conhecimentos construídos no manejo do babaçu, na organização do trabalho e na defesa do território constituem uma "pedagogia camponesa", baseada na vivência, na coletividade e na relação com a natureza. Sendo assim, esse modo de vida, ao mesmo tempo em que garante a sobrevivência material, fortalece estratégias de resistência diante da expansão do agronegócio, que busca subordinar os territórios tradicionais à lógica da mercantilização da terra e da monocultura.

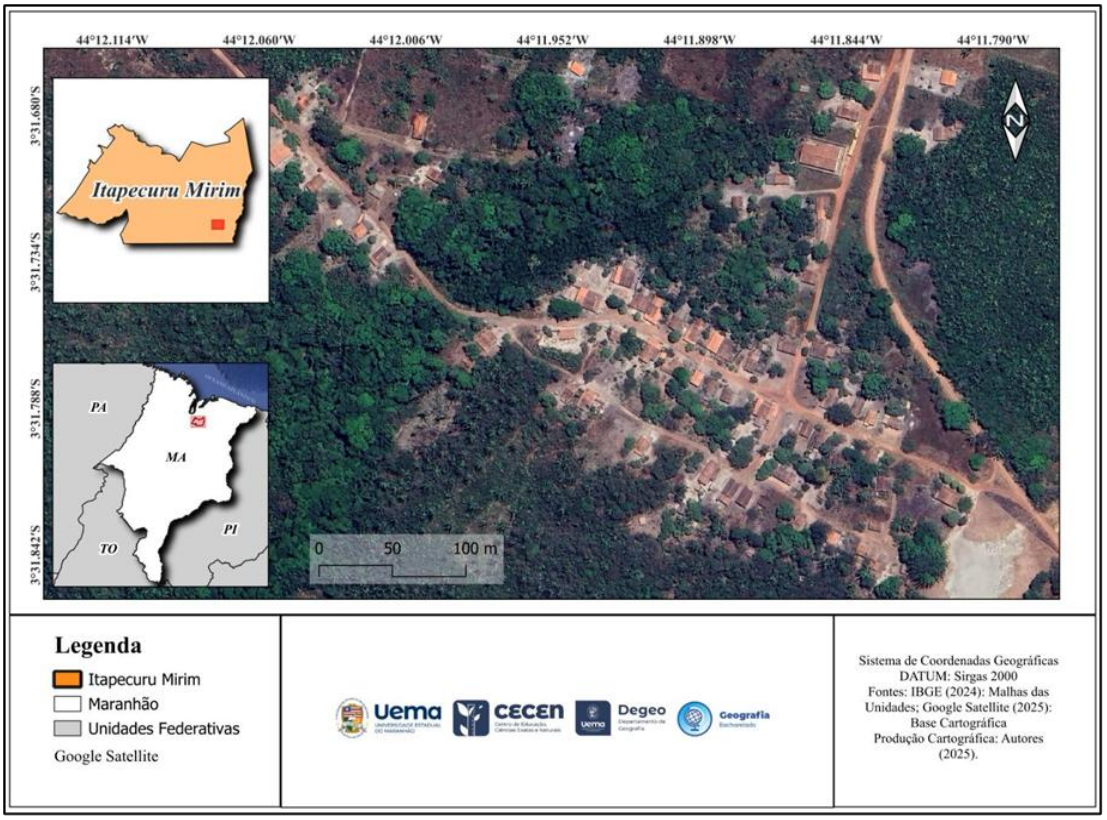
O Assentamento Rural Olho d'Água das Guaribas, localizado no município de Itapecuru–Mirim (MA), constitui-se como uma comunidade camponesa marcada pela presença dos babaçuais e pela prática da agricultura familiar agroextrativista. Além das atividades produtivas, a comunidade apresenta forte organização social, expressa na atuação de associações locais e espaços de participação coletiva.

Destaca-se o Clube de Mães do Povoado Olho d'Água das Guaribas, registrado no Mapa das Organizações da Sociedade Civil do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Criado em 1996 e composto majoritariamente por mulheres, esta organização foi

responsável por importantes iniciativas comunitárias, como a implantação da escola formal do povoado e de unidades de beneficiamento do coco babaçu (IPEA, 2018).

Em 2008, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), "foi implantada uma mini-indústria para produção de biscoitos artesanais, posteriormente ampliada com apoio da Secretaria de Agricultura Familiar e de organizações da sociedade civil" (entrevista realizada com camponeses da comunidade em novembro de 2025). Essa iniciativa fortaleceu a geração de renda, a autonomia feminina e a permanência das famílias no território. A localização do assentamento pode ser observada na Figura 1, que apresenta o mapa de localização da área de estudo.

Figura 1 - Mapa de Localização do Assentamento Olho d'Água das Guaribas, Itapecuru-Mirim (MA)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Diante desse cenário de pressões crescentes sobre os territórios tradicionais, este artigo tem como objetivo analisar a história, o trabalho e as estratégias de organização das quebradeiras de coco babaçu do assentamento rural Olho d'Água das Guaribas, no Município de Itapecuru-Mirim. Busca-se compreender as experiências dos camponeses e

a autogestão territorial como forma de resistência ao avanço da lógica empresarial sobre as áreas de babaçuais.

Nesse contexto, a atuação das quebradeiras de coco destaca-se como expressão contemporânea da resistência camponesa, pois "estão centradas na possibilidade de constituir um 'território' familiar, um lugar de vida e trabalho, capaz de guardar a memória e de reproduzi-la para as gerações posteriores" (Wanderley, 1996, p. 12).

Além de sua importância econômica, o babaçu representa um elemento central da identidade sociocultural dessas mulheres, estando profundamente associado aos modos de vida, às relações de solidariedade e à transmissão de saberes entre gerações.

O trabalho das quebradeiras de coco ultrapassa a dimensão estritamente produtiva, configurando-se como uma prática social e política que articula memória, pertencimento e vínculo com a terra. A identidade de "quebradeira de coco babaçu" é construída no cotidiano das práticas territoriais, nas relações sociais mediadas pelo babaçu e nos conflitos vivenciados frente às tentativas de apropriação privada dos babaçuais.

Nesse sentido, o coco não apenas garante a subsistência das famílias, também reafirma identidades coletivas, fortalece redes de solidariedade e sustenta processos de territorialização e reterritorialização vivenciados pelas mulheres nos territórios camponeses maranhenses (Fernandes, 2012).

Diante do exposto, o presente artigo encontra-se estruturado em três seções. Inicialmente, apresenta-se o percurso metodológico que orienta a investigação; em seguida, desenvolve-se a análise dos resultados obtidos a partir do trabalho de campo; e, por último, tecem-se as considerações finais, nas quais são retomados os principais achados e suas implicações.

2. METODOLOGIA

No desenvolvimento da pesquisa, adotou-se o método materialista histórico-dialético, compreendido como uma perspectiva de análise crítica da realidade social que a entende como um sistema histórico, contraditório e em constante movimento e transformação. Esse método parte do princípio de que os fenômenos sociais não podem ser analisados de forma isolada, mas a partir de suas determinações históricas, das relações sociais de produção e das contradições que estruturam a sociedade capitalista.

No campo das investigações sociais, o materialismo histórico-dialético orienta a análise do objeto de pesquisa voltados tanto para sua compreensão, como também à

superação e transformação da realidade estudada, reconhecendo que os problemas sociais decorrem das condições materiais existentes e da luta de classes (Netto, 2011).

As estratégias metodológicas para realização deste trabalho são compreendidas como um processo contínuo de planejamento, execução, observação com reflexão das ações, articulada a uma abordagem qualitativa voltada à compreensão dos aspectos subjetivos dos fenômenos sociais (Cardano, 2017).

O trabalho de campo foi realizado no assentamento rural Olho d'Água das Guaribas, no município maranhense de Itapecuru-Mirim, nos dias 11 de novembro e 4 de dezembro de 2025, conforme indicado no mapa de localização da área de estudo apresentado anteriormente (Figura 1). Nessas ocasiões, foram desenvolvidas ações de observação direta, visita ao Clube de Mães da comunidade e interação com os moradores, permitindo a contextualização espacial e social da pesquisa.

A realização do trabalho de campo esteve vinculada às atividades acadêmicas da disciplina Geografia Agrária, no âmbito do curso de graduação em Geografia (Licenciatura / Bacharelado) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus Paulo VI em São Luís (MA), com foco nas dinâmicas do espaço agrário maranhense.

Durante o trabalho de campo, a realização da roda de conversa constituiu o momento principal da investigação, ao possibilitar a construção de um espaço coletivo de diálogo, troca de experiências e compartilhamento de memórias entre as quebradeiras de coco babaçu. A atividade foi organizada em círculo, iniciando com a apresentação das participantes e o relato de suas vivências.

Em seguida, foram propostas questões orientadoras sobre o trabalho coletivo e os desafios na extração e beneficiamento do babaçu, as falas ocorreram de forma espontânea, favorecendo a escuta sensível e a troca de experiências e esse momento contribuiu para o reconhecimento dos saberes locais e das estratégias de resistência no território. Posteriormente, realizou-se uma visita à casa de farinha, ao espaço de armazenamento do coco e do carvão e à padaria comunitária, permitindo observar, na prática, as dinâmicas produtivas e a divisão de tarefas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

"Entre 1980 e 1987, um proprietário de terras promoveu a expulsão de cerca de 30 famílias camponesas de terras localizadas no município de Itapecuru-Mirim (MA), cercando a área e introduzindo a criação de gado" (entrevista realizada com camponeses

da comunidade em novembro de 2025). Esse processo de expropriação provocou a ruptura dos modos de vida camponeses, desestruturando práticas produtivas tradicionais e fragilizando os vínculos territoriais historicamente construídos pelas famílias. A imposição da pecuária extensiva expressa a lógica de apropriação privada da terra, orientada pela concentração fundiária e pela mercantilização do espaço rural.

Diante desse cenário, as famílias recorreram ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), solicitando a aquisição das terras para fins de reforma agrária, entendida como estratégia fundamental de recomposição territorial e garantia de direitos.

Embora o órgão tenha efetivado a compra da área, as mulheres continuaram sendo impedidas de acessar livremente os babaçuais, principal elemento para a reprodução da vida camponesa, especialmente no que diz respeito à segurança alimentar, à geração de renda e à autonomia.

> Esse cenário começou a se modificar apenas em 1998, a partir de uma intervenção federal que garantiu o retorno das famílias ao território, possibilitando a consolidação do assentamento rural Olho d'Água das Guaribas, que atualmente abriga 61 famílias distribuídas em uma área de 1.180 hectares (entrevista realizada com camponeses da comunidade em novembro de 2025).

As lutas travadas pelo território extrapolam a dimensão da moradia e devem ser compreendidas como parte de um processo mais amplo de resistência camponesa frente à expansão do capital agrário. Essas lutas estão profundamente relacionadas à (re)produção familiar, à defesa de políticas agrárias voltadas aos interesses do campesinato e à afirmação do território como condição essencial do modo de vida campesino.

A terra, nesse contexto, não se limita a um meio de produção, constitui-se como base material, simbólica e identitária da reprodução social camponesa. Conforme destaca Marques (2008, p. 60), "as formas de existência desenvolvidas por essa classe social têm resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da terra uma importante estratégia de reprodução social".

Assim, o território do assentamento configura-se como espaço de vida, trabalho, memória e pertencimento, no qual se constroem relações de solidariedade, cooperação e resistência coletiva. Mais do que um espaço produtivo, o território expressa as práticas cotidianas, os vínculos sociais e os saberes compartilhados pelas famílias, sendo fundamental para a reprodução dos modos de vida camponeses. A permanência na terra assume caráter estratégico, pois possibilita a continuidade das atividades produtivas, o

fortalecimento da identidade coletiva e a afirmação do território como espaço de resistência frente às pressões.

Durante a realização da roda de conversa com as mulheres do assentamento, emergiram narrativas que evidenciam as formas de organização social construídas no cotidiano, bem como os desafios enfrentados diante das limitações estruturais, da ausência de políticas públicas contínuas e da sobrecarga de trabalho feminino. As estratégias de resistência relatadas revelam a centralidade das mulheres na manutenção do território e na condução das atividades produtivas e comunitárias.

Essas experiências demonstram que a atuação das mulheres no assentamento ultrapassa o âmbito doméstico, assumindo papel fundamental na organização social, na gestão das atividades produtivas e na sustentação das iniciativas comunitárias. Mesmo diante da precariedade das condições estruturais e da descontinuidade das políticas públicas, as mulheres constroem estratégias coletivas de enfrentamento que fortalecem os vínculos comunitários e asseguram a permanência no território, reafirmando seu protagonismo na reprodução social camponesa e na resistência frente às desigualdades socioespaciais (Viana; Prieto, 2021).

Nesse processo, destacou-se a importância do Clube de Mães e de sua padaria comunitária, um espaço construído por meio do esforço coletivo das moradoras, que possui função econômica e simbólica. A padaria contribui para a geração de renda complementar, potencializa a autonomia das mulheres e atua como espaço de encontro, troca de saberes e fortalecimento dos vínculos comunitários, conforme evidenciado na padaria do Clube de Mães da comunidade (Figuras 2 e 3).

Figura 2 - Padaria do Clube de Mães da comunidade



Fonte: Arquivos da pesquisa (2025).

Figura 3 - Quebra artesanal do coco babaçu por mulheres camponesas



Fonte: Arquivos da pesquisa (2025).

O babaçu permanece como o principal eixo articulador das atividades produtivas, culturais e simbólicas do assentamento, estruturando a economia local, as relações sociais e a identidade coletiva das famílias. A coleta dos frutos é realizada de forma ambientalmente responsável, priorizando-se o recolhimento dos cocos já caídos, prática que expressa um profundo conhecimento ecológico tradicional.

Esse modo de manejo reafirma uma relação histórica de cuidado com o território e contrapõe-se às práticas predatórias associadas ao agronegócio. Trata-se de uma atividade carregada de significados sociais e políticos, pois representa uma luta comum "por ser movido por uma luta social centrada em questões de vida e morte e de vida inteira, porque vinculadas às raízes de um processo de humanização mais profundo: terra, trabalho, memória, dignidade" (Caldart, 2001, p. 156).

A quebra artesanal do coco babaçu, realizada predominantemente por mulheres camponesas, constitui uma prática tradicional que articula trabalho, memória e identidade territorial. Conforme destacam Costa, Porro e Porro (2023), essa atividade ultrapassa a dimensão produtiva e se afirma como elemento simbólico e político, fortalecendo a solidariedade entre as mulheres e sustentando a reprodução dos modos de vida camponeses nos territórios dos babaçuais.

Conforme registrado na quebra artesanal do coco babaçu por mulheres camponesas (Figura 4), o trabalho coletivo cria redes de apoio e possibilita a transmissão intergeracional de saberes, assegurando a continuidade cultural e produtiva do

assentamento. Além da produção de amêndoas, o babaçu origina outros produtos fundamentais para a economia local, como a farinha e o carvão vegetal, que são utilizados tanto para o consumo das famílias quanto para a comercialização em mercados locais e regionais.

Essas atividades demonstram a multifuncionalidade do babaçual e a capacidade das famílias de diversificar suas estratégias produtivas de forma sustentável, reduzindo a dependência de atividades externas ao território. A produção de farinha e carvão do coco babaçu (Figura 5) evidencia a racionalidade camponesa, baseada no aproveitamento integral dos recursos naturais e na articulação entre trabalho, natureza e reprodução social.

Figura 4 - Farinha d'água e carvão do coco babaçu



Fonte: Arquivos da pesquisa (2025).

Figura 5 - Área de Lazer no córrego que corta a comunidade



Fonte: Arquivos da pesquisa (2025).

Soma-se a essas dimensões a existência de espaços coletivos relevantes na sociabilidade e na organização comunitária, mas que atualmente necessitam de melhorias estruturais para que possam cumprir plenamente suas funções. Esses espaços encontram-se, em alguns casos, subutilizados em razão da falta de manutenção, da presença de sujeira e da ausência de equipamentos adequados, o que limita o usufruto pelas moradoras e demais membros da comunidade.

Entre eles, destaca-se a área de lazer da comunidade (Figura 5), que possui grande potencial para o fortalecimento dos vínculos comunitários, para a realização de atividades culturais e para a promoção do bem-estar coletivo. Quando apropriados e cuidados de forma coletiva, esses espaços contribuem para a convivência, o lazer, a organização comunitária e a reprodução da vida social no assentamento, reforçando o caráter coletivo, solidário e resistente do território camponês.

É preciso considerar qual demanda social está sendo identificada como camponês e abordá-la como uma importante via de se reconhecer a historicidade e a trajetória de organização das famílias do/no campo (Leite, 2000, p. 347), a qual é pautada no conjunto de referências simbólicas que fazem daquele espaço o lugar de domínio da coletividade que lá vive, no respeito às formas de convívio e usufruto da terra que o próprio grupo elaborou e quer ver mantido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a persistência do trabalho coletivo das quebradeiras de coco babaçu, associada à produção artesanal de farinha, carvão e outros derivados, não se limita a uma estratégia de reprodução material, mas se configura como uma prática contra-hegemônica frente aos processos de desterritorialização promovidos pelo avanço do capital agrário.

No assentamento rural Olho d'Água das Guaribas, essas atividades sustentam modos de vida camponeses baseados no uso comum da terra, na cooperação e na valorização dos saberes tradicionais, reafirmando o território como espaço de vida, trabalho e identidade.

A manutenção do uso coletivo dos babaçuais, o manejo ambientalmente responsável da palmeira e a transmissão intergeracional de conhecimentos demonstram a capacidade das quebradeiras de coco de reconstruir cotidianamente um território camponês que se contrapõe à lógica predatória de mercantilização da natureza.

Nesse processo, as mulheres assumem papel central na organização produtiva e social da comunidade, articulando trabalho, memória e resistência no cotidiano do assentamento. Sua atuação envolve não apenas as atividades ligadas ao extrativismo do babaçu, mas também a organização coletiva, a gestão de espaços comunitários e a transmissão de saberes entre gerações, fortalecendo redes de solidariedade e pertencimento e ao protagonizarem essas práticas.

Assim, as mulheres contribuem para a manutenção do território camponês como espaço vivo, no qual se afirmam identidades, se constroem relações de cooperação e se produzem estratégias de resistência frente às dinâmicas de exploração e mercantilização da natureza.

Entretanto, os dados também revelam desafios persistentes, como a necessidade de melhorias nos espaços coletivos, a exemplo da área de lazer, atualmente subutilizada em

função da falta de manutenção. A reativação e valorização desses espaços são fundamentais para ampliar as possibilidades de convivência, lazer e organização comunitária, contribuindo para a reprodução social das famílias e para o fortalecimento do tecido social local.

Assim, a permanência das quebradeiras de coco e de suas famílias no território depende da capacidade de articulação do movimento camponês e de seus aliados em construir uma agenda de reterritorialização que enfrente, de forma simultânea, as pressões do capital e a ausência efetiva do Estado nas políticas de apoio à reforma agrária e aos territórios tradicionais.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-232, 2001. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300012. Acesso em: 30 abr. 2026.

CARDANO, Mario. **Manual de pesquisa qualitativa**: a contribuição da teoria da argumentação. Tradução de Elisabeth da Rosa Conill. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

COSTA, Danillo Vaz; PORRO, Roberto; PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka. A identidade "quebradeira de coco babaçu" como símbolo de pertencimento na territorialização dos babaçuais. **Revista del CESLA**. International Latin American Studies Review, n. 32, p. 83-102, 2023.

DIAS, Millena Ayla da Mata; PEREIRA, Kelci Anne; BATISTA, Ozaias Antonio. Processos socioeducativos entre quebradeiras de coco de babaçu: um estudo com a comunidade Sítio no sul do Piauí. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, *[S. l.]*, v. 10, p. e16989, 2025. DOI: 10.70860/ufnt.rbec.e16989.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais:** contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **REVISTA NERA**, *[S. l.]*, n. 6, p. 24–34, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil:** Clube de Mães do Povoado Olho d'Água das Guaribas. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/415857. Acesso em: 21 jan. 2026.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, Mônica Aparecida Grossi. **Politização da Questão Ambiental no MST**: a agroecologia como estratégia produtiva e política. 2014. 279 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

VIANA, Francisca Silva; PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. Camponesas Rebeldes: lutas, reprodução social e resistências das quebradeiras de coco babaçu no Oeste do Maranhão. **Revista Mutirõ. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul**, *[S. l.]*, v. 1, n. 3, p. 38–63, 2021. DOI: 10.51359/2675-3472.2020.248074. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro/article/view/248074. Acesso em: 29 out. 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Trabalho apresentado no 20º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 1996.

ARTICULAÇÕES SOCIAIS E RESISTÊNCIA CAMPONESA:

da "colonização" ao confronto com o Agronegócio em Balsas (Maranhão - Brasil)

Vanderson Viana Rodrigues
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
vanderson2016rodrigues@gmail.com

Francisco Kawan Rocha Bacelar
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
kawanbacelar@gmail.com

Ademir Terra
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
ademirterra@professor.uema.br

1. INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira é caracterizada por uma longa trajetória de conflitos socioterritoriais decorrentes da concentração fundiária, da expansão capitalista no campo e da resistência camponesa. Desde o período colonial, com a apropriação de terras indígenas e a escravização africana, até a atual expansão do agronegócio no Cerrado maranhense, o território rural brasileiro foi construído sobre a exclusão sistemática dos trabalhadores do campo (Oliveira, 2007; Fernandes, 2008).

O sul do Maranhão permaneceu por mais de dois séculos ocupados pela pecuária associada ao cultivo de subsistência, ou seja, a agricultura camponesa, que Costa (2000) considera como "o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural". Assim, havia maior autonomia no território para que as famílias campesinas pudessem produzir e se reproduzir socialmente.

A questão fundiária do Estado é complexa e cheia de meandros, pois as políticas e os agentes políticos que deveriam regulamentar as terras maranhenses sempre mantiveram seus interesses à frente dos demais. Nesse sentido, há uma conjuntura de conflitos agrários que se destacam sobre os demais estados brasileiros.

Com o avanço tecnológico e a modernização da agricultura nos anos 1970, alavancados pelas ações governamentais de expansão e busca por desenvolver o Brasil de forma acelerada, o Cerrado e a Amazônia Legal tornam-se atrativos às novas frentes de expansão agrícola, em detrimento das populações tradicionais.

Nessa perspectiva, a sobreposição territorial por distintos interesses se instaura, provocando inúmeros conflitos agrários, o que diverge com a tese de Schilling (2005, p. 233), ao afirmar que "[...] a reforma agrária deve realizar a democratização da propriedade permitir o acesso e fixação do homem na terra, como proprietário e não como servo, inclusive dos trabalhadores rurais, além disso, devem ser, indispensavelmente, amparados pelo regime de garantias jurídico-sociais [...]".

Nos anos de 1990, o sul do Maranhão teve como centro polarizador o município de Balsas, que desenvolveu extensivamente a agricultura científica globalizada. A produção se tornou uma atividade empresarial, sobrepondo as comunidades camponesas pré-existentes no território e marcou o início de um intenso processo de concentração da posse da terra, e, consequentemente, a insurgência de violentos conflitos envolvendo

especuladores de terras, sojicultores, camponeses, lideranças sindicais e membros das Igrejas Católica de Balsas.

A Igreja, apoiando muitas lutas e reivindicações que emergiam, manteve uma presença vigorosa entre os diversos segmentos dos trabalhadores. Fernandes (2008, p. 76) afirma que "um movimento camponês também é um movimento socioterritorial", pois o território é condição essencial para a reprodução do campesinato, disputado diretamente com o agronegócio.

Nesse cenário de arranjos e desarranjos conflitantes, surgem, ou começam a atuar no campo, as entidades de classe com interesses a favorecer seu ator social de influência. Em Balsas, surgem entidades para informar, ajudar e articular a luta camponesa contra a desterritorialização causada pelo agronegócio e trazido pelos produtores que vieram a ser os sojicultores, dentre as quais destacamos: a Associação Camponesa (ACA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR).

2. METODOLOGIA

Como ponto de partida para elaboração deste artigo, utilizou-se o método dialético com aporte no materialismo histórico (Netto, 2011), pois este possibilita analisar como o homem se organiza na produção e reprodução do capital, além do seu caráter histórico (como ele se organiza através dos tempos), permitindo verificar a conjuntura das organizações sociais de apoio nas lutas de classe, as modificações nas vivências e as lutas que têm permeado o campo e a cidade de Balsas.

Para tanto, realizou-se uma revisão histórico-geográfica das principais articulações sociais camponesas no Brasil, destacando a transição das formas de resistência dispersas para movimentos organizados e as lutas locais no município de Balsas (MA), região sul-maranhense.

Utilizando o aporte teórico da geografia agrária brasileira, especialmente as contribuições de Oliveira (2007), Fernandes (2008) e Medeiros (1989), analisa-se como o campesinato, historicamente representado como passivo, construiu sujeitos políticos ativos na luta pela reforma agrária e pela defesa do território.

Assim, tem-se como base uma revisão bibliográfica crítica de autores clássicos da geografia agrária brasileira e análise documental de relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entrevistas realizadas em campo e documentos produzidos por movimentos locais em Balsas. Durante o trabalho de campo, realizaram-se entrevistas semiestruturadas

com agentes da CPT, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e a Associação Camponesa de Balsas (ACA) (fevereiro de 2024 e março de 2025).

A abordagem é qualitativa, com análise histórico-geográfica do processo de territorialização do capital e da resistência camponesa. O método adotado é o materialista histórico e dialético (Marx, 2008; Lukács, 2012), o qual parte do pressuposto de que as condições materiais de existência constituem a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídico-política e ideológica de cada formação social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

- Articulações Sociais em Balsas - MA

A formação do Brasil agrário foi estruturada pela lógica da renda da terra, que, segundo Oliveira (2007), manifesta-se em duas formas principais: a renda diferencial (decorrente da fertilidade e localização) e a renda absoluta (resultado do monopólio privado da terra). Essa estrutura fundiária concentrada, herdada do colonialismo português, perpetuou-se pela escravidão indígena e africana, pela ausência de política de assentamento dos libertos em 1888 e pela modernização conservadora do campo no século XX.

É nesse sentido que Grynszpan (2015, p.52) aborda a questão agrária, defendendo que,

> [...] configurava um dos nossos problemas sociais mais sérios, resultado de um padrão concentrador da propriedade da terra instituído ainda no período colonial. Em uma ponta da hierarquia social, esse padrão acarretava riqueza, poder e privilégio. Na outra, produzia pobreza, analfabetismo, fome, doença, subordinação, isolamento (Grynszpan, 2015, p. 52).

Entre 1945 e 1964, período de efervescência democrática relativa, surgiram as Ligas Camponesas no Nordeste e as primeiras articulações sindicais, com destaque para a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e, posteriormente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (Medeiros, 1989; Grynszpan, 2015). O golpe militar de 1964 interrompeu esse processo, impondo repressão violenta às Ligas e à esquerda rural, mas não extinguiu a resistência.

A partir dos anos 1970, com o avanço da fronteira agrícola e a modernização conservadora, intensificaram-se os conflitos. Em 1984 é fundado oficialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Cascavel (PR), emergindo

como principal sujeito socioterritorial camponês do país (Fernandes, 2008; Stédile; Fernandes, 1999).

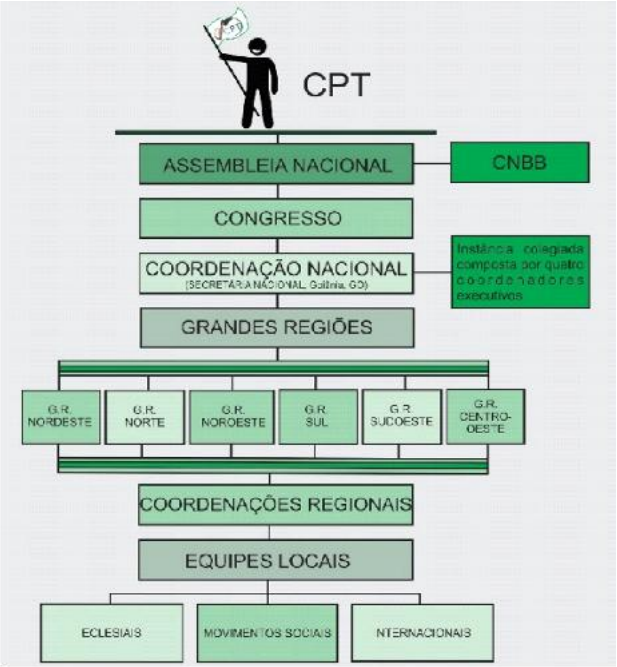
Em Balsas-MA, região de expansão recente do complexo sojicultor (MATOPIBA), as articulações locais são lideradas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e Associação Camponesa de Balsas (ACA), com forte apoio da Diocese de Balsas. Eventos como o Seminário Internacional Grito dos Povos Contra a Destruição do Bioma Cerrado (2004), a 12ª Romaria da Terra e das Águas (2015) e a 1ª Romaria Nacional do Cerrado (2017) deram visibilidade aos conflitos, denunciando grilagem e expulsão de comunidades tradicionais (CPT, 2016, 2018).

- Comissão Pastoral da Terra - CPT

A CPT, no município de Balsas, localiza-se num espaço cedido pela casa paroquial da Arquidiocese Regional Sul Maranhense, onde atuam três pessoas ligadas à igreja e à articulação nacional de enfrentamento ao trabalho escravo, conflitos e expulsões de famílias do campo pelo agronegócio. Constitui-se, hoje, a principal organização de luta na/pela terra no município, tomando frente nas lutas dos camponeses que sofrem ações e/ou investidas dos agentes do agronegócio.

A CPT é coordenada pela igreja católica e, atualmente, é comandada pelo Padre Nadir Luiz Zanchet, que esteve à frente da diocese de Balsas de 1987 a 2019, auxiliando as instituições de luta no campo na comissão local. A instituição organiza-se de maneira simples e sistemática (Figura 1); dentre as suas múltiplas ações, destacamos o levantamento e a divulgação dos dados de conflitos no campo de todo o Brasil, de maneira a dar visibilidade às ações que muitas vezes, propositalmente, não são divulgadas pela mídia.

Figura 1 - Estrutura organizacional da CPT Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A CPT dedica-se a elucidar e denunciar os abusos sofridos pelos camponeses, geralmente feitos pelos latifundiários ou por suas ordens, através de jagunços ou agentes públicos corrompidos. A instituição está junto aos camponeses nas suas lutas pela/na terra, catalogando as ocorrências de conflitos por terra, água e trabalho escravo no município, cujos dados são disponibilizados nos cadernos de conflitos da CPT nacional, e tais dados têm subsidiado diversas ações e pesquisas sobre conflitos todo o Brasil.

Durante a atividade de campo, em visita à CPT, entrevistou-se um dos seus agentes locais. Questionado sobre o papel fundamental da CPT em meio aos conflitos existentes no município, ele declarou que:

> Os verdadeiros representantes dos trabalhadores são os sindicatos, a CPT é somente uma entidade de assessoria e acompanhamento das comunidades e trabalhadores do campo. Aqui no município de Balsas temos um papel muito importante na luta junto com a ACA e o STTR. É bom lembrar também que essa nossa união de forças tem ajudado os camponeses, uma vez que o governo do país os têm abandonado e fechado os olhos, para não dar voz nem vez a eles. Somos nós que, por meio dessas ações e movimentos, muitas vezes rebeldes e de enfrentamento, que estamos promovendo a conquista de espaço nesse território (Entrevista realizada em 18 de fevereiro de 2024, com agente da CPT - Balsas).

Ao ser questionado sobre o posicionamento e os procedimentos dos agentes ligados aos órgãos públicos relacionados à questão fundiária diante de situações conflituosas no município, o agente da CPT - Balsas relatou que:

> O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o ITERMA (Instituto de Terras do Maranhão) têm sido os inimigos número um dos trabalhadores do campo, criando situações de conflitos entre os próprios assentados e os fazendeiros dos arredores, isso tem alimentado a desordem entre os trabalhadores e os fazendeiros, sem falar no abandono que os assentamentos rurais têm passado, sem assistência técnica e nem qualquer tipo de ajuda desses órgãos. (Entrevista realizada em 18 de fevereiro de 2024, com agente da CPT - Balsas)

Mesmo sem muitas condições ou até mesmo sem forças, a entidade tem buscado ajudar e contribuir na luta pela autonomia dos camponeses em seus territórios. A comissão tem suas ações ligadas diretamente a sua base nacional, o que contribui para a propagação das informações dos conflitos e lutas no campo do município.

A igreja católica sempre foi a base da CPT e é por meio dela que se tem mantido a organização. Contudo, as investidas dos agentes do agronegócio para cercear as ações desempenhadas pela CPT têm sido ferrenhas no município. Durante a atividade de campo realizada em outra etapa do projeto ao qual a presente pesquisa está vinculada, obteve-se o relato de um morador da cidade de Balsas que chamou atenção por colocar em perspectiva os dados mapeados sobre os conflitos locais, conforme destacado a seguir:

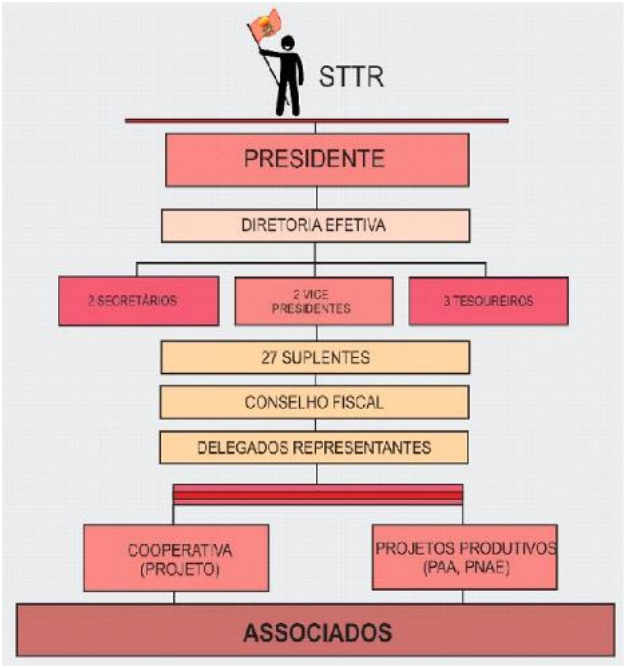
> A diocese começou uma obra na Igreja Matriz de Santo Antônio, a empresa que eles contratarem cobrou um ou dois milhões para realizar a obra de restauração e revitalização do local, a igreja fez festas e eventos mas não conseguiu o dinheiro todo, aí o pessoal da soja soube e se juntou para ofertar o dinheiro à igreja, mas para isso os agentes da CPT tinham que parar de "sujar o nome do agronegócio" e de acusar os fazendeiros de roubar terras e tirar o povo das terras, não sei no que deu, mas a obra foi concluída e tudo foi pago. (Entrevista realizada em 05 de março de 2025, com um morador de Balsas)

Percebe-se, a partir do acompanhamento que fizemos junto à CPT de Balsas, que a instituição está sofrendo fortes pressões por suas ações, mesmo assim, a entidade tem buscado desempenhar da melhor forma possível a ajuda e articulação dos camponeses, ao ajudar várias famílias que não têm acesso a advogados para lutarem por suas causas contra a sobreposição e expulsão de seus territórios, papel esse que reputamos fundamental.

- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR

O STTR de Balsas (Figura 2), fundado em 27 de abril de 1968, visa a organização e articulação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município e teve grande impacto na vida dos camponeses e das comunidades tradicionais no período de sua fundação, visto que inúmeras famílias perderam suas terras por não possuírem documentação. A partir da sua fundação, os seus agentes percorreram as comunidades do município ajudando os camponeses a registrarem suas áreas.

Figura 2 - Estrutura organizacional da STTR em Balsas



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Ao longo dos anos, o sindicato enfrentou diversas situações de represálias, muitas vezes tendo sua sede invadida e depredada durante a noite. embora seus membros tenham sido ameaçados e impedidos de utilizar o espaço para reuniões, o STTR manteve suas atividades e o amparo aos trabalhadores rurais. Em conjunto com outras instituições, o sindicato fortaleceu a luta camponesa por meio de ações de enfrentamento aos desmandos, geralmente patrocinados pelos agentes ligados ao agronegócio local.

Atualmente, a instituição tem empenhado esforços no intuito de implantar uma cooperativa, projeto idealizado em 1999 para ajudar na comercialização da produção dos camponeses. Todavia, esse projeto não se materializou, pois, até 2017, o sindicato não havia alcançado o número mínimo de cooperados necessários para impulsioná-lo. Isso ocorreu porque a proposta exigia dos integrantes a integralização de uma cota-parte (um investimento inicial de R$3.000,00), valor fundamental para a viabilização da cooperativa.

Numa entrevista realizada em 2024, a presidente da entidade fez um balanço das atividades desenvolvidas pelo sindicato junto aos camponeses, especificamente sobre o apoio à resolução dos conflitos agrários por eles enfrentados:

> O sindicato tem acompanhado os conflitos agrários, incluindo os conflitos pela água. Na comunidade Rio Cocó, pela primeira vez na história, o rio secou, e os pequenos agricultores que residem na comunidade têm encontrado grandes dificuldades para produzir. O Sindicato acompanha as diversas comunidades que estão em conflito no município de Balsas. Comunidades como Buritirama e Boa Esperança estão enfrentando problemas devido à grilagem de terras na região, pois os fazendeiros estão registrando as terras que estão de posse dos camponeses. Essa semana aconteceu um caso emblemático na comunidade Vargem Limpa, em que uma família inteira foi vítima de perseguição, prisão e ameaças (Entrevista realizada em 02 de fevereiro de 2024, com a presidenta do STTR - Balsas).

Ao longo dos anos, a entidade vem contribuindo para a efetivação de políticas públicas voltadas para os interesses dos camponeses, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Porém, essas ações nem sempre alcançam o êxito esperado, visto que muitas famílias do município carecem da titulação regular de suas terras. Diante desse cenário, em atuação conjunta com a CPT, têm sido promovidas palestras e assembleias públicas no intuito de orientar e capacitar os camponeses para a organização comunitária em associações, fortalecendo suas reivindicações pelo acesso e pela permanência na terra.

- Associação Camponesas - ACA

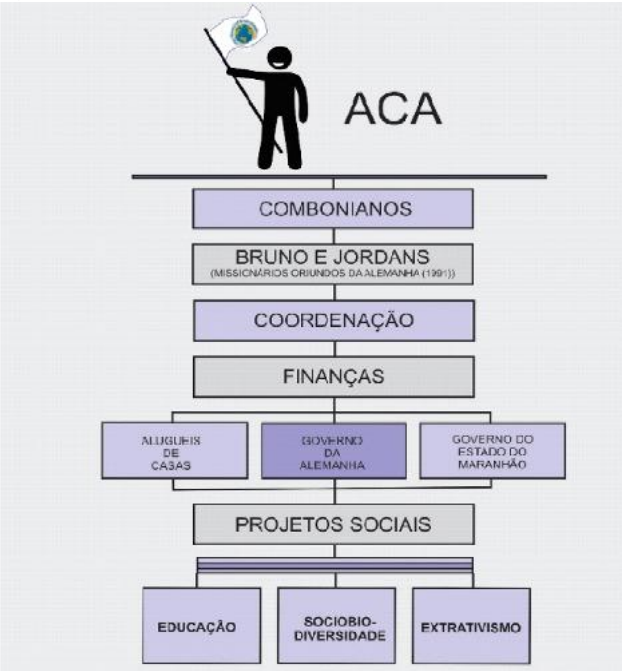
A ACA foi criada em fevereiro de 1991 pelos irmãos da Igreja Católica Bruno e Jordans, conhecidos como combonianos (missionários oriundos da Alemanha, e da Itália respectivamente, que vieram à Balsas para apoiar as comunidades de maior exclusão social do município). A criação da ACA coincidiu com o período em que começaram os conflitos pela terra no município, sobretudo com a territorialização do complexo sojicultor na região.

Sobre os objetivos e ações desenvolvidas pela entidade:

> A associação foi criada com o objetivo de ajudar o pequeno produtor camponês. A associação vem fazendo esse trabalho a partir de projetos sociais na área do meio ambiente, em defesa do meio ambiente e do cerrado, e também dos pequenos trabalhadores da agricultura familiar (Entrevista realizada em 02 de fevereiro de 2024, com a coordenadora da ACA - Balsas).

A estrutura organizacional da ACA (Figura 3) é simples e tem como base principal o fortalecimento das famílias camponesas que vivem do extrativismo de frutos do Cerrado.

Figura 3 - Estrutura organizacional da ACA em Balsas – MA



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Nos últimos anos, a associação tem desenvolvido o projeto Educação e a Sociobiodiversidade dos Óleos Vegetais do Cerrado, voltado à extração de óleos vegetais. A iniciativa é financiada pela Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP) e pelo Governo da Alemanha, por meio do edital de Ação e Pesquisas Sociais da Secretaria de Pesquisa da Alemanha (SPA).

As ações são desenvolvidas na comunidade Porto Isidoro dos Gerais, em Balsas, onde se localiza a Escola Família Agrícola (EFA) Rio Peixe; e na comunidade Maria Rosa Mística, em Sucupira do Norte (região Centro-Sul do Maranhão), onde se encontra a Escola Família Agrícola Nossa Senhora Maria Rosa Mística.

O projeto tem como objetivo:

> [...] desenvolver um processo de sensibilização, mobilização e pesquisa participante sobre as bases produtivas de 240 famílias agricultoras, a partir da educação do Campo, tendo como base a metodologia da Pedagogia da Alternância nas EFA's do Rio Peixe (Balsas) e de N. S.ª Maria Rosa Mística (Sucupira do Norte); Mapear as potencialidades e desafios da cadeia produtiva dos óleos vegetais através de oficinas de DRP's – Diálogos Rurais Participativos no Cerrado Sul Maranhense; Identificar as condições sociais, produtivas e ambientais para a sustentabilidade e organicidade da implantação da Unidade Agrotecnológica de Extração de Óleos vegetais no Cerrado Sul - MA (ACA, 2016, p. 2).

Na primeira fase, iniciada no ano de 2015, o projeto contribuiu com o fortalecimento da agricultura camponesa agroextrativista do Cerrado Sul maranhense a

partir da potencialização da educação do campo. Como conclusão desta fase, foi elaborada uma edição especial de uma revista da própria associação, intitulada "Jornada em defesa das riquezas do Cerrado maranhense", com a finalidade de divulgar os resultados obtidos no âmbito do projeto.

Em 2017, teve início a segunda fase do projeto, com a construção de um laboratório para análise e extração dos óleos vegetais e polpas de frutos do Cerrado, junto à realização de oficinas e rodas de discussão sobre a temática com as 240[13] famílias envolvidas na primeira fase, além de minicursos com os alunos da escola Rio Peixe, em Balsas.

Acerca da importância do projeto para a comunidade do Rio Peixe, um camponês membro da associação declarou que:

> O projeto me ajudou a aproveitar melhor os recursos que eu tenho nos campos perto da minha casa, o Cerrado é rico e cheio de recursos. Desde criança eu via meus pais pegando várias frutas, mas eu não sabia que dava para extrair tantos óleos e tantas benefícios destes frutos, com este projeto eu aprendi a aproveitar tudo ao máximo (Entrevista realizada em 2 de fevereiro de 2024, com uma camponesa na sede da ACA - Balsas).

Atualmente, além de dar continuidade ao projeto, a associação conta também com um total de cinco casas, das quais quatro são alugadas e o dinheiro é destinado a um projeto de fortalecimento da educação camponesa em Balsas nas EFA's. Na quinta casa funciona a sede social da entidade, onde são prestados auxílios jurídicos às comunidades do campo e realizadas palestras sobre a autoprodução e o associativismo social.

A ACA tem desenvolvido trabalhos junto às comunidades tradicionais balsenses para incentivar a vida no campo e manter viva as tradições e culturas camponesas a partir da valorização do cerrado maranhense. O trabalho não é fácil, mas tem sido fortalecido pelas ações do Governo do Estado com incentivos financeiros, e assistência técnica prestada pela AGERP, além de regulamentação das áreas de preservação permanente por meio do ITERMA.

Nessa perspectiva, as ações da ACA revelam-se fundamentais para as comunidades camponesas, pois fortalecem e legitimam a autoprodução e a independência da vivência tradicional camponesa. Além disso, a instituição contribui para dar visibilidade à existência

[13] 235 famílias envolvidas nos projetos fazem parte das comunidades de: Porto do Isidoro, Boqueirão, Pedra Branca, Bom Jesus, Buritirana, Caracol, Caracolzinho, Baixa Funda, Ferreira e Limpeza, todas do município de Balsas. Em análise dos dados de conflitos no município, averiguou-se que estas comunidades passaram entre os anos de 2010 e 2018 por conflitos com fazendeiros do município, dados que chamam atenção e ressaltam a relevância da inserção destas comunidades no projeto.

destas comunidades e seus modos de vida, de moradia, de relacionamento com o cotidiano posto e de produção a partir do território e de suas potencialidades naturais, culturais e sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórico-geográfica demonstra como a transição da ocupação tradicional, baseada em pecuária extensiva e agricultura de subsistência, (para a modernização agrícola e a consolidação da sojicultura empresarial) a partir dos anos 1970, intensificou processos de grilagem, desterritorialização de comunidades tradicionais e conflitos fundiários e socioambientais.

Esses fenômenos, agravados por ameaças, violências, contaminação por agrotóxicos e disputas por recursos hídricos, configuram uma dinâmica de exclusão sistemática que ameaça a reprodução social camponesa e a sociobiodiversidade do Cerrado maranhense.

A evolução da resistência camponesa destaca o protagonismo de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e a Associação Camponesa (ACA), apoiadas pela Igreja Católica.

Assim, as articulações analisadas vão além da resistência à sobreposição capitalista, pois também apontam para possibilidades de reprodução social sustentável, ancoradas na valorização da educação do campo, da agroecologia e da preservação do bioma Cerrado.

As organizações promovem ações multifacetadas, incluindo assessoria jurídica, denúncias de violações, eventos de visibilidade como romarias e seminários, e iniciativas de fortalecimento da agricultura familiar e do extrativismo sustentável, conforme evidenciado pelas entrevistas e análises documentais realizadas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CAMPONESA - ACA. **Educação e a sociobiodiversidade dos óleos vegetais do Cerrado**. Balsas - MA/2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia: CPT, 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Goiânia: CPT, 2018.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SANTOS, Milton. *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2008. p. 63-82.

GRYNSZPAN, Mario. **As lutas camponesas no Brasil (1946-1964)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. v. I. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Prefácio. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. Expressão Popular, 1.ed. – São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista e questão agrária no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2007.

SCHILLING, Paulo. Do "Caminho Brasileiro" de Reforma Agrária – 1962. In: STEDILE, João Pedro. (org.). **A Questão agrária no Brasil**: o debate tradicional - 1500 - 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória da luta pela terra e a luta do MST no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

A FRONTEIRA AGRÍCOLA NO LESTE MARANHENSE:

conflitos por território e degradação socioambiental em Urbano Santos - MA (2003-2024)

Lyandra Ferreira Rabelo
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
lyandraf97@gmail.com

Suenne Camylle Carliminda
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
suennecamylle2109@gmail.com

Vanderson Viana Rodrigues
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
vanderson2016rodrigues@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A expansão da fronteira agrícola no leste maranhense, particularmente no município de Urbano Santos no Maranhão, representa um processo dinâmico e conflituoso de reconfiguração territorial, impulsionado pela lógica do agronegócio e do complexo agroexportador.

Esse movimento de avanço territorial não ocorre de forma isolada, mas se insere em uma dinâmica estrutural mais ampla do capitalismo. Conforme aponta Marques (2024, p. 25), "a fronteira se conecta ao processo geral de produção capitalista a partir da divisão do trabalho e da circulação do capital em suas diferentes formas, sob a regulação do Estado". Tal perspectiva permite compreender a expansão do agronegócio em Urbano Santos não como um fenômeno local e espontâneo, mas como expressão territorial de determinações econômicas e políticas que articulam o município às escalas regional, nacional e global do capital.

Esse avanço, marcado majoritariamente pela monocultura de eucalipto liderada por grandes corporações como a Suzano Papel e Celulose, redefine não apenas a paisagem, mas também as relações sociais e econômicas na região. Esse processo evidencia o que Raffestin (1993, p. 143) denomina territorialização: "O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) [...] Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator 'territorializa' o espaço".

Essa dualidade fundamenta os conflitos socioterritoriais que emergem da disputa pelo uso, controle e significação da terra, há uma guerra instaurada no campo, uma luta aberta entre o capital multifacetado e os trabalhadores, camponeses ou não (Oliveira, 1994, p. 13).

Nesse contexto, a noção de fronteira agrícola vai além da expansão geográfica da produção, refere-se à incorporação de novas áreas ao ciclo do capital, frequentemente por meio da expropriação de territórios camponeses e da degradação de biomas como o Cerrado. Como sustenta Martins (1996), "a fronteira se configura em um desencontro de tempos históricos distintos, sendo ele, segundo o referido autor, um espaço de alteridade".

No leste maranhense, essa dinâmica se materializa na territorialização do capital, processo no qual grandes empresas consolidam seu controle fundiário sobre o território. Contudo, como o próprio Fernandes (2001, p. 2) ressalva, esses processos "não são

lineares, tampouco separados", pois na territorialização do capital está contida a criação, destruição e recriação do trabalho familiar camponês.

O capital, ao não dominar diretamente toda a terra, elabora estratégias de controlar a produção agrícola sem necessariamente romper o vínculo dos camponeses com o território. São novas territorialidades que emergem em disputa e sobreposição, gerando concentração fundiária, alterações nos modos de vida locais e intensificação de conflitos diretos e indiretos no campo.

A atuação da empresa Suzano, com sua vasta escala produtiva e impactos socioambientais, exemplifica como a fronteira agrícola, para além de voltar às *commodities*, gera graves tensões que desafiam a justiça social e a sustentabilidade. Esse processo repete um padrão histórico violento, "o deslocamento da frente pioneira sobre as terras já ocupadas pela frente de expansão foi acelerado e levou à superposição dessas distintas frentes de ocupação territorial uma violenta dimensão conflitiva. Tornaram-se frequentes e numerosos os despejos violentos e dramáticos de posseiros das terras que ocupavam" (Martins, 1996, 21).

Nesse contexto, o presente trabalho apresenta considerações acerca dos conflitos agrários do município de Urbano Santos, no interior do Maranhão, cujos impactos atingem tanto o meio social quanto o ambiental. Tais conflitos estão relacionados às atividades produtivas ligadas ao agronegócio e ao complexo agroexportador, especialmente ao cultivo de eucalipto desenvolvidas no município.

O uso do território por forças desiguais é gerador de conflitos socioambientais. Afinal, se para as comunidades tradicionais o território se reveste de valor simbólico, como abrigo, fonte de recursos e base para a existência do bem-viver, para o Estado, o território tem caráter político e econômico, o que torna a relação dialética (Terra, 2024, p. 204).

Destaca-se que o processo de territorialização da fronteira agrícola no leste maranhense imprime uma nova dinâmica ao território, cenário no qual permite observar que, embora a atividade econômica desenvolvida promova ampliação da escala produtiva, ela se contrapõe aos interesses dos camponeses que historicamente habitam o município. Segundo Paula Andrade (2012, p. 9), a expropriação camponesa é a marca do modelo produtivo do capital em curso, com a incorporação de suas terras ao mercado, objetivando usos da natureza como forma de espoliação da sociedade.

Nesse contexto de expansão do agronegócio e da silvicultura em larga escala, emergem e se acirram os conflitos no campo, nos quais se enfrentam diferentes sujeitos

sociais. De acordo com Motta (2008, p. 211), "o capitalismo abre as fronteiras econômicas e reprime as forças sociais contrárias", o que ajuda a compreender a dinâmica dessas disputas e os seus profundos impactos socioambientais.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar como os conflitos se desencadeiam e, conjuntamente, como provocam abalos socioambientais no município, o que Carneiro (2013, p. 23) entende como a transformação de um Maranhão agrícola,

> Enquanto "plataforma de exportação" de commodities agrícolas e florestais, com a ampliação da área plantada de soja, que, inicialmente concentrada no sul, expande-se para as regiões centrais e leste do estado; o crescimento dos plantios de eucalipto para o abastecimento da produção de ferro gusa e, mais recentemente, para o suprimento de duas unidades industriais de produção de celulose e de uma unidade de produção de pallets de madeira anunciada pelo grupo Suzano Papel e Celulose.

É fato amplamente reconhecido que empresas como a Suzano Papel e Celulose causam sérios danos ao Cerrado, especialmente nas regiões de chapada[14]. A atuação de corporações como a Suzano Papel e Celulose tem sido associada a danos severos ao Cerrado, especialmente nas regiões de chapada.

Esses conflitos podem ser compreendidos, conforme definido por Acselrad (2004, p. 26), como aqueles que envolvem "grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada".

Dessa forma, a expansão da fronteira agrícola no leste maranhense, exemplificada pelo município de Urbano Santos, configura-se como um processo profundamente conflituoso de reconfiguração territorial, no qual a lógica do capital agroexportador, materializada em corporações como a Suzano, promove uma intensa territorialização do capital.

Assim, revela-se como um palco de disputa onde se consolidam a concentração fundiária, a degradação ambiental e a injustiça social, desafiando a sustentabilidade e a própria noção de justiça territorial na região.

2. METODOLOGIA

[14] São formações florestais típicas do Cerrado, onde os camponeses exercem atividades de caça, extração de mel, de plantas medicinais, de materiais para a construção de casas e, sobretudo, de criação de animais soltos (Paula Andrade, 2011).

Esta pesquisa busca analisar processos dialéticos que desencadeiam conflitos socioambientais no município de Urbano Santos, compreendendo que os fenômenos sociais e territoriais observados no município são constituídos por contradições históricas, relações de poder e dinâmicas que se sobrepõem. Segundo Marx (2013), "A desigualdade social no capitalismo é, antes de mais nada, uma relação historicamente constituída e reproduzida no seio da divisão social do trabalho".

O estudo fundamentou-se em pesquisa bibliográfica que, conforme indica Andrade (2010, p. 25) "é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas". A análise de documentos oficiais, como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e informações públicas da empresa Suzano Papel e Celulose, possibilitou a contextualização realizada e a quantificação dos processos investigados.

A interpretação dialética permitiu compreender os fenômenos como parte de uma totalidade em constante movimento, marcada por contradições. A pesquisa adotou um recorte temporal de 2003 a 2024, período de intensificação da expansão da fronteira agrícola no leste maranhense, tendo o município de Urbano Santos como estudo de caso emblemático.

O marco inicial coincide com o avanço do agronegócio no MATOPIBA sobre Urbano Santos, enquanto o limite final é determinado pela disponibilidade dos dados mais recentes da CPT (2025). Ao longo desse intervalo, destaca-se também a progressiva ampliação das operações da Suzano Papel e Celulose na Região Imediata de Chapadinha e seus impactos socioambientais. Trata-se, portanto, de um recorte orientado pela própria lógica do fenômeno investigado.

Dessa forma, a metodologia combinou fundamentação teórica e análise empírica, orientada por uma perspectiva crítica voltada a desvelar as relações de poder e os impactos socioambientais da expansão da fronteira agrícola capitalista no leste do Maranhão.

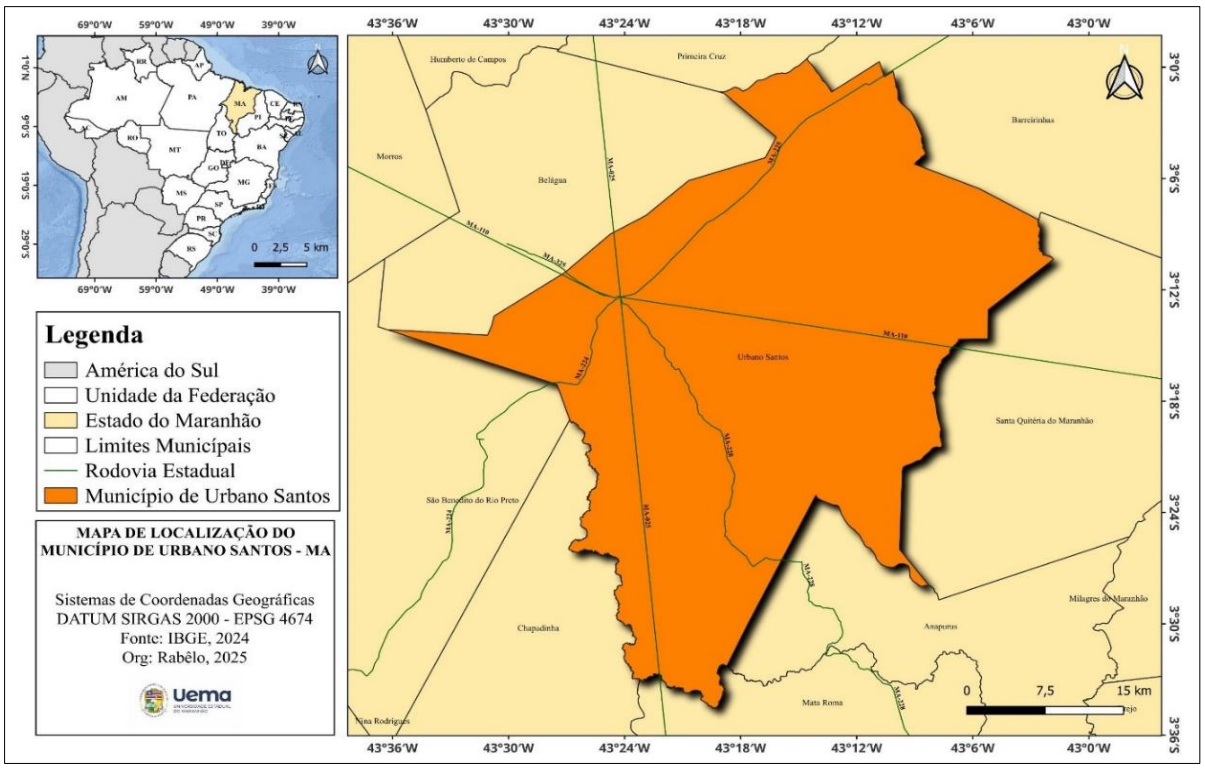
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Urbano Santos (Mapa 1) localiza-se na Região Imediata de Chapadinha do Baixo Parnaíba Maranhense, e possui uma área territorial de 1.706,196 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). De acordo com o último censo, realizado em 2022, a população era de 32.812 habitantes, resultando

em uma densidade demográfica de 19,22 habitantes por km², ao passo que a população estimada para o ano de 2025 aponta para 34.143 habitantes. No âmbito econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) registrado em 2023 foi de R$9.604,74.

Atualmente, a região tem sido profundamente impactada pelo avanço da fronteira agrícola e pela expansão do capital no campo. Esses processos se materializam na expropriação, na concentração fundiária e na subordinação do trabalho às exigências do agronegócio, o que converge com Oliveira (2007, p. 132) pois "a concentração da propriedade privada da terra no Brasil [...] é parte constitutiva do capitalismo que se desenvolveu no país. Um capitalismo que revela sua face dupla: moderna no verso e atrasada no reverso".

Mapa 1 - Localização do município de Urbano Santos - MA



Fonte: IBGE (2024). Elaborado por Rabêlo (2025).

Nessa perspectiva, o avanço da fronteira agrícola no Brasil consolida um capitalismo contraditório: moderno em tecnologia e produtividade, mas atrasado nas relações sociais. Esse modelo baseia-se na expropriação, na concentração fundiária e na subordinação do trabalho ao agronegócio. Como observam Pitta e Paris (2024, p. 182), "a superexploração do trabalho é levada a termo pelo capital monopolista, que acumula controlando e elevando os preços das mercadorias, conduzindo à incapacidade da

sociedade de consumir as mercadorias produzidas e à crise de acumulação". A concentração de terras, portanto, é parte constitutiva desse sistema, revelando sua face dupla: um progresso que convive com a exclusão e a violência.

Historicamente, o desenvolvimento das atividades da Suzano na mesorregião Leste Maranhense intensifica-se a partir de 1983, quando a empresa estabelece suas operações no município por meio da implementação de plantios comerciais do gênero *Eucalyptus*.

Conforme Paula Andrade (2012, p. 26), na década de 1980, a Suzano iniciou a compra de terras e o plantio de eucalipto em oito municípios do Leste Maranhense, com o objetivo de instalar plantios comerciais por meio da Comercial Agrícola Paineiras Ltda., sua subsidiária. A distribuição territorial dessas operações ao longo dos municípios pode ser observada na tabela a seguir, que sintetiza a expansão da empresa na região.

Tabela 1 - Indicadores econômicos, sociais e ambientais da Suzano

Tema	Dado / Indicador	Valor / Descrição
Perfil da empresa	Maior produtora de celulose de eucalipto do mundo	Sim
Área total controlada	Terras sob controle da Suzano	2,7 milhões de hectares
Uso da terra	Área com eucalipto	~1,6 milhão ha (quase 2/3 do total)
Biomas afetados	Biomas brasileiros	Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica
Comunidades afetadas	Comunidades locais e tradicionais	Mais de 200
Produção industrial	Fábricas no Brasil	12 fábricas
Produção de celulose (2022)	Produção anual	10,6 milhões de toneladas
Consumo de água	Consumo por eucalipto	30 a 60 litros/dia por árvore
Desmatamento	Plantações no MS (2003–2013)	~2/3 substituíram Cerrado nativo
Conflitos trabalhistas	Processos trabalhistas (2023)	1.241 prováveis + 1.034 possíveis
Resultados financeiros	Receita (2023)	US$ 7,95 bilhões
Resultados financeiros	Lucro líquido (2023)	US$ 2,8 bilhões
Processos civis	Processos possíveis e prováveis	295 casos

Fonte: *Environmental Paper Network* (2024). Elaborada pelos autores (2026).

A tabela condensa a escala, os impactos e as contradições principais do modelo de atuação da Suzano. Elucidando-o sob a perspectiva produtiva e financeira, os dados confirmam sua posição dominante como maior produtora mundial de celulose de eucalipto. Composta por 12 fábricas no Brasil, uma produção anual de 10,6 milhões de toneladas e uma receita de US$7,95 bilhões em 2023, a empresa atingiu um lucro líquido elevado, de US$2,8 bilhões.

Uma análise dialética revela, no entanto, que a expansão contínua das monoculturas é insustentável, por ser incompatível tanto com a preservação dos biomas quanto com a justiça social. Esse processo reafirma a dinâmica de territorialização do capital pela Suzano. De acordo com Oliveira (2024), trata-se de um movimento pelo qual o capital se

territorializa expropriando moradores locais e afastando os trabalhadores do campo, concentrando-os nas periferias urbanas como força de trabalho industrial, comercial ou como assalariados sazonais rurais (boias-frias).

Dessa forma, o modelo hegemônico do agronegócio, longe de representar progresso, reafirma um ciclo histórico de acumulação que se alimenta da destruição ambiental e da exclusão social. Como sustenta Harvey (2004, p. 144), "o caráter dual da acumulação do capital, que supõe o entrelaçamento entre a reprodução ampliada e a acumulação por espoliação, numa relação dialética".

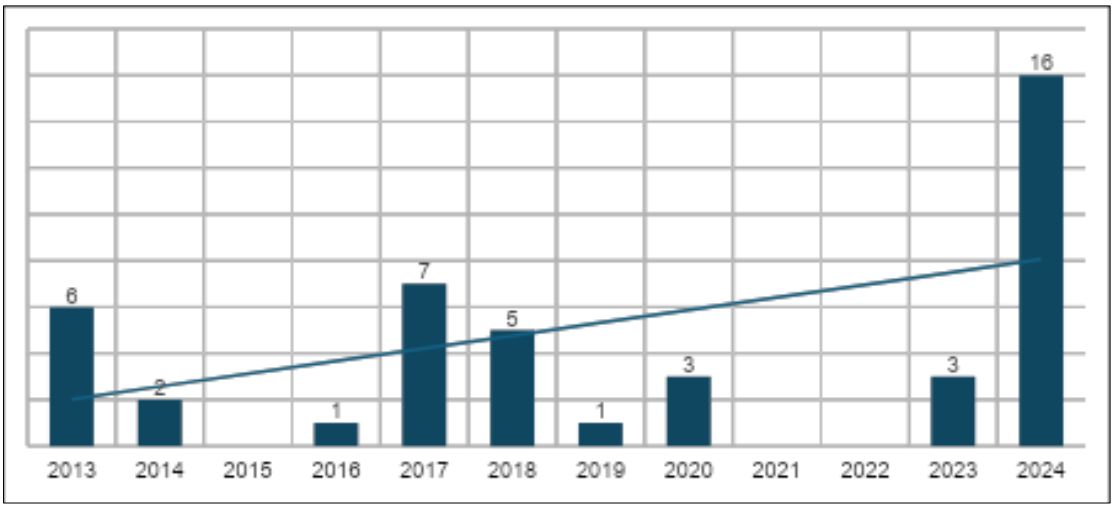
A superação deste paradigma exige, consequentemente, não apenas a crítica à sua lógica econômica, mas o apoio efetivo a alternativas que promovam a verdadeira justiça socioambiental e a reapropriação democrática do território. Afinal, "a luta de classe pela terra e entre povos pelo território na sociedade capitalista no país caracteriza-se pelo fato de que o território capitalista está em disputa por elas" (Oliveira, 2024, p. 138)".

Assim, a Suzano emerge como um símbolo das contradições inerentes ao capitalismo contemporâneo, no qual a concentração de riqueza e escala produtiva convivem com custos socioambientais. Esse cenário reflete a premissa de Frederico e Spadotto (2024), "A constante busca pelo aumento da produtividade e da escala produtiva pelas empresas financeirizadas, ao mesmo tempo em que procuram se enraizar o mínimo possível nos lugares, promove, entre outras consequências [...], a intensificação das contradições espaciais."

Essas contradições manifestam-se de forma aguda no campo, materializando-se em conflitos. Ao analisar os registros quantitativos no município (Gráfico 1), nota-se uma tendência de grande aumento desses confrontos. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2025, p. 12), os conflitos por terra são justamente "ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais".

O aumento dessas ocorrências pode ser compreendido, portanto, como uma expressão direta das dinâmicas de acumulação e desenraizamento corporativo descritas pela análise teórica, evidenciando o custo social do modelo de desenvolvimento em curso.

Gráfico 1 - Número de conflitos em Urbano Santos 2013-2024



Fonte: CPT (2025). Elaborado pelos autores (2025).

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2025), o Maranhão consolidou-se como o Estado com maior incidência de conflitos agrários no Brasil, registrando 420 ocorrências em 2024, posicionando-o no topo do ranking nacional. Tais conflitos abrangem disputas por terra, água, relações de trabalho e processos de retomada territorial.

Esse cenário está diretamente relacionado à expansão do agronegócio na região do MATOPIBA, epicentro da produção de soja, milho e algodão no país. O Maranhão ampliou em 18,6% a produção de grãos para a safra 24/25, em comparação com 23/24, que deve fechar em 8,79 milhões de toneladas de grãos (Brasil, 2025).

A Mesorregião do Leste Maranhense concentra 68% dos 228 conflitos registrados no estado, segundo o mesmo relatório. Trata-se da segunda maior região produtora de soja do Maranhão, com crescimento de 124% na área cultivada desde 2000, o que reforça a correlação espacial entre avanço do agronegócio e agudização das tensões territoriais.

O aumento dos conflitos agrários no Maranhão em 2024 é reflexo direto da intensificação da fronteira agrícola no MATOPIBA, na qual o uso de agrotóxicos também emerge como instrumento de coerção e desterritorialização das comunidades tradicionais e camponesas.

O município de Urbano Santos ocupa uma posição central na estrutura agrária da Microrregião de Chapadinha, concentrando 14,9% dos projetos de assentamento e 11,8% das famílias assentadas da região (Brasil, 2025). O destaque socioeconômico é evidenciado pelo fato de o município responder por 16,59% dos trabalhadores ocupados na região, o

maior índice entre os municípios analisados, o que demonstra a relevância da agricultura camponesa.

Nessa perspectiva, a estrutura fundiária é marcada por uma profunda desigualdade de escala, enquanto a média de hectares por família nos assentamentos é de 24,37 ha, as propriedades da agricultura não familiar atingem em média 215,84 ha, uma dimensão cerca de 14 vezes superior (Tabela 2), o que revela a assimetria entre o campesinato e o agronegócio no território.

Tabela 2 - Indicadores fundiários e de assentamento de Urbano Santos

Área média — agricultura familiar (assentamentos)	24,37 ha
Área média — agricultura não familiar	215,84 ha
Famílias assentadas (% regional)	11,80%
Projetos de assentamento (% regional)	14,90%

Fonte: IBGE (2018) e INCRA (2017).

Essa configuração territorial gera tensões diretas, pois as áreas de assentamento fragmentam a continuidade necessária para a expansão da agricultura capitalista mecanizada. Como consequência, observa-se o acirramento de conflitos agrários e o uso de estratégias informais e extrajurídicas para tentar subordinar a agricultura familiar à lógica do capital agrário, em suma, Urbano Santos representa uma territorialidade em disputa, onde a expressiva presença camponesa resiste à pressão expansionista do agronegócio.

No entanto, a presença da empresa Suzano Papel e Celulose S.A., já amplamente atuante em municípios vizinhos, tem intensificado disputas territoriais. A comunidade São Raimundo, situada no município, constitui um exemplo desses conflitos socioterritoriais.

"A fronteira agrícola brasileira resulta de múltiplos movimentos relacionados ao avanço da territorialidade capitalista e às consequentes tensões e embates gerados no encontro desta com as distintas territorialidades dos povos e comunidades do campo, sendo merecedora de um olhar mais atento" (Alves, 2024, p. 14).

Evidenciando profundas transformações na estrutura agrária, sobretudo pela redução progressiva das áreas de Cerrado nativo no município, esse processo de territorialização intensifica os conflitos socioterritoriais. A esse respeito, Alves (2024, p. 20) acrescenta que "a transformação do Matopiba e do Cerrado em "zonas de sacrifício" e para a necessidade urgente de repensar o que se entende por desenvolvimento."

Ainda de acordo com Alves (2024, p. 64), "O avanço do capital, com essas características, leva à expulsão das populações locais de seus espaços de produção e ao desaparecimento e/ou à alteração do modo de vida existente anteriormente". Esse processo ocorre porque os projetos de desenvolvimento, frequentemente orientados pela modernização da agricultura e pelo impulso à industrialização, tendem a favorecer a expansão do agronegócio em detrimento dos modos de vida tradicionais.

Assim, o município de Urbano Santos, inserido na dinâmica expansionista do agronegócio e da fronteira agrícola maranhense, personifica as contradições de um modelo de desenvolvimento que gera crescimento econômico às custas da expropriação, da concentração fundiária e da degradação socioambiental. A atuação da Suzano Papel e Celulose, com sua escala produtiva global e territorialização predatória, ilustra esse processo, que subordina o trabalho local, pressiona os recursos hídricos e florestais e intensifica os conflitos socioterritoriais na fronteira agrícola maranhense.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender a dinâmica de expansão da fronteira agrícola no leste maranhense, tomando o município de Urbano Santos como estudo de caso emblemático no período de 2003 a 2024. Observa-se que esse processo, impulsionado pela lógica do agronegócio e materializado em corporações como a Suzano Papel e Celulose, configura uma profunda reconfiguração territorial marcada pela conflitualidade e pela degradação socioambiental.

Os resultados demonstraram duas realidades: de um lado está a concentração fundiária e a integração de novas áreas aos circuitos do capital agroexportador; de outro, a desterritorialização de comunidades camponesas e tradicionais, cujos modos de vida, economia e relações simbólicas com o território são sistematicamente ameaçados.

Os dados sobre a atuação da Suzano em sua escala produtiva, o controle de milhões de hectares e os lucros bilionários contrastam com a elevação dos índices de violência agrária, a perda de biodiversidade e a supressão do Cerrado nativo.

Os conflitos socioterritoriais registrados em Urbano Santos não são, portanto, episódios isolados, mas expressão concreta de um modelo de desenvolvimento que prioriza a acumulação por espoliação. Esse modelo, sob a aparência de modernidade e progresso, reproduz relações sociais historicamente desiguais, baseadas na superexploração

do trabalho e dos recursos naturais e na subordinação dos territórios às demandas do capital financeirizado.

Conclui-se que a fronteira agrícola no leste maranhense constitui um espaço privilegiado para observar as contradições inerentes ao capitalismo contemporâneo no campo brasileiro. Longe de representar uma simples expansão geográfica da produção, trata-se de um processo violento de disputa pela terra e pelo significado do território. Diante desse cenário, este trabalho reforça a urgência de se repensar os modelos de desenvolvimento territorial, valorizando alternativas que promovam a defesa do território como espaço de vida, identidade e reprodução social camponesa.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. Justiça Ambiental: Ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSERALD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (orgs). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A fronteira agrícola como objeto de estudo: gênese, transformação socioespacial e regionalização: o caso dos Cerrados do centro-norte do Brasil. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 171–191. DOI: 10.11606/9788575065129.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Maranhão amplia área produtiva e produtividade e chega a 8,79 milhões de toneladas de grãos na safra 24/25.** Brasília: Secom, 12 set. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/safra-de-graos-2024-2025/maranhao-amplia-area-produtiva-e-produtividade-e-chega-a-8-79-milhoes-de-toneladas-de-graos-na-safra-24-25. Acesso em: 5 maio 2026.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder:** conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2024** / Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. – Goiânia, GO: CPT Nacional, 2025. 220 p: il., tabelas, gráficos, fotografias.

ENVIRONMENTAL PAPER NETWORK - EPN. **Pulp Fiction:** Comparando palavras e atos da maior produtora de celulose de eucalipto do mundo. Bielefeld: EPN, jul. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação como forma de acesso à terra**. Trabalho apresentado no XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001.

FREDERICO, Samuel; SPADOTTO, Bruno. Capital financeiro e agronegócio: agentes e dinâmicas na fronteira agrícola brasileira. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba:** as novas faces da expansão do capital e seus conflitos. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 171-191. DOI: 10.11606/9788575065129.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Urbano Santos (MA)**. *Cidades e Estados*, [s.d.]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/urbano-santos.html. Acesso em: 19 jan. 2026.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Expansão do capital no campo brasileiro e a fronteira agrícola do Matopiba no contexto da mundialização financeirizada. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos.** São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 24–60. DOI: 10.11606/9788575065129.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MARX, Karl. **O capital**. Volume 1.1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTTA, Célia Maria da. Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva, em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo (Resenha). **Lutas Sociais**, n.; 19/20, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Grilagem, mercado de terras e conflitos no Matopiba e na Amazônia. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos.** São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 171-191. DOI: 10.11606/9788575065129.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

PAULA ANDRADE, Maristela de (Coord.). **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense**: problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba (Relatório de Pesquisa). São Luís: GERUR/ PPGCS/ UFMA, 2012. 232p.

PITTA, Fábio; PARIS, Teresa. O agronegócio brasileiro no Matopiba e a expansão da fronteira movida pela financeirização do capital no século XXI: capital fictício, bolha de commodities, terra como ativo financeiro e enfrentamento por comunidades rurais do

Piauí. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba**: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 171-191. DOI: 10.11606/9788575065129.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

TERRA, Ademir. Conflitos socioambientais entre a preservação ambiental e a reprodução camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 19, n. 55, p. 198-219, ago. 2024. DOI: 10.14393/RCT195574010.

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, MARANHÃO: cidade, santo, festejo e patrimônio

Hygor Castro da Silva
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
hygorrcastro@gmail.com

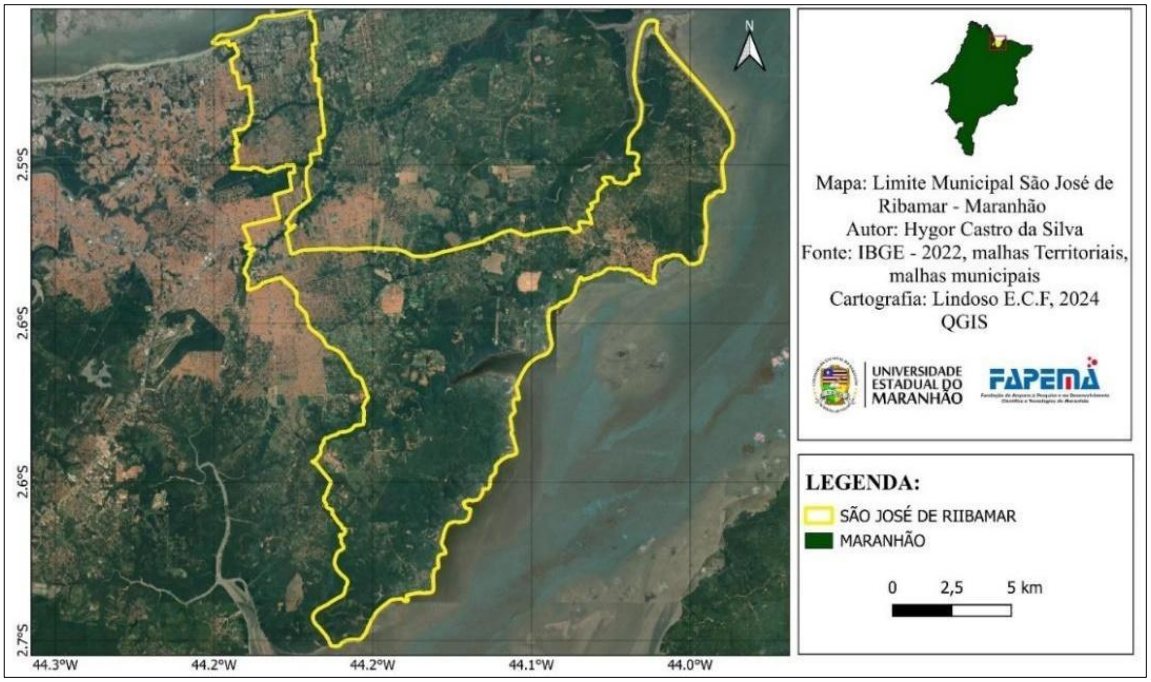
Matheus Torres Melo
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
matheustorr210798@gmail.com

José Arilson Xavier de Souza
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
arilsonxavier@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

São José de Ribamar é uma cidade que integra a Região Metropolitana de São Luís (Figura 1), reconhecida por ser um dos principais centros de peregrinação religiosa do Maranhão. São José de Ribamar também é o Santo de devoção que se relaciona à história e à referida atratividade da cidade, essa que, em setembro, desenvolve um festejo em seu Nome, recentemente reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.

Figura 1 - Mapa de Localização de São José de Ribamar



Fonte: Silva (2024). Elaborado por Lindoso (2024).

Na Geografia, tem crescido as discussões acerca do patrimônio cultural, com especial atenção aos processos de patrimonialização de determinados bens simbólicos, o que envolve, frequentemente, a identidade e a memória de um povo, os lugares, as paisagens e os territórios de suas vidas.

Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo refletir a cidade de São José de Ribamar em relação à devoção ao Santo, ao festejo correspondente e sobre o seu processo de patrimonialização. Adotando uma abordagem qualitativa, tal pesquisa é um desdobramento do projeto "Turismo no Geossantuário Urbano de São José de Ribamar - MA: dinâmicas devocionais e festivas na Grande Ilha de São Luís", por meio do qual foram desenvolvidos dois planos de trabalho, quais sejam: "Turismo Religioso em São José de

Ribamar - MA: um estudo de bens patrimoniais e culturais" e "Peregrinação, Romaria e Turismo em São José de Ribamar - MA: dinâmicas espaciais das visitações religiosas". Tal projeto, a saber, teve caráter de iniciação científica, levado a cabo através da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

As atividades de campo ocorreram nos anos de 2023 e 2024, durante o festejo de São José de Ribamar, contando com observações participantes, realização de entrevistas e levantamento de informações sobre aspectos urbanos-religiosos da cidade. Em termos metodológicos, inclui-se ainda levantamento bibliográfico e reflexões acerca de políticas públicas de fortalecimento do turismo religioso, dentre elas o próprio tombamento do festejo como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Maranhão.

O festejo foi reconhecido através da Lei nº 10514 de 05/10/2016), resultado de um longo processo de patrimonialização, aqui entendido como um conjunto de ações e instrumentos legais que reconhecem oficialmente um bem cultural, documentam sua importância e estabelecem mecanismos para sua salvaguarda. Neste ensejo, compreende-se que o patrimônio é fundamental para a memória, criatividade e identidade dos povos, englobando representações, práticas, expressões, conhecimentos, técnicas e objetos culturais reconhecidos como parte integrante da sociedade (Silva, 2015).

A devoção a São José de Ribamar naquelas terras envolve uma série de eventos simbólicos que reforçam a sacralidade daquela cidade. Entre os elementos mais relevantes, estão: os espaços que compõem o Complexo do Santuário, como o Santuário de São José de Ribamar, a Praça Matriz, a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes e o Monumento de São José (Cunha, 2022).

A saber, as seções que se seguem no texto dão conta da metodologia desenvolvida e do processo de patrimonialização do festejo de São José de Ribamar, esta última parte estendendo-se sobre o turismo religioso, interpretando discursos proferidos no festejo de 2024 e destacando a data simbólica de 7 de maio de 2024, quando o festejo é efetivamente reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Maranhão.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, com abordagem exploratória e descritiva, fundamentado na reflexão do processo de patrimonialização do Festejo de São José de Ribamar e suas implicações para o turismo religioso e a dinâmica socioterritorial do município.

Justifica-se essa escolha metodológica porque o fenômeno da patrimonialização envolve dimensões simbólicas, culturais e políticas que não se reduzem a dados quantitativos, devendo ser interpretado a partir dos discursos, das práticas sociais e das relações institucionais estabelecidas em torno do festejo, sem que isso implique uma leitura determinista do território.

Optou-se por uma abordagem qualitativa por compreender que o fenômeno da patrimonialização envolve dimensões simbólicas, culturais e políticas que extrapolam dados meramente quantitativos. Essa dinâmica exige a interpretação dos discursos, das práticas sociais e das relações institucionais estabelecidas em torno do festejo. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa permite compreender significados, representações e práticas sociais que estruturam o patrimônio cultural no espaço.

Como base teórico-metodológica, adota-se a perspectiva de Claval (2010), para quem a experiência do pesquisador é inseparável da imersão no campo. Neste trabalho, essa experiência se constrói a partir da elucubração documental e da vivência realizada em São José de Ribamar.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas complementares. A primeira consistiu no levantamento bibliográfico e documental, com base em obras e artigos científicos sobre São José de Ribamar, patrimônio cultural, patrimonialização, turismo religioso, Geografia Cultural e Geografia da Religião.

Parte-se do pressuposto de que "não existe patrimônio, seja ele material ou imaterial, que não seja cultural" (Meneses, 1996), o que reforça a necessidade de exteriorizar o festejo enquanto construção social e simbólica. Também foi refletida a legislação pertinente, com destaque para a Lei nº 10.514/2016, que dispõe sobre a proteção dos bens culturais de natureza imaterial no Maranhão.

Nesta pesquisa, compreende-se o processo de patrimonialização como uma dinâmica que articula permanentemente as dimensões material (o constructo, o espaço edificado, a legislação) e imaterial (o imagético, o simbólico, o sagrado). Essa aparente indefinição, que se mantém em movimento, é compreendida justamente como característica central do próprio processo de patrimonialização, no qual o contexto oficial, o sagrado e o mundano se sobrepõem e se tensionam.

Conforme Rosendahl (1997), no espaço sagrado podem ser identificados dois elementos fundamentais: um ponto fixo, que corresponde ao local onde ocorre a

hierofania e que é reconhecido pelos grupos de devoção; e seu entorno, que constitui a área onde os fiéis realizam suas práticas religiosas e percorrem seus roteiros devocionais.

A segunda etapa correspondeu à pesquisa de campo, realizada nos anos de 2023 e 2024, especialmente durante o festejo de São José de Ribamar. Foram realizadas observações diretas das celebrações religiosas, romarias, procissões e atividades culturais promovidas no complexo do Santuário de São José de Ribamar. A observação participante permitiu registrar aspectos relacionados à organização do evento, infraestrutura urbana, participação dos fiéis, presença do poder público e estratégias de divulgação do festejo.

Ainda no âmbito da pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes agentes espaciais envolvidos no processo de patrimonialização, incluindo liderança religiosa, liderança política local, representante da comunidade e liderança acadêmica. As entrevistas buscaram compreender as percepções acerca do reconhecimento como patrimônio, os conflitos institucionais e as expectativas geradas a partir da titulação em 2024.

A terceira etapa consistiu na interpretação dos dados e informações alcançadas, articulando os discursos dos entrevistados com o referencial teórico adotado. Utilizou-se a técnica reflexão de conteúdo, organizando as falas em categorias temáticas como: (a) transparência institucional; (b) relação entre Igreja e poder público; (c) patrimonialização e mercantilização da cultura; (d) impactos no turismo religioso; e (e) desafios para a salvaguarda do patrimônio imaterial.

Essa reflexão parte da compreensão de que o patrimônio não se limita à preservação de bens, mas relaciona-se também às dinâmicas econômicas e sociais. Como afirma Paes (2009), o patrimônio cultural estabelece conexões entre o simbólico e o material, entre os sujeitos e os seus contextos de vida, constituindo-se como fato social. Assim, o processo de patrimonialização do festejo foi interpretado como uma prática que envolve disputas de poder, estratégias políticas e interesses econômicos.

É importante destacar que, nesta pesquisa, o território não é tratado como um mero suporte físico ou palco das ações, mas como elemento ativo na discussão patrimonial. No território estudado, o Santuário desenvolve uma centralidade física e simbólica, emergindo daí uma teia de múltiplas interações.

3. SOBRE O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO FESTEJO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

O festejo de São José de Ribamar é um dos grandes eventos religiosos do Maranhão. Em virtude disso, o festejo ganhou proporções significativas que culminaram em sua oficialização como patrimônio imaterial.

Reconhece-se uma tensão produtiva entre duas dimensões do patrimônio: de um lado, o patrimônio oficial, instituído por meio da legislação (a exemplo da Lei nº 10.514/2016 e do reconhecimento do festejo como Patrimônio Cultural Imaterial em 2024); de outro, o patrimônio vivido, produzido cotidianamente pelos modos de vida dos devotos, suas práticas de romaria, promessas e celebrações.

De acordo com Paes (2009), o patrimônio não se limita a ser apenas uma expressão da sociedade, mas também um elemento que incentiva e destaca as conexões entre o simbólico e o material, o sujeito e o seu contexto, assim como entre a razão simbólica e a razão prática.

Nesse sentido, o processo de patrimonialização articula, nem sempre harmonicamente, a norma legal e a experiência vivida no território. Assim, é evidente a conexão estreita entre o festejo, a população ribamarense e os visitantes, o que torna o patrimônio uma categoria abrangente e representativa para a sociedade local e turistas.

O processo interno de patrimonialização do festejo de São José de Ribamar iniciou-se, a rigor, em 2018. Somente no dia 4 de abril de 2024, o título de patrimônio foi aprovado. O reitor do Santuário de São José de Ribamar, padre Cláudio Roberto, concedeu uma entrevista ao Bom Dia Mirante no dia 8 de abril de 2024 e, nesta entrevista, ele explica a importância e a simbologia deste título, além de como o Festejo é importante para o turismo religioso da cidade de São José de Ribamar e para o estado do Maranhão.

As principais lideranças foram o reitor do Santuário de São José de Ribamar, padre Cláudio Roberto, o arcebispo de São Luís, Dom Gilberto Pastana de Oliveira, e algumas lideranças da cidade, como o historiador Mário Carvalho Bezerra. É importante ressaltar a relevância do Governo do Estado, em especial do vice-governador Felipe Camarão, no qual o próprio esteve presente na 3ª reunião do Conselho Consultivo do Comitê do Patrimônio Cultural.

Após 1 mês e 3 dias, no dia 7 de maio de 2024, ocorreu a missa de oficialização no Santuário de São José de Ribamar, que teve a presença de diversas figuras públicas relevantes do Estado, algo descrito brevemente abaixo.

Durante o ano de 2024, foram vivenciados momentos importantes para o festejo, tanto antes quanto após a titulação do festejo de São José de Ribamar como Patrimônio.

Para uma melhor compreensão desse marco, foram realizadas entrevistas com algumas lideranças locais da cidade, incluindo um líder político, um representante da comunidade e até mesmo uma liderança acadêmica.

A liderança política da cidade, ao longo da entrevista, deixou claro que a Câmara de Vereadores não foi informada sobre o processo de patrimonialização, tomando conhecimento apenas com o anúncio do vice-governador, Felipe Camarão, feito em seu perfil em uma rede social.

Em contrapartida, a liderança acadêmica esclareceu que, algum tempo após o início oficial do processo de patrimonialização, foi realizada uma formação com as pessoas diretamente ligadas ao Santuário São José de Ribamar.

Em contrapartida, a liderança acadêmica ponderou que, após o início oficial do processo, realizou-se uma formação voltada aos agentes diretamente vinculados ao Santuário de São José de Ribamar. De maneira análoga, o representante comunitário relatou a ocorrência de reuniões organizadas pelo clero para detalhar as etapas e os objetivos da patrimonialização. Essa liderança ressaltou que a Reitoria do Santuário mostrou-se acessível e esclarecedora diante dos questionamentos da comunidade.

Desse modo, percebe-se a falta de transparência entre o Santuário e os órgãos públicos, principalmente os municipais. Assim, a falta de transparência acaba desfavorecendo o festejo organizado pelo Santuário, pois o poder público municipal tende a interpretar que o Santuário pode preferir a contribuição e a divulgação do seu festejo ao poder público do Estado.

Ademais, ficou evidente ao longo das entrevistas que o distanciamento entre a prefeitura de São José de Ribamar, o clero e o Governo do Estado foram percebidos por alguns agentes como algo que tende a impactar negativamente a gestão do patrimônio, podendo gerar complicadores para o avanço do turismo religioso

Essa visão alinha-se à perspectiva crítica de Berenstein (2008), para quem tanto a cultura quanto a cidade, em contexto patrimonial, passam a ser tratadas como mercadorias manipuladas como marcas, fazendo com que o patrimônio cultural seja visto como um espetáculo ou uma reserva explorável sem controle.

Contudo, é importante destacar que essa não é a única leitura presente no território. Em contraste, outros entrevistados compreendem o reconhecimento do festejo prioritariamente como um ato de aproximação com o sagrado, valorizando a dimensão

espiritual e comunitária da devoção. Assim, a patrimonialização revela-se plural, comportando tanto críticas à mercantilização quanto defesas da autenticidade religiosa.

Para Smith (2007), o patrimônio está relacionado à prática econômica, social, cultural e ao lazer. Desse modo, o processo de patrimonialização é um momento importante para a cidade e o festejo, pois atrai turistas, movimenta a economia e há uma maior visibilidade nas mídias sobre o lugar no contexto do Estado do Maranhão.

Nesse cenário, é necessária uma atenção voltada ao festejo de São José de Ribamar, principalmente após sua oficialização como patrimônio. Em uma perspectiva de longo prazo, há o risco de que, uma vez reconhecido oficialmente, o festejo seja tratado pelo governo estadual e pela prefeitura principalmente como uma fonte de receita, negligenciando a rica história cultural que ele representa.

3.1 Patrimônio Cultural Imaterial do Maranhão

O festejo de São José de Ribamar, realizado anualmente no mês de setembro, no ano de 2024, foi oficialmente inscrito como patrimônio cultural imaterial com base nas diretrizes da Lei Estadual nº 10.514/2016. Essa legislação estabelece diretrizes para a proteção dos bens culturais de natureza imaterial, ao reconhecer a relevância das tradições, saberes e práticas que constituem a identidade cultural de diversas comunidades ao longo do território nacional.

Conforme o artigo 3º do Capítulo I da referida Lei (Maranhão, 2016), a inscrição de um bem imaterial deve ser realizada em livros de registro específicos. No caso do Festejo de São José de Ribamar, o registro enquadra-se no Livro de Registro das Celebrações, destinado a rituais e festas que marcam a vivência coletiva, o tempo sagrado, o entretenimento e a sociabilidade. Ao procurar sobre esses livros de registros, nada foi encontrado no acervo digital do Governo do Estado do Maranhão.

De acordo com o Capítulo III da Lei, compete ao Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) propor critérios, diretrizes e gerenciar projetos, ações e programas nas áreas de identificação, acompanhamento, registro e valorização do patrimônio imaterial.

Nessa dimensão, o órgão é responsável por acompanhar, implantar, difundir e avaliar o Inventário Estadual de Referências Culturais, além de desenvolver, promover e fomentar estudos e pesquisas, como metodologias de inventário, que possibilitam ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural imaterial.

Ademais, cabe ao DPI gerir, propor e fomentar ações de salvaguarda de bens culturais imateriais e tornar disponíveis as informações produzidas sobre esses patrimônios. Suas atribuições envolvem, também, planejar, desenvolver e apoiar projetos, programas e ações de pesquisa, documentação, estudo e difusão das expressões das culturas populares, em nível nacional; implementar, gerenciar e executar o Programa Estadual de Patrimônio Imaterial (Maranhão, 2016).

3.2 7 de maio de 2024: uma data simbólica

Em 7 de maio de 2024, celebrou-se a concessão oficial do título de Patrimônio Cultural Imaterial do Maranhão ao Festejo de São José de Ribamar. Esse reconhecimento referenda as práticas de fé que há séculos mobilizam a comunidade e consolidam o município como um geossantuário urbano – um espaço no qual a sacralidade orienta a organização do território e a identidade local.

A patrimonialização do festejo culmina em um longo processo de mobilização coletiva, envolvendo autoridades eclesiásticas, líderes políticos e culturais, além da comunidade. Nos últimos anos, essas lideranças trabalham pela valorização da cultura e fé ribamarense, visando o reconhecimento e a proteção das tradições locais.

Na cerimônia de patrimonialização, realizada em 7 de maio de 2024, participaram figuras como o governador Carlos Brandão, o vice-governador Felipe Camarão, o arcebispo de São Luís, Dom Gilberto Pastana, e o reitor do santuário, Padre Cláudio Roberto. Uniram-se em um ato de celebração, reafirmando a cidade como um local de fé e cultura maranhense.

Segundo Melo (2010), datas dessa natureza são apropriadas estrategicamente pelo poder público para fixar suas marcas com expressiva repercussão, evidenciando a natureza política das formas simbólicas na espacialidade. Para além dessa dimensão política, segundo Freire (2019), o bem cultural é constituído porque reúne uma percepção afetiva – um sentimento – resultante do contato do ser com o mundo dos valores. A valoração afetiva, proveniente das vivências dos moradores sobre o bem tombado, torna-o mais do que um imóvel congelado: um patrimônio cultural. Assim, a patrimonialização do festejo não se reduz ao ato oficial ou à data comemorativa, mas se sustenta na afetividade e na experiência viva da comunidade ribamarense.

Esse reconhecimento possui um relevante significado, pois protege as manifestações culturais e religiosas de São José de Ribamar. Ao se tornar Patrimônio

Cultural Imaterial do Maranhão, o festejo ganha maior visibilidade e apoio institucional, podendo garantir a preservação e expansão de suas tradições. Esse suporte é essencial para um evento composto por missas, procissões, romarias, apresentações culturais e feiras, pois transformam a cidade em centro de peregrinação durante o mês de setembro. Em particular, destaca-se a Grande Romaria, que atrai diversos fiéis, e reafirma o papel do santuário como centro espiritual e cultural.

Além de reforçar o sentimento de identidade local, o título impulsiona o turismo religioso, fundamental para a economia da cidade. São José de Ribamar já atrai visitantes interessados em conhecer a história do santo padroeiro, participar das romarias e explorar o patrimônio cultural da cidade. Consequentemente, o reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial torna o festejo mais atrativo a turistas de outras regiões e até do exterior. O impacto no turismo local contribui para o desenvolvimento econômico, geração de empregos e fortalecimento cultural.

Culturalmente, a patrimonialização reafirma o compromisso do Maranhão em preservar e valorizar sua diversidade. O festejo de São José de Ribamar simboliza a cultura popular maranhense, mesclando fé, arte, história e tradição em um evento único, perpetuando vivências de gerações.

Segundo Rus (2015), na base de todo patrimônio cultural está a experiência viva de um povo que se organiza, se estrutura e se manifesta por meio dos bens culturais, sendo o patrimônio uma sedimentação de experiências humanas fundadoras que se objetivam em obras. Com a nova designação, a cidade ganha ainda mais notoriedade, e a história de São José de Ribamar é elevada ao status de bem cultural, trazendo orgulho à comunidade e incentivando a continuidade das tradições.

O reconhecimento do festejo de São José de Ribamar como Patrimônio Cultural Imaterial impõe desafios e responsabilidades às autoridades locais e estaduais. É essencial assegurar condições que preservem a autenticidade e segurança das práticas religiosas e culturais. Para isso, são necessárias melhorias na infraestrutura para acolher visitantes, apoio às manifestações culturais e a conservação dos espaços do Complexo do Santuário de São José de Ribamar, incluindo o Monumento a São José, a Casa das Velas e a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes.

Assim, o dia 7 de maio de 2024 marca um feito histórico para a cidade de São José de Ribamar e um compromisso renovado com o futuro, onde fé, cultura e identidade local são protegidas para gerações futuras. É um momento que celebra as raízes do povo

ribamarense, reforça o orgulho cultural e espiritual e projeta a cidade como um dos polos mais relevantes do turismo religioso no Brasil.

3.3 A propósito do turismo religioso: interpretação de discursos no festejo de 2024

Para o município de São José de Ribamar, a patrimonialização do festejo representa um processo fundamental de reconhecimento. Como aponta Veloso (2006), o patrimônio cultural não é um bem qualquer: sua densidade simbólica diferenciada e sua singularidade derivam justamente do resultado de atividades coletivas e públicas. No cenário brasileiro, essa noção de patrimonialização se intensifica quando associada ao turismo religioso, cenário no qual celebrações e práticas religiosas entrelaçam indissociavelmente à cultura local.

O festejo de São José de Ribamar de 2024 foi o primeiro realizado após a titulação oficial, trazendo consigo novas expectativas para a celebração — expectativas que giravam em torno do fortalecimento da economia local, do incremento do turismo e de uma maior movimentação cultural na região. Contudo, à medida que se aproximava o período do evento, tornou-se cada vez mais perceptível que essas expectativas não seriam plenamente alcançadas.

O festejo de São José de Ribamar começou a ser divulgado no dia 23 de julho com o tema "Santuário: Lugar do Encontro, da Palavra e da Fração do Pão". Essa divulgação teve como principal destaque a identidade visual criada para o festejo, algo mais organizado e visualmente mais bonito em comparação aos anos anteriores. A identidade visual do festejo foi a primeira e a mais notória diferença percebida em relação aos anos anteriores. No entanto, ao longo do mês de setembro, ficou evidente que o Santuário, de forma geral, incluindo o clero e os fiéis, não conseguiu montar uma programação capaz de atrair os turistas.

É importante destacar que, desde a entrada da cidade até a chegada ao Santuário, placas de sinalização e peças publicitárias foram instaladas nos postes da avenida principal, enfatizando a nova condição do festejo como Patrimônio Cultural Imaterial. Entretanto, a programação cultural e de lazer organizada pelo clero e pelas comissões locais demonstrou limitações para atrair turistas de fora do circuito devocional tradicional. As atrações culturais seguiam um padrão: as apresentações aconteciam às sextas, sábados e domingos, nas escadarias do Santuário após o término da última celebração litúrgica diária.

Durante os dias da semana, o festejo baseava-se apenas em celebrações religiosas. A divulgação dessas atrações era realizada nas redes sociais apenas poucas horas antes dos shows. Em sua maioria, o corpo artístico foi composto por músicos vinculados às pastorais do próprio Santuário, com restrita projeção regional.

No decorrer do festejo, as procissões e as romarias locais contaram com o acompanhamento de carros de som custeados pelo chefe do executivo municipal. Essa interferência político-partidária gerou prejuízos operacionais à festividade; no encerramento do festejo, a procissão principal sofreu um atraso considerável devido à retenção do veículo de som em agendas políticas externas do candidato.

Ademais, observou-se que a temática da patrimonialização foi pouco explorada pelo clero durante as homilias e os atos litúrgicos, ficando restrita a breves menções proferidas pelo reitor. Em contraste, a comunidade comenta frequentemente sobre a falta de organização e estrutura para um festejo que é reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.

As críticas variam desde problemas de resolução até questões mais complexas. Registrou-se descontentamento quanto ao descumprimento dos horários previstos para as romarias – com exceção da romaria originária do bairro Cohab (São Luís), que cumpriu o cronograma – e, principalmente, relacionado à escassez e à demora das linhas de transporte coletivo que interligam a Capital ao município de São José de Ribamar durante os dias de maior fluxo de fiéis.

O festejo de São José de Ribamar de 2024 foi um marco importante para a cidade, para o Santuário, para a prefeitura e para o Governo do Estado pela oficialização do festejo como Patrimônio Cultural Imaterial. No entanto, por ora, surtiram poucos efeitos com a aquisição do título em tela. Pelo que é possível aferir, as pessoas esperavam mudanças infraestruturais mais significativas.

Segundo Di Méo (2014), há uma dupla relação entre a patrimonialização do espaço e a espacialização do patrimônio, relação esta que não é fixa ao longo do tempo. Patrimônio e território passam por processos de produção que ora acontecem de forma integrada, ora de maneira separada. Nas formas pré-modernas de patrimônio, por exemplo, ele se construía majoritariamente no interior do próprio grupo social de base, como a família ou linhagem, e permanecia confinado aos limites territoriais da localidade.

A realidade observada em São José de Ribamar, contudo, é justamente a oposta dessa lógica integrada. A patrimonialização ocorreu de maneira superficial, impulsionada

por agentes institucionais, como o Governo do Estado, a Igreja e a Prefeitura, sem que necessariamente tenha emergido das vivências cotidianas da comunidade ou de uma reorganização efetiva do território.

Se quiséssemos nos precipitar, diríamos que o título de patrimônio foi concedido, mas o espaço sagrado permaneceu estruturalmente o mesmo, com falhas de organização, ausência de infraestrutura turística, apropriação política das procissões e pouca participação efetiva do clero na ressignificação do festejo. Em todo caso, é preciso ficar atento com as próximas mobilizações em tal sentido.

Com efeito, é importante que haja um alinhamento entre os poderes para que o festejo seja organizado de maneira efetiva e traga novos investimentos e turistas para a cidade. Conforme adverte Cruz (2012), o consumo dos bens patrimonializados pelo turismo desdobra-se em fonte de renda para sua manutenção, constituindo-se, portanto, uma relação de mútua dependência entre a prática turística e o bem a ser preservado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o processo de patrimonialização do festejo de São José de Ribamar é essencial para a valorização cultural, preservação das tradições e o fortalecimento da identidade da cidade-santuário. Essa iniciativa não apenas reforça a conexão histórica e espiritual da população local com sua herança cultural, mas também viabiliza novas possibilidades de desenvolvimento turístico e social para a cidade.

Tal reconhecimento expressa a importância de práticas como a Grande Romaria e as celebrações religiosas no fortalecimento da identidade local. Essas manifestações, carregadas de simbolismo e memória coletiva, atuam como elo entre o passado histórico e as vivências contemporâneas de devoção e do turismo. A "lenda de São José" e as práticas culturais associadas ao festejo enriquecem a compreensão do patrimônio como algo dinâmico e significativo, capaz de conectar diferentes gerações.

O Santuário e os patrimônios materiais e imateriais associados ao festejo criam um ambiente propício para experiências religiosas, culturais e históricas, ampliando a relevância da cidade no cenário estadual. No entanto, o aumento do fluxo de visitantes apresenta desafios relacionados à infraestrutura, acessibilidade e políticas públicas adequadas para sustentar o turismo religioso de forma inclusiva.

Complementarmente, novos marcos regulatórios devem ser incorporados ao planejamento do território devocional. É o caso do que ocorreu com a Lei Estadual nº

12.359/2024, que denominou como "Caminho de São José de Ribamar, Padroeiro do Maranhão" o trecho da rodovia MA-201 que conecta a capital à cidade de Ribamar, e da Lei Estadual nº 12.429/2024, que ratifica oficialmente São José de Ribamar como o Padroeiro do Maranhão. Em conjunto, essas normativas recentes reforçam a escala estadual do geossantuário em tela.

Este trabalho aponta para as necessidades que devem ser problematizadas na relação da Igreja com o poder público e a comunidade local. Investimentos na preservação do patrimônio, melhorias na infraestrutura e estratégias de divulgação são essenciais para que o festejo continue a ser um motor de desenvolvimento econômico e cultural. Além disso, a sensibilização da população sobre o valor do patrimônio contribui para a sua proteção e para a promoção de um turismo responsável.

Assim, a patrimonialização do festejo de São José de Ribamar revela-se como um processo que transcende o mero reconhecimento institucional de uma prática cultural, ao demandar uma reflexão aprofundada sobre as interseções entre memória coletiva, identidade, turismo e religião no contexto maranhense. O presente trabalho inscreve-se como uma contribuição a esse debate, sem pretensão de exaurir suas múltiplas possibilidades interpretativas.

Destaca-se, portanto, a necessidade de um contínuo diálogo crítico com os *achados* aqui apresentados. Convida-se o leitor a ampliar e problematizar as questões levantadas, potencializando, com novos olhares, a interpretação sobre a cidade de São José de Ribamar como polo cultural e religioso no Maranhão.

REFERÊNCIAS

BERENSTEIN JACQUES, Paola. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, América do Norte, v. 6, dez. 2008.

CLAVAL, Paul. **Terra dos homens:** a geografia. Tradução: Domitila Madureira. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, Thais Fernandes Lima da. **A cidade-santuário São José de Ribamar, Maranhão**: conexões históricas, geográficas e artísticas. 2022. 80 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.

DA CRUZ, Rita de Cássia Ariza. "Patrimonialização do Patrimônio": ensaio sobre a relação entre turismo, "patrimônio cultural" e produção do espaço. **GEOUSP – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 16, n. 2, p. 95-104, 2012.

DI MÉO, Guy. Processos de patrimonialização e construção de territórios. **Geosaberes**: Revista de Estudos Geoeducacionais, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 3-23, 2014.

FREIRE, Janaína Maria. Patrimônio(s) cultura(is): abordagens fenomenológicas para estudos de patrimonialização. **PatryTer –** Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, Brasília, v. 2, n. 4, p. 83-99, 2019.

MARANHÃO. **Lei nº 10.514, de 5 de outubro de 2016**. Dispõe sobre a Proteção de Bens Culturais de Natureza Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial do Maranhão, São Luís, 6 out. 2016. Disponível em: https://legislacao.al.ma.leg.br/ged/busca.html?dswid=-1773. Acesso: 26 nov. 2024.

MELO, João Baptista Ferreira de. Simbólicas Datas. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Temas e Caminhos da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010. p. 261-276.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fani Alessandri, CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 88-99..

PAES, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e o espaço. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

RUS, Andreas. **Patrimônio cultural e memória social**. Tradução de Maria Letícia Mazzucchi Ferreira. São Paulo: Edusp, 2015.

SILVA, Antônio Francisco da. Patrimônio cultural e paisagem em sua significação espacial. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 5, n. 2, p. 19-29, 2015. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/691. Acesso em: 8 out. 2025.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London: Routledge, 2007.

VELOSO, Mariza. O Fetiche do Patrimônio. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 437-454, jan./jun. 2006.

CONFLITOS E CONTRADIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA RESERVA BIOLÓGICA DO GURUPI, MARANHÃO, BRASIL

Juciana da Conceição Birino de Souza
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
Jucianasouza16@gmail.com

Swanni Tatiana Alvarado
Universidad Nacional de Colombia
swanni_ta@yahoo.es

Silas Nogueira de Melo
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
silasmelo@professor.uema.br

1. INTRODUÇÃO

A Reserva Biológica do Gurupi (REBIO) constitui um dos territórios mais tensionados pelas dinâmicas econômicas, fundiárias e ambientais do país. Embora tenha sido criada sob a lógica preservacionista dos "espaços naturais vazios" (Diegues, 2008), visão articulada e sustentada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), sua realidade revela um espaço marcado por disputas e tensões pelo uso do território, contrapondo-se ao modelo tradicional de preservação que pressupõe a ausência humana nas Áreas Protegidas.

Historicamente, a REBIO tem sido marcada por intensas pressões antrópicas associadas às frentes de ocupação, à exploração madeireira e à expansão de atividades agropecuárias. Esses processos, além de impactarem os ecossistemas locais, também aprofundam conflitos entre instituições ambientais e diferentes segmentos da sociedade civil. Como observa Burnett (2024), tais tensões revelam contradições inerentes às estratégias neoextrativistas que se expandem no território maranhense desde meados da década de 1930.

Essas contradições estão inseridas na própria lógica da produção capitalista, que cria mecanismos de controle e ordenamento social (Barros e Silveira, 2010), ao mesmo tempo em que produz desigualdades sociais. Nesse contexto, a divergência entre distintos usos da terra culmina em conflitos socioambientais. Para Porto-Gonçalves (2006), esses conflitos ultrapassam a mera disputa por bens naturais, configurando-se como embates entre projetos divergentes do território, confrontando com a lógica da acumulação, as territorialidades orientadas pela justiça ambiental e pelo direito dos povos à existência digna.

Segundo Barreto e Quinto Jr. (2012), os conflitos socioambientais são compreendidos como a sobreposição de interesses públicos e privados, que se materializam em múltiplos usos dos recursos naturais. Além disso, Adams e Hutton (2007) destacam que os modelos de proteção integral baseiam-se na exclusão de populações humanas e na concepção da natureza como estática, por vezes alinhada às demandas capitalistas e que se mostram insuficientes quando implementados a territórios de ocupação consolidada (Murphy, 1994).

Nesse contexto, observa-se um cenário marcado pela multiplicidade de conflitos ocasionados pelo desmatamento e as queimadas dentro e no entorno da Reserva Biológica do Gurupi. Trata-se de uma dinâmica que exige análises capazes de superar abordagens estritamente quantitativas, demandando de uma perspectiva integrativa que articule dados

oficiais, literatura crítica e evidências empíricas derivadas das experiências de atores diretamente envolvidos na área.

Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho[15] é analisar como o desmatamento e as queimadas intensificam os conflitos socioambientais na Reserva Biológica do Gurupi. Busca-se compreender como os conflitos socioambientais atravessam o debate preservacionista e os limites de sua aplicação em uma UC com inúmeras complexidades.

O trabalho organiza-se em uma seção introdutória, na qual são apresentados a problemática e os objetivos da pesquisa, seguida pela descrição dos procedimentos metodológicos. Na sequência, expõem-se os resultados, articulando dados qualitativos e suas respectivas análises, bem como as discussões acerca dos conflitos e das contradições identificadas ao longo do desenvolvimento do estudo.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender as contradições inerentes a uma área legalmente protegida, contribuindo com subsídios para o debate sobre a gestão da reserva. Além disso, busca-se ampliar a reflexão crítica acerca de um modelo preservacionista que, no contexto da Amazônia Maranhense, frequentemente se mostra controverso e excludente.

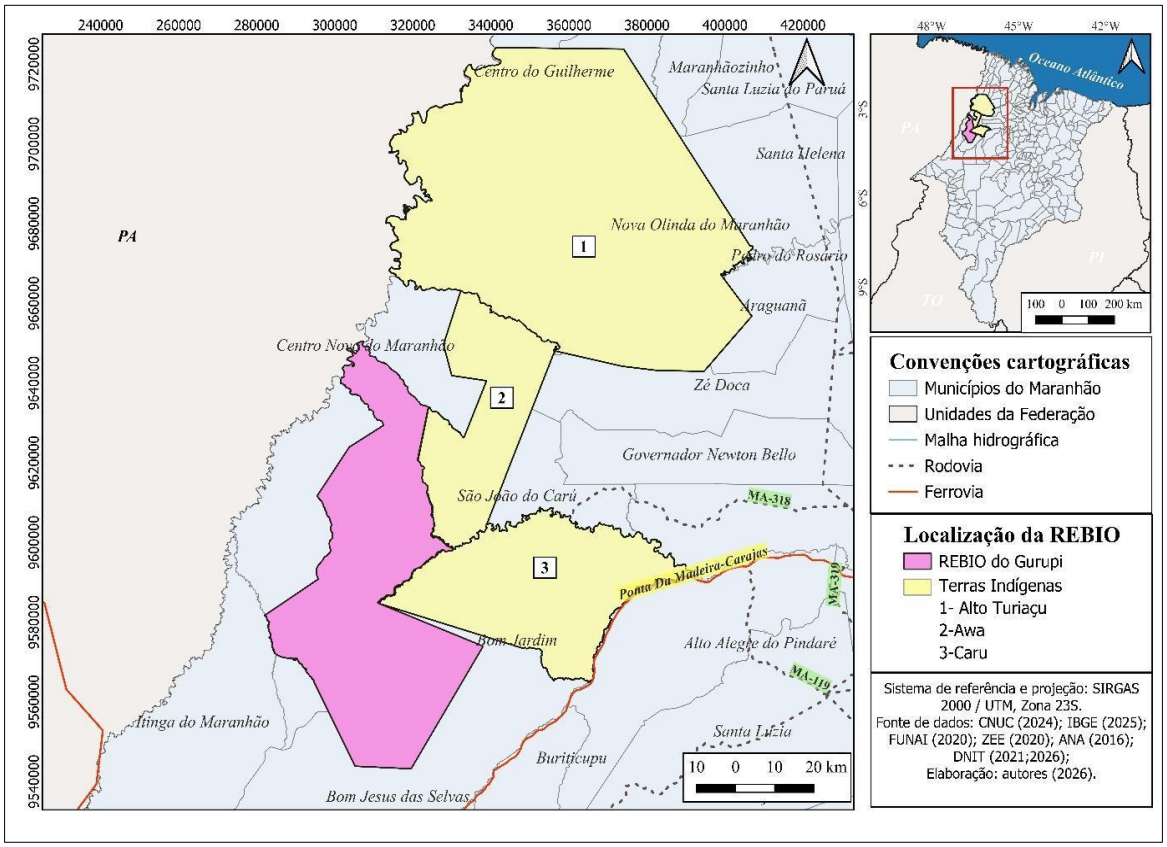
2. METODOLOGIA

A área de estudo corresponde à Reserva Biológica do Gurupi (REBIO), uma Unidade de Conservação de Proteção Integral localizada no noroeste do Estado do Maranhão, inserida no bioma Amazônia. A REBIO possui aproximadamente 271.491,39 hectares e abrange partes dos municípios de Centro Novo do Maranhão, Bom Jardim e São João do Caru.

Segundo De Hessel e Lisboa (2015), a unidade está situada próxima às Terras Indígenas Awá, Caru e Alto Rio Turiaçu. Em conjunto com a REBIO, essas áreas configuram um dos mais extensos remanescentes florestais contínuos da região, desempenhando papel essencial na conservação da biodiversidade amazônica (**Figura 1**).

[15] Esta pesquisa integra os resultados da dissertação da primeira autora, intitulada "Uso e cobertura da terra com incidência de queimadas na Reserva Biológica do Gurupi entre os anos de 1985 e 2020", defendida em 2024 pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão.

Figura 1 - Localização da Reserva Biológica do Gurupi e das Terras Indígenas



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A pesquisa foi estruturada em três etapas complementares: (i) gabinete; (ii) entrevistas; e (iii) trabalho de campo. Durante as atividades de gabinete, realizou-se a revisão bibliográfica e documental, com levantamento sistemático de artigos científicos, livros, dissertações, teses e relatórios técnicos em bases como CAPES, Google Acadêmico, SciELO, Scopus, ScienceDirect e ResearchGate.

Nessa fase, foram utilizados dados de uso e cobertura da terra da Coleção 8 do MapBiomas (1985–2020), disponibilizados para todo o território brasileiro por meio da plataforma *Google Earth Engine* (GEE). Os mosaicos anuais, derivados de imagens da série *Landsat*, foram acessados via GEE e exportados com o auxílio do plugin *Toolkit*. O processamento geográfico e vetorial foi conduzido nos softwares QGIS (v. 3.24) e ArcMap (v. 10.5). A produção de gráficos, quadros e tabelas foi realizada no Microsoft Excel e no Word.

A análise das dinâmicas de uso e cobertura da terra foi feita por meio da álgebra de mapas no ArcMap, utilizando os rasters anuais do MapBiomas. Inicialmente, os arquivos foram organizados em pares temporais quinquenais (1985–1990; 1990–1995; 1995–2000;

2000–2005; 2005–2010; 2015–2020), para comparação interdecenal. A partir da combinação das camadas raster e da análise quantitativa de pixels, foram geradas novas classificações de transformação da cobertura vegetal.

Por conseguinte, elaborou-se a reclassificação das classes originais para a identificação de duas categorias analíticas principais: Desmatamento e Regeneração. Considerou-se como desmatamento a conversão de áreas previamente classificadas como Formação Florestal para classes de Pastagem ou Agricultura no período subsequente. A categoria Regeneração correspondeu às áreas classificadas como Floresta Secundária. Após a reclassificação, as camadas foram unificadas, com redução do número de classes, de modo a manter compatibilidade com as tipologias da Coleção 8.

A quantificação espacial baseou-se no cálculo do número de pixels (resolução de 30 x 30 m, equivalente a 900 m² ou 0,0009 km² por pixel), determinando a representatividade percentual de cada classe em relação à área total da reserva. As porcentagens de cada classe foram calculadas pela razão entre a área de cada uso ou cobertura (em km²) e a área total analisada, multiplicando-se o resultado por 100.

Os dados de queimadas foram obtidos da Coleção 2 do MapBiomas Fogo. Utilizando linguagem Python integrada ao GEE, reclassificaram-se as áreas queimadas em matrizes binárias (0 = não queimado; 1 = queimado) para os intervalos de 1985 a 2020. A sobreposição por álgebra de mapas entre o uso do solo e as cicatrizes de fogo permitiu quantificar a frequência e a distribuição espacial dos incêndios florestais sobre as transições de vegetação.

A Álgebra de Mapas foi realizada por meio da multiplicação dos rasters de transformação de uso e cobertura da Terra pelos rasters anuais de queimadas, gerando um raster resultante com os pixels correspondentes às classes que sofreram queima ao longo da série temporal analisada. O processamento dos arquivos raster e vetoriais foi realizado nos softwares QGIS (versão 3.24) e ArcMap (versão 10.5), enquanto a elaboração de gráficos, quadros e tabelas foi feita no Microsoft Excel e no Word.

Conduzidas entre abril e maio de 2023 com representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), das Secretarias Municipais de Meio Ambiente (SEMAs) dos municípios abrangidos pela REBIO e sua zona de amortecimento, além de moradores assentados que vivem no interior da unidade. Para garantir o sigilo dos nomes dos participantes[16], todos assinaram o Termo de Consentimento

[16] Quando citados, foram identificados por A e B.

Livre e Esclarecido (TCLE), emitido pela PPGeo, autorizando o uso das informações e esclarecendo os objetivos da pesquisa.

As visitas de campo foram realizadas em abril e setembro de 2023, tanto no interior da Reserva Biológica quanto em sua zona de amortecimento, mediante autorização do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) e com apoio da equipe técnica do ICMBIO. O objetivo principal foi verificar, em campo, os levantamentos produzidos a partir dos dados do MapBiomas, utilizando o aplicativo QField e registros fotográficos para reconhecimento detalhado da área.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

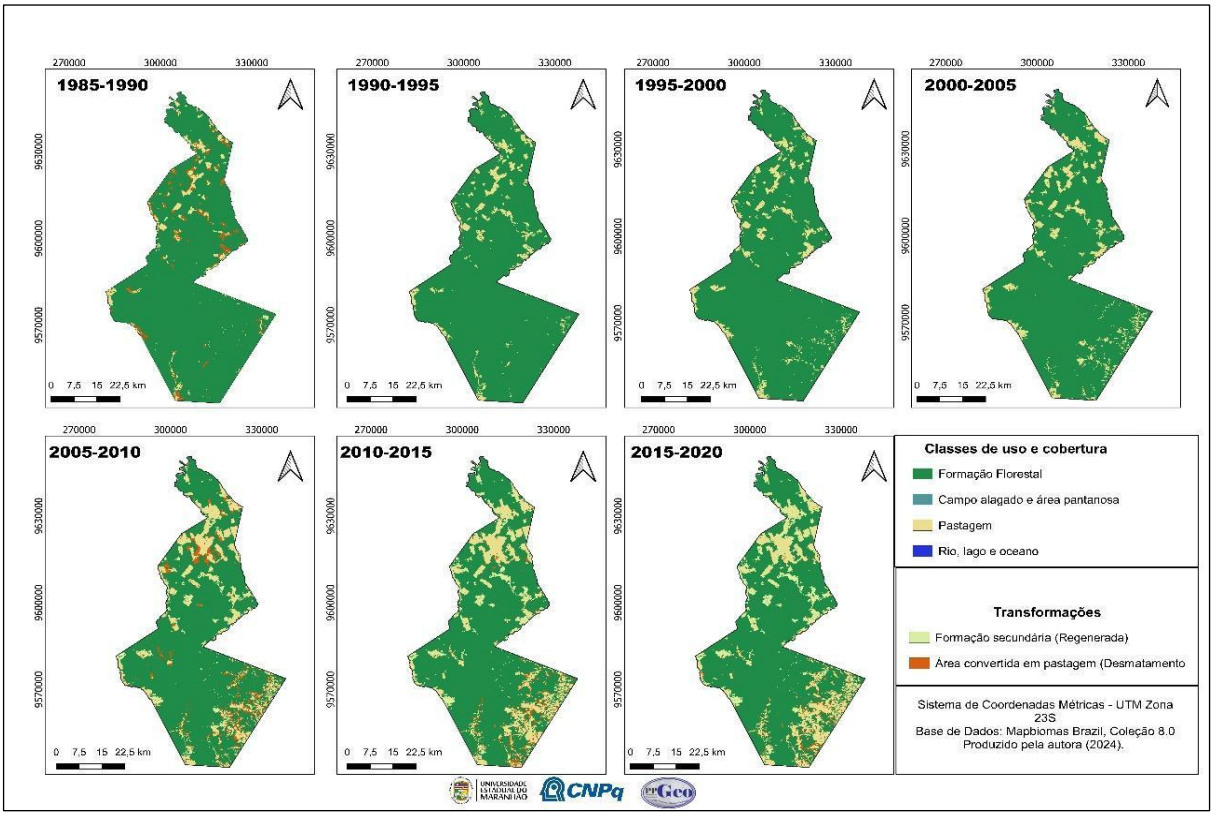
A análise temporal dos dados da Coleção 8 do MapBiomas (1985–2020) evidencia um intenso processo de degradação da cobertura florestal na Reserva Biológica do Gurupi. A classe Formação Florestal apresentou uma redução contínua de 92,48% em 1985 para 76,2% em 2020. O intervalo de maior perda florestal concentrou-se entre os anos de 2000 e 2005, período no qual a cobertura nativa sofreu um decréscimo de aproximadamente 5,20%.

No mesmo período, as áreas que permaneceram como Pastagem cresceram de forma progressiva, aumentando de 3,45% em 1985 para 13,03% em 2020, revelando a ampliação das atividades agropecuárias. A conversão de Floresta para Pastagem variou ao longo das décadas, atingindo o pico de 5,80% entre 2000 e 2005, e recuando para 2,11% em 2020.

Em contrapartida, a Regeneração (conversão de Pastagem para Floresta) apresentou tendência oposta ao desmatamento, subindo de 0,88% em 1985 para 8,61% em 2020. O avanço foi mais expressivo após 2010, quando o percentual dobrou. Esses processos de recuperação ocorreram principalmente em áreas anteriormente degradadas ou queimadas, concentradas próximas a regiões de Pastagem, concentrando-se nas porções norte e oeste, nos municípios de Centro Novo do Maranhão e Bom Jardim.

As demais classes mapeadas (Formação Savânica, Formação Campestre, Silvicultura e Outras Lavouras Temporárias) mantiveram participação inferior a 1% ao longo de todo o período, como mostra a **Figura 2** e a **Tabela 1**.

Figura 2 - Transformação dos usos e da cobertura da Terra na Reserva Biológica do Gurupi de 1985 a 2020



Fonte: Reprodução da pesquisa (2023).

Tabela 1 - Porcentagem das classes de transformações na Reserva Biológica do Gurupi entre 1985 e 2020

Classe	1985-1990	1990-1995	1995-2000	2000-2005	2005-2010	2010-2015	2015-2020
Formação Florestal	92,48%	90,8%	88,59%	83,39%	79,29%	77,09%	76,2%
Campos	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Pastagem	3,45%	5,66%	7,05%	9,05%	12,93%	14,45%	13,03%
Rios, lagos e oceanos	0%	0,03%	0,03%	0,04%	0,04%	0,04	0,04%
Regeneração	0,88%	0,97%	0,61%	1,71%	3,29%	(5,83	8,61%
Desmatamento	3,18%,	2,54%	3,72%	5,80%	4,44%	2,58%	2,11%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

As queimadas no interior da REBIO do Gurupi ocorreram de forma pontual entre 1985 e 2020, atingindo pequenas áreas espalhadas pela unidade, enquanto a maior parte da reserva permaneceu sem registros significativos. Nesse intervalo, a Formação Florestal registrou a menor incidência acumulada de queimadas (0,01%), seguida por Regeneração (0,04%) e Pastagem (0,03%), embora áreas que passaram por desmatamento também tenham sido afetadas.

Entre 1990 e 2010, observaram-se oscilações: nos primeiros anos, ocorreu um aumento das queimadas na Formação Florestal e na Pastagem, enquanto a Regeneração apresentou redução temporária. Entre 2000 e 2005, a Formação Florestal foi a mais atingida pelo fogo, seguida por Pastagem e Desmatamento, ainda que mais de 98% da reserva permanecesse sem registros de queima. No período seguinte, de 2005 a 2010, verificou-se queda na incidência de fogo, acompanhada de um pequeno crescimento nas áreas não afetadas.

O período de 2010 a 2015 concentrou a maior ocorrência de queimadas, sobretudo na Formação Florestal (6,48%) e na Pastagem (4,52%), com aumento também em áreas em Regeneração e em processo de desmatamento. Contudo, entre 2015 e 2020, observou-se uma forte redução, com cerca de 99,8% da área da reserva sem queimadas, indicando um cenário de recuperação.

De modo geral, embora pontuais, as queimadas impactaram mais intensamente a Formação Florestal em momentos específicos, evidenciando a dinâmica temporal e espacial do fogo na REBIO do Gurupi. A Tabela 2 detalha a porcentagem das queimadas por classes de transição.

Tabela 2 - Classes e porcentagem de queimadas nas classes de transição entre 1985 e 2020

CLASSES	1985-1990	1990-1995	1995-2000	2000-2005	2005-2010	2010-2015	2015-2020
Sem queima	99,92%	99,40%	98,95%	98,03%	98,68%	87,43%	99,8%
Formação Florestal	0,01%	0,25%	0,39%	0,73%	0,31%	6,48%	0,04%
Pastagem	0,03%	0,22%	0,32%	0,52%	0,60%	4,52%	0,11%
Regeneração	0,00%	0,01%	0,00%	0,04%	0,04%	0,73%	0,01%
Desmatamento	0,44%	0,11%	0,33%	0,68%	0,37%	0,84%	0,04%

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Os resultados obtidos permitem compreender a complexidade que caracteriza a REBIO do Gurupi e seu entorno. Trata-se de um território tensionado no qual políticas de proteção integral coexistem com formas históricas de ocupação e com estruturas socioeconômicas que não se alinham à lógica preservacionista. Assim, a conservação deixa de ser apenas um objetivo ecológico e passa a configurar uma disputa territorial, na qual diversos agentes reivindicam usos, direitos e permanências (Souza, 2024).

Os relatos obtidos em campo indicam que o desmatamento teve início ainda anterior a 1985, sobretudo ao longo das margens dos rios. Para eles, o uso sistemático do fogo para a limpeza dessas áreas contribuiu para redução da cobertura florestal e favoreceu sua conversão para outros usos.

Embora a fiscalização ambiental tenha tornado o desmatamento no interior da reserva mais controlado nos últimos anos, suas bordas continuam submetidas a forte pressão, com retirada de madeira e queima de áreas para fins de produção agropecuária. A Figura 3A apresenta registros de desmatamento e queimada para preparação do solo, enquanto a Figura 3B corresponde à colheita de milho e arroz. Verificou-se que ambos foram encontrados durante o trabalho de campo na borda da REBIO do Gurupi.

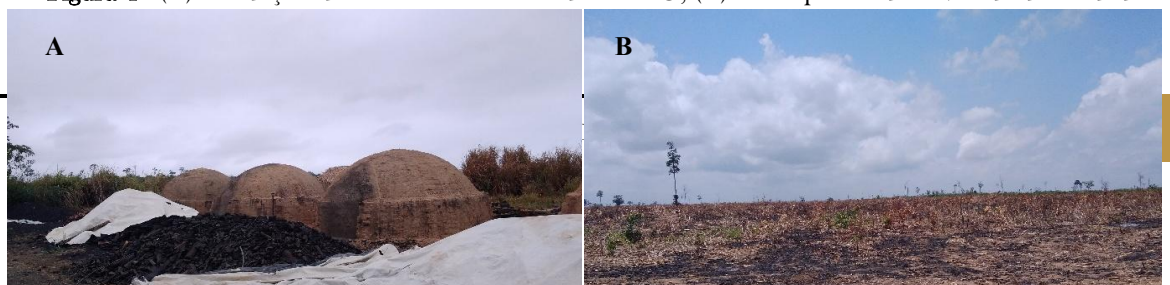
Figura 3 - (A) Registro da área de plantação de soja próximo à REBIO; (B) Campo de preparo e colheita de milho e arroz na borda da unidade



Fonte: Reprodução da pesquisa (2023).

Os relatos também apontaram que as principais atividades na UC, ligadas ao desmatamento e às queimadas, relacionam-se à extração de madeira, à produção de carvão (no entorno) e à abertura de áreas para agropecuária. A Figura 4 apresenta, à direita, o registro de uma área produtora de carvão mineral (A) e, à esquerda, uma área de queimada no entorno da UC (B).

Figura 4 - (A) Produção de carvão no entorno da REBIO; (B) Área queimada na borda da unidade



Fonte: Reprodução da pesquisa (2023)

As entrevistas reforçam que o desmatamento ao longo dos anos esteve profundamente ligado à exploração madeireira, que por décadas estruturou a economia regional. De acordo com o Entrevistado A, essa atividade abastecia mercados de cidades como São Luís e Teresina, além de atender a destinos internacionais, movimentando dezenas de madeireiras sediadas em municípios vizinhos, entre eles Buriticupu, Bom Jesus das Selvas e Santa Luzia. Isso demonstra que a pressão exercida sobre a reserva integrava um circuito regional de extração e não apenas ações ocorridas dentro de seus limites.

O Entrevistado B ressalta que o município de Itinga do Maranhão foi fundamental na rota da madeira entre as décadas de 1980 e 1990, período marcado por intensa extração, atualmente quase inexistente. Ele afirma que o município respeita a zona de amortecimento de 10 km, embora avalie que sua ampliação seria importante para fortalecer a proteção da REBIO. O entrevistado destaca que a dinâmica atual sofreu reconfigurações: a dependência de matéria-prima migrou gradativamente para fontes externas, provenientes sobretudo de municípios do estado do Pará.

Considerando os relatos, observa-se que a dinâmica histórica da REBIO do Gurupi expõe uma complexidade estrutural entre políticas de proteção integral de áreas protegidas e atividades socioeconômicas consolidadas muito antes da criação da área. Os dados obtidos pelo MapBiomas combinados ao discurso dos sujeitos evidenciam que o desmatamento e a extração de madeira formam a base econômica regional do noroeste maranhense, reproduzindo uma configuração típica das frentes da expansão ocorrida por toda a Amazônia brasileira, como menciona Becker (2004).

Evidencia-se, assim, que os conflitos, principalmente no entorno da Reserva Biológica do Gurupi, materializam-se na tensão entre o modelo preservacionista instituído pelas legislações ambientais e as práticas históricas de ocupação, exploração madeireira e expansão agropecuária no território. Nesse sentido, os conflitos na área não se restringem

somente à disputa por recursos naturais, mas envolve embates entre distintas racionalidades onde, de um lado, predomina-se a lógica da acumulação; de outro, as formas de ocupação e a reprodução social.

A contradição socioambiental revela-se no descompasso estrutural, ou seja, na incompatibilidade interna entre princípios normativos e dinâmicas materiais. No caso analisado, essa contradição evidencia-se à medida em que a unidade foi criada sob a concepção de espaço intocável integralmente, conforme aponta legislação do SNUC, mas em um contexto de território historicamente com diversos circuitos econômicos regionais, marcados pelo desmatamento e as queimadas. Essa incoerência também se manifesta na própria lógica capitalista que, ao mesmo tempo, estabelece mecanismos de controle ambiental, impulsionando a expansão de atividades antrópicas.

Esse cenário revela, ainda, a tensão entre modelos de conservação e usos efetivos do território (Diegues, 2008), uma vez que muitas Unidades de Conservação são implantadas sobre áreas já ocupadas, gerando disputas entre diferentes agentes sociais.

No caso da REBIO do Gurupi, observa-se uma situação contrastante: enquanto o interior da unidade apresenta, atualmente, menor pressão, sua zona de amortecimento permanece marcada por conflitos associados à extração de madeira, ao uso do fogo e a outras práticas que frequentemente confrontam a legislação vigente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises revelam que a REBIO do Gurupi apresenta inúmeras contradições entre a função para a qual foi criada e as pressões antrópicas que ocorrem há anos sobre seu interior e entorno. Tais pressões são impulsionadas por projetos econômicos que intensificam ainda mais os conflitos socioambientais.

Nesse sentido, esta pesquisa evidencia a necessidade de enfrentar esses conflitos como forma de contribuir para a efetividade da unidade, fortalecer a proteção ambiental e ampliar as discussões sobre o preservacionismo na Amazônia Maranhense.

REFERÊNCIAS

ADAMS, William M.; HUTTON, Jon M. Pessoas, parques e pobreza: ecologia política e conservação da biodiversidade. **Conservação e Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 147-183, 2007.

BARRETO, Nina Maria de Souza; QUINTO JUNIOR, Luiz de Pinedo. A (re)produção do espaço capitalista nas áreas de grandes empreendimentos: uma análise comparativa entre os conflitos socioambientais nos Complexos Portuários do Açu e de Suape. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, p. 57–67, 2013. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/boletim/article/view/2177-4560.20120004.. Acesso em: 02 out. 2025.

BARROS, André Paulo de; SILVEIRA, Karla Augusta. **A produção do espaço rural-urbano e seus rebatimentos nos conflitos socioambientais na área de Suape, Pernambuco-Brasil**. Cadernos CERU, v. 21, n. 1, p. 163-179, 2010.

BECKER, Bertha Koiffmann. A Amazônia e a política ambiental brasileira. **Geographia**: Revista de Pós-Graduação em Geografia da UFF, ano 6, n. 11, p. 7-20, 2004.

BURNETT, Frederico Lago. O cativeiro da terra e do trabalho: política neoextrativista e planejamento em São Luís, Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 26, p. e202415pt, 2024.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

HESSEL, Fabiana de Oliveira; LISBOA, Evane Alves. Mapa do estado de conservação da Reserva Biológica do Gurupi: identificação das áreas conservadas e das áreas antropizadas. In: **Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR**, 17., 2015, João Pessoa. Anais. João Pessoa: INPE, 2015.

MURPHY, Raymond. **Rationality and nature:** a sociological inquiry into a changing relationship. 1. ed. London: Routledge, 1994. Disponível em: https://doi.org/10.4324/9780429493195. Acesso em: 29 set. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, p. 5-26, 2006.

SOUZA, Juciana da Conceição Birino de. **Uso e cobertura da terra com incidência de queimadas na Reserva Biológica do Gurupi entre os anos de 1985 a 2020**. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2024.

ESPACIALIZAÇÃO DA TITULAÇÃO DE TERRAS DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUÍS (RMGSL), REFERENTE A ESCALA TEMPORAL DE 2022 A 2025

Laécio da Silva Dutra
Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA
laeciodutra@hotmail.com

Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
wasti_uema@yahoo.com.br

Rosany Maria Cunha Aranha
Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA
rosanyaranha@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa abrange a escala temporal de 2022 a 2025. No que se refere à região, é importante mencionar que a área em estudo pode ser considerada uma aglomeração urbana, ao ser definida como uma junção ou articulação de centros urbanos que se dá a partir da continuidade territorial do tecido urbano e das interações espaciais que integram as cidades.

Diante da temática, abordaram-se os seguintes aspectos: levantamento e mapeamento da quantidade de títulos e área regularizada da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGS), diferenciando-os entre Títulos Rurais, Urbanos e Reurb, no período de 2022 a 2025; criação de boletim informativo e mapa, com dados quadrimestrais de titulação de terras de 2025, especificando Títulos Rurais e Urbanos, Reurb; análise das glebas estaduais da região entre 2022 e 2025; e a configuração do território maranhense por meio da titulação de terras.

A metodologia desenvolveu-se por meio de estudo de caso, compreendendo: o delineamento da pesquisa, a coleta e a análise dos dados, e a exploração das informações. Utilizou-se o QGIS para mapear o território onde já houve regularização fundiária. Considerou-se a possibilidade de ser implantada a espacialização da Titulação de Terras, em todas as regiões do Maranhão, o que implica em uma melhor gestão do território.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A delimitação da área de estudo, como RMGSL - Região Metropolitana da Grande São Luís, segundo Ferreira (2017), pauta-se nas seguintes leis: Lei Complementar Estadual (LCE) nº 038/1998, Lei Complementar nº 069/2003, Lei nº153/2013 e artigo 2º da LCE nº174/2015. Essa delimitação incorpora treze municípios, sendo eles: São Luís, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Alcântara, Axixá, Icatu, Rosário, Bacabeira, Santa Rita, Presidente Juscelino, Morros e Cachoeira Grande. A Região Metropolitana da Grande São Luís é identificada e/ou denominada de aglomeração urbana, uma vez que essas cidades apresentam concentração de aspectos socioeconômicos, infraestruturais, políticos e administrativos.

A área de estudo configura-se conceitualmente como uma aglomeração urbana, que se processa em um agrupamento mais extenso. Essa aglomeração é definida por acepções de critérios como número de habitantes, presença de serviços, funções, número

de empregos, continuidade de ocupação e construções; nota-se, portanto, que o presente conceito não se reduz aos limites político-administrativos.

Segundo Sposito (2017), a formação de aglomerações é permeada por meio da intensificação do processo de urbanização e do crescimento das cidades (em número, tamanho e funções) emergindo novas espacialidades urbanas. A utilidade dessa expressão é identificada há muito tempo, precedendo a ocorrência de processos ligados à junção de centros urbanos, no qual o ato de "aglomerar" corresponde ao processo de unir. No entanto, essa ideia não deve ficar isolada, uma vez que há aglomerações que podem abarcar áreas urbanas territorialmente descontínuas. Nesse sentido, torna-se imprescindível compreender a circulação frente às diferentes interações espaciais.

De acordo com o Diagnóstico Participativo do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMGSL, os municípios que atualmente a integram localizam-se em área de povoamento antigo do Maranhão, o que acrescenta a necessidade de análise da regularização fundiária dessa região. Como salientam Burnett *et al.* (2016), o resgate histórico e a caracterização socioambiental em que se encontram as cidades maranhenses constituem pressupostos decisivos para identificar os desafios da gestão e planejamento local.

A contínua expansão populacional do Maranhão, observada no início do século XXI na maioria dos municípios, prioritariamente dirigida para as cidades, provocou a expansão informal da área urbana. Os bairros periféricos sem urbanização se multiplicaram, resultantes da formação de centenas de ocupações irregulares.

Nesse sentido, a ação de implementar medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais para integrar assentamentos irregulares ao marco jurídico, isto é, a provisão de titulação do terreno ou área que assegure a segurança jurídica da posse, é conhecida como regularização fundiária. (Confederação Nacional dos Municípios, CNM, 2014).

3. METODOLOGIA

A pesquisa desenvolveu-se por meio de um estudo de caso aplicado à Região Metropolitana da Grande São Luís, composta por treze municípios: São Luís, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Alcântara, Axixá, Icatu, Rosário, Bacabeira, Santa Rita, Presidente Juscelino, Morros e Cachoeira Grande. O procedimento metodológico organizou-se em etapas sequenciais: delineamento do problema; levantamento e tabulação de dados; processamento geográfico; e análise interpretativa dos resultados.

A delimitação temporal do estudo compreende o período de 2022 a 2025. O ano de 2022 estabelece-se como marco inicial devido à consolidação do Sistema de Cadastro e de Regularização Fundiária (SICARF) no âmbito do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), plataforma digital que reconfigurou o fluxo de emissão dos títulos de domínio no estado.

Ainda conforme Sposito (2017), a aglomeração urbana compreende uma perspectiva mais ampla, na qual o urbano se processa em um conjunto mais complexo e extenso, e que engloba mais de uma cidade. Nota-se uma continuidade da ocupação e das construções, não se restringindo necessariamente aos limites político-administrativos.

Convém destacar que a escolha do período para levantamento dos dados parte de 2022, considerando a implementação do SICARF, marco do uso da plataforma no processo de regularização. Utilizou-se do QGIS para mapear o território já regularizado na RMGSL entre 2022 e 2025.

Apresentam-se, a seguir, os procedimentos e as informações levantadas. Há um banco de dados em Excel denominado Relação de Títulos, que foi consultado nas datas de 12/01/2025, 14/01/2025, 07/02/2025 e 18/03/2025, para o levantamento da quantidade de Títulos de Domínio que foram gerados. É a partir da Relação de Títulos que se pode extrair as informações referentes aos títulos do período enfatizado pela pesquisa, de 2022 a 2025.

Por meio da Relação de Títulos, é possível demarcar a natureza (sua origem, seja pelo SICARF ou por processo físico) e caracterizá-lo como título rural, urbano ou Reurb, sendo esse último de interesse social (Reurb-S) e Reurb de interesse específico (REURB-E). Ressalta-se que os dados de 2022 a 2023 passaram por tabulação, conferência e somados, e assim, tiveram os mapas elaborados.

Considera-se que, a partir de 2023, o título passou a ser retirado via Plataforma SICARF; no levantamento realizado, notou-se aumento na emissão dos títulos nesse período, evidenciando que a plataforma trouxe celeridade ao processo de elaboração.

O SICARF é uma plataforma voltada à modernização dos processos de cadastro, regularização e titulação fundiária. Ela proporciona agilidade e segurança das informações, sendo estratégico na governança de terras, à medida em que integra diferentes bases de dados e contribui para a expansão da capacidade do Estado na implementação de políticas públicas — sobretudo, políticas de organização do território (ITERMA, 2026). Para a espacialização da quantidade de títulos emitidos no Estado do Maranhão, na Região

Metropolitana da Grande São Luís, os dados foram inicialmente organizados em tabelas no Excel e, em seguida, transferidos para o QGIS.

Os mapas elaborados são temáticos e seguem a técnica de variável visual zonal (mapa zonal), adequada à representação de dados que se referem a áreas, sendo, portanto, os mais indicados para expor a distribuição de densidades. Os mapas dos títulos emitidos no ano de 2022 a 2025 (quantitativos) são do tipo coropléticos, com informações ordenadas no modo de implantação zonal. Assim, por se tratar de fenômenos ordenados, os mapas estão representados em classes ordenadas e utilizam a variável de modo visual zonal. Desse modo, os mapas mais significativos para representar fenômenos ordenados são mapas coropléticos.

Reitera-se que os mapas coropléticos são elaborados com dados quantitativos e apresentam sua legenda ordenada em classes de acordo com as regras próprias de utilização da variável visual valor por meio de tonalidades de cores graduadas, ou ainda, por uma sequência ordenada de cores que aumentam de intensidade conforme a sequência de valores apresentados nas classes estabelecidas.

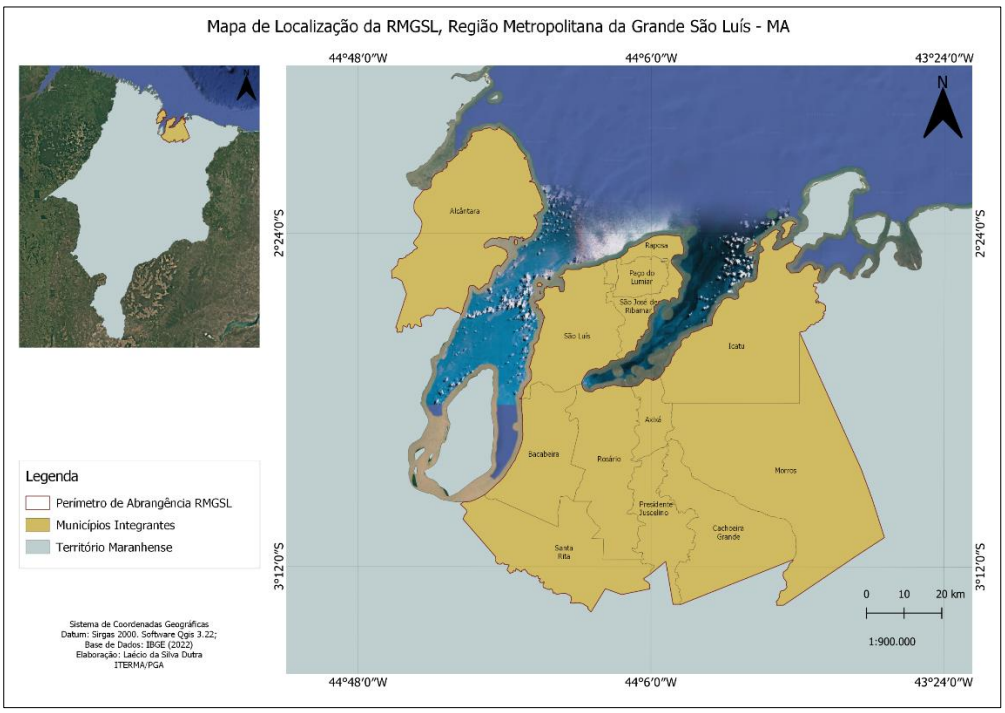
Os mapas no modo de implantação zonal são os mais adequados para representar distribuições espaciais de dados que se referem a áreas. Eles são indicados para expor a distribuição das densidades, rendimentos, ou índices expressos em porcentagens, os quais refletem a variação da densidade de um fenômeno (médicos por habitante, taxa de natalidade, consumo de energia) ou ainda, outros valores que sejam relacionados a mais de um elemento.

Segundo Bertin (2010), esse tipo de mapa é frequentemente utilizado para representar fenômenos socioeconômicos. Eles representam dados quantitativos, como razões e densidades. Nesta pesquisa, utilizou-se a classificação padrão de Quebras Naturais (jenks), criando classes baseadas em agrupamentos naturais inerentes aos dados.

Para os mapas comparativos entre títulos rurais, urbanos e Reurb (2022 a 2025), optou-se pelos mapas de símbolos proporcionais (graduados), método mais adequado para representar fenômenos quantitativos e mais empregado na construção de mapas com implantação pontual.

O Mapa 1 "Localização da Região Metropolitana", elaborado a partir de *shapefiles* do IBGE, apresenta a delimitação da RMGSL, bem como os municípios que a integram.

Mapa 1 - Localização da Região Metropolitana



Fonte: Elaborado por Dutra (2025).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Saquet (2015), o território é produto social e condição, sendo conteúdo das formas e relações materiais e imateriais, é também apropriação simbólica e dominação. Dessa forma, o homem precisa assegurar-se sobre o espaço territorial, logo, é necessário compreendê-lo. Nesse sentido, foram levantados, para fins deste estudo, a quantidade de títulos emitidos, a área regularizada e os mapas correspondentes.

Considerou-se que as siglas seguem representando as categorias definidas nos mapas: Tru, Turb, Treurb, FB, correspondentes, respectivamente, a Títulos Rurais, Títulos Urbanos, Títulos Reurb e Famílias Beneficiadas. Evidencia-se, assim, por meio dos dados levantados, o total de títulos e de área regularizada da Região e do Estado, no período de 2022 a 2025.

4.1 Levantamento e Mapeamento da Quantidade de Títulos e Área Regularizada

Em relação à quantidade de títulos referente ao período evidenciado, diferenciando-os entre Títulos Rurais, Urbanos e Reurb entre os anos 2022 a 2025, identificou-se que, em 2022, foram 131 famílias beneficiadas e 54 títulos, sendo 28 rurais e 26 urbanos, com área de, respectivamente, 587,3276 ha e 5,9875 ha, totalizando

591,3151 ha. No ano, foram 3162 títulos, com área de 125.312,3546 ha e 5195 famílias beneficiadas (Mapa 2).

Em 2023, 1497 famílias foram beneficiadas e 1451 títulos emitidos, sendo 29 rurais, 16 urbanos e 1406 Reurb, área, de respectivamente, 1.856,2514 ha; 2,8274 ha e 123,2481 ha, totalizando 1982,3269 ha. No Estado, o grande destaque do período residiu na modalidade Reurb, que correspondeu a 1.406 títulos e 1.406 famílias contempladas (área de 123,2481 ha). Em todo o Estado do Maranhão, totalizaram 3.100 títulos e 56.433,5000 ha regularizados (Mapa 3).

Em 2024, a RMGSL contabilizou 220 títulos expedidos (41 rurais, 9 urbanos e 146 REURB), contemplando 280 famílias e regularizando uma superfície de 3.987,2820 ha. No cenário estadual, atingiu-se a marca de 5.000 títulos distribuídos, abrangendo 55.959,4874 ha e atendendo 2.843 famílias (Mapa 4).

Até o encerramento do segundo quadrimestre de 2025 (setembro), a RMGSL registrou 11 títulos emitidos (4 rurais e 7 urbanos), perfazendo 2.397,7300 ha e beneficiando 383 famílias. No acumulado estadual do período, contudo, o ITERMA manteve ritmo acelerado com 2.041 títulos emitidos, 49.316,0900 ha regularizados e 2.727 famílias atendidas.

Essa oscilação do volume dentro da RMGSL em 2025 decorre da reorientação estratégica da instituição, que direcionou mutirões de REURB para municípios do interior, a exemplo de Grajaú (694 títulos e 1.660,7282 ha), Colinas (553 títulos e 43,7132 ha) e Primeira Cruz (100 títulos e 2.290,3728 ha), conforme Mapa 5.

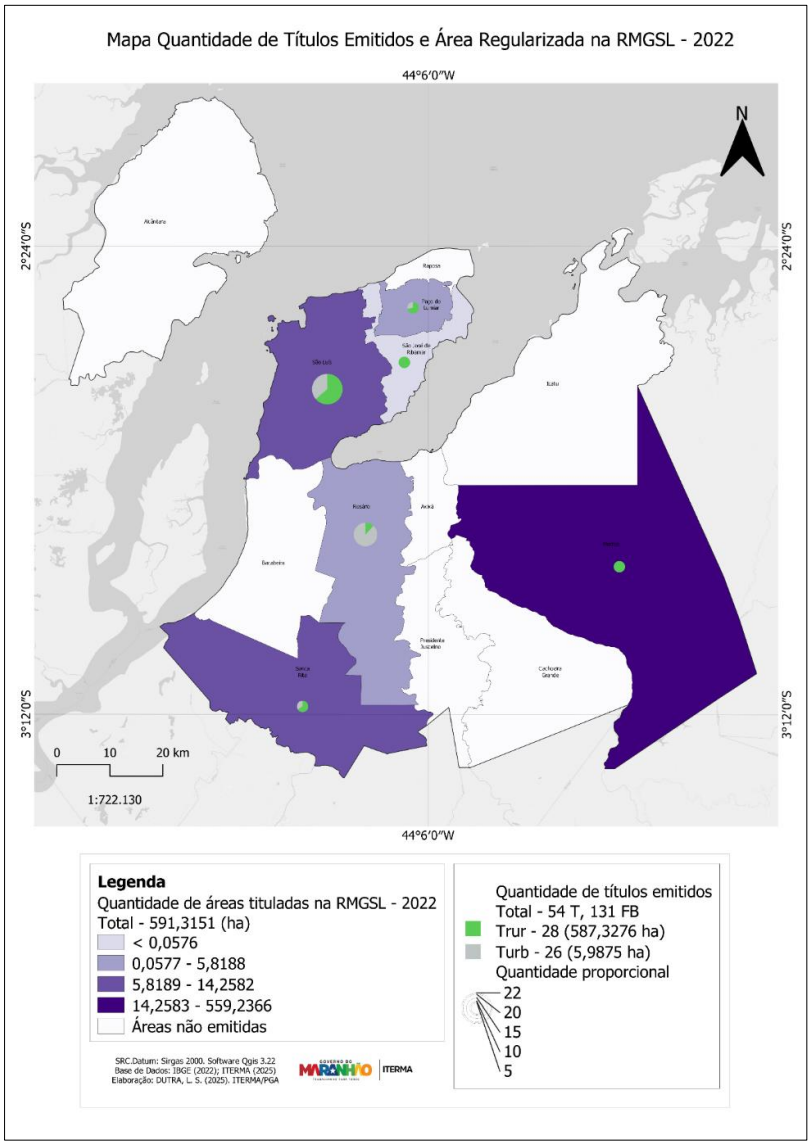
Os dados espacializados do Mapa 5 constam também no Boletim (Figura 1), que apresenta essas informações organizadas em gráficos. Conforme o documento, evidencia-se que foram emitidos 734 títulos rurais e 73 urbanos até o segundo período quadrimestral do mesmo ano. Assim, o ITERMA teve grandes realizações no que se refere à regularização fundiária, obtendo uma expressividade em quantidade de títulos Reurb, assim como titulação em áreas rurais.

É válido destacar que, em 2023, houve um grande aumento na elaboração de títulos, tendo a implementação da Plataforma SICARF representado um marco para o ITERMA, ao possibilitar maior celeridade na produção de títulos de domínio e impulsionar, na região em análise, um número significativo de titulações de terras.

Em contrapartida, em 2025, a instituição direcionou seus esforços para a produção de títulos Reurb, passando a focar em outros municípios fora da Região Metropolitana,

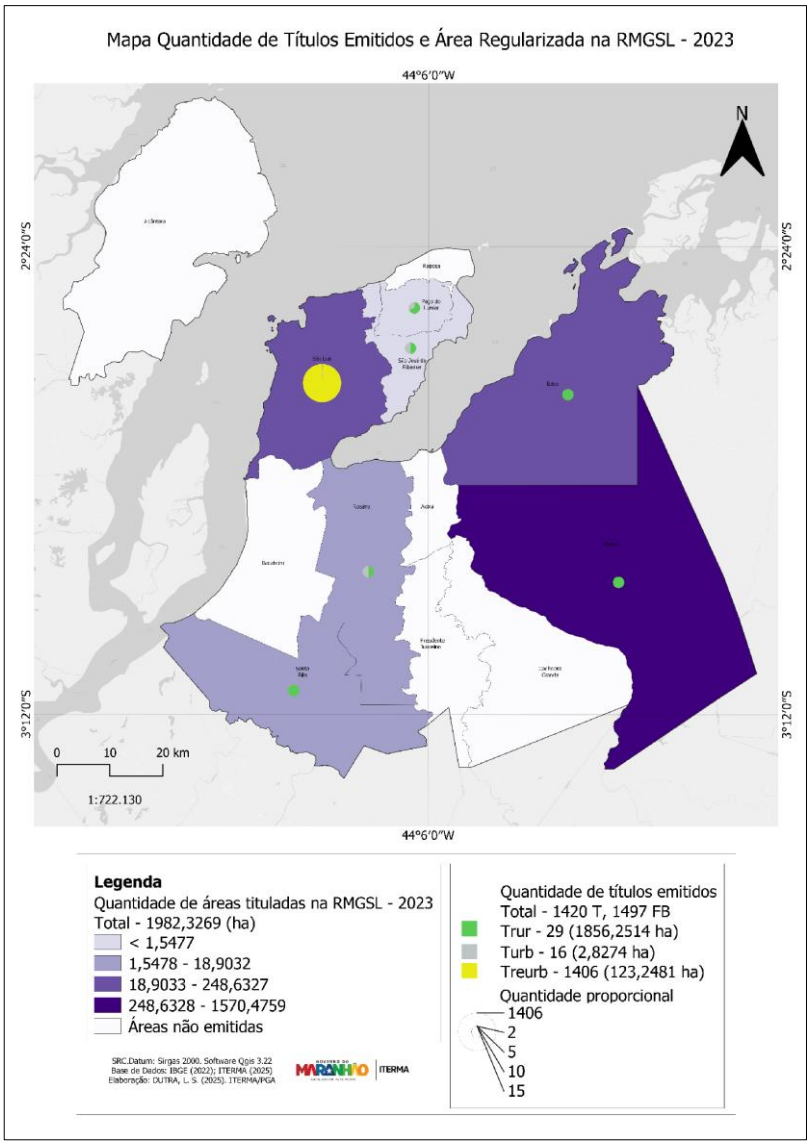
como Grajaú (694 títulos, 1.660,7282 ha), Colinas (553 títulos, 43,7132 ha) e Primeira Cruz (100 títulos, 2.290,3728 ha), dentre outros.

Mapa 2 - Quantidade de Títulos Emitidos e Área Regularizada na RMGSL - 2022



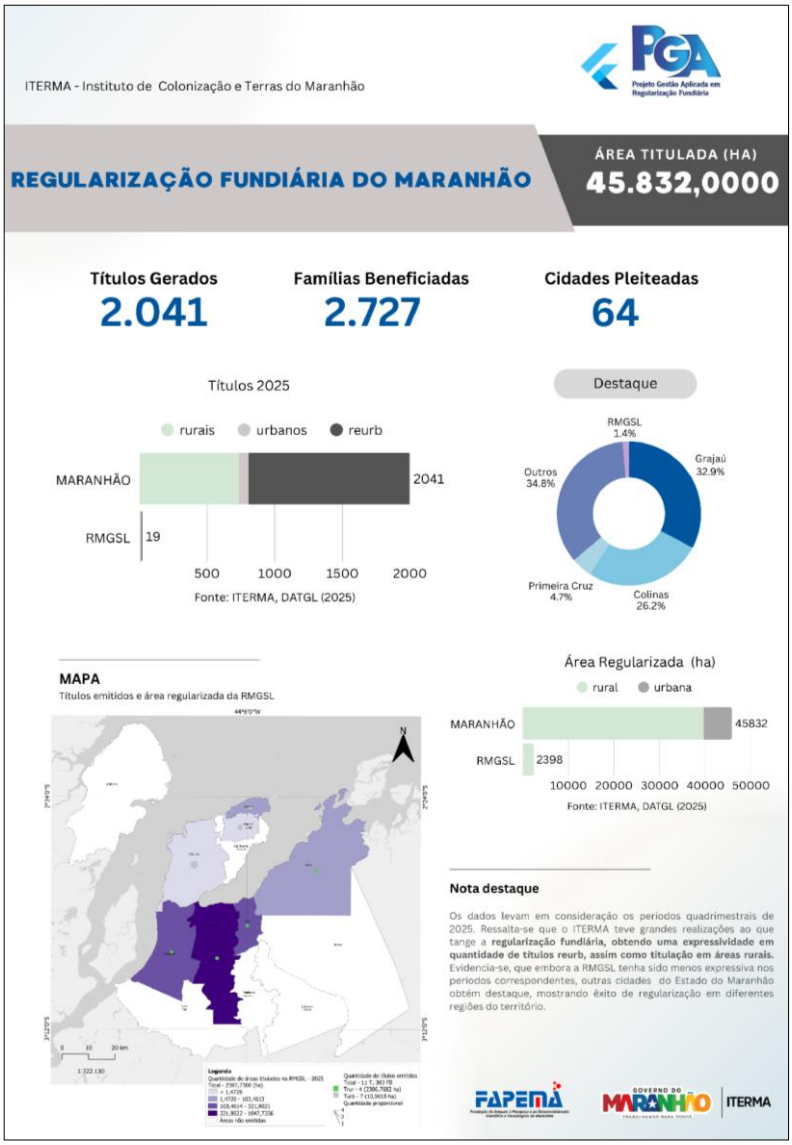
Fonte: ITERMA (2025).

Mapa 3 - Quantidade de Títulos Emitidos e Área Regularizada na RMGSL - 2023



Fonte: ITERMA (2025).

Figura 1 - Boletim Informativo da Regularização



Fonte: ITERMA (2025).

4.2 O Território Maranhense se Configura Por Meio da Titulação de Terras

Nota-se como a territorialização das ações de titulação promove a segurança jurídica da posse e reconfigura o espaço geográfico maranhense. Para alcançar esses resultados, o ITERMA tem esse compromisso, pois para assegurar a regularização fundiária, estabeleceu cooperação institucional com a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), articulação que confere agilidade aos registros cartorários e viabiliza o cumprimento de metas voltadas às comunidades vulneráveis da RMGSL (Portal TJMA, 2026).

Para além dos títulos individuais, a base geográfica da RMGSL envolve o levantamento de glebas estaduais e federais. Destaca-se o aforamento dos territórios de

Itaqui-Bacanga e Tibiri-Pedrinhas, transferidos da União (via Superintendência do Patrimônio da União – SPU) para o Estado do Maranhão. Foram analisados, ainda, áreas oriundas de Títulos de Reconhecimento de Domínio, processos em curso de regularização, Contrato de Concessão de Uso (CCDRU), dentre outros que compõem a base da Região Metropolitana.

A essas glebas federais, estão vinculadas as seguintes escrituras condominiais: Porto Grande, Tamancão, Pueirão, Murtura, Vila Esperança, São Raimundo do Gapara, Gapara II, Cajueiro, São Benedito, Vila Conceição, Vila Maranhão, Taim, Rio Grande, Itapera, Igaraú, Coqueiro e Residencial Cohatab. Esses dados foram processados do MicroStation para o QGIS, sendo transferidos no formato .dxf para .shp. Nota-se que as áreas condominiais integram as glebas antigas, que fazem parte da RMGSL, mais precisamente do município de São Luís.

Vale ressaltar que a regularização fundiária remete à inserção legal, urbanística e social dos moradores à cidade. De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios, (CNM, 2014), a dimensão jurídica da regularização pretende alcançar o problema da irregularidade dominial, com referência às situações em que o possuidor ocupa uma terra pública ou privada sem um título que lhe dê segurança jurídica sobre essa posse.

Para além dos aspectos jurídicos, o processo também envolve dimensões urbanística, ambiental e social. Todos esses elementos, quando associados à informação geográfica, possibilitam maior rapidez e precisão no processo de regularização.

Logo, torna-se necessário utilizar a informação geográfica (seus dados e atributos) vinculando-a a um sistema de referência ou a uma projeção cartográfica. Conforme aponta Ferreira (2014), a informação espacialmente agregada está estruturada em tabelas de atributos referentes aos objetos geográficos distribuídos nos mapas. Por meio dessa técnica, é possível tratar os dados referentes à regularização.

A regularização fundiária constitui uma resposta estatal à realidade de ocupações e assentamentos consolidados, buscando oferecer segurança jurídica aos seus ocupantes e promover o desenvolvimento urbano de forma mais justa e estruturada.

Considerando a importância da Reurb para legitimar a regularização fundiária, reitera-se, que de acordo com a Lei n° 13.465, de 2017, a Reurb é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

Assim, considera-se que a Reurb é um procedimento legal que garante a titulação do imóvel às pessoas, de baixa renda ou não, residentes de núcleos urbanos considerados irregulares, do ponto de vista da legislação urbanística. Importa observar, contudo, que a titulação é o processo de reconhecimento dos direitos dos ocupantes, dentre outros, permanecer com sua construção no local já ocupado. Porém, para que estes títulos tenham segurança jurídica, é preciso que sejam registrados no cartório de registro de imóveis.

Segundo Pedroso (2025), a regularização fundiária parte da necessidade de tratar um mal urbanístico. É uma das soluções para a "irregularidade urbana", do descaso ao meio ambiente e da ausência de infraestrutura. Nesse sentido, a regularização fundiária no Brasil vai além da formalização da posse: trata-se de uma disputa pelo direito à cidade.

A titulação, embora importante, é apenas o ponto de partida de uma política pública que deve proporcionar a integração de territórios esquecidos ao espaço geográfico, com acesso aos direitos básicos e à cidadania. Sabe-se que não se pode reduzir a regularização fundiária à mera entrega de um título, pois isso seria o mesmo que tornar a inclusão, um efeito de aparências.

Para Sales (2025), a titulação isolada, desvinculada de urbanização, saneamento, mobilidade, lazer, segurança, acesso a serviços públicos e integração comunitária, perpetua a precariedade. Mais grave ainda, esse modelo acaba por transformar o direito à moradia em um ativo negociável, exposto à lógica do mercado, sem que tenha havido qualquer garantia de dignidade, segurança e pertencimento aos ocupantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os dados especializados em mapas contribuem para o ITERMA, inclusive no processo de planejamento e tomada de decisões na gestão de terras do Estado do Maranhão, proporcionando à instituição, além de tabelas, números e elementos mais técnicos.

Destaca-se que o ITERMA teve grandes realizações a respeito da regularização fundiária, alcançando expressividade tanto na quantidade de títulos Reurb quanto na titulação em áreas rurais. É evidente que a RMGSL teve destaque nos anos de 2023 e 2024 com titulação Reurb, assim como em outras regiões/cidades do Estado.

No setor de Divisão de Arquivo Técnico Gráfico Literal (DATGL), no qual são catalogadas as informações, há uma grande quantidade de dados disponíveis que ainda precisam ser mapeados e organizados de maneira espacial. Reafirma-se que a

espacialização da quantidade de títulos de terras da Região Metropolitana da Grande São Luís, referente à escala temporal de 2022 a 2025, possibilitou melhoria na organização de informações, quanto ao quantitativo de títulos gerados e à área regularizada por regionalizações. Contudo, muitas informações ainda estão dispostas predominantemente em tabelas e planilhas.

Portanto, com a aplicação de mapeamento de dados supracitados, torna-se possível ampliar a visibilidade e a organização de dados a serem dispostos em mapas. Como consequência, esses dados passam a ser apresentados em um arranjo mais acessível, favorecendo seu uso na tomada de decisões voltadas à gestão e ao planejamento do território.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Projeto permite regularização de núcleos urbanos in-formais existentes até 2022**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/944046-pro-jeto-permite-regularizacao-de-nucleos-urbanos-informais-existentes-ate-2022. Acesso em: 06 setembro. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L13.465.htm. Acesso em: 30 ago. 2025.

BERTIN, Jacques. **Semiology of Graphics**. Esri Press: Redlands. 2010.

BURNETT, Frederico Lago. *et al* (orgs.). **Planejamento e gestão de cidades no Maranhão: o executivo municipal e o controle do solo urbano**. - São Luís: EDUEMA, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS - CNM. **Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social: dificuldades e perspectivas para o Ente municipal**. Brasília, 2014.

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **A reestruturação urbana maranhense:** dinâmica e perspectivas. São Luís: EDUFMA, 2017.

FERREIRA, Marcos César. **Iniciação à análise geoespacial:** teoria, técnicas e exemplos para geoprocessamento. -1. ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Cartilha: REURB - Regularização fundiária urbana e a Lei n 13.465/2017**.

Disponível em https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/Arquivos-

PDF/Publicacoes/cartilha_reurb.pdf. Acesso em: 14 outubro. 2025.

PEDROSO, Alberto Gentil de Almeida. **Regularização Fundiária Urbana e Seus Mecanismos de Titulação dos Ocupantes: Lei Nº 13.465/2017 e Decreto Nº 9.310/2018**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/secao/a-as-5-dimensoes-da-reurb-capitulo-7-conceito-de-regularizacao-fundiaria-lei-13465-2017/1647232085. Acesso em: 06 agosto. 2025.

SALES, Márcio Roberto Gurgel. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PARA ALÉM DA TITULAÇÃO: A INCLUSÃO COMO FUNDAMENTO DA EFETIVIDADE DA REURB. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, */S. l./*, v. 14, n. 4, p. e2095, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n4-69-2025. Disponível em: https://journalppc.com/RPPC/article/view/2095. Acesso em: 20 ago. 2025.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2ª Ed. - Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Glossário de Geografia Humana e econômica** / organização Eliseu Savério Sposito. – São Paulo: Editora Unesp, 2017.

PILHAGEM TERRITORIAL E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CAPITÃO POÇO, PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL

Ergson de Sousa Moraes
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
ergsonmoraes@gmail.com

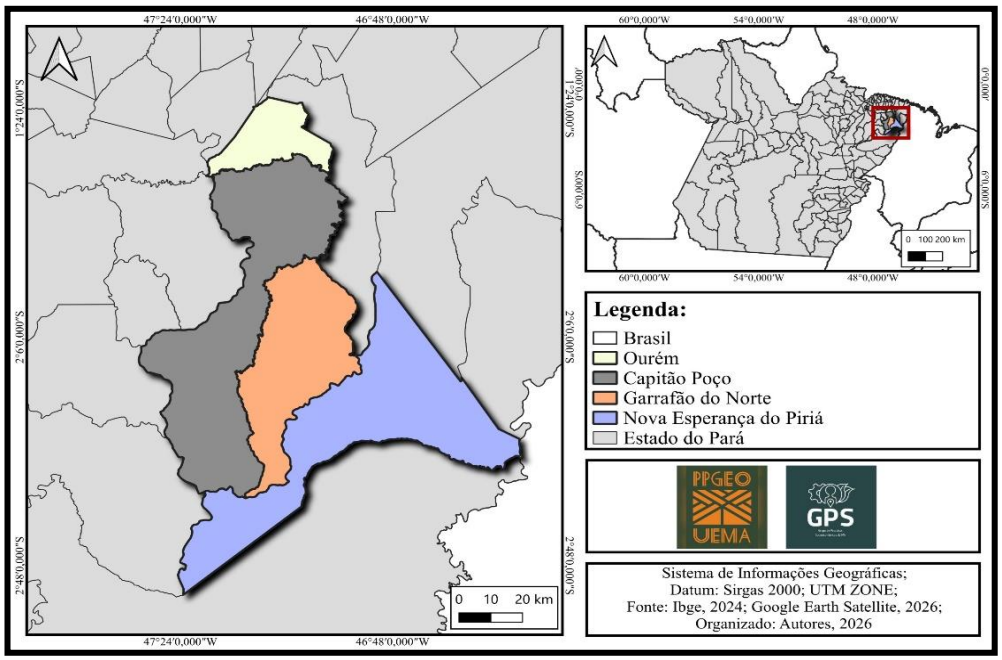
Allison Bezerra Oliveira
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL
allisonbzr@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Há séculos, capitais exploratórios atuam na região amazônica, territorializando-se histórica e espacialmente a partir de diversos circuitos econômicos cujas engenharias econômicas se apoiam em coesão a dois elementos: os vastos recursos naturais e a presença de um tecido social marginalizado. A existência desses elementos abastece o sistema metabólico de reprodução do capital e, de forma dialética, responde pelos níveis de desenvolvimento periférico observados.

Nesse sentido, este estudo debruça-se sobre o setor madeireiro amazônico, cujo funcionamento ocorre em meio a contradições associadas à pilhagem territorial. Verifica-se uma produção especializada e de baixa agregação de valor, utilizando a superexploração de uma força de trabalho socialmente precarizada. A pesquisa baseia-se em um estudo de caso sobre a dinâmica de operação do circuito madeireiro da região geográfica imediata de Capitão Poço (PA).

Figura 1 - Mapa de localização da Região Geográfica Imediata de Capitão Poço - PA



Fonte: IBGE (2024). Elaboração dos autores (2026).

A área de estudo abrange os municípios de Capitão Poço, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá e Ourém, espaço que abriga grandes áreas de floresta nativa, sobretudo dentro da Terra Indígena Alto Rio Guamá. Desde o surgimento da atividade madeireira

na região, na década de 1980, não verificou-se um desenvolvimento socioeconômico em escala comparada à riqueza natural explorada.

Mesmo após 40 anos, verifica-se uma região com sérios agravos nos indicadores sociais, marcada pela pobreza, pelo analfabetismo e por elevados índices de adoecimento e de violência. Diante desse cenário, a pesquisa justifica-se pela relevância em potencializar caminhos analíticos para a compreensão de tais contradições socioterritoriais que se processam na dinâmica espacial regional.

Paralela à revisão bibliográfica, a investigação baseia-se na coleta de dados primários, realizada na pesquisa de campo, com levantamento fotográfico e entrevistas dialogadas não estruturadas não nominais. O objetivo geral do trabalho consiste em compreender como se processa a pilhagem territorial e a superexploração do trabalho na região geográfica imediata de Capitão Poço, impulsionadas pelo circuito madeireiro.

Parte-se da premissa de que o desenvolvimento periférico verificado na região está relacionado à pilhagem territorial, na qual o capital opera por meio de verdadeiros saques aos estoques ambientais e da superexploração de trabalhadores precarizados e marginalizados.

2. METODOLOGIA

De início, vale ressaltar que a pesquisa está em desenvolvimento e as informações aqui apresentadas correspondem a dados iniciais do que vem sendo analisado e interpretado sobre o funcionamento dessa estrutura produtiva na porção oriental da Amazônia brasileira.

Os encadeamentos analíticos do estudo estão sendo operacionalizados teórico-metodologicamente a partir de três conceitos/categorias de análise: o primeiro trata-se dos aspectos de organização do circuito madeireiro; o segundo segmento trata-se dos aspectos de superexploração da força de trabalho; e, em terceiro, o conceito de pilhagem territorial como síntese dos aspectos em que esta estrutura econômica se organizou e passou a funcionar na dinâmica produtiva regional.

O recorte empírico desta pesquisa é o circuito espacial da produção da madeira serrada bruta da região geográfica imediata de Capitão Poço, localizada no nordeste do Estado do Pará. Analisou-se a trajetória de quatro décadas desse setor econômico, cuja formação histórica e espacial responde pelas assimetrias do desenvolvimento regional.

No estudo, vem-se utilizando o materialismo dialético como método de abordagem, visto que a produção do espaço periférico a partir do circuito em questão se faz em um contexto coeso, complexo, indissociável e dialético, entre diversos elementos/variáveis que fundamentam o funcionamento deste circuito, como: a pilhagem territorial, como padrão de funcionamento e acumulação do capital no circuito em questão; o trabalho, que ocorre a partir da superexploração da força de trabalho de uma massa de sujeitos trabalhadores deste circuito.

Durante a pesquisa, deu-se ênfase qualitativa às diversas informações e dados advindos dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, fundamentais nas inferências gerais e no alcance dos objetivos que norteiam o estudo. Realizaram-se entrevistas não estruturadas, dialogadas e não nominais, com diversos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente com o circuito em questão, como ex-empresários do setor e ex-trabalhadores das etapas de extração florestal e de transformação primária.

Sob a perspectiva operacional, a investigação focou nas etapas de exploração da madeira nativa em tora e à de transformação primária (desdobramento da madeira em tora em madeira serrada bruta). O trabalho nessas etapas envolvia diversos sujeitos. Na etapa de exploração, destacam-se: motoristas, "catraqueiros", operadores de motosserra e cozinheiras; na etapa de transformação primária: operador de serra fita, operador de serra circular, operador de destopador, "pozeiros", "amarradores de ripa", empilhadores e operador da caçamba de refugo.

O aporte teórico-metodológico da pesquisa apoia-se em três eixos: o primeiro refere-se à análise da atividade madeireira a partir do conceito de circuito espacial de produção, com base em autores como Castillo e Frederico (2010) e Milton Santos (2008); o segundo corresponde à categoria de superexploração da força de trabalho, fundamentada nas contribuições teóricas de Ruy Mauro Marini (1973); e o terceiro refere-se ao conceito de pilhagem territorial, proposto por Guilherme Perpetua (2016).

Na pesquisa de campo, destaca-se o levantamento de material fotográfico atinente aos objetos do corpus de análise deste estudo, adquirido ao longo das visitas ao campo de pesquisa. Mediante esse procedimento metodológico, vêm-se analisando os elementos observados em campo, como: a realidade socioespacial vivida e materializada na região; os objetos e ações fundamentais ao funcionamento do circuito; e as vulnerabilidades criadas na engenharia de operação deste circuito.

Além do registro fotográfico, realiza-se também a pesquisa e a análise de material fotográfico histórico cedido por acervos particulares e públicos da região. Para a caracterização da dinâmica produtiva e comercial do setor, coletaram-se dados do Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais do Estado do Pará (Sisflora-Pa) e do Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais (Ceprof-PA).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentam-se, a seguir, alguns apontamentos acerca dos resultados das três dimensões já observadas na pesquisa: a estrutura do circuito madeireiro, a superexploração do trabalho e a pilhagem territorial. O primeiro aspecto a destacar é que a dinâmica de operação da atividade madeireira vem sendo analisada sob a ótica do circuito espacial de produção, dada a amplitude que esse referencial permite em análises socioeconômicas.

A fundamentação teórica acerca do circuito espacial de produção está embasada em Milton Santos (1986) e em Ricardo Castillo e Samuel Frederico (2010). Considera-se que não é possível analisar a economia madeireira somente pela produção de madeira serrada bruta em si, é necessário observar todas as etapas e processos a ela relacionados, em um movimento circular e dialético.

Analisar a atividade madeireira a partir de uma perspectiva que não a do circuito espacial de produção levaria a entendimentos casuais e parciais, ou seja, corresponderia a apenas fragmentos da realidade em que essa atividade econômica está implicada. Para Santos (2006), é preciso voltar a atenção para as diferentes "geografizações" dessa nova maneira de produzir. Nesse sentido, é a partir do movimento de circulação do produto, da matéria-prima até o comércio, que se buscará compreender as imbricações e contradições que o circuito atribui ao espaço.

No que se refere às relações de trabalho, a categoria superexploração da força de trabalho (Marini, 1973, 2005) fundamenta a compreensão do padrão de acumulação vigente no circuito. À luz dessa categoria, vem-se compreendendo como essa formatação do trabalho se relaciona com as circunstâncias em que a vida se reproduz no espaço.

A superexploração pode ser entendida como uma violação do valor do trabalho, seja porque este é pago abaixo do seu valor, seja porque é consumido pelo capital além das condições normais, levando ao esgotamento prematuro da força vital do trabalhador (Marini, 2005).

Assim, são três as dimensões de apropriação desse mais-valor, que fundamentam a superexploração do trabalho: a) prolongamento da jornada de trabalho; b) aumento da intensidade do trabalho; e c) conversão do fundo de consumo necessário do operário em capital a ser acumulado. O capital, dessa forma, se apropria dos fundos de consumo e de vida do trabalhador, reduzindo sua vida útil e mesmo sua vida total (Marini, 2000).

O conceito de pilhagem territorial vem-se fundamentando em Guilherme Perpétua (2016). Esse conceito é desdobramento de outro, o de pilhagem ambiental, proposto pelo ecólogo alemão Elmar Altvater (1995). A pilhagem territorial é a unidade analítica sobre a qual busca-se compreender os padrões de acumulação do capital do setor madeireiro na região geográfica imediata de Capitão Poço. Tais padrões baseiam-se, de fato, em um processo contínuo de saque ou roubo de recursos e bens comuns da natureza (Luxemburgo, 1970).

Por sua vez, o conceito de pilhagem territorial, para Perpétua (2020), é uma proposta de conceituação do *modus operandi* dos capitais empregados na produção de *commodities* agrominerais sob o prisma espacial. A pilhagem territorial observada na atividade madeireira amazônica está em consonância com o que se observa em outras cadeias produtivas primárias no Brasil, como a soja, o eucalipto e o minério de ferro, todas operando em face de elevados ônus socioambientais (Perpetua, 2020, p. 176).

Considerando que a atividade madeireira tem grande implicação na forma como este espaço se organiza, é válido analisá-la a partir do circuito espacial de produção. Assim, entender determinado setor da economia a partir do circuito permite compreender os rebatimentos que este tem sobre o espaço.

Para iniciar o percurso de análise acerca do circuito, vale considerar as ideias de Marx (2011), em que todos os processos pertinentes à produção, à circulação, à troca e ao consumo fazem parte de um todo operacional; em outras palavras, são elementos de uma mesma totalidade.

Na obra "Espaço e Método", Santos (2008) considera os circuitos produtivos como sinônimo de organização do espaço ou da própria organização espacial da produção. O autor enfatiza que esses circuitos podem até apresentar-se de forma desagregada, porém mantêm-se articulados mediante a circulação que lhes é própria. Para Santos (2008, p. 56), "circuitos espaciais de produção seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até o consumo final".

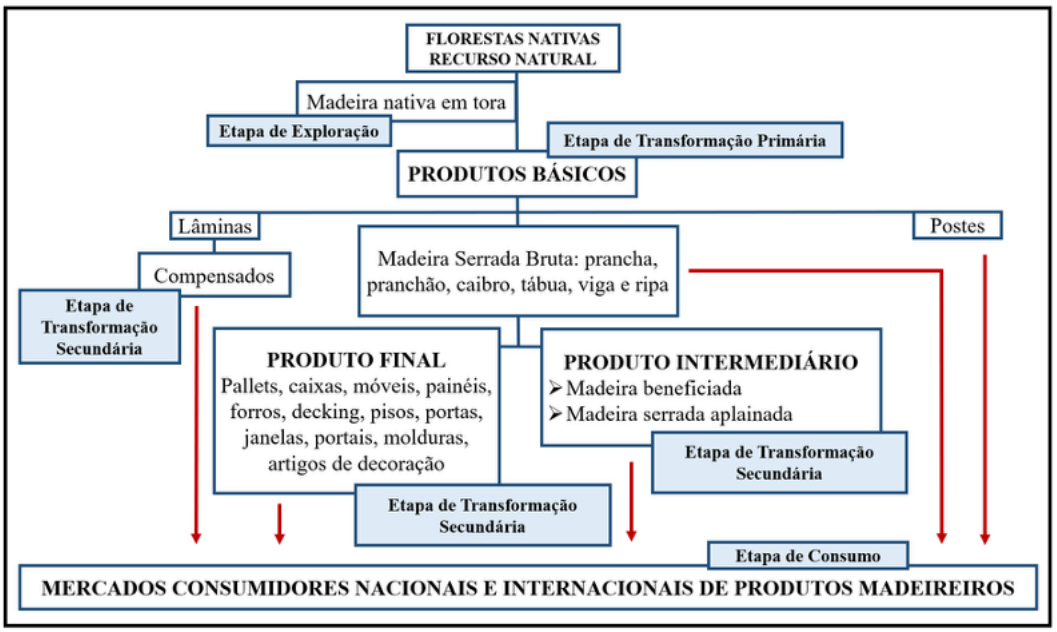
Nesse sentido, o circuito funciona por meio de uma complexa rede onde circulam objetos de ordem material (produtos, subprodutos e insumos) e imateriais (capitais, ordens, informações), compreendidos por Milton Santos como círculos de cooperação. Na arquitetura do circuito produtivo atuam diversos "agentes sociais de produção" (empresas, atores, trabalhadores). Sobre os circuitos espaciais de produção:

> Pressupõem a circulação de materiais (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, num movimento permanente; os círculos de cooperação no espaço, por sua vez, tratam da comunicação consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção (Castilho; Frederico, 2010, p. 464).

Nessa mesma perspectiva, Santos (1986) afirma que os circuitos de produção estruturam-se a partir de uma atividade produtiva primária que possui uma série de fases correspondentes aos distintos processos de transformação pelos quais passa o produto principal até chegar ao consumo final.

Além disso, a estruturação/funcionamento e a organização do circuito madeireiro se dão em face de uma lógica de divisão territorial do trabalho, provendo a dispersão geográfica das atividades produtivas. A Figura 2, a seguir, apresenta as etapas e diversos outros elementos de organização do circuito madeireiro.

Figura 2 - Circuito espacial da produção madeireira



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

As operações do circuito madeireiro são desenvolvidas em quatro etapas: exploração, transformação primária, transformação secundária e consumo. As operações do circuito madeireiro regional estagnavam na segunda etapa (produto básico), especializando-se na produção de madeira serrada bruta.

A primeira etapa consiste na exploração da madeira nativa em tora (extração dos espécimes de valor comercial das áreas de floresta), cujas operações se concentram dentro do Território Indígena Alto Rio Guamá (TIARG).

A segunda etapa, de transformação primária, é caracterizada pelo desdobramento (serragem) das toras de madeira nativa em madeira serrada bruta (prancha, pranchão, caibro, tábua, viga e linha), especializando-se em um conjunto de produtos simples de baixa agregação de valor. Em ambas as etapas foram observados nítidos aspectos de ilegalidade, uma vez que a exploração acontecia dentro da TIARG, território em que tais atividades eram vetadas; além das serrarias, que operavam sem inscrição no CEPROF-PA e Sisflora-PA (sistema de controle e monitoramento de produtos florestais).

Tais aspectos estão ligados à pilhagem territorial, uma vez que os grupos madeireiros reproduziam seus capitais sobre uma atividade de enorme ônus socioambiental, na qual as taxas de lucratividade estavam ligadas à escala de exploração dos recursos madeireiros e da massa de trabalhadores superexplorada e precarizada.

As primeiras serrarias da região contavam com uma extensa reserva florestal localizada entre a BR-010 e o Rio Gurupi. Entusiasmados, os empresários viram no setor grandes oportunidades com o desdobramento de madeira nativa. Durante os anos de funcionamento do circuito, as operações de fiscalização contra a exploração de madeira ilegal foram recorrentes e, atualmente, nenhuma serraria opera na região.

Nas pesquisas de campo, foi possível levantar algumas informações sobre algumas madeireiras que já operaram nos períodos "áureos" da atividade madeireira na região, tais informações constam no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Serrarias que já operaram em Nova Esperança do Piriá

Empreendimento	CNPJ	Atividade		Motivo do encerramento
		Início	Fim	
Madeireira Piriá I	–	1983	1991	Encerramento espontâneo

Indústria Mad. Capixaba	00.945.579/0001-65	1993	1995	Vendida para a Madeireira Catarinense
Piriá Industrial (Rosa Madeireira)	–	1993	2000	Encerramento espontâneo
Madeireira Piriá II	–	1994	1996	Incendiada
Serraria do Paulo Seboseira / Piriauna I	–	1994	2009	Lacrada pela Operação Caapora
Serraria do Ruy	–	1994	2009	Lacrada pela Operação Caapora
Indústria Madeireira Catarinense	00.945.579/0001-65	1995	2009	Lacrada pela Operação Caapora
Madeireira Saulo Serraria Pastana	04.352.601/0001-14	2000	2009	Lacrada pela Operação Caapora
Savil – Industrial Madeireira Ltda.	03.640.616/0001-15	2000	2009	Lacrada pela Operação Caapora
A da S Fernandes Ind. e Com.	04.127.179/0001-01	2000	2009	Lacrada pela Operação Caapora
Piriauna II	–	2003	2009	Lacrada pela Operação Caapora
B da Costa Neto	07.809.095/0001-38	2004	2009	Lacrada pela Operação Caapora
J R A Carvalho Ind. e Com.	06.652.228/0001-42	2004	2009	Lacrada pela Operação Caapora
Serraria Santa Barbara	07.066.595/0001-27	2004	2009	Lacrada pela Operação Caapora
Madeireira Tchê	–	2004	2009	Lacrada pela Operação Caapora
Madeireira Serra Verde Ltda.	07.396.230/0001-60	2005	2009	Lacrada pela Operação Caapora
Piriá Ind. e Com. de Madeiras Ltda. (Riba)	08.510.708/0001-02	2006	2009	Lacrada pela Operação Caapora
B. da Costa Neto II	07.809.095/0001-38	2009	2011	Vendida para a Madeireira Frota
Piriá Ind. e Com. de Madeiras Ltda. (Riba) II	08.510.708/0001-02	2009	2017	Lacrada pela Semas-PA
A Poderosa	07.465.844/0001-57	2009	2012	Vendida para a Madeireira Esperança

				Ind. Com. Ltda. (Maranata)
Madeireira Frota	07.809.095/0001-38	2011	2017	Lacrada pela Semas-PA
Esperança Ind. Com. Ltda. (Maranata)	07.465.844/0001-57	2012	2017	Lacrada pela Semas-PA
Madeireira Monte Alto do Piriá	08.945.475/0001-62	2012	2017	Lacrada pela Semas-PA
Mandacaru Com. Ind. de Madeira	19.499.069/0001-30	2014	2016	Encerramento espontâneo

Fonte: Organizado por Moraes (2022).

Práticas ilegais perpassavam a totalidade do circuito produtivo da madeira na região, abrangendo as fases de operações de exploração da madeira nativa em tora nas áreas florestadas, transporte, desdobro e comércio (compra e venda) da madeira serrada bruta. Essa ocorrência conferiu notoriedade à região em relação ao desmatamento e à exploração ilegal de madeira no "Arco do Desmatamento", bem como frequentes as operações de combate ao desflorestamento ilegal. Dentre as intervenções mapeadas pela pesquisa, destacam-se duas grandes operações de combate ao desflorestamento.

A primeira foi denominada Operação Caapora. Deflagrada em abril de 2009, consistiu em uma força-tarefa coordenada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em parceria com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a Força Nacional de Segurança, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Batalhão de Polícia Ambiental e a Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Pará (SEMAS).

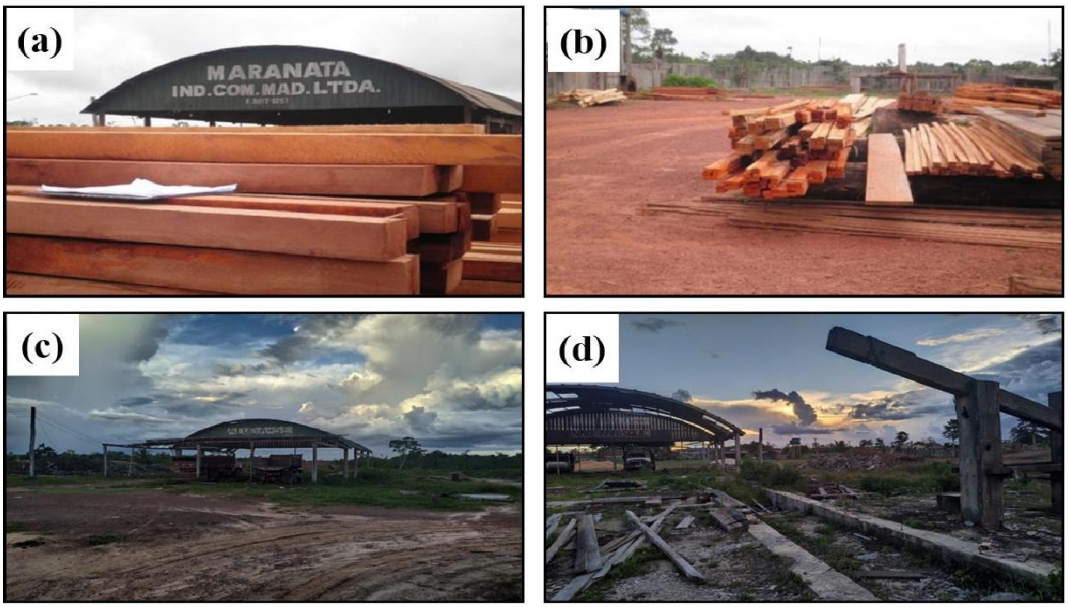
A operação lacrou 22 serrarias que atuavam no Território Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG), sendo 13 delas desmanteladas em Nova Esperança do Piriá, principal polo madeireiro local, além da apreensão de maquinários, inutilização de equipamentos pesados e confisco de estoques florestais.

A segunda operação de combate ao desmatamento ilegal na região foi deflagrada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA) com apoio do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA). Na pesquisa, foram mapeadas 4 serrarias lacradas e um montante de 4 mil metros cúbicos de madeira em tora confiscado pela SEMAS/PA. Apesar do impacto imediato dessas ações, a eficácia do combate estatal demonstrou

alcance temporal limitado, pois logo após a retirada das equipes de atuação da região, os "empresários" voltam às práticas de exploração e desdobro de madeira.

Após 4 décadas de extensa exploração, a estrutura produtiva madeireira entrou em colapso. Atualmente, restam apenas ruínas no lugar das antigas serrarias, como ilustra a trajetória da Esperança Indústria e Comércio Ltda. (Serraria Maranata), que transitou de um pátio fabril de intensa atividade para um estado de completo abandono em dez anos (Figura 3).

Figura 3 - (a) e (b) Esperança Indústria e Comércio Ltda. (Serraria Maranata), em 2012 / (c) e (d) Ruínas da Esperança Indústria e Comércio Ltda. (Serraria Maranata), em 2022



Fonte: Moraes (2022).

Outro elemento que vem sendo analisado no funcionamento do circuito de produção em questão refere-se à superexploração da força de trabalho, aspecto radicular na forma como a mais-valia é tanto produzida como acumulada nessa estrutura econômica. As evidências de campo confirmam a manifestação simultânea das três dimensões que fundamentam a categoria.

Entrevistas com ex-trabalhadores da exploração de madeira nativa em tora e de serrarias relataram que as serrarias operavam em dois turnos de 10 horas de funcionamento, com possibilidade de hora-extra (aspecto que atende à dimensão de prolongamento da jornada de trabalho).

O trabalho acontecia de forma intensa devido ao receio das operações de fiscalização ao desmatamento ilegal (aspecto que atende à dimensão de aumento de intensidade do trabalho). Ao observar as duas primeiras dimensões, há uma nítida decrepitude dos padrões de vida do trabalhador (aspecto que atende à terceira dimensão conversão do fundo de consumo necessário ao trabalho em capital a ser acumulado).

Esses elementos presentes na dinâmica do trabalho do circuito em questão operam em coesão com a categoria superexploração da força do trabalho proposta por Marini (1973), quando este afirma que:

> [...] O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual *"o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital",* implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. (Marini, 2000, p. 123-124).

Nesse sentido, a engenharia informal e ilegal do circuito favoreceu o engajamento de uma vasta massa de trabalhadores informais. Os relatos obtidos em campo indicam a ausência sistemática de registro em carteira de trabalho tanto na extração florestal quanto nas serrarias, caracterizando um quadro crítico de precarização laboral (Figura 4).

Figura 4 - (A) Pozeiro, Madeireira Frota, Nova Esperança do Piriá - 2012 / (B) Cheba, Madeireira Frota, Nova Esperança do Piriá - 2012



Fonte: Moraes (2022).

As imagens acima ilustram a dinâmica de trabalho, que neste circuito, não se dá em torno apenas da superexploração dessas massas trabalhadoras, mas também em sua precarização e informalidade (sem registro trabalhista legal). Entende-se, nesse contexto, que a ilegalidade corresponde a um aspecto que permeia toda a estrutura funcional da atividade, abrangendo desde as operações de exploração e desdobramento da madeira, até a forma como esses trabalhadores estão vinculados à estrutura produtiva.

Dessa forma, a ilegalidade e a informalidade intensificam os aspectos de superexploração dos sujeitos que trabalham, estando presentes nas estruturas econômicas de espaços periféricos, marginalizando sujeitos e precarizando vidas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou compreender como o avanço da atividade madeireira na região em questão foi responsável, em determinada medida, pelas feições espaciais que esta região apresenta. O período de maior apogeu do circuito madeireiro (1993-2015) reconfigurou as organizações política, social e econômica desse espaço, ao concentrar os ganhos financeiros no âmbito de uma elite empresarial setorial.

A territorialização desse capital madeireiro deriva de uma nova conjuntura institucionalizada de abertura e valorização da Amazônia em um plano econômico meramente "desenvolvimentista"; da inobservância do Estado na relação entre capital e trabalho na Amazônia; e da ilegalidade nas formas de reprodução de capitais exploratórios.

Tais capitais incidem tanto sobre os recursos naturais, convertidos em mercadorias em larga escala, como também sobre uma massa de sujeitos marginalizados, cuja relação de trabalho, além de precarizada, agrava-se da exploração à superexploração. Aspectos esses que apontam para um processo de produção de capital, cujo sistema metabólico opera em nítidos aspectos de pilhagem territorial.

Com o esgotamento do modelo, o circuito madeireiro colapsou, deixando marcas socioespaciais herdadas: há ruínas de serrarias em diversos bairros da cidade e novos bairros periféricos que surgem em função das serrarias -aspectos entendidos por Milton Santos (2006) como rugosidades- além de milhares de hectares de florestas devastadas e um contingente de ex-trabalhadores, alguns acometidos por acidentes de trabalho que permanecem invisíveis ao Seguro Social.

A compreensão histórica e espacial da dinâmica econômica das operações do circuito madeireiro permitiu desvelar o próprio processo de organização política, social e

econômica desse espaço, cuja dinâmica traz em seu bojo o desenvolvimento periférico que se territorializa na região.

Atualmente, o colapso da atividade madeireira na região vem dando espaço para outros circuitos, como: a laranja, o dendê e o gado, todos de caráter exploratório dos recursos naturais e de sujeitos marginalizados. O avanço da atividade madeireira na região, onde se observa uma estrutura produtiva que agrega irrisório valor aos produtos a partir da superexploração de uma massa de sujeitos, não responde por melhoria na qualidade de vida desses sujeitos, mas na própria precarização dessa população.

Cabe à pesquisa acadêmica, portanto, manter o rigor crítico sobre os atuais modelos de desenvolvimento que se territorializaram na região nos últimos anos, os quais marcam a recente reprimarização da economia brasileira, denunciando os impactos da pilhagem territorial, do saque sistêmico dos recursos naturais e da exploração do sujeito amazônida.

REFERÊNCIAS

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/11336. Acesso em: 22 abr. 2022.

CEPROF-PA. **Sistema de Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais**. Belém: SEMAS-PA, 2022. Disponível em: https://monitoramento.semas.pa.gov.br/sisflora/. Acesso em: 10 fev. 2022.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Tradução de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MORAES, Ergson de Sousa. **Especialização e superexploração da força de trabalho em regiões periféricas: uma análise baseada no circuito madeireiro do município de Nova Esperança do Piriá, Pará, Brasil**. 2022. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.

PERPETUA, Guilherme Marini. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini. Produção de commodities e pilhagem territorial no Brasil: os riscos para a sociobiodiversidade e a saúde coletiva e dos trabalhadores. **Revista**

OKARA: Geografia em Debate, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 169-182, 2020. Disponível em: http://www.okara.ufpb.br.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia A. de; SANTOS, Milton (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO CAMPO MARANHENSE: uma análise do caso "Gilrassic Park"

Kassimira Santos da Silva
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
suela.simone@discente.ufma.br

Sávio José Dias Rodrigues
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
savio.jose@ufma.br

Suela Simone Corrêa Monteiro
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
suela.simone@discente.ufma.br

1. INTRODUÇÃO

As relações de trabalho em condições análogas à escravidão permanecem presentes na sociedade contemporânea. Apesar da abolição da escravidão formal em 1888, práticas degradantes de exploração do trabalho continuam ocorrendo no Brasil. Segundo Gorender (2016), a escravidão colonial baseava-se na transformação do escravizado em propriedade e força de trabalho submetida coercitivamente aos interesses econômicos do sistema colonial, configurando uma relação juridicamente legitimada de dominação.

Sob essa ótica, este estudo analisa, por meio do caso "Gilrassic Park", que ainda há práticas escravagistas no país, em uma realidade não tão distante do que se pode imaginar. O fato ocorreu no município maranhense de Santa Inês, em 2012. O episódio envolveu o resgate de 12 trabalhadores rurais submetidos a condições degradantes em uma propriedade que operava concomitantemente como fazenda pecuária e zoológico privado. O cenário revela como as desigualdades estruturais contribuem para a sujeição de pessoas em severas condições de trabalho, à exploração, ao trabalho não pago e ao endividamento.

A pesquisa vincula-se ao projeto intitulado "Dinâmicas espaciais do trabalho escravo contemporâneo no MATOPIBA". Dessa maneira, este estudo fundamenta-se por meio de dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de referências bibliográficas, sobretudo de autores que trabalham exclusivamente com conceitos do trabalho escravo contemporâneo, e visita de campo em comunidades com situações de trabalhos degradantes semelhantes ao caso analisado.

O estudo justifica-se pela necessidade em compreender a realidade de pessoas que vivem em situações de trabalho degradantes. Mesmo com a existência de legislação, o poder público, por vezes, se mostra ausente diante dessa população, acentuando casos como esses na atualidade.

Dessa forma, o presente artigo está organizado em quatro seções principais. Inicialmente, apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa. Em seguida, discute-se o conceito de trabalho escravo contemporâneo e suas manifestações no campo maranhense. Posteriormente, analisa-se o caso "Gilrassic Park" como expressão concreta da degradação das relações de trabalho no Maranhão. Por fim, são apresentadas as considerações finais, retomando os principais resultados e reflexões desenvolvidas ao longo do estudo.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa resulta do projeto de Iniciação Científica desenvolvido no período de 2024 a 2025, orientado pelo Prof. Dr. Sávio José Dias Rodrigues. A investigação adota o materialismo histórico-dialético, proposto por Karl Marx como fundamento teórico-metodológico, permitindo analisar o fenômeno do trabalho escravo contemporâneo não como um fato isolado ou meramente episódico, mas como expressão das contradições estruturais do modo de produção capitalista, especialmente no contexto da expansão da fronteira agrícola brasileira.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo. A abordagem qualitativa permitiu compreender as dimensões sociais, econômicas e territoriais relacionadas ao trabalho escravo contemporâneo no campo maranhense

Do ponto de vista procedimental, adotou-se a revisão bibliográfica como etapa central da pesquisa. Foram mobilizadas obras e artigos científicos que discutem o trabalho escravo contemporâneo, a precarização do trabalho, a expansão do agronegócio, os conflitos fundiários e a dinâmica socioeconômica da região do MATOPIBA[17]. Essa revisão possibilitou situar o caso analisado em um quadro teórico mais amplo, articulando-o às transformações recentes no campo brasileiro e às formas contemporâneas de superexploração da força de trabalho.

Paralelamente, realizou-se uma pesquisa documental, com análise de materiais institucionais e registros públicos relacionados ao caso "Gilrassic Park". Foram examinados documentos disponíveis em portais oficiais, registros judiciais, informações do Ministério Público do Trabalho, decisões da Justiça do Trabalho e conteúdos veiculados pela imprensa. A análise documental permitiu reconstruir os fatos, identificar os desdobramentos jurídicos e compreender as disputas interpretativas em torno da caracterização do trabalho em condições análogas à escravidão.

A investigação incluiu, ainda, trabalho de campo no município maranhense de Codó, com visita à comunidade quilombola Santa Maria dos Moreiras. A atividade de

[17] O MATOPIBA é um acrônimo que faz menção a uma nova fronteira agrícola do agronegócio brasileiro, impulsionada pela expansão do capital sobre áreas do Cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Segundo Marta e Alves (2024), esse processo está relacionado à incorporação de novas áreas ao circuito produtivo agroexportador, promovendo transformações territoriais, sociais e ambientais no campo brasileiro.

campo contribuiu para ampliar a compreensão das condições socioeconômicas da região, bem como das dinâmicas territoriais e das vulnerabilidades que atravessam populações rurais maranhenses. Embora o caso "Gilrassic Park" tenha ocorrido em outro município, o contato direto com a realidade local possibilitou contextualizar empiricamente as formas de precarização do trabalho e os impactos da expansão agropecuária sobre comunidades tradicionais.

O conjunto metodológico, articulando revisão bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo, possibilitou a reconstrução analítica do caso "Gilrassic Park", compreendendo-o como manifestação concreta de processos estruturais vinculados à expansão da fronteira agrícola no MATOPIBA. Essa região tem sido marcada pela intensificação de conflitos agrários, concentração fundiária e recorrência de formas degradantes de exploração laboral, elementos que se entrelaçam na reprodução do trabalho escravo contemporâneo.

3. TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

Conforme aponta Martins (1994), a escravidão contemporânea não constitui uma continuidade direta da escravidão colonial, mas uma nova forma de exploração do trabalho produzida pelas contradições do capitalismo moderno. A escravidão contemporânea apenas assumiu novas roupagens, mais sutis, mas igualmente cruéis. Atualmente, manifesta-se por meio de diferentes estratégias de aliciamento, exploração da vulnerabilidade social e do sentimento de posse sobre o outro, como se pessoas ainda pudessem ser tratadas como propriedade.

No Brasil, o que se define como trabalho escravo contemporâneo está previsto no artigo 149 do Código Penal, alterado pela Lei nº 10.803/2002. Nesse contexto, reduzir alguém à condição análoga à escravidão significa impor-lhe a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. Assim, não se trata apenas de irregularidades trabalhistas, mas de situações em que o indivíduo perde sua autonomia, sua dignidade e o direito de exercer um trabalho em condições humanas.

Essa forma de exploração está profundamente ligada à desigualdade estrutural do país, em que a vulnerabilidade econômica de muitos acaba sendo instrumento de dominação para poucos. Em uma sociedade marcada por profundas diferenças sociais,

quem detém recursos frequentemente se coloca em posição de poder sobre quem nada possui, criando relações de dependência que, em casos extremos, configuram trabalhos análogos à escravidão.

Ao aproximar essa discussão da realidade maranhense, percebe-se que o problema também está presente no Estado. No Maranhão, há registros recorrentes de casos de trabalho análogo à escravidão, sobretudo em áreas rurais e de difícil acesso. Atraídos por promessas de emprego e salário digno, sobretudo em regiões afastadas, os trabalhadores deparam-se com jornadas exaustivas, alojamentos precários, alimentação inadequada e, muitas vezes, endividamento forçado. Nessas circunstâncias, sua liberdade de escolha e de locomoção é limitada, configurando uma grave violação de direitos.

Uma das principais formas de exploração de trabalho, e que é referência deste estudo, se dá ao que se conceitua como trabalho por endividamento. De acordo com Moura (2016), nessa modalidade, o trabalhador é obrigado a pagar pelos equipamentos e instrumentos necessários para a realização de suas atividades. Assim, grande parte da remuneração, ou até mesmo sua totalidade, é comprometida em razão do endividamento de seu empregador, anulando a possibilidade de usufruir o que é recebido e reforçando a ideia do trabalho explorado.

A região conhecida como a fronteira agrícola do MATOPIBA, é fortemente marcada pela presença desse modelo de trabalho, principalmente nas áreas onde se encontram grande parte de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Esse contexto favorece a submissão dos trabalhadores a condições severas de trabalho, com baixa remuneração e frequente endividamento.

Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) demonstram situações alarmantes de pessoas com permanência em trabalho escravo, em sua maioria de homens negros, analfabetos ou imigrantes, todos atraídos pela promessa de emprego e melhoria das condições de vida. Esse fato sustenta a ideia de que o trabalho escravo ainda é visto na sociedade contemporânea mesmo após legislações severas destinadas à sua erradicação.

4. O CASO “GILRASSIC PARK” E A MATERIALIZAÇÃO DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO MARANHÃO

O episódio conhecido como “Gilrassic Park”, ocorrido em 2012 no município de Santa Inês (MA), constitui um exemplo da configuração contemporânea do trabalho escravo no Brasil. A denominação deriva do nome da propriedade rural pertencente ao

pecuarista Francisco Gil Cruz Alencar, que mantinha, paralelamente à atividade agropecuária, um minizoológico com centenas de animais exóticos, conforme apontado na Figura 01.

Figura 1 - Animais da fazenda zoológico "Gilrassic Park", em Santa Inês (MA)



Fonte: Repórter Brasil, 2012.

A fiscalização realizada pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) resultou no resgate de doze trabalhadores rurais submetidos a condições degradantes de trabalho e de vida. A situação identificada incluía ausência de registro formal, inexistência de fornecimento adequado de água potável, além de moradia precária e alimentação insuficiente, elementos que se enquadram nas hipóteses previstas no artigo 149 do Código Penal brasileiro.

> Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto..." (§ 1º e § 2º incluem outras hipóteses e agravantes) (BRASIL, Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003).

Mais do que irregularidades trabalhistas, o caso revela a estrutura típica da escravidão contemporânea: isolamento geográfico, vulnerabilidade socioeconômica dos trabalhadores, ausência de formalização contratual e submissão a condições que atentam contra a dignidade humana.

4.1 Condições materiais de degradação

Os trabalhadores encontravam-se alojados em estrutura improvisada, sem paredes laterais, expostos às intempéries e sem acesso a saneamento básico (Figura 2). A água consumida era retirada de um igarapé utilizado também por animais, armazenada em

recipientes inadequados, inclusive embalagens de agrotóxicos. A alimentação fornecida era nutricionalmente insuficiente e repetitiva.

Figura 2 - Os trabalhadores rurais da fazenda "Gilrassic Park" no local onde dormiam, na cidade de Santa Inês (MA)



Fonte: Zocchio, 2012.

A degradação constatada reflete a dinâmica descrita por Martins (1994), a escravidão contemporânea se relaciona à reprodução do capital em contextos de fronteira agrícola. Em diálogo com Moura (2016), esse processo pode ser compreendido, no Maranhão, como associado à vulnerabilidade social e à precarização das condições de vida e trabalho.

4.2 A inversão simbólica: animais e trabalhadores

Um dos aspectos que conferiu ampla repercussão midiática ao caso foi o contraste entre o tratamento dispensado aos trabalhadores e aquele oferecido aos animais do zoológico. Enquanto os empregados viviam em condições degradantes, os animais recebiam acompanhamento técnico, alimentação balanceada e infraestrutura adequada.

Essa inversão simbólica produziu forte impacto moral na opinião pública. Contudo, para além do sensacionalismo, o episódio evidencia a racionalidade da acumulação capitalista descrita por Rodrigues (2016), na qual o lucro e a propriedade privada são priorizados em detrimento da dignidade humana.

4.3 Desdobramentos jurídicos e limites da responsabilização penal

No âmbito trabalhista, foi ajuizada a Ação Civil Pública perante a Vara do Trabalho de Santa Inês. Houve celebração de Termo de Ajuste de Conduta (TAC), prevendo

indenização por danos morais coletivos no valor de R$200.000,00 e obrigações de regularização das condições de trabalho.

Entretanto, na esfera criminal, a denúncia apresentada com fundamento no artigo 149 do Código Penal foi rejeitada pela Justiça Federal, sob o argumento de que as irregularidades constatadas não configurariam redução à condição análoga à escravidão. Essa decisão revela um dos principais entraves ao enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo: a interpretação restritiva do tipo penal.

A discrepância entre o reconhecimento administrativo e trabalhista da violação e a rejeição penal explicita a fragilidade da responsabilização criminal nesses casos, contribuindo para a sensação de impunidade estrutural.

4.4. Mídia, representação e construção simbólica

A cobertura jornalística enfatizou o contraste entre o tratamento dado aos animais e aos trabalhadores, utilizando títulos de forte apelo emocional. Conforme argumenta Bourdieu (1997), a mídia possui capacidade de produzir "efeito de real", mobilizando indignação e moldando percepções sociais. Embora a visibilidade midiática contribua para a denúncia pública, também pode simplificar fenômenos estruturais complexos, deslocando o foco da crítica sistêmica para a figura individual do empregador.

A discussão acerca do papel da mídia na construção das representações sobre o trabalho escravo contemporâneo exige atenção aos mecanismos de enquadramento e produção de sentido presentes no discurso jornalístico. A mídia não apenas informa sobre acontecimentos, mas organiza simbolicamente os fatos, selecionando vozes, enfatizando determinados aspectos e produzindo interpretações que passam a compor o imaginário social sobre o fenômeno. Nesse sentido, Moura (2015), dialogando com Machado (2000), ao analisar as representações do trabalho escravo na mídia, destaca:

> O telejornal, mesmo quando tenta construir a sua "versão", em seus modelos mais personalizados ou autoritários, o que ele consegue, no geral, é relativizar ou neutralizar as várias "versões". Essa flexibilidade apontada pelo autor no enquadramento da notícia ou da reportagem veiculada pela televisão nos indica um olhar mais apurado para as várias formas com que aparecem as vozes/fontes nos textos jornalísticos televisivos. Assim, posteriormente, temos condições de analisar os seus cruzamentos com as vozes/falas dos sujeitos entrevistados buscando suas identificações e apropriações acerca das representações do trabalho escravo construídas na mídia e pela mídia (Machado, 2000 *apud* Moura, 2015, p. 44).

Assim, ao observar a forma como o caso "Gilrassic Park" foi apresentado pela mídia, percebe-se que a imprensa teve um papel importante ao tornar pública a situação e provocar indignação social. No entanto, a ênfase no contraste entre os animais bem cuidados e os trabalhadores em condições degradantes acabou direcionando a atenção principalmente para o impacto moral do episódio e para a figura do empregador.

Com isso, há o risco de reduzir o problema a um caso isolado, deixando em segundo plano as estruturas sociais e econômicas que permitem a continuidade do trabalho escravo contemporâneo. Por isso, analisar a forma como a mídia constrói essas narrativas é importante para compreender não apenas o fato em si, mas também os sentidos que passam a circular socialmente sobre ele.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do trabalho escravo contemporâneo no campo maranhense, tomando como referência o caso "Gilrassic Park", ocorrido no município de Santa Inês (MA), permitiu compreender que, mesmo após a abolição formal da escravidão, práticas degradantes de exploração da força de trabalho permanecem presentes no Brasil, sobretudo em regiões marcadas pela desigualdade social e pela expansão da fronteira agrícola.

A análise do caso evidenciou que os trabalhadores estavam submetidos a condições precárias de moradia, alimentação e acesso à água, além da ausência de garantias trabalhistas básicas. Tais elementos configuram violações à dignidade humana e demonstram como a vulnerabilidade socioeconômica favorece a permanência de relações de trabalho análogas à escravidão.

Também foi possível compreender que a expansão do agronegócio no MATOPIBA contribui para intensificar conflitos territoriais, concentração fundiária e formas de precarização do trabalho. Nesse contexto, o trabalho escravo contemporâneo não deve ser entendido como situação isolada, mas como expressão das contradições estruturais do sistema capitalista no campo brasileiro.

Além disso, verificou-se que instituições como o Grupo Especial de Fiscalização Móvel e o Ministério Público do Trabalho desempenham papel fundamental no combate a essas práticas. Contudo, os limites da responsabilização penal e a persistência da impunidade demonstram a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e dos mecanismos de fiscalização.

Por fim, destaca-se a importância da mídia e da produção acadêmica na denúncia dessas violações e na ampliação do debate social sobre o trabalho escravo contemporâneo, contribuindo para a defesa dos direitos humanos e da dignidade dos trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003**. Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Diário Oficial [da] União, 12 dez. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.803.htm. Acesso em: 23 de janeiro 2026.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2024**. Centro de Documentação Tomás Balduíno. Goiânia-GO. ISBN: 978-65-994503-5-8. 2024. Disponível em: https://cptnacional.org.br/caderno/conflitos-no-campo-brasil-2024/. Acesso em: 13 ago. 2025.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do MATOPIBA: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1557. Acesso em: 15 maio 2026.

MARTINS, José de Souza. **A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil**. Tempo Social, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 1-25, 1994. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/5CFzyNQtQYKfrc9Hypg4pvy/abstract/?lang=pt . Acesso em: 23 maio 2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região (MA). 2025. **Relatório de Arquivamento**. Disponível em: https://www.prt16.mpt.mp.br/servicos/relatorios-de-arquivamento?task=baixa&format=raw&arq=y1iATr7uWhHfvwOHfC2eKi6GpQNSmdNZtOqf-s3KAKeAvPWuyf48u_XwY643gxbSYJYsrh523ApFqaes4tJw_U2HWMfCwJ5sPcjOQelTl5M7bYfr6rishKACPB_Nt2Z9. Acesso em: 13 ago. 2025.

MOURA, Flávia de Almeida. **Representações do trabalho escravo a partir da mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses**. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MOURA, Flávia de Almeida. **Trabalho escravo e Mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses.** ISBN: 978-85-7862-518-4. São Luís: EDUFMA, 2016.

REPÓRTER BRASIL. **Fazendeiro dono de "Gilrassic Park" tem bens bloqueados na justiça**. 5 dez. 2012. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2012/12/fazendeiro-dono-de-gilrassic-park-tem-bens-bloqueados-na-justica/. Acesso em: 29 jul. 2025.

RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo**. 2016. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO. **Pecuarista envolvido em trabalho análogo à escravidão tem bens bloqueados**. São Luís, 22 jul. 2024. Disponível em: https://www.trt16.jus.br/noticias/pecuarista-envolvido-em-trabalho-analogo-escravidao-tem-bens-bloqueados. Acesso em: 17 jul. 2025.

ZOCCHIO, Guilherme. **Juiz rejeita denúncia contra dono de 'Gilrassic Park'.** *Repórter Brasil*, São Paulo, 15 mar. 2013. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2013/03/tribunal-rejeita-denuncia-contra-dono-de-gilrassic-park/. Acesso em: 29 jul. 2025.

BIOGRAFIA DOS AUTORES

Ademir Terra

Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)

e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional e em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da UEMA. Atua nas áreas de questão agrária, campesinato, movimentos sociais do campo, comunidades tradicionais e ensino de Geografia. E-mail: ademirterra@professor.uema.br.

Ana Carolina Gomes da Silva

Graduanda em Geografia Bacharelado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Desenvolveu atividades de Iniciação Científica entre 2022 e 2023, com ênfase nas transformações socioespaciais e nos processos de urbanização. De 2025 a 2026, desenvolveu pesquisa sobre riscos de desastres em comunidades urbanas, com foco na vulnerabilidade social. E-mail: anacarolinagomes0998@gmail.com.

Andreza dos Santos Louzeiro

Graduada em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Maranhão, Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGe), possui Pós-Doutorado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEMA. Professora seletivada de Geografia e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: andreza_louzeiro@hotmail.com.

Celso Ferreira de Lima Filho

Mestre em Geografia (UEMA). Especialista em Engenharia Ambiental (Centro Universitário do Maranhão). Especialista em Gestão Educacional e Escolar (UEMA). Graduado em Geografia Licenciatura e Bacharelado (UFMA). E-mail: celso_filho20@hotmail.com.

Clara Beatriz Silva Durans

Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (2024), mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão. Integrante do Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento - Marielle e do Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos da Universidade Estadual do Maranhão - LATESE. E-mail: claradurans15@gmail.com.

Cristiane Mouzinho Costa Avelar

Graduada em Geografia Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Estadual do Maranhão (2015), mestra em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (2018). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGEO-UEMA), São Luís - MA. E-mail: cristianemouzinho@hotmail.com.

Danyella Vale Barros França

Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – PPGEO/UEMA, mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (2019), licenciada e bacharela em Geografia pela mesma universidade (2016). Técnica em pesquisa no Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, São Luís-MA. E-mail: danyellabarros-geo@hotmail.com.

Edelson Leitão Maciel

Bacharel em Geografia graduado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Mestre em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço pelo Programa de Pós-Graduação em geografia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGEO-UEMA). Geógrafo do Laboratório do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia (LabPNCSA/ UEMA). E-mail: eddemaciel@gmail.com.

Ergson de Sousa Moraes

Graduado em geografia pela UFPA e em pedagogia pela Faculdade do Jaguaribe. Mestre e doutorando em geografia e dinâmicas do espaço pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. É professor efetivo da rede estadual de ensino do Maranhão – SEDUC-MA e atualmente é gestor adjunto do Centro de Ensino Graça Aranha. Atua no Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL. E-mail: ergsonmoraes@gmail.com.

Técnica em Economia Doméstica pela Escola Agrotécnica Federal do Maranhão (EAFMA). E-mail: adricaoliveira16@gmail.com.

Francisco Kawan Rocha Bacelar

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista em Geografia e Meio Ambiente e graduado em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Grupo de Pesquisa em Geomorfologia, Análise Ambiental e Educação (GAAE). Atua nas áreas de análise ambiental, bacias hidrográficas, geossistemas, geomorfologia e dinâmica costeira. E-mail: kawanbacelar@gmail.com.

Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha

Graduada em Geografia (UFMA), Mestre em Agroecologia (UEMA), Doutora em Geografia (UNESP/PP). Atualmente é professora Associada II da Universidade Estadual do Maranhão. É coordenadora/professora do programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia da Saúde, Geografia Urbana, Geografia do Turismo, atuando principalmente nos seguintes temas: São Luís, Acessibilidade, Mobilidade, Educação e Cidades Acessíveis. Desenvolve projetos de Pesquisa voltados para a inclusão da pessoa com deficiência física no espaço urbano e inclusão social. E-mail: wasti_uema@yahoo.com.br.

Hygor Castro da Silva

Graduando em Geografia licencitura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e desenvolve estudos e atividades acadêmicas voltados à Geografia Cultural e Geografia da Religião. E-mail: hygorrcastro@gmail.com.

Ilza de Souza Lima

Graduanda em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e Bacharel em Teologia pela Faculdade Bet-Hakan. E-mail: limailza175@gmail.com.

José Antonio Viana Lopes

Arquiteto e Urbanista graduado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), especialista em Conservação Urbana e Territorial Integrada (CECI/PE), mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutorando do Programa de Pós-Graduação em geografia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGEO-UEMA). Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo e coordenador do Laboratório de Urbanismo, Paisagismo, Arquitetura e Arte (LUPA) do Centro Universitário UNDB (UNDB), São Luís-MA. E-mail: joseantonioarq@gmail.com.

José Arilson Xavier de Souza

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2007), mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2009), doutor em geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2017), pós-doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2022). Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGEO-UEMA), São Luís-MA. E-mail: arilsonxavier@yahoo.com.br.

José Fernando Rodrigues Bezerra

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria acadêmica com a University of Wolverhampton, Inglaterra - doutorado Sandwich (2011). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2006) e graduação em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (2004). Docente dos cursos de graduação em Geografia, Bacharelado e Licenciatura e do Programa de Pos-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço na UEMA. Coordenador do Laboratório de Geociências e vice-coordenador do Grupo de Pesquisa em Geomorfologia e Mapeamento (GEOMAP/UEMA). E-mail: fernangeo@hotmail.com.

Juciana da Conceição Birino de Souza

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre e bacharel em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) com a realização de intercâmbio na Universidad Nacional da Colômbia (UNAL). É pesquisadora do Grupo de Estudos da Amazônia Oriental (GEOAMAZON) e do Grupo de Pesquisa Geotecnologias Aplicadas à Gestão do Território (GeoGet). Tem experiência em Geoprocessamento, Cartografia e Sensoriamento Remoto. E-mail: jucianasouza16@gmail.com.

MA, Pesquisadora do Núcleo Marielle no Laboratório Território e Água (UEMA), São Luís-MA, Pesquisadora do Núcleo de Ensino de Geografia e Assuntos Ambientais (NEGEAM/UFMA), São Luís-MA. E-mail: skassimira@gmail.com.

Laécio da Silva Dutra

Graduado em Geografia (UFMA), Mestre em Geografia (PPGeo-UEMA). Atualmente Bolsista FAPEMA, no ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão), pelo Projeto "Gestão Aplicada em Regularização Fundiária (PGA). Tem experiência na área de Geografia Urbana, Planejamento e Gestão do Território. E-mail: laeciodutra@hotmail.com.

Lailton da Silva Freire

Doutorando em Geografia (UEMA). Mestre em análise e Planejamento Espacial (IFPI). Mestre em Alimentos e Nutrição (UFPI). Especialista em Gestão Ambiental (UESPI), Especialista em Biodiversidade e Conservação (UESPI), Especialista em Planejamento e Gestão socioambiental das Cidades (UFPI) Graduado em Tecnologia de Alimentos e em Geografia. E-mail: lailton.f@hotmail.com.

Luiz Carlos Araújo dos Santos

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (1996), graduação em Geografia Bacharel pela Universidade Federal do Maranhão (1998), doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2012). Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGEO-UEMA), São Luís-MA. E-mail: luizcarlos.uema@gmail.com.

Lyandra Ferreira Rabelo

Graduanda em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais do Campo (GEPQAM). E-mail: lyandraf97@gmail.com.

Marcelo Avelar Lopes

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (2015) e Bacharel em Direito pela Faculdade Estácio de São Luís - MA (2020), especialista em Geografia Regional Brasileira pela Faculdade Venda Nova Imigrante - ES (2024), especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA (2026), e mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em geografia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGEO-UEMA), São Luís - MA.

Maria Ivone Silva Soares

Graduada em Licenciatura plena em Pedagogia, pela Faculdade de São José dos Campos-Bilac (2023), graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão. São Luís -Ma. E-mail: maria-ivone@live.com.

Matheus Torres Melo

Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com graduação concluída em 2022. Atualmente, é graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Desenvolve estudos e atividades acadêmicas voltados à Geografia Cultural, Geografia da Religião, turismo religioso e às dinâmicas socioespaciais do Maranhão. E-mail: matheustorr210798@gmail.com.

Poliana dos Santos de Carvalho

Graduada em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, 2020). Pós-graduada em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Faculdade Educamais. Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGEO/UEMA, 2023). Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: poli.geo94@gmail.com.

Quésia Duarte da SIlva

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" Campus de Presidente Prudente (2012); mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (2001); especialista em Gestão dos Recursos Naturais pela Universidade Estadual do Maranhão (1999); licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (1997); e bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (1995). Docente dos cursos de graduação em Geografia, Bacharelado e Licenciatura e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço na UEMA. E-mail: quesiasilva@professor.uema.br.

Rosany Maria Cunha Aranha

de desenvolvimento rural, agricultura, regularização fundiária, planejamento, inovação e gestão de projetos. E-mail: rosanyaranha@hotmail.com.

Saulo Ribeiro dos Santos

Doutor em Gestão Urbana (PUC-PR) e em Geografia (UFPR). Mestre em Administração e Desenvolvimento Empresarial (Universidade Estácio de Sá). MBA em Turismo: Planejamento, Gestão e Marketing (Universidade Católica de Brasília). Graduado em Turismo (Faculdade Atenas Maranhense). Professor do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA. Professor Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia da UEMA. São Luís-MA. E-mail: saulo.ribeiro@ufma.br.

Sávio José Dias Rodrigues

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (2007), Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (2010), Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2016), Pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2022). Professor do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiro (UFMA). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (PPGAFRO/UFMA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFMA), São Luís-MA. E-mail: savio.jose@ufma.br.

Silas Nogueira de Melo

Licenciado, bacharel e mestre em Geografia pela UNESP - Rio Claro, e doutor em Geografia pela UNICAMP. É Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UEMA e docente do PPGeo. Atua como Superintendente de Relações Internacionais da UEMA (2023–2026). Coordena o Laboratório de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento (LABSRGeo). Possui experiência em Geotecnologias, Cartografia, Análise Espacial e conflitos socioambientais. É membro do GEOGET e coordenador do Grupo de Estudos da Amazônia Oriental (GEOAMAZON). E-mail: silasmelo@professor.uema.br.

Suela Simone Correa Monteiro

Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (2026), Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Território e Trabalho (GETTRAB/UFMA), São Luís-MA, Pesquisadora do Núcleo Marielle no Laboratório Território e Água (UEMA), São Luís-MA Pesquisadora do Núcleo de Ensino de Geografia e Assuntos Ambientais (NEGEAM/UFMA), São Luís-MA. E-mail: suela.sisi15@gmail.com.

Suenne Camylle Carliminda

Graduanda em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Membro do Grupo de Estudos em Dinâmicas Territoriais (GEDITE). E-mail: suennecamylle2109@gmail.com.

Swanni Tatiana Alvarado

Professora do Departamento de Biologia da Universidad Nacional de Colômbia (UNAL), é biologia de formação, doutora e pós doutora em Ecologia. Coordena o Grupo de Restauración Ecológica de la Universidad Nacional de Colombia (Greunal) e Pós-graduação em Agroecologia - PPGA da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Desenvolve pesquisas sobre a biologia da conservação, dinâmica do fogo, modelagem, geoprocessamento, sensoriamento remoto. E-mail: swanni_ta@yahoo.

Valderez Serra Pereira

Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (2026), São Luís - MA. E-mail: valderezserrapereira@gmail.com.

Vanderson Viana Rodrigues

Professor substituto do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pós-graduado em Geografia do Brasil e graduado em Geografia pela UEMA. Atua nas áreas de Geografia Agrária, questões fundiárias e dinâmicas socioterritoriais. E-mail: vanderson2016rodrigues@gmail.com.

metodologia do ensino da Geografia-FACULESTE (2026) e pós-graduanda em Agroecologia e Educação do Campo pelo Instituto Federal do Maranhão. Integrante do Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento-Marielle e do Laboratório Território-Água. E-mail: vanessacprof18@gmail.com.

Vinícius Castelo Branco de Aguiar

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (2021), Especialista em Inovação e Tendências na Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF BAIANO (2026), Mestre (2024) e Doutorando (2025-atualmente) em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) pela UEMA. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (Marielle) e do Território-Água Lab da UEMA, São Luís - MA. E-mail: vinicius.casteloaguiar@gmail.com.

Ysllany Ellen Soares Sampaio

Graduada em Geografia Bacharel pela Universidade Estadual do Maranhão (2025). Atualmente é discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão, Pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa da Amazônia Oriental (GEOAMAZON), São Luís- MA. E-mail: ysllanysampaio26@gmail.com.

Zenilde Freitas Ferreira

Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (2026), São Luís -MA. E-mail: zenildefreitasferreira@gmail.com.

